



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1818

Terça-feira - 01 de Setembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaramirim.....	123	Pomerode.....	259
Anchieta.....	3	Herval d'Oeste.....	125	Ponte Serrada.....	261
Ascurra.....	4	Ibiam.....	127	Porto Belo.....	262
Atalanta.....	5	Ilhota.....	131	Porto União.....	263
Aurora.....	9	Imbituba.....	134	Presidente Nereu.....	266
Balneário Rincão.....	10	Indaial.....	135	Rio dos Cedros.....	281
Bela Vista do Toldo.....	11	Iomerê.....	138	Rio do Sul.....	269
Benedito Novo.....	12	Irineópolis.....	139	Santa Rosa do Sul.....	282
Biguaçu.....	13	Itá.....	141	Santa Terezinha do Progresso.....	283
Blumenau.....	14	Itapiranga.....	142	São Bento do Sul.....	284
Bom Retiro.....	28	Itapoá.....	146	São Carlos.....	286
Botuvera.....	30	Jacinto Machado.....	159	São Domingos.....	288
Braço do Trombudo.....	31	Joaçaba.....	161	São João do Oeste.....	290
Brusque.....	32	Lages.....	163	São José.....	291
Caçador.....	54	Laguna.....	165	São José do Cedro.....	303
Camboriú.....	60	Lauro Muller.....	169	São Lourenço do Oeste.....	309
Campo Alegre.....	61	Lebon Regis.....	173	São Miguel da Boa Vista.....	311
Campo Erê.....	68	Luzerna.....	174	São Miguel do Oeste.....	312
Campos Novos.....	69	Macieira.....	175	São Pedro de Alcântara.....	314
Canoinhas.....	77	Mafra.....	176	Schroeder.....	315
Capinzal.....	88	Maracajá.....	177	Serra Alta.....	322
Catanduvas.....	89	Massaranduba.....	204	Siderópolis.....	326
Chapadão do Lageado.....	91	Meleiro.....	205	Sul Brasil.....	332
Concórdia.....	92	Modelo.....	208	Tigrinhos.....	333
Coronel Martins.....	94	Monte Carlo.....	211	Timbé do Sul.....	335
Curitibanos.....	95	Morro da Fumaça.....	218	Timbó.....	336
Dionísio Cerqueira.....	98	Navegantes.....	219	Três Barras.....	337
Doutor Pedrinho.....	105	Nova Trento.....	220	Tunápolis.....	338
Ermo.....	108	Novo Horizonte.....	224	União do Oeste.....	339
Faxinal dos Guedes.....	109	Orleans.....	225	Urussanga.....	384
Flor do Sertão.....	110	Ouro.....	226	Videira.....	385
Forquilha.....	113	Ouro Verde.....	227	Vitor Meireles.....	392
Fraiburgo.....	114	Palhoça.....	228	Xanxerê.....	393
Galvão.....	119	Papanduva.....	231	Xavantina.....	394
Gaspar.....	120	Penha.....	233	Xaxim.....	395
Governador Celso Ramos.....	121	Petrolândia.....	253		
Guaraciaba.....	122	Pinheiro Preto.....	256		

Associações

GRANFPOLIS.....	396
-----------------	-----

Consórcios

AGIR.....	397
CIMCATARINA.....	402
Consórcio CISAMA.....	405
CPIMMOC.....	405

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 247/2015

PORTARIA Nº 247/2015 de 28 de agosto de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ROSEMARY INES HEBERLE, inscrita sob CPF nº 090.403.419-40, funcionária comissionada no cargo de Diretora do Departamento Administrativo Financeiro da Secretaria de Saúde, a partir de 24/08/2015 a 07/09/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de agosto de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 248/2015

PORTARIA Nº 248/2015 de 31 de agosto de 2015

“DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, Tânia Aparecida Verona Bitencourt, referente ao cargo em caráter efetivo de Merendeira, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 31 de agosto de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 107/2015

DECRETO Nº. 107/2015, de 27 de julho de 2015.

REGULAMENTA PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A SERVIDORES MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

CONSIDERANDO que a realização de horas suplementares (horas extras) devem ocorrer em situações excepcionais ou emergenciais devidamente justificadas;

CONSIDERANDO que cada Órgão ou Entidade Pública Municipal deve planejar o trabalho de sua unidade, contando com a carga horária normal de sua equipe;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a concessão da gratificação pela prestação de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo do Município de Anchieta/SC.

Art. 2º - A realização de horas extras deverá ser devidamente justificada pelo Secretário da Pasta, precedida de requerimento do servidor para o setor de gestão de pessoas do órgão de lotação e, ao final, encaminhadas à Secretaria de Administração e Gestão.

§1º O requerimento de que trata o caput deverá ser instruído com a justificativa da atividade desempenhada em labor extraordinário, indicando, ainda, a excepcionalidade e/ou emergência, dia de sua realização, motivo que a fundamenta e o tempo de sua duração, bem como da comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para o respectivo pagamento, tudo devidamente justificado e assinado pelo titular do órgão ou entidade de lotação do servidor.

§2º A justificativa para a realização das horas extraordinárias deverá ser protocolizada na Secretaria de Administração e Gestão até o dia 20 de cada mês, sendo que as realizadas depois desta data serão processadas para pagamento no mês subsequente.

§3º O descumprimento do procedimento estabelecido neste artigo, implicará no indeferimento da concessão da gratificação por hora extraordinária pela Secretaria de Administração e Gestão.

Art. 3º - O limite máximo de carga horária de trabalho diário para os servidores estatutários ou contratados temporariamente por excepcional interesse público, será de 10 (dez) horas por dia, incluindo as horas extras, sempre observada a limitação da jornada semanal dentro de cada mês.

§1º Os servidores submetidos ao regime de plantão somente perceberão a gratificação de trabalho extraordinário quando sua jornada ultrapassar a carga horária mensal fixada em seu enquadramento funcional.

§2º É vedado o pagamento da gratificação por serviço extraordinário aos servidores exclusivamente comissionados, em razão do seu regime de dedicação integral.

§3º É vedado o pagamento de gratificação de jornada extra por mais de 2 (duas) horas por jornada diária.

§4º É vedado o pagamento de prestação de serviço extraordinário para servidores afastados, licenciados, inativos pensionistas.

Art. 4º - Fica terminantemente proibido o pagamento de horas extras que não seguirem os tramites acima especificados.

Art. 5º - Os casos não previstos neste Decreto, serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Gestão.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 27 de julho de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 27 de julho de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2753, de 17/08/2015

DECRETO Nº 2753, de 17 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 200,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (200,00)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
05.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (200,00)	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 17 de agosto de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 17 de agosto de 2015.
Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2754, de 17/08/2015

DECRETO Nº 2754, de 17 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 27.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
5.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (27.000,00)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
05	SECRETARIA DE SAUDE
05.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
05.001.0010	SAUDE
05.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
05.001.0010.0301.0070	DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE
5.001.0010.0301.0070.2025	MANUTENÇÃO SAÚDE - RECURSOS SUS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013806	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ
Valor: (27.000,00)	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 17 de agosto de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar.

Município de Ascurra/SC, 17 de agosto de 2015.
Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

05/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ATALANTA – CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Dispõe sobre a análise e homologação dos candidatos inscritos para eleições do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Federal nº 8069/90 e Lei Municipal nº 1223/11, e considerando o encerramento das inscrições dos candidatos para eleições para o Conselho Tutelar, resolve:

Art. 1º Homologar a inscrição dos candidatos que cumpriram com os pré-requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 8069/90, Lei Municipal nº 1223/11 e Edital nº 01 de 02 de abril de 2015 e Edital nº 02 de 20 de agosto de 2015, na forma do anexo I;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 31 de agosto de 2015.
Nádia Eliani Antunes Chiquett
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ATALANTA – CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 05/2015

ANEXO I

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE TIVERAM SUA INSCRIÇÃO HOMOLOGADA PELO CMDCA

Número da Inscrição	Nome do Candidato
17	Débora Tereza Giacomozzi Alves
18	Giseli Schäfer Ribeiro da Luz
19	Rozene Souza
20	Ana Paula Batista Borges
21	Marli do Carmo May
22	Gisele Olinda Krause Heinzen Ferreira

Atalanta, 31 de agosto de 2015.
Nádia Eliani Antunes Chiquett
Presidente CMDCA

DECRETO Nº 031/2015

D E C R E T O Nº 031/2015

“Aprova a Política de Educação Permanente em Saúde e Humanização e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

- Considerando a Portaria GM nº 699 de 30 de março de 2006 que regulamenta as diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida e de Gestão, especificamente nas responsabilidades dos gestores estaduais e municipais no que se refere à educação em saúde;

- Considerando a Lei nº 8.080, Artigo 14, de 19 de setembro de 1990, quanto a responsabilidade constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) de ordenar a formação de recursos humanos e incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico na área da

saúde;

- Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº. 330, de 04 de novembro de 2003, que resolve aplicar os Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS - NOB/RH – SUS, como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no âmbito do SUS;

- Considerando a Portaria GM nº 1996 de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) voltada para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS e compreendida como uma proposta de ação formativa, práticas pedagógicas e organização dos serviços, representando um recurso estratégico para identificação de problemas, construção de soluções e gestão do trabalho;

- Considerando o Decreto Municipal nº 031/2015, que instituiu o Núcleo de Educação Permanente em Saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Atalanta.

DECRETA:

Art. 1º - Aprovar a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde nos termos constantes do Anexo deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 12 de agosto de 2015.
Tarcísio Polastri
Prefeito Municipal de Atalanta

ANEXO

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES

CONCEITO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) refere-se à prática social fundamentada na concepção de educação como espaço de problematização, reflexão e diálogo.

A EPS está centrada na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, no enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais.

A Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) opera de forma articulada e integrada aos órgãos públicos municipais, instituições privadas, educativas e sociedade civil organizada, em sinergia com outras políticas educacionais e contribuindo para o fortalecimento da gestão municipal da saúde e do SUS.

A PMEPS adotará o referencial do quadrilátero de formação para a área da saúde (ensino, gestão, atenção e controle social) a fim de construir e organizar uma educação responsável por processos interativos e de ação na realidade, para operar mudanças, mobilizar caminhos, convocar protagonismos e detectar a paisagem interativa e móvel de indivíduos, coletivos e instituições, como cenário de conhecimentos e invenções.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I – Ter enfoque humanista, democrático, participativo, crítico e inserido na realidade sanitária e dos serviços de saúde;

II - Valorizar o conhecimento como instrumento de qualificação da gestão, da assistência e da vigilância em saúde.

OBJETOS

- I – Promoção da saúde e a defesa da vida;
- II – Humanização;
- III – Educação curricular e continuada;
- IV – Educação popular em saúde;
- V – Tecnologias de informações e comunicações (TIC);
- VI – Pesquisa e avaliação em saúde.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

- I – Implementar a EPS com ênfase no aprimoramento das práticas profissionais para a melhoria da qualidade da atenção, da gestão e da participação social na saúde;
- II – Desenvolver a EPS na perspectiva de compreensão do conceito ampliado do processo saúde/doença, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal da Saúde (SMS);
- III – Promover a integração de saberes, intra e Inter institucionalmente, e a detecção de necessidades em EPS;
- IV – Apoiar a formação, atualização, qualificação, participação, informação e intercâmbio de saberes dos profissionais que atuam na rede municipal de saúde;
- V – Fomentar a pesquisa em saúde e sua divulgação.

CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES

- I - Reconhecimento das especificidades locais para a elaboração e desenvolvimento da Educação Popular em Saúde;
- II - Fortalecimento das redes de atenção à saúde (assistência e vigilância em saúde) integradas;
- III – Adoção de estratégias inovadoras para a realização das ações de EPS;

- IV – Desenvolvimento de estudos e pesquisas que favoreçam o aprimoramento e a qualificação das práticas em saúde;
- V – Desenvolvimento de parcerias que propiciem ações em EPS de forma abrangente;
- VI – Qualificação dos profissionais da SMS, ampliando conhecimentos e aumentando a eficácia dos serviços de saúde em benefício da população;
- VII – Desenvolvimento de indicadores que possibilitem o monitoramento e avaliação das ações promovidas.

CAPÍTULO IV - DOS ESPAÇOS

A organização das atividades de EPS será realizada pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS) e pactuado entre as diversas instâncias da SMS.

São espaços definidos para EPS:

- I – Bases – espaços que ocorrem nas unidades de saúde e sua área de abrangência;
- II – Núcleos – reuniões por categoria profissional, referente às especificidades das áreas profissionais;
- III – Campos – espaços específicos de qualificação;
- IV – Intersecção – espaços de intercâmbio de ações e práticas de conhecimento entre as unidades de saúde.

CAPÍTULO V – DA GESTÃO

A PMEPS permeará todos os âmbitos da SMS norteadas por um Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS) e coordenada pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPS).

O PAMEPS deverá ser elaborado Inter institucionalmente e pactuado entre as diversas esferas da SMS, baseado no diagnóstico situacional das necessidades em EPS e resultando em um cronograma de ações integradas.

São atribuições do NEPS:

- I – Planejar, coordenar e monitorar a execução do PAMEPS;

- II – Assessorar os gestores na discussão sobre EPS;
- III – Estimular e apoiar a formação continuada e permanente dos trabalhadores de saúde;
- IV – Promover a integração dos diferentes segmentos sociais por meio de projetos e pesquisas em EPS;
- V – Elaborar e apoiar o desenvolvimento de projetos através de planejamento participativo;
- VI – Monitorar e avaliar as ações e estratégias de EPS implantadas no município.

CAPÍTULO VI – DOS EIXOS

As estratégias de ação da EPS, integrando ensino, gestão, atenção e controle social, ocorrerão principalmente nos seguintes eixos:

I – SUS COMO ESCOLA (Integração Ensino-Serviço e sociedade)
SUS como Escola é o eixo das relações inter e intrainstitucionais da saúde e educação, que promove a integração ensino-pesquisa -extensão-serviço-comunidade e orienta as linhas de pesquisa em saúde no âmbito da SMS.

II – DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Desenvolvimento Profissional é o eixo responsável por organizar, divulgar e monitorar o calendário anual de qualificação e formação profissional, criando e mantendo um banco de dados dos profissionais capacitados, ordenando a participação em eventos e formulando propostas e estratégias pedagógicas, conforme o PAMEPS.

CAPÍTULO VII - DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

I - O município de Atalanta, por meio da SMS, deverá prever e prover recursos em suas leis orçamentárias para a execução da PMEPS;

II - Os recursos para a EPS poderão ser complementados por captação através de projetos específicos no ProjeSUS, CIES e outros;

III - Para a implementação da PMEPS a SMS poderá firmar convênios e parcerias.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Caberá a SMS:

I – Destinar os recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários para o funcionamento e consolidação da NEPS, incluindo a comunicação permanente entre os seus componentes, através de encontros presenciais e/ou meio eletrônico, e desenvolvimento do Observatório em Saúde.

II – Destinar estrutura física adequada para o trabalho do NEPS.

Tarcísio Polastri

Prefeito Municipal de Atalanta

DECRETO Nº 032/2015

D E C R E T O Nº 032/2015

“Disciplina procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e pelos profissionais de saúde credenciados pelo Município na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Atalanta, no uso da atribuição privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

- CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;
- CONSIDERANDO que o art. 197 da Constituição Federal prevê

que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

- CONSIDERANDO que o §1º, do art. 2º, da Lei nº. 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

- CONSIDERANDO o art. 4º, da Lei nº. 8.080/1990, o qual prevê que constitui o Sistema Único de Saúde (SUS) o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público;

- CONSIDERANDO o art. 6º, I, d, da Lei nº. 8.080/1990 que dispõe que estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

- CONSIDERANDO que a lista de medicamentos elaborada pelo SUS constitui importante instrumento para aplicação e efetividade da concretização do acesso universal e igualitário à saúde, a qual deve ser respeitada pelos profissionais da saúde, salvo hipóteses justificadas por meio de laudo em que revele a sua ineficácia para o caso concreto;

- CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº. 9.787/1999 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

- CONSIDERANDO a linha "a", do art. 35, da Lei nº. 5.991/73 prevê que somente será aviada a receita que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

- CONSIDERANDO que os profissionais de saúde - médicos e odontólogos - vinculados a este Município estão submetidos às normas que regem à Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de incorrer em violação à dever funcional, após o regular devido processo legal;

DECRETA:

Art. 1º - Os médicos e os odontólogos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e estes profissionais credenciados pelo Município, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais, devem prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS).

§1º - No caso de o médico e o odontólogo, servidor ou credenciado do Município, necessitar prescrever medicamentos, solicitar exames e procedimentos de saúde diversos dos disponíveis nas políticas públicas, das listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição daquele tratamento de saúde padronizado para o caso concreto.

§2º - Para a prescrição de medicamentos, os médicos e os odontólogos, credenciados ou vinculados à Secretaria de Saúde, deverão ainda:

I – adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II – emitir receita em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais.

- 3º - A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo:

I – não eximirá o servidor público ou profissional de saúde credenciado da obrigação de informar a respeito:

a) do potencial dos serviços públicos de saúde; e

b) da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia diagnosticada;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 20 de agosto de 2015.

Tarcísio Polastri

Prefeito Municipal de Atalanta

LEI Nº 1439/2015

LEI Nº 1439/2015

"Autoriza Subsídio de Análise de Solo".

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta – SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Atalanta, autorizado a subsidiar uma Análise Química do Solo Básica – Macro Elementos por ano, aos produtores rurais que possuem áreas agrícolas ou bloco de notas no município e, que estejam adimplentes com suas obrigações perante o Município de Atalanta. O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da Nota Fiscal da análise feita.

Parágrafo Único – Ficará por conta da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento do Município de Atalanta, os critérios de liberação da análise por produtor rural, bem como a solicitação de processo licitatório, ou se este não for necessário, a cotação de preços de no mínimo três empresas para análise química do solo básica – macro elementos. A empresa com menor preço será declarada fornecedora do serviço. O processo licitatório ou a cotação de preços será feita a cada 12 meses.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM-SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 1095/2009, de 15.04.2009, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 31 de agosto de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 106/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora ADRIANA VOSS SENEM, a partir da data de 20 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta

20 de agosto de 2015

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PORTARIA Nº 107/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora ALBERTINA CLAUDETE BILCK, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 21 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
21 de agosto de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PORTARIA Nº 108/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor GUILHERME ARNOLD, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 25 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
25 de agosto de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

1552-2015

LEI Nº 1.552 DE 25 DE AGOSTO DE 2.015.

“DENOMINA VIA PÚBLICA DE RUA MANOEL CARDOZO FILHO”

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominada de “Rua Manoel Cardozo Filho”, como nomenclatura da via pública localizada no Município de Aurora, como homenagem ao ex-morador daquela Comunidade.

Art. 2º - A via pública, com 05 metros de largura, inicia-se no eixo da Rua Aldo Stock e se estende por aproximados 115,50 metros até a divisa entre os imóveis de propriedade das sras. Rosalina Inês Osterno Avi e Suzete Mara da Silva.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão sem ônus para o Município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 25 de agosto de 2015.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1553-2015

LEI Nº 1.553 DE 25 DE AGOSTO DE 2.015.

“DENOMINA VIA PÚBLICA DE ORLANDO KLAUMANN”

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominada de “Rua Orlando Klaumann”, como nomenclatura da via pública localizada no Município de Aurora, na Localidade de Santa Tereza, como homenagem ao ex-morador daquela comunidade.

Art. 2º - A via pública, com 12 metros de largura, inicia-se na cabeceira da Ponte Caetano Zancanaro Hugo Klaumann sobre o Rio Itajaí do Sul e se estende por aproximados 1.620 metros, até a denominada curva do Italianos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão sem ônus para o Município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 25 de agosto de 2015.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - FATIMA BIFF

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 050/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 050/PMBR/2013, que prevê o termino em 02/09/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02/09/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 27/08/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Fatima Biff Brigido.

EXTRATO DE ADITIVO - STATION Nº01

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 056/PMBR/2015. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, do contrato que tem como objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de suprimentos de informática e prestação de Serviços de Assistência Técnica, de manutenção preventiva e corretiva, nos equipamentos de informática existentes nas sedes da Prefeitura, Secretaria de Educação e Saúde do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 26/08/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

EXTRATO DE ADITIVO - VOGELSANGER Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 129/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 26/08/2015, por mais 127 (Cento e Vinte e Sete) dias, ou seja, até 31/12/2015, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão - SC. ASSINATURA: 20/08/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 033/FMS/2015; JUGASA COMERCIAL DE VEICULOS S/A; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de um veículo novo Tipo Mini Van, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC., (Programa Vigilância em Saúde). Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/FMS/2015. No valor global de: R\$ 74.500,00 (Setenta e quatro mil e quinhentos reais). ASSINATURA: 13/08/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo Gaidzinski.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 107/PMBR/2015; BETHA SISTEMAS LTDA; OBJETO: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Recursos Humanos com acessos simultâneos, em ambiente Desktop, utilizando banco de dados relacional. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade n.º 054/PMBR/2015. No valor global de R\$ 9.009,80 (Nove mil e nove reais e oitenta centavos). VIGENCIA: 13 (treze) meses; ASSINATURA: 24/08/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Daniela Ramos Silva e o Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS 07/2015

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 069/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Gapski & Cia Ltda. – EPP, CNPJ 02.285.982/0001-30, Rua Alinor Vieira Corte, 765, Campo da Água Verde, Canoinhas, SC. Objeto: A prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota municipal de veículos, vans, caminhões e máquinas, do Município de Bela Vista do Toldo e seus Fundos Municipais.

Valor: R\$ 52.213,98 (cinquenta e dois mil, duzentos e treze reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 03.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 070/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto: Aquisição parcelada de lubrificantes e aditivos.

Valor: R\$ 5.561,75 (Cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 07.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 071/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Volpesa – Locações E Transporte Ltda EPP, CNPJ 03.393.652/0001-21, Rua Mercedes Corte, 500, Campo da Água Verde, Canoinhas, SC.

Objeto: A locação de uma escavadeira hidráulica, com operador e com manutenção, com base na hora máquina para limpeza, manutenção e escavação no cascalheiro.

Valor: R\$ 77.550,00 (Setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 27.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 013.2015 - PREF – Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 062.2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, São Francisco, Bituruna, PR.

Objeto do aditivo: Alteração do Anexo I do Contrato nº 062/2014, excluindo duas linhas e acrescentando duas linhas.

Data da assinatura: 03.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 014.2015 - PREF – Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 062.2014.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Bitur Transportadora Turística Ltda., CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, São Francisco, Bituruna, PR.

Objeto do aditivo: Alteração do Anexo I do Contrato nº 062/2014, acrescentando duas linhas, nos termos do art. 65, - 1º, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 10.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 015.2015 - PREF – Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 010.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do objeto do contrato, acrescentando-se a quantidade do Óleo Diesel S-10, nos termos do art. 65, - 1º, da Lei nº 8.666/93.

Data da assinatura: 24.08.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 031/2015-FMS.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bela Vista do Toldo, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Infoplan Ltda. - Me, CNPJ 04.622.715/0001-37, Rua Alfredo Zipperer, 175, Centro, São Bento do Sul, SC.

Objeto: Aquisição de equipamentos.

Valor: R\$ 9.580,00 (nove mil, quinhentos e oitenta reais).

Data da assinatura: 07.08.2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PP 59/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO No. 59/2015.

MODALIDADE: Pregão – 59/2015.

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Benedito Novo, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial acima citado, que objetiva AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs), PRE ESCOLAS (PEs) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS) sofreu retificação conforme segue:

Ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias no subitem 10.4 do Edital e no subitem 4.1 da Minuta do Contrato:

05.001.12.361.0051.2025.3390302100.1360000 – Salário Educação

05.001.12.361.0051.2025.3390302100.3360000 – Salário Educação

Permanecem inalterados os demais itens e exigências do edital, bem como a data de abertura da licitação.

Benedito Novo, 31 de agosto de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

LADEMIR KUMMROW

Assessor Jurídico

OAB/SC 17.560

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 145/2015

DECRETO Nº 145/2015 DE: 27 DE AGOSTO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

11. FUNDO MUNICIPAL DA ASSSITÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2058	Manutenção do Conselho Tutelar	50.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manut. do Fundo Municipal de Saúde	13.300,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	13.300,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	13.300,00
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	35.580,85
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000049	Outras Despesas Correntes	10.347,28
3.3.90.00/0.6.28.000049	Outras Despesas Correntes	25.233,57
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.28.000049	Pessoal e Encargos Sociais	10.347,28
3.1.90.00/0.6.28.000049	Pessoal e Encargos Sociais	25.233,57

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 146/2015

DECRETO Nº 146/2015 DE: 27 DE AGOSTO DE 2015.

REVOGA O DECRETO N.º 117/2015, DE 09 DE JULHO DE 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a autorização que lhe confere o art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n.º 117/2015, de 09 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 19.039/2015

PORTARIA Nº 19.039, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.
EXONERA LEILA SCHIPPMANN MAFFEZZOLLI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:
EXONERAR

LEILA SCHIPPMANN MAFFEZZOLLI, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeada pela Portaria nº 17.197, de 12 de agosto de 2013, no dia 01 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.054/2015

PORTARIA Nº 19.054, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
NOMEIA ANDREA SOARES WUO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COM-PED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, e de conformidade com o Memorando GAB nº 0165/2015, de 25/08/2015, resolve:
NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, juntamente com os demais membros:

ANDREA SOARES WUO, representante titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, em substituição a FABIANA SCHMITT CORRÊA, nomeada pela Portaria nº 18.499, de 02 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.055/2015

PORTARIA Nº 19.055, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e Memorando GAB/SEMUDES nº 166/2015, de 25/08/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, para comporem, juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN:

ADELAIDE SAUTNER e IONE DE CARVALHO DE ALMEIDA, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a MARCOS ROBERTO GOMES e SOLANGE DA SILVA SCHARF, nomeados pela Portaria nº 16.776, de 14/03/12;

CLEITON DE SOUZA, representante suplente da Cruz Azul do Brasil, em substituição a SIRLENE V. ANDRADE ZEMIANI, nomeada pela Portaria nº 16.108, de 21/08/12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.056/2015

PORTARIA Nº 19.056, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando GAB nº 0168/2015, de 26/08/2015, resolve:
NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

TALIRA SCHUTZ DOS SANTOS, representante titular da Secretaria Municipal de Saúde – Política de Saúde - SEMUS, em substituição à LORENA DURAES FERREIRA, nomeada pela Portaria nº 18.824, de 08/06/2015;

NAIARA MAY, representante titular da Associação Blumenauense de Deficientes Físicos – ABLUDEF – Categoria Entidades de Assistência Social, em substituição à ANA CARLA TAVARES, nomeada pela Portaria nº 18.957, de 22/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.057/2015

PORTARIA Nº 19.057, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme os Memorandos SEDEAD nº 730/2015 e nº 750/2015, resolve:

DESIGNAR, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotadas na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

FERNANDA VARGAS WEIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para a função de Assessor de Cargos e Remunerações, símbolo FGC-30%, a contar de 24 de agosto de 2015;

PRISCILA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para a função de Assessor de Controle Ponto, símbolo FGC-30%, a contar de 01 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.058/2015

PORTARIA Nº 19.058, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 703, de 29/01/2003, e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR,

no dia 27 de agosto de 2015, ERIVALDO NUNES CAETANO JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 18.424, de 06 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.059/2015

PORTARIA Nº 19.059, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CARLOS LANGE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 703, de 29/01/2003, e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR,

CARLOS LANGE, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, símbolo CC-1, nesta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29.521/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.521, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PELA FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU - UNIASSELVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório de Prática Jurídica Trabalhista do Curso Superior em Direito, pela Faculdade Metropolitana de Blumenau - UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 20 de agosto de 2015 e término previsto para 26 de novembro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 08 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/08/005449.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.522/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.522, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONI PAULI BOOS DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PRÁTICA CLÍNICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA PELA FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU - UNIASSELVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal SIMONI PAULI BOOS, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório de Prática Clínica do Curso de Graduação em Fisioterapia, pela Faculdade Metropolitana de Blumenau – UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 17 de agosto de 2015 e término previsto para 18 de dezembro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 73 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/08/005200.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.523/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.523, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
AUTORIZA O RETORNO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FERNANDA VARGAS WEIS AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:
AUTORIZAR

o retorno da servidora pública municipal FERNANDA VARGAS WEIS, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 24 de agosto de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/08/005489.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.524/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.524, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA FARIAS JOZNIK À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:
CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal ROSANGELA FARIAS JOZNIK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005348.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.525/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.525, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA CLARICE DE SOUZA À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:
CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal MARIA CLARICE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005346.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.526/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.526, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.
CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PERLA TORRENS À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:
CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal PERLA TORRENS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento - SEMUDS, à Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, a contar de 10 de agosto de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005347.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO Nº 239/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 239/2015
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O CONSÓRCIO SC - SOTEPA / CC 38.

OBJETO: Contratação de consórcio para execução de gerenciamento, controle e apoio à fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação da Rua Vale do Selke no Bairro Testo Salto; Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – PAC 2 – 2ª Etapa - CEF/SEMOB - (Item 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 038/2014.

PRAZO: 14 (catorze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 205.398,20 (duzentos e cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos).
DATA: 13 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 240/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 240/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO SC - SOTEPA / CC 38.

OBJETO: Contratação de consórcio para execução de gerenciamento, controle e apoio à fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação da Rua Arnold Hemmer, no Bairro Badenfurt; Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – PAC 2 – 2ª Etapa - CEF/SEMOB (Item 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 038/2014.

PRAZO: 20 (vinte) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 294.144,21 (duzentos e noventa e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos).

DATA: 13 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 241/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 241/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO SC - SOTEPA / CC 38.

OBJETO: Contratação de consórcio para execução de gerenciamento, controle e apoio à fiscalização das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação da Rua Ewald Jansen, no Bairro Salto Weissbach; Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – PAC 2 – 2ª Etapa - CEF/SEMOB - (Item 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 038/2014.

PRAZO: 14 (catorze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 202.234,92 (duzentos e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos).

DATA: 13 de agosto de 2015.

TERMO DE REPASSE 2015/129

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/129

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O LIGA BLUMENAUENSE DOS GINCANEIROS

OBJETO: Despesas com a Gincana Cidade de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 28 de agosto de 2015.

TERMO DE REPASSE 2015/080

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/080

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CENTRO TERAPÊUTICO VIDA

OBJETO: Manutenção e Conserto do Veículo da Instituição.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Oito mil reais (R\$ 8.000,00) repassados em parcela única, com aporte financeiro no valor de quarenta e um reais e vinte e três centavos (R\$ 41,23).

DATA: 31 de agosto de 2015.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 31/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 31/2015

APROVA O CUSTEIO PARA A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA CATEGORIA DE USUÁRIOS NAS REUNIÕES E FORMAÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 26 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Portaria nº. 07, de 30 de janeiro de 2012 que dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social;

- o Caderno de Orientações Conjuntas sobre os Índices de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) e do SUAS (IGDSUAS);

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio para a participação dos conselheiros representantes da categoria de usuários nas reuniões e formações do Conselho Municipal de Assistência Social com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

- 1º Os custos para a participação em reuniões e plenárias do Conselho corresponderá ao pagamento de transporte;

- 2º Os custos para a participação em Formações que ocorrerem no município corresponderá à alimentação e transporte;

- 3º Os custos para a participação em Formações que ocorrerem em outros municípios serão através de pagamento de diária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 32/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 32/2015

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Leis Orgânica de Assistência Social - LOAS; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015,

que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 26 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº 18, de 29 de maio de 2015 que aprova as datas para a realização da X Conferência Municipal de Assistência Social, do município de Blumenau, nos dias 28, 29 e 30 de julho do corrente ano;
- a análise e o parecer favorável das Comissões Permanente de Financiamento do CMAS em Reunião Ordinária de 19 de agosto de 2015, à Prestação de Contas da X Conferência Municipal de Assistência Social;
- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Plenária Ordinária realizada em 26/08/2015, conforme consta na Ata CMAS, Nº. 13/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas da X Conferência Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 53.698,05 (cinquenta e três mil, seiscentos e noventa oito reais e cinco centavos), com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 33/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 33/2015

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA I CONFERÊNCIA CONJUNTA DOS DIREITOS HUMANOS: CRIANÇA E ADOLESCENTE, PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 26 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Resolução Interconselhos do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e do Conselho Municipal do Idoso – CMI, nº 01, de 06 de maio de 2015, que autoriza o pagamento das despesas da I Conferência Conjunta dos Direitos Humanos: Criança e Adolescente, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência;

- a análise e o parecer favorável das Comissões Permanente de Financiamento do CMAS, Comissão Permanente de Finanças e Captação do Idoso – CPFC e Comissão de Finanças e Captação - CFC em Reunião Extraordinária de 19 de agosto de 2015, à Prestação de Contas da I Conferência Conjunta de Direitos Humanos da Criança e Adolescente, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Plenária Ordinária realizada em 26/08/2015, conforme consta na Ata CMAS, Nº. 13/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do I Conferência Conjunta dos Direitos Humanos: Criança e Adolescente, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme os percentuais estabelecidos na Resolução Interconselhos nº01/2015, sendo 11% do recurso do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 34/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 34/2015

APROVA O CUSTEIO PARA O OFERECIMENTO DE CAFÉ NAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 26 de agosto de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Portaria nº. 07, de 30 de janeiro de 2012 que dispõe sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social;

- o Caderno de Orientações Conjuntas sobre os Índices de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF) e do SUAS (IGDSUAS);

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio para o oferecimento de café nas reuniões plenárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo único: Os custos compreendem a aquisição de pó de café, açúcar, filtro de café, garrafas térmicas e bolachas doce e salgada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 33/2015

Resolução CMDCA Nº33/2015

APROVA DESPESA DA I CONFERÊNCIA CONJUNTA DOS DIREITOS HUMANOS: CRIANÇA E ADOLESCENTE, PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, NO QUE COMPETE AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento

aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações, no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião, realizada em 12/08/2015, que analisou a planilha de custos da I Conferência Conjunta dos Direitos Humanos;

- o relatório da reunião conjunta entre as Comissões de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Conselho Municipal do Idoso – CMI e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA que aprovou a referida Prestação de contas em 19 de agosto de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 20/08/2015, conforme consta na Ata nº 13/2015, que aprovou a Prestação de contas da I Conferência Conjunta dos Direitos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da I Conferência Conjunta dos Direitos Humanos, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, com percentual de 46% do valor total dos custos divididos entre os Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS, dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA e do Idoso - FMI, no valor de R\$ 49.164,22 (quarenta e nove mil cento e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos);

Parágrafo único: O valor total das despesas para a I Conferência Conjunta foi de R\$ 106.869,93(cento e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e três centavos);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de agosto de 2015.

Ivone Serpa

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

EDITAL NOTIFICAÇÃO IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE AGOSTO/2015 - 3 - PSIU

SEPLAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

PROGRAMA DE SILÊNCIO URBANO - Psiu

LEI COMPLEMENTAR Nº 947/2014.

Com fundamento na Lei Complementar nº 947 de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Silêncio Urbano – Psiu -, e após o julgamento da consistência dos Autos de Infração, em conformidade com o que estabelece o artigo 4º do diploma legal acima mencionado e o Decreto nº 10.688 que regulamenta a Autoridade Municipal competente, ficam notificados da imputação da penalidade abaixo indicada:

Nome do Infrator	Órgão Atuador	Auto de Infração	Data e Local da Infração	Penalidade
David Michel Zimmer	10º BPM	1193518	26/07/2015 - Rua Rudolfo Walter, nº 1104 - Itoupava Central – Blumenau/SC.	Advertência
Jefferson Braz	10º BPM	1192290	25/07/2015 – Rua Oscar Holtz, nº57 - Salto do Norte – Norte House Tabacaria – Blumenau/SC.	Advertência
Marco Aurélio Goebel	10º BPM	1792477	25/07/2015 – Rua Ucrânia, nº 126 – Itoupavazinha – Blumenau/SC.	Advertência

Fica V.Sa. notificado de que poderá interpor Recurso Hierárquico desta penalidade em até 20 dias após a publicação deste Edital, na forma escrita, dirigida à Diretoria de Fiscalização de posturas do Município de Blumenau, mediante protocolo na Praça do Cidadão.

A reincidência em infrações de mesma natureza sujeitará o infrator às penalidades de multa e demais sanções previstas em lei.

Blumenau, 31 de agosto de 2015.

CHRISTIAN RAFAEL LUCIANI

Gerente de Obras e Posturas.

AVISO LICITAÇÃO PREGÕES NºS 014/15; 018/15 E 020/15 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÕES (presencial)

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará os seguintes procedimentos licitatórios:

Nº 015/2015

Objeto: Locação de veículos e equipamentos, sem motorista e sem fornecimento de combustível, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 15/09/2015 – 09h00min

Nº 018/2015

Objeto: Fornecimento parcelado de tubos de concreto simples, tubos de concreto armado, tubos de concreto poroso, blocos, lajotas, meio-fio, calhas, gelo baiano, grelha, mourão e blocos, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 17/09/2015 – 09h00min.

Nº 020/2015

Objeto: Fornecimento de pneus de carga, pneus de veículos leves, câmaras e serviços de recapagem, conserto, balanceamento e geometria, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 18/09/2015 – 09h00min.

Os Editais, com seus elementos constitutivos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico urb.licitacoes@terra.com.br ou adquiridos na Companhia de Urbanização de Blumenau, localizada na Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo, Blumenau/SC, junto ao Setor de Licitações, mediante o pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, em dias úteis, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU

Emerson Antunes – Diretor Presidente

EXTRATO Nº 201/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 201/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA.

OBJETO: aquisição de uniformes para utilização nas aulas de técnica cirúrgica, ministradas aos acadêmicos do curso de Medicina da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 047/2015 e Contrato nº. 081/2015, firmado em 21 de agosto de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 8.667,20 (oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 1						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	29368	50	Peças	<p>Avental cirúrgico (capote) de uso hospitalar, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, tamanho único, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final, com bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O capote aberto deverá ter as medidas de 1,10 x 1,75 m, mais as mangas. Deve ser suficiente para o transpasse total nas costas, cobrindo inteiramente o corpo do profissional; <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gola lisa do tipo canoa, feita em viés do próprio tecido, acompanhando o degolo, formando transpasse e tiras para permitir fechar e amarrar nas costas; - Manga comprida com punho de ribana pronta 3cm 100% algodão, na cor branca, e tira de viés fechado para amarração nas mãos; - 10 tiras de viés para amarração nas costas, conforme desenho. - Acabamento de debrum na abertura frontal e decote; - Bainha de 2 viras com 3cm pronto; - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	45,91	2.295,50
2	17915	10	Peças	<p>Campo cirúrgico de uso hospitalar, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, tamanho único, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final. Bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O campo aberto deverá ter as medidas de 1,50 x 1,50 m; <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	33,98	339,80
3	6070	40	Peças	<p>Campo cirúrgico de uso hospitalar, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, tamanho único, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final. Bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O campo aberto deverá ter as medidas de 1,00 x 1,50 m; <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	27,47	1.098,80

4	6071	10	Peças	<p>Campo cirúrgico de uso hospitalar, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, tamanho único, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final. Bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O campo aberto deverá ter as medidas de 1,00 x 1,50 m; <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abertura centralizada de 5 x 15 cm, com embainhada nas bordas com retrocesso no início e final; - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	27,60	276,00
5	33213	70	Peças	<p>Camisa cirúrgica (pijama) de uso hospitalar, de mangas curtas, com bolso sobreposto na frente posicionado na parte inferior, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final com bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Grade de tamanhos:</p> <p>Tamanho M: 40 peças Tamanho G: 20 peças Tamanho GG: 10 peças</p> <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolso sobreposto na frente, na parte inferior, aberto, embainhado, tamanho 15 x 15 cm; - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	32,88	2.301,60
6	33214	70	Peças	<p>Calça cirúrgica (pijama) de uso hospitalar, com elástico na cintura, confeccionado em tecido 100% algodão, gramatura mínima de 200g/m2, na cor azul (a ser definida conforme cartela de cores apresentada pelo vencedor do item), pré encolhido, isento de quaisquer defeitos, linhas de costuras na mesma cor do tecido, embainhado nas bordas com retrocesso no início e final com bordado de logomarca em uma cor, de tamanho até 8 x 6 cm.</p> <p>Grade de tamanhos:</p> <p>Tamanho M: 40 peças Tamanho G: 20 peças Tamanho GG: 10 peças</p> <p>Detalhes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elástico na cintura; - Com etiqueta contendo a identificação do fabricante, composição e gramatura do tecido, data de fabricação, observando-se também a simbologia de cuidados com o tecido, padronizada pela NBR 8719:1994; - Plena leniência aos preceitos da NBR 13.734:1996. 	33,65	2,355,50
Preço Total do Lote (em reais)				R\$ 8.667,20		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente Contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento definitivo dos materiais ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2015.

EXTRATO Nº 202/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 202/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Alvo Digital Publicidade Ltda. EPP

OBJETO: Aquisição de painel acrílico decorativo, com instalação, para a recepção do bloco A do campus I da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 135/2015 e Contrato nº. 082/2015, firmado em 19 de agosto de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 5.390,00 (Cinco mil e trezentos e noventa reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 135/2015, especialmente quanto a Proposta de folha 06 e 07, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do único item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	36809	1	Peça	Painel em acrílico cristal 10mm tamanho 1,26 x 6,90 m, dividido em 3 peças de 1,26 x 2,30 m cada / aplicação de adesivo poliéster com textura imitação de aço escovado e adesivo em vinil transparente importado com impressão digital (fotográfica) em uma face / fixação por parafusos e separadores cromados / com instalação	5.390,00
Garantia contra desbotamento e alteração de cor (em meses)				12 meses	
Preço Unitário (em reais, por extenso)				Cinco mil e trezentos e noventa reais	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do painel com a instalação, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento definitivo do painel acrílico com instalação ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 31/08/2015.

EXTRATO Nº 203/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 203/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Delmo Leal da Silva

OBJETO: serviços de alimentação para o evento FURB Interação.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 120/2015 e Contrato nº. 087/2015, firmado em 20 de agosto de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitário de R\$ 5,00 (cinco reais) por ticket, para um número máximo de 1.500 (hum mil e quinhentos) tickets, perfazendo um preço global máximo de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA, no Processo de Dispensa de Licitação nº 120/2015:

Quantidade	Unidade	Especificação	Valor Dos Serviços (em R\$ por unidade)
1.500	Tickets	Serviços de alimentação que consiste na livre escolha de produtos disponibilizados nas cantinas existentes nos Campi (Campus I, II, III e V) da FURB até o limite de R\$ 5,00 (cinco reais) a serem pagos através de tickets distribuídos pela organização do evento FURB INTERAÇÃO 2015 que será realizado em 23/09/2015.	5,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após a data do evento, desde que apresentadas as respectivas notas fiscais com a antecedência de 07 (sete) dias consecutivos, desde que aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, através de crédito na conta bancária da CONTRATADA, na agência e banco que ela designar.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento em 25 de setembro de 2015.

DATA: 31/08/2015.

EXTRATO Nº 204/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 204/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
Super Ideal Comércio Varejista Supermercadista LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para compras futuras de água mineral e vasilhames para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 107/2015 e Contrato nº. 085/2015, firmado em 21 de agosto de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
02	21748	40	Vasilhame	Garraão vazio em material plástico para acondicionamento de água mineral de 20 litros. Produto em conformidade com a legislação em vigor. O vasilhame disponibilizado deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de entrega, verificável no fundo do mesmo.	13,49	539,60
Preço Total (em reais, por extenso)				Quinhentos e trinta e nove reais e sessenta centavos		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) produto(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 21/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 31/08/2015.

EXTRATO Nº 205/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 205/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Thema Informática Ltda

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 264/2012 - TERMO ADITIVO Nº. 004

OBJETO: contratação de serviços de suporte técnico de manutenção, modalidade garantia legal e tecnológica e de suporte técnico de manutenção, modalidade assessoria operacional, para o sistema ERP instalado na FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de licitação nº. 145/2012 e Contrato Nº. 264/2012, de 30 de novembro de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do aditivo nº 03 ao Contrato nº. 264/2012, que passa a ter a seguinte redação:

[...]1.3 Para a vigência do aditivo nº 03, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 210.478,56 acrescidos de R\$ 8.370,00 (oito mil, trezentos e setenta reais), em decorrência da suplementação ocorrida através deste aditivo, conforme alteração demonstrada na tabela abaixo:

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário do Item em R\$	Preço Total, por ano, em R\$
01	33496	12	Meses	Serviço de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade "Garantia Legal e Tecnológica (GLT)".	16.609,88	199.318,56
02	33497	120 + 90	Horas	Serviços de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade Assessoria Operacional.	93,00	19.530,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº. 264/2012 suplementado em R\$ 8.370,00 (oito mil, trezentos e setenta reais) equivalente a 3,976652% (três vírgula nove sete seis seis cinco dois por cento) do valor contratado para o período de 1º de

dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 264/2012 e aditivos n.º 01 a 03.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, firmam o presente Termo Aditivo em três (03) vias de igual teor e forma, para os efeitos de direito e de justiça.

DATA: 31/08/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.386

RESOLUÇÃO MD Nº 2.386

NOMEIA JONAS REICHERT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 11 de agosto de 2015, Jonas Reichert, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.385

RESOLUÇÃO MD Nº 2.385

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Adriano Pereira, na Marcha dos Vereadores, em Brasília (DF), nos dias 18 a 21 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta, da taxa de inscrição no evento, no valor de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) e de cinco diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 10 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.387

RESOLUÇÃO MD Nº 2.387

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM AUDIÊNCIAS MINISTÉRIAS EM BRASÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Fábio Allan Fiedler, em audiências no Ministério das Cidades e no Ministério da Saúde, acompanhando o Secretário de Estado da Saúde, em Brasília (DF), no dia 18 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.388

RESOLUÇÃO MD Nº 2.388

AUTORIZA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASCAMBLU, PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Blumenau autorizado a celebrar convênio com a ASCAMBLU – Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Blumenau, para a consignação em folha de pagamento das contribuições dos associados, na forma do Termo de Convênio, anexo, que é parte integrante desta Resolução MD.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE AGOSTO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 458

RESOLUÇÃO Nº 458

ALTERA O CAPÍTULO II, DO TÍTULO VIII, DA RESOLUÇÃO Nº 403, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010, PARA INSTITUIR A CONSULTA PÚBLICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Para instituir a Consulta Pública, o Capítulo II, do Título VIII, da Resolução nº 403, de 02 de dezembro de 2010, que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Blumenau”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO II

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DA CONSULTA PÚBLICA

SEÇÃO I

Da Audiência Pública

Art. 229.

Art. 230.

Art. 231.

SEÇÃO II

Da Consulta Pública

Art. 231-A. Mediante realização de consultas públicas haverá a participação da sociedade civil e o posicionamento público nos

assuntos de relevante interesse e na tramitação de proposições legislativas da Câmara Municipal, como instrumentos de participação direta do povo.

Art. 231-B. A Consulta Pública será proposta por Vereador em exercício e será submetida à deliberação da Mesa Diretora, a quem compete estabelecer os critérios de seleção e o período de duração da participação e posicionamento da sociedade.

Art. 231-C. O sistema de consulta pública tem a finalidade de submeter à apreciação da sociedade, por meio de votação, comentários e sugestões, os assuntos, documentos ou proposições legislativas de relevante interesse para o Município.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, mediante identificação pessoal, poderá manifestar-se apoiando ou recusando, permitida uma única participação sobre a proposição em discussão.

Art. 231-D. A abertura da consulta pública será oficialmente comunicada, na Internet, no sítio do Poder Legislativo Municipal, com ampla divulgação nos demais meios de comunicação usados pela Câmara Municipal.

Art. 231-E. A consulta pública deverá:

I – conter informações do período de início e encerramento do recebimento das sugestões e contribuições;

II – instruir o procedimento e a forma de encaminhamento das sugestões e contribuições;

III – indicar com clareza o link, no sítio da Câmara Municipal, onde se encontra a minuta ou o documento específico do objeto da consulta pública;

IV – permanecer acessível por um prazo previamente definido para inclusão das contribuições e disposições instituídas.

Art. 231-F. Ao final do prazo para encaminhamento das sugestões e contribuições será divulgado um relatório que deverá conter, no mínimo:

I – avaliação numérica da participação;

II – dados percentuais e estatísticos;

III - consolidação das principais sugestões e contribuições;

IV – resultado do número de manifestações favoráveis ou contrárias sobre o acatamento ou a rejeição da proposição.

Parágrafo único. As sugestões e contribuições colhidas durante as consultas públicas têm caráter consultivo para discussões legislativas e não vinculam decisões parlamentares.

Art. 231-G. Aplicam-se à Consulta Pública, os mesmos comandos constitucionais, orgânicos e regimentais do decoro parlamentar, devendo o participante respeitar a dignidade da Câmara Municipal e a honra dos Vereadores, sob pena de exclusão.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE AGOSTO DE 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente

Marcos da Rosa

Vice-Presidente

Célio Dias Marco

1º Secretário

Antonio Wanrowsky

2º Secretário

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 25 de agosto de 2015.
Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovado, em segundo turno de discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 504, Proposta e Emenda ao Regimento Interno nº 114. Destino: à Comissão de Redação Final.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, - 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.775, 6.807, 6.845 e 6.898.

Promulgada a Resolução MD nº 2388. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Fábio Fiedler, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 13 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2013". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Fábio Fiedler, que "DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA USO DE AMBULÂNCIAS, NOS PÁTIOS DOS HOSPITAIS DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Robinson F. Soares, que "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 28 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 24 DE OUTUBRO DE 1994".

Entrada da Mensagem nº 54/2015, encaminhando Projeto de Lei Complementar (1.481) em regime de urgência, que "FIXA EM TRINTA E DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS A CARGA HORÁRIA DO CARGO DE GUARDA DE TRÂNSITO INTEGRANTE DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO SETERB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada da Mensagem nº 64/2015, encaminhando Projeto de Lei (6.926) em regime de urgência, que "AUTORIZA O SETERB A OUTORGAR, MEDIANTE LICITAÇÃO, CONCESSÃO PARA GESTÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada da Mensagem nº 65/2015, encaminhando Projeto de Lei (6.927) em regime de urgência, que "DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, A GUARDA E O DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES REMOVIDOS, APREENHIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 27 de agosto de 2015.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Substitutivo Global ao Projeto de Lei Complementar nº 1.393, do Projeto de Lei nº 6.866 (Destino: à sanção do Executivo) e do Projeto de Resolução nº 504 (Destino: publique-se, ficando promulgada a Resolução nº 458).

Rejeitado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.844. Destino: ao Executivo para promulgação.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Resolução nº 485. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.481. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 485, o Projeto de Lei Complementar nº 1.481 e os Projetos de Lei nºs 6.886 e 6.916. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1090, 1091 e 1092/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirado o Projeto de Lei nº 6.783. Destino: ao arquivo.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2389 e 2390. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.927 e da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.481. Destino: ao processo competente.

Entrada da Mensagem nº 74/2015 – encaminhando Projeto de Lei Complementar (1.484), em regime de urgência, que "ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR N. 179, DE 20 DE AGOSTO DE 1998, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS FISCAIS PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS ESTABELECIDOS OU QUE VENHAM A SE ESTABELECER NO MUNICÍPIO, CRIA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE BLUMENAU - FUNDEBLU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Destino: às comissões de Constituição, Finanças e Mista.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 27 de agosto de 2015.

Quinta-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinsom Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.481 e do Projeto de Lei nº 6.916. Destino: à sanção do Executivo.

Bom Retiro

PREFEITURA

748.08.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIVA R. D. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 748/15 de 31.08.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

REsolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 25 de agosto com término no dia 28 de agosto de 2015, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, ocupante do cargo de Contadora - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 31 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

749.08.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 749/15 de 31.08.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

REsolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 25 de agosto com término no dia 27 de agosto de 2015, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 31 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

750.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELISIANE L. MENEGAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 750/15 de 31.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

REsolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 27 de agosto com término no dia 10 de setembro de 2015, a funcionária Elisiane de Lins Menegaz, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 31 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

751.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE M. FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 751/15 de 31.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

REsolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 27 de agosto de 2015, a funcionária Eliane Menegaz Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 31 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

752.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PATRICIA I. FLORIANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 752/15 de 31.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

REsolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de agosto de 2015, a funcionária Patrícia Iracema Floriani, Ocupante do cargo de Fisioterapeuta – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.820/2015

D E C R E T O Nº 1.820/2015
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais), conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.1.9.0.00.00(694)	Aplicações Diretas
0.3.00	Superávit R\$ 1.500,00
12-365-020-2.19	Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00(695)	Aplicações Diretas
0.3.00	Superávit R\$ 12.400,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.02	Divisão de Projetos e Estudos
15-122-130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
3.1.9.0.00.00(697)	Aplicações Diretas
0.3.00	Superávit R\$ 6.600,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.05	Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-170-2.54	Man.Secretaria Turismo, Cultura, Esportes Juventude
3.1.9.0.00.00(696)	Aplicações Diretas
0.3.00	Superávit R\$ 24.400,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 28 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 01 de setembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PL41-PP20/2015-SRP-TINTAS IMOBILIARIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº41/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2015-Registro de Preços

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório, Tipo REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de TINTAS IMOBILIARIAS DIVERSAS. Recebimento da documentação e julgamento das propostas: 14/09/2015 até às 15:30hrs. Local: na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá-SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-3200. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br .

Botuverá-SC, 31 de Agosto de 2015.

José Luís Colombi
Prefeito

PORTARIA Nº 0152/2015

PORTARIA Nº 0152/2015
"Nomeia Empregado Efetivo para o Município de Botuverá"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 1.073/09, e na classificação obtida no Concurso Público realizado através do Edital nº 01/2014, Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) 3º colocado (a) na classificação do Concurso Público realizado através do Edital nº 01/2014, Sra. SENITA VERGINA BUSQUIROLI FAGUNDES, brasileiro (a), para o cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- O (a) servidor (a) nomeado (a) pela presente portaria deverá, em um prazo de 30 dias, apresenta os documentos solicitados sob pena da perda da vaga.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 01 de agosto de 2015.

Botuverá (SC), 13 de Agosto de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 36/2015.

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 36/2015.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 36/2015 - Aquisição de peças e contratação de serviço de retífica para conserto e manutenção do veículo Renault Kangoo de placa MGM 2379 da Secretaria de Esportes do Município de Braço do Trombudo. Ficando o credenciamento para o dia 14-09-2015 as 13h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 13h30min. A reabertura se dá devido à licitação deserta. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 01 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

ANEXO I DECRETO Nº 7649/2015

ANEXO I			
PONTOS POR ATIVIDADES			
FISCAIS DE TRIBUTOS PÚBLICOS E AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO			
	NATUREZA DO SERVIÇO	PONTOS POR UNIDADE	PONTOS POR TEMPO
TABELA F.01			
EXAME FISCAL			
F.01.01	EXAME FISCAL		
F.01.01.01	Exame fiscal detalhado cumprido, por contribuinte, por exercício social em contribuinte não optante pelo Simples Nacional ou MEI.	25	
F.01.01.02	Exame fiscal detalhado cumprido, por contribuinte, por exercício social em contribuinte optante pelo Simples Nacional.	20	
F.01.01.03	Exame fiscal em estabelecimento de microempreendedor individual (MEI).	5	
F.01.01.04	Exame de documentos fiscais de prestação ou de tomada de serviços. Por lote de 50 (cinquenta) documentos examinados. Mínimo de 5 pontos e máximo de 20 pontos.	2	
F.01.01.05	Lavratura de Auto de Infração. Por auto de infração.	5	
F.01.02	EXAME FISCAL - CONSTRUÇÃO CIVIL		
F.01.02.01	Exame fiscal em processos relativos à redução de base de cálculo na Construção Civil (materiais) quando o contribuinte optou pela cálculo real do serviço. Por lote de 50 (cinquenta) documentos examinados. Mínimo de 10 pontos.	1	
F.01.02.02	Exame fiscal em processos relativos à redução de base de cálculo na Construção Civil (materiais) quando o contribuinte optar definir a base de cálculo por estimativa.	5	
F.01.03	ARBITRAMENTO / ESTIMATIVA		
F.01.03.01	Arbitramento fundamentado – documentos apresentados sem condições de conclusão. Por exercício.	25	
F.01.03.02	Estimativa fundamentada. Por Exercício Fiscal	25	
F.01.04	FISCALIZAÇÃO ESPECIAL POR DETERMINAÇÃO EXPRESSA DA CHEFIA DO SETOR		
F.01.04.01	Diurna (jornada integral com prejuízo das demais funções. Por turno.		20
F.01.04.02	Noturna, em dia de jornada normal (não cumulativo com o item 1.4.1). Para cada bloco de 4 horas, ou fração, máximo de 1,5 blocos por dia.		25
F.01.04.03	Fiscalização em feriados ou finais de semana. Para cada bloco de 4 horas, ou fração, máximo de 2,5 blocos por dia.		30
TABELA F.02			
DILIGÊNCIAS, VISITAS E VISTORIAS			
F.02.02	Visitas a contadores.		
F.02.02.01	Visitas envolvendo aspectos tributários (ISS, ICMS).	10	
F.02.02.02	Visita com intimação ou notificação. Por hora ou fração.		5
F.02.02.03	Visita a contribuinte com interdição ou cancelamento de interdição de estabelecimento. Por estabelecimento.	20	
F.02.02.04	Visita a contribuinte com Termo de Apreensão de livros, documentos, papéis ou objeto. Por livro, documento, papel ou objeto apreendido, com mínimo de 5 pontos e máximo de 20 pontos.	1	
F.02.02.05	Vistoria programada para revisão cadastral em extensão de rua ou fechamento de quadra. Pontos por imóvel vistoriado, com 3 pontos por imóvel, com mínimo de 10 pontos.		20

F.02.02.06	Vistorias em estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços decorrentes de denúncias.	10	
F.02.02.07	Vistorias em estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços para a concessão de alvarás de licença e localização, inclusive baixa.	5	

TABELA F.03

ATIVIDADES VINCULADAS AO ISS

F.03.01	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA		
F.03.01.01	NFS-e - Análise e manutenção de acesso ao sistema eletrônico de Emissão de nota fiscal.	2	
F.03.01.02	NFS-e - Cancelamento e anulação de notas fiscais eletrônicas.	2	
F.03.01.03	NFS-e - Emissão de notas avulsas.	2	
F.03.01.04	NFS-e - Solicitação de cancelamento de nota fiscal eletrônica.	2	
F.03.01.05	NFS-e- Orientação de Nota Fiscal Eletrônica (uso do sistema, liberação de senha, cancelamento de guia, geração de relatórios, etc.).	3	
F.03.01.06	Simples Nacional - Análise de Relatórios Recebidos relativos ao Simples Nacional.	2	
F.03.01.07	Simples Nacional - Análises de solicitações de inclusão de empresas no Simples Nacional.	3	
F.03.01.08	Simples Nacional - Exclusão.	3	
F.03.01.09	ISS - Análise de Denúncia Espontânea.	5	
F.03.01.10	ISS - Arbitramento e Estimativa por iniciativa do contribuinte.	5	

TABELA F.04

ATIVIDADE VINCULADAS AO ITBI E AO IPTU

F.04.01	Revisão cadastral com vistoria de imóveis pelo sistema de fechamento de quadra, para confirmação ou alteração de dados e inclusão ou exclusão cadastral de contribuinte de tributos imobiliários: por inscrição, unidade ou subunidade:		
F.04.01.01	Para alteração dos dados cadastrais. Pontos por imóvel vistoriado, com mínimo de 10 pontos por saída.	2	
F.04.02	Exame de "Declaração de Transação Imobiliária Intervivos", guia e outras informações e documentos a ele relativas:		
F.04.02.01	Exame simples, com conformação dos dados constantes e aceitação do valor declarado para a operação. Por documento examinado.	3	
F.04.02.02	Exame que resultou em arbitramento de valor diferente daquele apresentado pelo contribuinte. Por documento examinado.	3	
F.04.03	Outras atividades relacionadas ao IPTU e ITBI		
F.04.03.01	Avaliação de imóveis - Pesquisa e cálculo de valores de imóveis. Por turno.		20
F.04.03.02	Avaliação de imóveis - reavaliação. Por imóvel.	3	
F.04.03.03	Avaliação de imóveis - reavaliação. Por hora.		5
F.04.03.04	Análise de documentação para restituição de ITBI.	3	
F.04.03.05	Verificações no local do imóvel, quando a saída envolver um único imóvel.	5	
F.04.03.06	Verificação de vários imóveis em suas localizações. Por hora.		5
F.04.03.07	Coordenação da distribuição de carnês do IPTU. Por hora.		5
F.04.03.08	Lançamento de IPTU. Por hora.		5
F.04.03.09	IPTU ITBI Confecção de laudo. Por lauda, ou fração.	5	
F.04.03.10	IPTU - Isenção - reconhecimento - Emissão Isenção IPTU.	3	

TABELA F.05

ATUAÇÃO EM ATIVIDADES VINCULADAS AO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO NA QUOTA PARTE MUNICIPAL DO ICMS

F.05.01	Conferência de Declaração para Índice de Participação do Município na Quota-Parte Municipal do ICMS, por estabelecimento:		
F.05.01.01	Ações relativas a indícios de irregularidade. Por irregularidade averiguada.	5	

F.05.01.02	Acompanhamento do movimento de contribuintes específicos. Por mês examinado.	5	
F.05.01.03	Ajustes automático das DIMES.	2	
F.05.01.04	Ajustes manuais das DIMES.	4	
F.05.01.05	Análise de Relatórios.	5	
F.05.01.06	Análise dos coeficientes e do valor adicionado. Por hora.		5
F.05.01.07	Análises de Documentos e GIAS. Por documento ou GIA.	3	
F.05.01.08	Confecção de planilhas.	5	
F.05.01.09	Conferência de Declaração para Índice de Participação do Município na Quota-Parte Municipal do ICMS, por estabelecimento. Por declaração.	2	
F.05.01.10	Conferência de Declaração para Índice de Participação do Município na Quota-Parte Municipal do ICMS, por estabelecimento - De estabelecimentos não omissos, sem diferença apurada. Por turno ou fração.		20
F.05.01.11	Conferência de Declaração para Índice de Participação do Município na Quota-Parte Municipal do ICMS, por estabelecimento - De estabelecimento não omissos, com diferença apurada. Por turno ou fração.		20
F.05.01.12	Conferência de Declaração para Índice de Participação do Município na Quota-Parte Municipal do ICMS, por estabelecimento omissos. Por turno ou fração.		20
F.05.01.13	Conscientização e Orientações quanto ao movimento econômico. Por hora.		5
F.05.01.14	Correção de Guias. Por guia.	3	
F.05.01.15	Diligência junto a outros municípios. Por turno.		20
F.05.01.16	Diligências junto a contribuintes (omissos, alterações, etc.). Por diligência.	5	
F.05.01.17	Acompanhamento do Índice de retorno do ICMS. Por hora.		5
F.05.01.18	Intermediação entre o relacionamento do município de Brusque e a SEF/SC. Por hora.		5
F.05.01.19	Julgamento e auditoria MOVEC-SEF.	5	
F.05.01.20	Verificação de DIMES. Constatação. Por DIMES.	3	
F.05.01.21	Omissos - ações de recuperação de guias. Por guia recuperada.	5	
F.05.01.22	Procedimentos e processos MOVEC. Por hora.		5
F.05.01.23	Recursos em relação ao Índice de Participação. Por recurso.	5	
F.05.01.24	Trabalho cooperativo c/ AMMVI acerca do MOVEC. Por hora.		5

TABELA F.6

SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

F.06.01	Controles de arrecadação:		
F.06.01.01	Cobrança - análise de processos de devolução, compensação ou crédito fiscal.	5	
F.06.01.02	Arrecadação - Gráficos mensais de acompanhamento e controle.	10	
F.06.01.03	Cobrança - Cancelamento de taxas por protocolo ou memorando. Por cancelamento.	3	
F.06.01.04	Cobrança - Cancelamento/prescrição de débitos e inscrições. Por cancelamento.	3	
F.06.01.05	Cobrança - Emissão de Parcelamento IPTU, ISS e Alvará. Por parcelamento.	3	
F.06.01.06	Cobrança - Preparação anual e esporádica de iniciais de execução fiscal, incluindo a geração, impressão, separação e montagem de petições e certidões de dívida ativa e posterior alimentação dos números de ajuizamento no sistema. Por processo.	3	
F.06.01.07	Cobrança - Lançamento e cancelamento de tributos IPTU e ITBI, para execução fiscal vigente e em Dívida Ativa. Por lançamento.	3	
F.06.01.08	Cobrança -Verificação de pagamentos a vista (judiciais). Por hora.		5
F.06.01.09	DAT - Atualização de Saldo de Dívida Ativa. Por hora.		5
F.06.01.10	DAT - Lançamento de débitos e inscrição em dívida ativa. Por dívida.	1	
F.06.01.11	DAT - Trabalho em parceria com PGM acerca de inscrições em dívida ativa. Por hora.		5

TABELA F.07

SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICOS E DE CONTROLE

F.07.01	SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICOS E DE CONTROLE		
F.07.01.01	Elaboração, alteração e revisão de manuais e normativos do interesse da Secretaria da Fazenda. Por hora.		5
F.07.01.02	Participação em tarefas de planejamento relacionadas com a Secretaria da Fazenda, inclusive no que diz respeito à produtividade e ao incremento de receita. Por hora.		5

F.07.01.03	Desempenho de tarefas relacionadas com o acompanhamento e avaliação relativos à produtividade e ao incremento de receita. Por hora.		5
F.07.01.04			

TABELA F.08

ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS E ESTUDOS JURÍDICOS

F.08.01	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL (CONSULTAS, REQUERIMENTOS E OUTROS)		
F.08.01.01	Informação no processo. Por informação.	5	
F.08.01.02	Processo de defesa ou recurso quando o auto de infração tiver sido lavrado por outro agente fiscal/fiscal de tributos: por auto de infração. Por informação.	5	
F.08.01.03	Consulta a assuntos jurídico-tributário - Resposta. Por informação.	5	
F.08.01.04	Consulta referente a imunidade e/ou isenção - Resposta. Por informação.	5	
F.08.01.05	Lavratura de decisão prolatada no processo. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.01.06	Lavratura de parecer técnico circunstanciado. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.02	MANIFESTAÇÃO DEFINITIVA E DECISÃO EM PROCESSO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO (Em qualquer instância administrativa)		
F.08.02.01	Manifestação no processo - simples despacho ou informação. Por informação.	2	
F.08.02.02	Manifestação no processo - Impugnação à defesa instruída com pesquisa doutrinária e/ou jurisprudência, conjugado com fundamentação legal desta Municipalidade. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.02.03	Decisão fundamenta. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.03	MANIFESTAÇÃO RELACIONADA COM PROCESSO JUDICIAL		
F.08.03.01	Atuação como perito - Diligências e reuniões com outros peritos. Por hora.	5	
F.08.03.02	Atuação como perito - Elaboração de Laudo. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.03.03	Prestação de informações ao Juiz ou à Procuradoria Jurídica do Município. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
F.08.04	Cumprimento de determinação judicial		
F.08.04.01	Cumprimento de determinação judicial. Por hora.		5

TABELA F.09

SERVIÇOS DE PLANTÃO E ATENDIMENTO A CONTRIBUINTES

F.09.01	Plantão com disponibilidade para orientação ao contribuinte em horário regular de trabalho.		
F.09.01.01	Plantão com disponibilidade para orientação ao contribuinte em horário regular de trabalho. Por turno.		20
F.09.01.02	Atendimento aos Contadores, consultores e advogados dos contribuintes.		
F.09.01.03	Plantão de sobreaviso em dia normal de trabalho, fora do expediente. Para cada bloco de 4 horas, ou fração – máximo de 1,5 blocos por dia.		20
F.09.01.04	Plantão de sobreaviso em dia sem expediente. Para cada bloco de 4 horas, ou fração, máximo de 2,5 blocos por dia.		40
F.09.02	Plantão voltado a diligências fiscais:		
F.09.02.01	Em dia normal de trabalho, no horário de expediente. Por hora ou fração.		5
F.09.02.02	Em dia normal de trabalho, fora do horário de expediente. Por hora ou fração.		8
F.09.02.03	Em eventos ocorridos em dia sem expediente na prefeitura. Por hora (máximo de 75 pontos em um dia).		12

F.09.03	Atendimento, prestação de informações ao público e verificações, inclusive para entrega e distribuição de material do interesse da Secretaria da Fazenda como os carnês de IPTU, em plantões, por cumprimento da escala normal ou por convocação, na repartição fiscal ou em outro local, desde que cumprido o plantão integralmente:		
F.09.03.01	Atendimento contribuintes - resposta a consultas, comunicação de despachos, entrega de docs. Por hora.		5
F.09.04	Verificação e/ou análise:		
F.09.04.01	Pedido de prorrogação de prazo de validade e/ou inutilização de documentos fiscais. Por documento.	5	
F.09.04.02	Exame de denúncia espontânea de infração, que envolva cálculo do valor do imposto e acréscimos. Por documento.	20	
F.09.04.03	Análise de situação de extravio de documentos fiscais, sem constatação de irregularidades. Por documento.	10	
F.09.04.04	Processo de extravio de documentos fiscais, com irregularidades encontradas pelo Fisco. Por documento.	20	
F.09.04.05	Exame com autenticação e outros procedimentos relativos a livros fiscais. Por livro.	5	
F.09.04.06	Vínculo/desvínculo de contribuinte no sistema de emissão de NFS-e. Por contribuinte.	5	
F.09.04.07	Enquadramento/desenquadramento de contribuinte no sistema Simples Nacional. Por contribuinte.	5	
F.09.04.08	Encaminhamento de débito inscrito em dívida ativa tributária e não tributária para ajuizamento de débito inscrito em Dívida Ativa. Por processo.	5	
F.09.04.09	Análise de denúncia espontânea de infração e de confissão de dívida. Por processo.	5	

TABELA F.10

SERVIÇOS BUROCRÁTICOS E PREPARATÓRIOS

F.10.01	Autenticação, averbação e/ou análise de:		
F.10.01.01	Livros contábeis em geral: por exercício social.	10	
F.10.01.02	Relatórios em geral.	20	
F.10.01.03	Contratos verificados na fiscalização. Por contrato.	5	
F.10.02	Lavatura de documentos		
F.10.02.01	Intimações e notificações de qualquer tipo. Por documento.	5	
F.10.02.02	Ofícios e memorandos. Por documento.	2	
F.10.02.03	Termo de Apreensão e/ ou recebimento, lavrado por entrega voluntária do contribuinte na repartição fazendária, de livros, papéis, documentos e objetos. Por livro, papel, documento e objeto, com mínimo de 5 pontos.	1	
F.10.02.04	Termos diversos (de início/de encerramento/de ocorrência/ outros).	5	
F.10.02.05	Certidões diversas e outros documentos de lavatura do servidor que a emitui. Por documento.	5	
F.10.03	Verificação e/ou análise de pedido de:		
F.10.03.01	Inscrição ou alteração, exigidos pela legislação tributária. Por contribuinte.	3	
F.10.03.02	Cadastro: revisão, alteração, inclusão ou exclusão de cadastro de contribuintes de tributos diversos. Por contribuinte.	3	
F.10.03.03	Cancelamento de inscrição, com ou sem existência de notas fiscais. Por cancelamento.	3	
F.10.03.04	Enquadramento no regime de sociedade uniprofissional. Por enquadramento.	3	
F.10.03.05	Enquadramento no regime de MEI. Por enquadramento.	3	
F.10.03.06	Enquadramento no art. 18, - 22-A, da Lei Federal nº. 123/2006. Por enquadramento.	3	
	OBSERVAÇÃO: se acompanhado de diligência no estabelecimento, acrescentar 5 pontos por hora ou fração da diligência.	3	
F.10.04	Emissão de documento:		
F.1004.01	Relatórios específicos a pedido da Chefia. Por lauda, com mínimo de 10 pontos.	3	
F.1004.02	Cancelamento de Parcelamento. Por cancelamento.	3	
F.1004.03	Reativar Parcelamento anteriormente cancelado. Por reativação.	3	

F.1004.04	Notificação ao contribuinte em relação a situação de seus débitos, créditos, de cadastro ou outra qualquer – notificação direcionada a um contribuinte. Por notificação.	3	
F.1004.05	Notificação ao contribuinte em relação a situação de débitos, créditos, de cadastro ou outra qualquer – notificação elaborada dentro de programa específica de verificação do assunto de que trata a notificação. Por turno.		20
F.1004.06	Emissão de notificação ao contribuinte informando o cancelamento de parcelamento, em atividade normal de expediente. Por notificação.	3	
F.1004.07	Emissão de notificação ao contribuinte informando o cancelamento de parcelamento, em programa especial de cancelamento. Por turno de trabalho.		20
F.10.05	OUTROS SERVIÇOS		
F.10.05.01	Disponibilidade em outro órgão municipal. Por turno.		20
F.10.05.02	Disponibilidade a outro órgão estadual ou federal. Por turno.		20
F.10.05.03	Apoio - Confecção de memorando e ofícios. Por ofício/memorando.	2	
F.10.05.04	Apoio - Coordenação de balcão de atendimento. Por hora.		5
F.10.05.05	Apoio - Participação de reuniões e comissões e outros representando a secretaria. Por hora.		5
F.10.05.06	Apoio - Recebimento, acompanhamento, encaminhamento de encerramento das ouvidorias da secretaria.	3	
F.10.06	Procedimento fiscal em relação a contribuinte eventual		
F.10.06.01	Atendimento, autorização e outros serviços burocráticos. Por documento.	3	

TABELA F.11

ATIVIDADES ESPECIAIS E TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

F.11.01	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externas:		
F.11.01.01	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externas. Por turno trabalhado.		40
F.11.01.02	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externas. Por hora, em período inferior ao previsto no item 1.1.		5
F.11.02	Participação comprovada, mediante Certificado, em programas de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, por iniciativa própria, desde que autorizado pela Chefia, quando realizado em ambiente externo, fora da Prefeitura:		
F.11.02.01	Em horário de expediente. Por hora, com o máximo de 4 horas por turno.		5
F.11.02.02	Em horário fora do expediente, não compensado com horas de expediente. Por hora, com o máximo de 4 horas por turno.		10
F.11.03	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal		
F.11.03.01	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal. Por turno.		20
F.11.03.02	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal. Por hora, em período inferior ao previsto no item 5.3.1.		5
F.11.04	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperfeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia:		
F.11.04.01	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperfeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora de preparação para a primeira apresentação (4 horas para cada tema preparado).		5
F.11.04.02	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperfeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora de preparação para repetição do tema (2 horas para cada nova apresentação).		5
F.11.04.03	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperfeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora de transmissão, quando o treinamento/ capacitação/ /aperfeiçoamento envolver preparação de provas, exercícios e trabalhos a serem exigidos/prestados pelo participante (3 horas por prova prevista, incluindo correção e avaliação – valor do ponto por hora).		5

F.11.04.04	Por hora, quando o trabalho a ser apresentado for diferenciado em termos de aprofundamento do tema, desde que reconhecido o diferencial pelo responsável pela organização da atividade (4 horas para preparação da tarefa e 2 horas por trabalho apresentado – valor do ponto por hora).		5
F.11.05	Educação fiscal		
F.11.04.01	Ações direcionadas à educação fiscal. Por hora de participação.		5
F.11.04.02	Proferir palestras vinculadas à educação fiscal. Por hora de participação.		5
F.11.06	Participação efetiva em comissões ou grupos de trabalho.		
F.11.06.01	Por convocação do Secretário da Fazenda. Por hora de participação.		5
F.11.06.02	Por convocação do Prefeito Municipal. Por hora de participação.		5
F.11.06.03	Por solicitação de outro órgão, condicionado à liberação do Secretário da Fazenda. Por hora de participação.		5
F.11.06.04	Capacitação - Educação fiscal - palestras e atividades fora. Por hora de participação.		5
F.11.06.05	Capacitação - Reuniões técnicas dentro da prefeitura. Por hora de participação.		5
F.11.06.06	Capacitação - Reuniões técnicas fora da prefeitura. Por hora de participação.		5
F.11.06.07	Capacitação - Educação Fiscal - palestras e atividades fora. Por hora de participação.		5
F.11.06	Designação, pelo Secretário da Fazenda, de responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais.		
F.11.06.01	Designação, pelo Secretário da Fazenda, de responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais. Por turno.		20
F.11.07	Elaboração de parecer técnico-científico por expressa determinação superior.		
F.11.07.01	Designação, pelo Secretário da Fazenda, de responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais. Por lauda, ou fração, mínimo de 15 pontos.	5	
F.11.08	Informações fundamentadas, pertinentes a mandado de segurança e ações judiciais em geral, com prazo em andamento:		
F.11.08.01	Designação, pelo Secretário da Fazenda, de responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais. Por lauda, ou fração. Por lauda, ou fração, mínimo de 15 pontos.	5	

TABELA F.12

SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA ESPECIAL

F.12.01	Na programação das atividades da Secretaria, poderão ser atribuídos níveis de relevância diferenciados:		
F.12.01.01	Relevância média, nas tarefas desempenhadas por pontos, será atribuído pelo titular da Pasta, ao servidor um bônus de 15% dos pontos alcançados.		
F.12.01.02	Relevância alta, nas tarefas desempenhadas por pontos, será atribuído ao servidor um bônus de 30% dos pontos alcançados.		

ANEXO II DECRETO Nº 7649/2015

ANEXO II

PONTOS POR ATIVIDADES

AGENTES ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES ADMINISTRATIVOS E TÉCNICO EM CONTABILIDADE

		PONTOS POR UNIDADE	PONTOS POR TEMPO
	NATUREZA DO SERVIÇO		

TABELA A.01

VISTORIAS TRIBUTÁRIAS

A.01.01	Vistorias		
A.01.01.01	Vistoria programada para revisão cadastral em extensão de rua ou fechamento de quadra. Pontos por imóvel vistoriado, com 3 pontos por imóvel, com mínimo de 10 pontos.	3	
A.01.01.02	Vistorias em estabelecimento industrial, comercial e prestador de serviços decorrentes de denúncias.	10	

TABELA A.02

ATIVIDADE VINCULADAS AO ITBI E AO IPTU

A.02.01	Revisão cadastral com vistoria de imóveis pelo sistema de fechamento de quadra, para confirmação ou alteração de dados e inclusão ou exclusão cadastral de contribuinte de tributos imobiliários: por inscrição, unidade ou subunidade:		
A.02.01.01	Para simples confirmação dos dados cadastrais. Pontos por imóvel vistoriado, com mínimo de 10 pontos por saída.	2	
A.02.01.02	Para alteração dos dados cadastrais. Pontos por imóvel vistoriado, com mínimo de 10 pontos por saída.	3	
A.02.01.03	Abertura de nova inscrição. Pontos por imóvel vistoriado, com mínimo de 10 pontos por saída.	3	
A.02.01.04	Vistoria de imóvel no interior. Por hora de deslocamento, ou fração.		5
A.02.02	Alteração de traçado gráfico ou de outras informações de interesse tributário em fichas cadastrais: por inscrição, unidade ou subunidade		
A.02.02.01	De alteração dos dados nominais e alteração de endereço. Por cadastro alterado.	3	
A.02.02.02	implementação de cadastro de nova unidade imobiliária. Por cadastro criado.	3	
A.02.02.03	De renovação de cadastro imobiliária. Por cadastro.	3	
A.02.02.04	De renovação de fichas. Por cadastro.	3	
A.02.02.05	De inclusão de contribuinte relativo ao desdobro ou unificação de imóvel, não cumulativo com itens A.02.02.01 até a.02.02.04. Por ficha incluída.	6	
A.02.03	Alteração de traçado gráfico por expediente que acarrete em mudança de área construída – não cumulativa com os itens anteriores, excetuando-se as hipóteses do item A.02.02		
A.02.03.01	Por demolição total. Por cadastro alterado.	3	
A.02.03.02	Por demolição parcial. Por cadastro alterado.	3	
A.02.03.03	Por acréscimo de área construída. Por cadastro alterado.	3	
A.02.04	Exame de “Declaração de Transação Imobiliária Intervivos”, guia e outras informações e documentos a ele relativas		
A.02.04.01	Exame simples, com conformação dos dados constantes e aceitação do valor declarado para a operação. Por documento examinado.	3	

A.02.05	Elaborar mapas de valores fiscais, com pesquisa efetuada em campo, jornais, imobiliárias, diretamente com o proprietário e promover a sua exibição periódica		
A.02.05.01	Elaboração de mapas. Por turno de trabalho.		20
A.02.06	Outros registros tributários		
A.02.06.01	Outros registros relativos cadastro e alterações nos controles relativos a IPTU e ITBI. Por registro.	3	
A.02.06	Execução de outros serviços, não especificado anteriormente, atendendo determinação expressa da Chefia		
A.02.06.01	Execução de outros serviços, não especificado anteriormente, atendendo determinação expressa da Chefia. Por turno.		20
A.02.07	Outras atividades relacionadas ao IPTU e ITBI		
A.02.07.01	Verificações no local do imóvel, quando a saída envolver um único imóvel, não programada.	5	
A.02.07.02	Emissão de carnês do IPTU. Por carnê.	2	
A.02.07.04	Distribuição de carnês do IPTU - por carnê.	1	

TABELA A.03

SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

A.03.01	Controles de arrecadação:		
A.03.01.01	Cobrança - Organização de Processos de parcelamento. Por processo.	1	
A.03.01.02	Cobrança - Retorno financeiro, atualização e correção de inconsistências nos relatórios. baixa financeiro. Por hora.		5
A.03.01.03	Cobrança - Acompanhamento de parcelamentos judiciais e administrativos. Por hora.		5
A.03.01.04	Cobrança - análise de processos de devolução, compensação ou crédito fiscal	5	
A.03.01.05	Cobrança Emissão de extrato de débitos. Por extrato.	1	
A.03.01.06	DAT - Cancelamento de débitos em dívida ativa e prescrição. Por inscrição.	2	
A.03.01.07	DAT - Parcelamentos de Dívida Ativa. Por parcelamento.	3	
A.03.01.08	Emissão eventual de guias para pagamentos de tributos (IPTU - ITBI - ISS - taxas - tarifas - outras). Por guia.	2	
A.03.01.09	Trabalho em parceria com a PGM. Por hora.		5

TABELA A.04

SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICOS E DE CONTROLE

A.04.01	SERVIÇOS TÉCNICO-JURÍDICOS E DE CONTROLE		
A.04.01.01	Elaboração, alteração e revisão de manuais e normativos do interesse da Secretaria da Fazenda. Por hora.		5
A.04.01.02	Participação em tarefas de planejamento relacionadas com a Secretaria da Fazenda, inclusive no que diz respeito à produtividade e ao incremento de receita. Por hora.		5
A.04.01.03	Desempenho de tarefas relacionadas com o acompanhamento e avaliação relativos à produtividade e ao incremento de receita. Por hora.		5

TABELA A.05

ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS E ESTUDOS JURÍDICOS

A.05.01	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL (CONSULTAS, REQUERIMENTOS E OUTROS)		
A.05.01.01	Informação no processo. Por informação.	5	
A.05.02	MANIFESTAÇÃO RELACIONADA COM PROCESSO JUDICIAL		

A.05.02.01	Atuação como perito - Diligências e reuniões com outros peritos. Por hora.		5
A.05.02.02	Atuação como perito - Elaboração de Laudo. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
A.05.02.03	Prestação de informações ao Juiz ou à Procuradoria Jurídica do Município. Por lauda de conteúdo, ou fração.	5	
A.05.03	Cumprimento de determinação judicial		
A.05.03.01	Cumprimento de determinação judicial. Por hora.		5
A.05.04	Acompanhamento de ações de execução fiscal		
A.05.04.01	Acompanhamento de ações de execução fiscal. Por hora.		5

TABELA A.06

ATIVIDADES CADASTRO IMOBILIÁRIO/ECONÔMICO E PROTOCOLO

A.006.01	Atividades relacionadas com o Cadastro Imobiliário		
A.06.01.01	Cadastro - alvará - Exame de documentos para liberação de alvarás. Por alvará.	3	
A.06.01.02	Cadastro - Protocolo de alteração de empresas. Por protocolo.	3	
A.06.01.03	Cadastro - interdição. Por cadastro.	3	
A.06.01.04	Cadastro - Irregularidade Cadastral. Por cadastro.	2	
A.06.01.05	Cadastro - Revisão de cadastro imobiliário.	3	
A.06.01.06	Cadastro de contribuintes - Cadastramento/atualização/baixa de contribuintes. Por cadastro.	3	
A.06.01.07	Cadastro imobiliário - Avaliação imobiliária para fins de ITBI. Por avaliação.	3	
A.06.01.08	Cadastro único - Atualização. Por cadastro.	1	
A.06.01.09	Cadastro - Abertura de protocolo (revisão, manutenção e requerimento). Por cadastro.	3	
A.06.01.10	Cadastro - Lançamento de numeração de residências, comércios e indústrias. Por lançamento.	3	
A.06.01.11	Cadastro - Notificação do contribuinte em encerramento de processo através de contato telefônico. Por contato.	1	
A.06.01.12	Protocolo - Arquivamento de Documentos - protocolos, parcelamentos, isenções. Por arquivamento.	1	
A.06.01.13	Protocolo - Distribuição de protocolos. Por protocolo.	1	
A.06.01.14	Protocolo inicial de processos. Por processo.	3	

TABELA A.07

SERVIÇOS DE PLANTÃO E ATENDIMENTO A CONTRIBUINTES

A.07.01	Atendimento, prestação de informações ao público e verificações, inclusive para entrega e distribuição de material do interesse da Secretaria da Fazenda como os carnês de IPTU, em plantões, por cumprimento da escala normal ou por convocação, na repartição fiscal ou em outro local, desde que cumprido o plantão integralmente:		
A.07.01.01	Atendimento, prestação de informações ao público e verificações, inclusive para entrega e distribuição de material do interesse da Secretaria da Fazenda como os carnês de IPTU, em plantões, por cumprimento da escala normal ou por convocação, na repartição fiscal ou em outro local, desde que cumprido o plantão integralmente. :Por turno.		20

A.07.01.02	Atendimento, prestação de informações ao público e verificações, inclusive para entrega e distribuição de material do interesse da Secretaria da Fazenda como os carnês de IPTU, em plantões, por cumprimento da escala normal ou por convocação, na repartição fiscal ou em outro local, desde que cumprido o plantão integralmente. Por hora, quando o período for inferior ao previsto no item 6.2.1.		5
A.07.01.03	ICMS - Emissão de notas de produtor rural. Por nota.	3	
A.07.02	Atividades vinculadas ao INCRA		
A.07.02.01	Atendimento e orientação a contribuintes. Por contribuinte atendido.	3	
A.07.02.02	Recebimento e distribuição de protocolos da documentação do INCRA. Por protocolo.	1	

TABELA A.08

SERVIÇOS BUROCRÁTICOS E PREPARATÓRIOS

A.08.01	Autenticação, averbação e/ou análise de:		
A.08.01.01	Cópia de documento reproduzida, confrontada e juntada ao processo. Por lauda, ou fração.	1	
A.08.01.02	Contratos verificados na fiscalização. Por contrato.	5	
A.08.02	Lavatura de documentos		
A.08.02.01	Ofícios e memorandos. Por documento.	2	
A.08.02.02	Secretaria - Emissão de Certidões (negativa/positiva/inscrição/outras).	1	
A.08.02.03	Secretaria - Emissão dos relatórios diversos e organização dos dados. Por relatório.	1	
A.08.03	Emissão de documento:		
A.08.03.01	Preparação de processo de parcelamento de débito. Por hora.		5
A.08.03.02	Preparação de processo de parcelamento de débito. Por turno de trabalho em programa especial de parcelamento como programas de refinanciamento de dívidas e outros.		20
A.08.03.03	Emissão de notificação ao contribuinte informando o cancelamento de parcelamento, em programa especial de cancelamento. Por turno de trabalho.		20
A.08.04	OUTROS SERVIÇOS		
A.08.04.01	Apoio - Agendamento de veículo para a SEFAZ. Por agendamento.	1	
A.08.04.02	Apoio - Condutor de veículo em diligências. Por hora.		5
A.08.04.03	Apoio - Coordenação de balcão de atendimento. Por hora.		5
A.08.04.04	Apoio - Elaboração de requisição de compras e serviços na secretaria em processos licitatório ou através de orçamentos. Por requisição.	3	
A.08.04.05	Apoio - Emissão dos relatórios diversos e organização dos dados. Por hora.		5
A.08.04.06	Apoio - Escaneamento de documentos. Por documento.	0,5	
A.08.04.07	Apoio - Participação de reuniões e comissões e outros representando a Secretaria da Fazenda, em assuntos de interesse da Secretaria ou da Administração (ex. Comissão de Licitações, Comissão de Avaliação de Imóveis, CIPA), quando reconhecido pelo Secretário. Por hora.		5
A.08.04.08	Apoio - Recebimento, acompanhamento, encaminhamento de encerramento das ouvidorias da secretaria. Por encaminhamento.	3	
A.08.04.09			
A.08.04.10	Procedimento fiscal em relação a contribuinte eventual		

A.08.04.11	Atendimento, autorização e outros serviços burocráticos. Por documento.	1	
TABELA A.09			
ATIVIDADES ESPECIAIS E TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO			
A.09.01	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externas:		
A.09.01.01	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externa. Por turno trabalhado.		20
A.09.01.02	Convocação para serviço especial interno, com claro objetivo, ou diligências Externa. Por hora, em período inferior ao previsto no item 1.1.		5
A.09.02	Participação comprovada, mediante Certificado, em programas de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, por iniciativa própria, desde que autorizado pela Chefia, quando realizado em ambiente externo, fora da Prefeitura		
A.09.02.01	Participação comprovada, mediante Certificado, em programas de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, por iniciativa própria, desde que autorizado pela Chefia, quando realizado em ambiente externo, fora da Prefeitura, em horário de expediente. Por hora, com o máximo de 4 horas por turno.		5
A.09.02.02	Participação comprovada, mediante Certificado, em programas de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, por iniciativa própria, desde que autorizado pela Chefia, quando realizado em ambiente externo, fora da Prefeitura, em horário fora do expediente, não compensado com horas de expediente. Por hora, com o máximo de 4 horas por turno.		10
A.09.03	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal		
A.09.03.01	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal. Por turno.		20
A.09.03.02	Participação em cursos promovidos pela municipalidade, promovidos pela Prefeitura Municipal e em local dentro da própria Prefeitura Municipal. Por hora, em período inferior ao previsto no item 5.3.1.		5
A.09.04	Participação como instrutor, palestrante ou monitor.		
A.09.04.01	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperefeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora de preparação para a primeira apresentação (4 horas para cada tema preparado).		5
A.09.04.02	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperefeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora de preparação para repetição do tema (2 horas para cada nova apresentação).		5
A.09.04.03	Por hora de transmissão, quando o treinamento/ capacitação/ /aperfeiçoamento envolver preparação de provas, exercícios e trabalhos a serem exigidos/prestados pelo participante. Por hora - (3 horas por prova prevista, incluindo correção e avaliação).		5
A.09.04.04	Participação como instrutor, palestrante ou monitor, em programas de treinamento/capacitação/aperefeiçoamento de pessoal, determinados pela Chefia. Por hora, quando o trabalho a ser apresentado for diferenciado em termos de aprofundamento do tema, desde que reconhecido o diferencial pelo responsável pela organização da atividade (4 horas para preparação da tarefa e 2 horas por trabalho apresentado – valor do ponto por hora).		5
A.09.05	Educação fiscal		
A.09.05.01	Ações direcionadas à educação fiscal. Por hora de participação.		5
A.09.05.02	Proferir palestras vinculadas à educação fiscal. Por hora de participação.		5
A.09.06	Participação efetiva em comissões ou grupos de trabalho.		
A.09.06.01	Por convocação do Secretário da Fazenda. Por hora de participação.		5
A.09.06.02	Por convocação do Prefeito Municipal. Por hora de participação.		5
A.09.06.03	Por solicitação de outro órgão, condicionado à liberação do Secretário da Fazenda. Por hora de participação.		5
A.09.06.04	Capacitação - Educação fiscal - palestras e atividades fora. Por hora de participação.		5

A.09.06.05	Capacitação - Reuniões técnicas dentro da prefeitura. Por hora de participação.		5
A.09.06.06	Capacitação - Reuniões técnicas fora da prefeitura. Por hora de participação.		5
A.09.06.07	Capacitação - Educação Fiscal - palestras e atividades fora. Por hora de participação.		5
A.09.07	Designação, pelo Secretário da Fazenda, para responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais.		
A.09.07.01	Designação, pelo Secretário da Fazenda, para responsabilidade por realização de atividade ou monitoramento, de caráter contínuo ou não, não especificamente relacionado à fiscalização de tributos municipais. Por turno.		20
A.09.08	Elaboração de parecer técnico-científico por expressa determinação superior.		
A.09.08.01	Elaboração de parecer técnico-científico por expressa determinação superior. Por lauda, ou fração, mínimo de 15 pontos.	5	

TABELA A.10

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A.10.01	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA		
A.10.01.01	NFS-e - Análise e manutenção de acesso ao sistema eletrônico de Emissão de nota fiscal e escrita fiscal. Por contribuinte analisado.	2	
F.03.01.02	NFS-e - Cancelamento e anulação de notas fiscais eletrônicas. Por nota.	2	
F.03.01.03	NFS-e - Emissão de notas avulsas. Por nota.	2	
F.03.01.04	NFS-e - Solicitação de cancelamento de nota fiscal eletrônica. Por nota.	2	
F.03.01.05	NFS-e- Orientação de Nota Fiscal Eletrônica (uso do sistema, liberação de senha, cancelamento de guia, geração de relatórios, etc.). Por orientação.	3	

TABELA A.11

SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA ESPECIAL

A.11.01	Na programação das atividades da Secretaria, poderão ser atribuídos pelo titular da Pasta níveis de relevância diferenciados:		
A.11.01.01	Relevância média, nas tarefas desempenhadas por pontos, será atribuído ao servidor um bônus de 15% dos pontos alcançados.		
A.11.01.02	Relevância alta, nas tarefas desempenhadas por pontos, será atribuído ao servidor um bônus de 30% dos pontos alcançados.		

ANEXO III DECRETO Nº 7649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO III

RELATÓRIO DE PONTOS INDIVIDUAIS DE PRODUTIVIDADE

Período: de __/__/__ a __/__/__

SERVIDOR:		Matrícula:			
CARGO:					

PONTOS OBTIDOS

DEMONSTRATIVO DOS PONTOS DO SERVIDOR Observar o seguinte: <ul style="list-style-type: none">• para cada código de pontuação, descrever resumidamente sua composição;• anexar cópia dos comprovantes ou descrição das atividades realizadas;• manter arquivo pessoal organizado com as comprovações, que poderão ser requisitadas a qualquer tempo pelo grupo responsável pela avaliação ou pelo Secretário da Fazenda						ANÁLISE INDIVIDUAL DO GRUPO DE AVALIAÇÃO Observar o seguinte: <ul style="list-style-type: none">• as glosas devem ser justificadas de forma reduzida na coluna própria;• se necessário, o grupo de análise dos pontos deverá juntar relatório descrevendo de forma mais completa uma ou mais glosas efetuadas
Código de pontuação	Atividade desenvolvida	Cálculo de pontos (ex: 5docs * 3 pontos)	Pontos atingidos Apresentados pelo Servidor (Ex: 15 pontos)	Pontos Glosados	Motivo resumido da glosa	PONTOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS
		TOTAL		TOTAL		
		% DE ATINGIMENTO		% DE ATINGIMENTO		

REDUÇÃO DE VALOR (Art. 9º, - 2º, do Decreto nº 7.649, de 28/08/2015) indicar as datas e turnos de cada espécie de ocorrência :

Quebra Pontualidade / atraso inicial / saída antecipada							Afastamento injustificado								Falta injustificada			Outros afastamentos não previstos	
Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno	Data	Turno				
Quantidade de turnos					Quantidade de turnos						Quantidade de turnos				Quantidade de turnos				
TOTAL DE TURNOS A ABATER																			
ASSINATURA DO SERVIDOR:																			
AJUSTE DE REDUÇÕES PELO GRUPO DE AVALIAÇÃO (motivo e quantidade):																			
TURNOS TOTAIS A DEDUZIR (Quantidade de Turnos)																			
ASSINATURA DO GRUPO DE AVALIAÇÃO:																			

ANEXO IV DECRETO Nº 7649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO IV
ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PELO GRUPO DE AVALIAÇÃO DE PRODUTIVIDADE AO SERVIDOR
Período: de / / a / /

CARGO/NOME	RESUMO DA COMISSÃO									SECRETARIO
	QUANTIDADE DE PONTOS			CÁLCULO DA GPF ANTES REDUÇÃO			REDUÇÃO		VALOR DA GPF	
	APRESENTADO	GLOSADO	PONTOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS	INDICADOR PROPORÇÃO DE PONTOS	VL R GPT PTOS 0,7 ou 0,5 do Padrão "A" da Faixa 1 do cargo do servidor	VALOR DA GPF ANTES DA REDUÇÃO	Turnos / 40	VALOR REDUÇÃO	VALOR DA GPF	
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
FISCAL DE TRIBUTOS PÚBLICOS										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
TÉCNICO EM CONTABILIDADE										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
AGENTE ADMINISTRATIVO										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
AUXILIAR ADMINISTRATIVO										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO										
A	B	C	D = B - C	E = D / 800	F	G = E * F	H	I = G * H	J = G - I	K
SERVIDORES QUE PERCEBEM PELA MÉDIA DE PONTOS										
ASSINATURA GRUPO ANALISE									ASSINATURA DIRETOR-GERAL	

ANEXO V DERCRETO Nº 7649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO V
PONTOS FINAIS ATRIBUÍDOS PELO SECRETÁRIO AO SERVIDOR
Período: de __/__/__ a __/__/__

NOME	Valor da GPF ATRIBUÍDO PELO GRUPO DE AVALIAÇÃO	ANÁLISE REALIZADA PELO SECRETÁRIO			MOTIVO (Havendo necessidade de espaço, utilizar folha especial para demonstrar o motivo, anexando-a a este relatório) VALOR LÍQUIDO RESULTANTE
		VALOR SUBTRAÍDO	VALOR ACRESCIDO		
A	B	C	D	E	F = B - C + D
FISCAL DE TRIBUTOS PÚBLICOS					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
TÉCNICO EM CONTABILIDADE					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
ÁGENTE ADMINISTRATIVO					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
AUXILIAR ADMINISTRATIVO					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO					

A	B	C	D	E	F = B - C + D
SERVIDORES QUE PERCEBEM PELA MÉDIA DE PONTOS					

ASSINATURA DO DIRETOR-GERAL:

DECRETO Nº 7.649, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO nº 7.649, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Regulamenta a Gratificação por Produtividade a ser paga aos servidores que refere.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com base no art. 83, inciso XIII, combinado com art. 98, ambos da Lei Complementar n. 147, de 31/08/2009;

CONSIDERANDO a precedência da administração fazendária e seus servidores fiscais definida no inciso XVIII do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a essencialidade e a destinação prioritária de recursos às administrações tributárias definidas no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a possibilidade de vinculação de receitas mediante destinação de recursos para a realização de atividades da administração tributária prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o interesse do Município em incentivar os servidores fazendários mediante pagamento de gratificação resultante de sua produtividade e resultado obtidos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a Gratificação por Produtividade da Fazenda (GPF), prevista no art. 83, inciso XIII, combinado com art. 98, ambos da Lei Complementar n. 147, de 31/08/2009, devida aos seguintes servidores em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) pelo atingimento de metas de produtividade:

I – Fiscal de Tributos Públicos;

II – Auditor Fiscal Tributário;

III – Técnico em Contabilidade;

IV – Agente Administrativo;

V – Auxiliar Administrativo;

VI – Assistente Administrativo.

- 1º. A GPF integrará a remuneração do servidor para efeitos de cálculo da gratificação natalina, indenização de férias e correspondente terço constitucional.

- 2º. Para efeitos deste artigo, consideram-se como de efetivo exercício os seguintes afastamentos e licenças:

I - férias;

II - casamento civil, por cinco dias consecutivos, contados do evento;

III - luto, a contar do falecimento de cônjuge, filhos ou pais, por cinco dias consecutivos, ou pelo falecimento de sogros, avós e irmãos, até três dias;

IV - convocação para o serviço militar;

V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - em virtude de cursos, congressos, seminários e competições esportivas;

VII - doação de sangue, por um dia;

VIII - para alistar-se como eleitor, por um dia;

IX - licença-prêmio gozada;

X - afastamento justificado por atestado médico até o limite de dias em que o servidor estiver sendo remunerado pelo Município;

XI - no caso dos servidores mencionados nos incisos I e II do art. 1º, a cessão do servidor, por conveniência da Administração, à órgão ou instituição pública municipal, estadual ou federal, com ônus para o Município.

Art. 2º. A GPF constitui-se em parcela autônoma, não podendo servir de base de cálculo para gratificações por regime especial de trabalho, adicionais de tempo de serviço ou qualquer outra vantagem pecuniária, à exceção das parcelas referidas no - 1º do art. 1º.

Art. 3º. O cálculo do valor da GPF será efetuado levando-se em consideração a obtenção de pontos de produtividade pelo servidor

no desempenho de atividades fazendárias e de acordo com metas preestabelecidas que visem ao aperfeiçoamento operacional da administração financeiro-tributária, ao incremento de receita ao Município e à difusão da educação fiscal-tributária, na forma definida por este Decreto.

Art. 4º. O cálculo da GPF fica condicionado à assiduidade e à pontualidade do servidor, cuja inobservância implicará as reduções previstas no - 2º do art. 9º.

Art. 5º. O limite máximo mensal da GPF corresponderá à aplicação dos seguintes índices multiplicadores incidentes sobre o padrão A de vencimento da faixa I, do respectivo cargo efetivo em que o servidor estiver enquadrado, estabelecido pela Lei Complementar nº 143/09, e alterações, ou legislação posterior que vier a substituí-la, na seguinte forma:

I – 0,7 (sete décimos) aos ocupantes dos cargos estabelecidos nos incisos I e II do artigo 1º deste Decreto;

II – 0,3 (três décimos) aos ocupantes dos cargos estabelecidos nos incisos III a VI do artigo 1º deste Decreto.

- 1º. Fará jus a GPF o servidor efetivo, ocupante dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos e de Auditor Fiscal Tributário que, por conveniência da Administração, estiver no exercício de atividade em outro órgão ou instituição pública municipal, estadual ou federal, com ônus para o Município;

- 2º. Os servidores especificados no parágrafo anterior perceberão a GPF com base na média calculada dos servidores de mesmo cargo efetivo em exercício na SEFAZ ou, na falta deste, de cargo equivalente;

- 3º. O servidor efetivo, em exercício de função gratificada ou de cargo em comissão na Secretaria da Fazenda (SEFAZ), terá o valor mensal da parcela de GPF apurado com base na média percebida a esse título pelos servidores de mesmo cargo efetivo em exercício na SEFAZ, ou, na falta deste, de cargo equivalente.

- 4º. O servidor efetivo que exerça a função de Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), perceberá o valor mensal da parcela de GPF de que trata o "caput", na mesma forma e com a mesma base salarial dos servidores mencionados no item I deste artigo, apurado com base na média percebida a esse título pelos servidores destes cargos em exercício na SEFAZ, ou, na falta deste, de cargo equivalente.

- 5º. O servidor que ingressar na Secretaria da Fazenda perceberá, até o segundo mês de atuação, a parcela de GPF considerando a média de pontos atingidos pelos servidores de mesmo cargo ou de cargo equivalente.

- 6º. Nas hipóteses dos §- 2º a 5º, não havendo outro servidor de mesmo cargo efetivo ou de cargo equivalente, a gratificação será paga em proporção à comparação do vencimento básico do servidor com o de outro cargo de nível imediatamente superior na Secretaria e, na falta deste, de cargo imediatamente inferior.

Art. 6º. O valor da GPF continuará sendo percebido pelo servidor efetivo quando dos afastamentos e licenças de que trata o - 2º do art. 1º, inclusive no caso de férias gozadas, e terá seu valor calculado adotando-se a média do valor percebido pelos servidores ativos ocupantes de mesmo cargo efetivo ou de cargo equivalente.

Art. 7º. Serão nomeados pelo Secretário da Fazenda, três servidores efetivos lotados na Secretaria da Fazenda, para fins de composição do Grupo de Acompanhamento da GPF, que deverão efetuar o acompanhamento dos trabalhos da Secretaria da Fazenda para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas para fins de pagamento da GPF.

Art. 8º. Para os fins do pagamento da gratificação de produtividade de que trata este Decreto ficam criadas as tabelas de pontos de produtividade a serem cumpridos, quais sejam:

I – Tabela de Pontos a ser cumprida pelos ocupantes dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos e Auditor Fiscal Tributário, exposta no Anexo I deste Decreto

II – Tabela de Pontos a ser cumprida pelos ocupantes dos cargos de Técnico em Contabilidade, Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo e Assistente Administrativo, exposta no Anexo II deste Decreto.

Art. 9º. Cada servidor que faz jus à GPF, terá como meta de produtividade individual o cumprimento de oitocentos (800) pontos mensais que deverão ser cumpridos considerando a tabela de pontos que lhe for atribuída na forma dos incisos do “caput” do art. 10.

- 1º. A parcela de GPF correspondente aos pontos de produtividade será paga na proporção do atingimento dos pontos em cada mês civil, observando:

I – o servidor que atingir uma pontuação igual ou superior a oitocentos pontos perceberá, a título de produtividade individual, a integralidade da parcela de GPF correspondente aos pontos a atingir;
II – o servidor que não atingir os oitocentos pontos em determinado mês perceberá parcela correspondente à proporção entre os pontos realmente atingidos e a totalidade a atingir obedecida a seguinte forma de cálculo:

a) cálculo do indicador de produtividade em desempenho de atividades, expresso em pontos:

$$\text{Ind} = (\text{PAi} / 800)$$

Onde

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. Se o resultado for superior a um vírgula zero (1,0), deve ser considerado um vírgula zero (1,0);

PAi = pontos efetivamente atingidos;

800 = quantidade de pontos necessários para perceber o valor máximo da parcela de produtividade individual;

b) cálculo do valor da produtividade a ser paga ao Fiscal de Tributos Públicos e ao Auditor Fiscal Tributário:

$$\text{GPF} = ((\text{Ind} * (0,7) * \text{VcBs}))$$

Onde

GPF = valor da parcela de gratificação a ser paga pelo atingimento de pontos;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. O maior valor admissível para Ind é um vírgula zero (1,0);

(0,7) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão “A” de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

c) cálculo do valor da produtividade a ser paga ao Técnico em Contabilidade, ao Agente Administrativo, ao Auxiliar Administrativo e ao Assistente Administrativo:

$$\text{GPF} = ((\text{Ind} * (0,3) * \text{VcBs}))$$

Onde

GPF = valor da parcela de gratificação a ser paga pelo atingimento de pontos;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. O maior valor admissível para Ind é um vírgula zero (1,0);

(0,3) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão “A” de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão “A” de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

- 2º. Será aplicada a redução de 1/40 (um quarenta avos) do valor da GPF nos seguintes casos:

I – por cada afastamento injustificado do serviço antes do final do expediente de cada turno, mesmo que retorne ainda em horário

de expediente;

II – por cada turno de trabalho em que o servidor faltar injustificadamente ao trabalho;

- 3º. Ficam dispensados do cumprimento dos pontos de que trata este artigo os servidores efetivos que se encontrem nas condições de que tratam os §§- 2º, 4º, 5º e 6º do art. 6º, bem como o servidor que ingressar na Secretaria da Fazenda, nos dois primeiros períodos de atuação, quando perceberá a parcela de gratificação considerando a média de pontos atingidos pelos servidores de mesmo cargo ou de cargo equivalente, na Secretaria;

- 4º. Nos casos a que refere o - 3º, inexistindo outro servidor detentor de mesmo cargo efetivo ou de cargo equivalente, aplica-se o disposto no - 7º do art. 6º deste Decreto.

- 5º. No caso de afastamentos em que o servidor faz jus ao pagamento da GPF, os pontos do segundo mês subsequente ao afastamento corresponderão à média de pontos obtidos pelos servidores ocupantes de mesmo cargo efetivo, ou equivalentes, nos últimos doze (12) meses anteriores ao do afastamento ou, se a quantidade de meses anteriores em que houve pagamento da GPF for inferior a doze (12), à média mensal de pontos até então apurados para os respectivos cargos.

- 6º. Quando o afastamento de que trata o parágrafo anterior abranger apenas parte do período de apuração, a gratificação será paga, em relação ao período em que trabalhou, considerando proporcionalmente os pontos efetivamente obtidos e, em relação aos dias de afastamento, proporcionalmente, observado o que dispõe o - 6º deste artigo, adotando-se o seguinte cálculo:

I – Definição da GPF pelos dias efetivamente trabalhados:

a) cálculo de pontos proporcionais a atingir nos dias trabalhados:

$$\text{PPA} = ((\text{NTT} / 40) * 800))$$

Onde:

PPA – pontos proporcionais a atingir no tempo trabalhado;

NTT= quantidade de turnos trabalhados, considerando a fração como turno inteiro

40 = número de turnos mensais

800 = pontos a cumprir em mês cheio;

b) cálculo da proporção de gratificação devida:

$$\text{Ind} = (\text{PEA} / \text{PPA})$$

Onde:

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. Observar que, se o resultado for superior a um vírgula zero (1,0), deve ser considerado um vírgula zero (1,0);

PEA = pontos efetivamente atingidos;

PPA = pontos proporcionais a atingir no tempo trabalhado

c) cálculo do valor da gratificação de produtividade pelo atingimento de pontos a ser paga ao Fiscal de Tributos Públicos e ao Auditor Fiscal Tributário:

$$\text{GPF} = ((\text{Ind} * (0,7) * \text{VcBs}))$$

Onde:

GPF = Valor da parcela da GPF a ser paga pelo atingimento de pontos;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. Observar que o maior valor admissível para “Ind” é um vírgula zero (1,0);

(0,7) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão “A” de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

d) cálculo do valor da produtividade a ser paga ao Técnico em Contabilidade, ao Agente Administrativo, ao Auxiliar Administrativo e ao Assistente Administrativo:

$GPF = ((Ind * (0,3) * VcBs))$

Onde:

GPF = Valor da parcela da GPF a ser paga pelo atingimento de pontos;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. O maior valor admissível para "Ind" é um vírgula zero (1,0);

(0,3) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão "A" de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

II – Definição da GPF pelos dias de afastamento com pagamento da gratificação, a partir do mês em que se iniciar o pagamento pela média de pontos passados a que refere o inciso VI:

a) cálculo dos pontos médios alcançados nos últimos 12 meses ou quantidade inferior de meses:

$PtMedio = (Pt1 + Pt2 + + Ptn) / n$

Onde:

PTMedio = média de pontos atingidos no período "n"

Ptn = pontos atingidos no período, onde o indicador "n" varia desde o período 1 (primeiro período) até o período enésimo (último período)

n = quantidade de períodos computados

b) cálculo da proporção de gratificação devida:

$Ind = (PtMedio / 800)$

Onde:

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. Observar que, se o resultado for superior a um vírgula zero (1,0), deve ser considerado um vírgula zero (1,0);

PTMedio = média de pontos atingidos no período "n"

c) cálculo do valor da produtividade a ser paga ao Fiscal de Tributos Públicos e ao Auditor Fiscal Tributário:

$GPF = ((Ind * (0,7) * VcBs))$

Onde:

GPF = Valor da parcela da GPF a ser paga pelo atingimento de pontos;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. O maior valor admissível para "Ind" é um vírgula zero (1,0);

(0,7) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão "A" de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

d) cálculo do valor da produtividade a ser paga ao Técnico em Contabilidade, ao Agente Administrativo, ao Auxiliar Administrativo e ao Assistente Administrativo:

$GPF = ((Ind * (0,3) * VcBs))$

Onde:

GPF = Valor da GPF devida;

Ind = indicador da proporção de pontos de GPF a ser aplicado sobre parcela integral de pontos. O maior valor admissível para "Ind" é um vírgula zero (1,0);

(0,3) = parcela de máximo de produtividade a incidir sobre o Padrão "A" de vencimento da Faixa I do cargo ocupado pelo servidor;

VcBs = Padrão de vencimento do cargo ocupado pelo servidor.

Art. 10. Para a apuração de pontos de produtividade em tempo hábil para o registro e processamento das informações, o controle será efetuado considerando, para cada mês, o período compreendido entre o dia 11 do segundo mês anterior e 10 do primeiro mês anterior àquele em que se efetivará o pagamento da gratificação, inclusive, para a definição dos valores relativos a dezembro e janeiro de cada ano.

Art. 11. Até o quinto (5º) dia útil após o dia dez (10) de cada mês,

os servidores sujeitos à produção de pontos de produtividade deverão apresentar relatório demonstrativo dos pontos atingidos, conforme modelo constante do Anexo III, juntamente com um espelho impresso dos registros em seu controle eletrônico de pontualidade do respectivo período de apuração para exame de sua assiduidade e pontualidade, ao Secretário da Fazenda, o qual encaminhará a documentação ao Grupo de Acompanhamento da GPF.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o "caput" deste artigo deverão manter disponíveis para apresentar, se solicitado, os correspondentes comprovantes da produtividade declarada como atingida.

Art. 12. O Grupo de Acompanhamento da GPF, de posse dos relatórios apresentados pelos servidores, entre o 5º e o 10º dias úteis seguintes ao encerramento de cada período de apuração de pontos, reunir-se-á quantas vezes forem necessárias para:

I – examinar os relatórios individuais de cada um dos servidores que os apresentaram, confirmando os pontos apresentados ou glossando parte deles ou seu todo;

II – elaborará relatório conclusivo, de acordo com o modelo do Anexo IV, acerca dos pontos atingidos pelos diversos servidores, o qual será produzido em duas vias e deverá ser fundamentado a partir dos relatórios individuais dos servidores, que serão anexados à segunda via, encaminhando a primeira e a segunda vias ao Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda.

Art. 13. O Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda, examinará o relatório apresentado pelo Grupo de Acompanhamento da GPF, podendo, justificadamente, fazer retificações e efetuar as glosas que entender necessárias.

Parágrafo único. Concluído o exame, o Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda encaminhará um relatório final à homologação do Secretário da Fazenda, contemplando as eventuais retificações, glosas e considerações pertinentes, o qual obedecerá ao modelo do Anexo V, contendo o valor líquido das gratificações por pontos a serem pagas aos servidores.

Art. 14. Visando facilitar o preenchimento dos formulários anexos a este Decreto e o acompanhamento das atividades dos servidores que percebem a GPF, o Grupo de Acompanhamento:

I - poderá definir controles auxiliares para a contagem dos pontos que acumulem;

II - deverá lavrar atas com o resultado de suas reuniões e manterá arquivo organizado dos documentos que produzir e colecionar;

Art. 15. Não haverá remuneração específica pela participação do servidor no Grupo de Acompanhamento da GPF.

Art. 16. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 7407, de 31 de março de 2014 e nº 7415, de 14 de abril de 2014, com efeitos financeiros retroativos ao 1º dia do mês da sua vigência.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.648, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 7.648, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0004.0062.0005.2005 Manutenção da procuradoria geral do Município
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 3.1.91.00 Aplicações Diretas Dec. De Ope. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 6.000,00
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.91.00 Aplicações Diretas Dec. De Ope. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308 Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Gov. E Gestão Estratégica
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.200,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 160.000,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 130.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 51.000,00
 15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
 15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322 Gestãi Fundo - FHIS
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. De Finanças e Contabilidade
 3.1.91.00 Aplicações Diretas Dec. De Ope. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 24.000,00

0004.0122.0225.2011 Manutenção do departamento de recursos Humanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.800,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 9.000,00
 23.00 Secretaria da Fazenda
 23.001 Secretaria da Fazenda
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo
 3.1.91.00 Aplicações Diretas Dec. De Ope. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0004.0062.0005.2005 Manutenção da procuradoria geral do Município
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 9.000,00
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308 Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Gov. E Gestão Estratégica
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.200,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 160.000,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 130.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 51.000,00
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestãi Fundo - FHIS
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. De Finanças e Contabilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 24.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do departamento de recursos Humanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.800,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA 019/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO A ATA 019/2015

Espécie: 2º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 019/2015, entre o Município de Brusque e a empresa James Comercio e Transportes LTDA, em 19/08/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 019/2015. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 002/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Cristiano Bittencourt e James Patricio Rudolfo

PORTARIA Nº 2205/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2205/2015

Concede benefício de Pensão por morte a
Marli Ribeiro de Almeida Olegário e Mariza Olegário

O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 250/2015, benefício de pensão por morte a MARLI RIBEIRO DE ALMEIDA OLEGÁRIO CPF 037.610.849-51 e MARIZA OLEGÁRIO CPF 104.456.379-60, dependentes do servidor falecido JOSÉ OLEGÁRIO, CPF 057.413.849-86.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/07/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de agosto de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 10.272, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 10.272, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Grazielle Dalbosco de Oliveira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde do Município, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/2009 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 06 de agosto de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.278, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA nº 10.278, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Procurador do Município, ocupado pela servidora FABIANA JANAINA VARGAS FISCHER, matrícula nº 4116992, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/
SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 93-2015 - PREGÃO 66-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 93-2015 - PREGÃO 66-2015

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do processo Licitatório nº 93/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS RECOLHIDOS A MAIOR OU INDEVIDOS, NOS ÚLTIMOS SESENTA MESES, ARRECADADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, para análise das impugnações.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 31 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.520

DECRETO Nº 6.520, de 27 de agosto de 2015.

Acrescenta o art. 2ºA ao Decreto nº 5.616/2013, que Regulamenta o disposto no art. 37, - 1º da Lei nº 54/83 - Código Tributário Municipal, instituindo a nota fiscal de prestação de serviços emitida em meio eletrônico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.616, de 01 de julho de 2013, que Regulamenta o disposto no art. 37, - 1º da Lei nº 54/83 - Código Tributário Municipal, instituindo a nota fiscal de prestação de serviços emitida em meio eletrônico, passa a vigorar acrescido do Art. 2ºA, conforme segue:

“Art. 2ºA Poderá optar pela emissão de uma única Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, no final do dia, e, com base em relatório diário, gerada contra “Clientes Diversos”, ressalvado o direito individual do tomador de serviços em solicitar a Nota Fiscal individualizada, o contribuinte prestador de serviços das seguintes atividades:

- a) motéis;
- b) tabelionatos, cartórios notariais e de registros públicos;
- c) serviços de impressão, tipo fotocópia;
- d) lavanderia, lavagem e higienização de veículos;
- e) serviços de estacionamento;
- f) borracharias.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que o contribuinte EDUARDO SIMONINI PEREIRA protocolou requerimento administrativo sob o nº 11.802/2015, solicitando o cancelamento da notificação nº 000976;

CONSIDERANDO, que a decisão proferida no requerimento acima mencionada, encaminhada por correspondência com aviso de recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue por “número desconhecido”; e

CONSIDERANDO, que a decisão acima referida encerra a 1ª instância administrativa e o art. 181, I do Código Tributário Municipal assegura ao impugnante uma segunda instância administrativa.

N O T I F I C A

O contribuinte EDUARDO SIMONINI PEREIRA de que foi proferida decisão INDEFERINDO o requerimento administrativo sob o nº 11.802/2015, por meio do qual solicitou o cancelamento da notificação nº 000976. E, para que chegue ao conhecimento do interessado, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 28 de agosto de 2015.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

PARECER COMED Nº 12

Interessado: Colégio de Aplicação UNIARP		UF: SC
Assunto: Renovação da autorização de funcionamento da Instituição de Ensino		
Relator: Giancarlo de Oliveira		
Processo: 006/2015		
Parecer nº 12/2015	Comissão Comissão de Educação Infantil	Aprovado em: 02/07/2015

I. Histórico:

Após solicitação do Conselho Municipal de Educação, a Instituição de Ensino encaminhou na data de 26/03/2015 o processo com a documentação para renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil.

II. Análise:

Após análise e estudo dos documentos apresentados verificou-se que alguns itens solicitados não estavam de acordo com a Legislação e, portanto, o Conselho encaminhou pedido de ajuste dando prazo de 30 dias para a regulamentação.

Na data de 07/05/2015 dentro do prazo estipulado, a escola entregou a documentação com as devidas adequações e após análise, constatou-se que os documentos apresentados estão de acordo com a Resolução do COMED nº 001/2009, conforme Capítulo II artigo 4º. Portanto, a escola encontra-se legalmente apta a funcionar pelo período de quatro anos.

A escola fica ciente de que deve renovar anualmente os documentos constantes abaixo e passará por visitas in loco no decorrer do período da autorização. A documentação deve ser devidamente encaminhada ao Conselho Municipal de Educação no início de cada ano.

- Laudo dos Bombeiros,
- Alvará de Licença da Prefeitura,
- Alvará da Vigilância Sanitária,
- Quadro de funcionários atualizados com as respectivas Carteirinhas de Saúde,
- Quadro das turmas.

III. Voto do Relator

O relator é de PARECER FAVORÁVEL à renovação de funcionamento da Unidade Escolar pelo prazo de quatro anos, a contar da data deste parecer.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário é de PARECER FAVORÁVEL, ao voto do relator em 02 de julho de 2015.

Caçador, 02 de julho de 2015.

PARECER COMED Nº 13

Interessado: Centro Educacional Santos Anjos		UF: SC
Assunto: Renovação da autorização de funcionamento da Instituição de Ensino		
Relator: Ana Mara Rotta		
Processo: 009/2015		
Parecer nº 13/2015	Comissão Comissão de Educação Infantil	Aprovado em: 02/07/2015

I. Histórico:

Após solicitação do Conselho Municipal de Educação, a Instituição de Ensino encaminhou na data de 26/03/2015 o processo com a documentação para renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil.

II. Análise:

Após análise e estudo dos documentos apresentados verificou-se que alguns itens solicitados não estavam de acordo com a Legislação e, portanto, o Conselho encaminhou pedido de ajuste dando prazo de 30 dias para a regulamentação.

Na data de 12/06/2015 dentro do prazo estipulado, a escola entregou a documentação com as devidas adequações e após análise, constatou-se que os documentos apresentados estão de acordo com a Resolução do COMED nº 001/2009, conforme Capítulo II artigo 4º. Portanto, a escola encontra-se legalmente apta a funcionar pelo período de quatro anos.

A escola fica ciente de que deve renovar anualmente os documentos constantes abaixo e passará por visitas in loco no decorrer do período da autorização. A documentação deve ser devidamente encaminhada ao Conselho Municipal de Educação no início de cada ano.

- Laudo dos Bombeiros,
- Alvará de Licença da Prefeitura,
- Alvará da Vigilância Sanitária,
- Quadro de funcionários atualizados com as respectivas Carteirinhas de Saúde,
- Quadro das turmas.

III. Voto do Relator

A relatora é de PARECER FAVORÁVEL à renovação de funcionamento da Unidade Escolar pelo prazo de quatro anos, a contar da data deste parecer.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário é de PARECER FAVORÁVEL, ao voto da relatora em 02 de julho de 2015.

Caçador, 02 de julho de 2015.

PARECER COMED Nº 14

Interessado: Colégio Bom Jesus Aurora		UF: SC
Assunto: Renovação da autorização de funcionamento da Instituição de Ensino		
Relator: Rosangela Balchack		
Processo: 003/2015		
Parecer nº 14/2015	Comissão Comissão de Educação Infantil	Aprovado em: 06/08/2015

I. Histórico:

Após solicitação do Conselho Municipal de Educação, a Instituição de Ensino encaminhou na data de 26/03/2015 o processo com a documentação para renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil.

II. Análise:

Após análise e estudo dos documentos apresentados verificou-se que alguns itens solicitados não estavam de acordo com a Legislação e, portanto, o Conselho encaminhou pedido de ajuste dando prazo de 30 dias para a regulamentação.

Na data de 12/06/2015 dentro do prazo estipulado, a escola entregou a documentação com as devidas adequações e após análise, constatou-se que os documentos apresentados estão de acordo com a Resolução do COMED nº 001/2009, conforme Capítulo II artigo 4º. O conselho aprova o parecer, no entanto, a escola deverá atualizar em seu Projeto Político Pedagógico, a data Corte de 31 de março para as matrículas a partir de 2016, estando devidamente em conformidade com a LDB 9394/96. Desta forma, a escola encontra-se legalmente apta a funcionar pelo período de quatro anos a contar da publicação deste.

Fica ciente de que deve renovar anualmente os documentos constantes abaixo, e passará por visitas in loco no decorrer do período da autorização. A documentação deve ser devidamente encaminhada ao Conselho Municipal de Educação no início de cada ano.

- Laudo dos Bombeiros,
- Alvará de Licença da Prefeitura,
- Alvará da Vigilância Sanitária,
- Quadro de funcionários atualizados com as respectivas Carteirinhas de Saúde,
- Quadro das turmas.

III. Voto do Relator

A relatora é de PARECER FAVORÁVEL à renovação de funcionamento da Unidade Escolar pelo prazo de quatro anos, a contar da data de publicação deste parecer.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário é de PARECER FAVORÁVEL, ao voto da relatora 06 agosto de 2015.

Caçador, 06 de agosto de 2015.

PARECER COMED Nº 15

Interessado: EBI Centro de Educação Adventista		UF: SC
Assunto: Renovação da autorização de funcionamento da Instituição de Ensino		
Relator: Rosangela Balchack		
Processo: 005/2015		
Parecer nº 15/2015	Comissão Comissão de Educação Infantil	Aprovado em: 02/07/2015

I. Histórico:

Após solicitação do Conselho Municipal de Educação, a Instituição de Ensino encaminhou na data de 26/03/2015 o processo com a documentação para renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil.

II. Análise:

Após análise e estudo dos documentos apresentados, verificou-se que alguns itens solicitados não estavam de acordo com a Legislação, portanto, o Conselho encaminhou pedido de ajuste com prazo de 30 dias para a regulamentação.

Na data de 29/05/2015 dentro do prazo estipulado, a escola entregou a documentação com as devidas adequações e após análise, constatou-se que os documentos apresentados estão de acordo com a Resolução do COMED nº 001/2009, conforme Capítulo II artigo 4º. Portanto, a escola encontra-se legalmente apta a funcionar pelo período de quatro anos.

A escola fica ciente de que deve renovar anualmente os documentos constantes abaixo, e passará por visitas in loco no decorrer do período da autorização. A documentação deve ser devidamente encaminhada ao Conselho Municipal de Educação no início de cada ano.

- Laudo dos Bombeiros,
- Alvará de Licença da Prefeitura,
- Alvará da Vigilância Sanitária,
- Quadro de funcionários atualizados com as respectivas Carteirinhas de Saúde,
- Quadro das turmas.

III. Voto do Relator

A relatora é de PARECER FAVORÁVEL à renovação de funcionamento da Unidade Escolar pelo prazo de quatro anos, a contar da data deste parecer.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário é de PARECER FAVORÁVEL, ao voto da relatora em 02 de julho de 2015.

Caçador, 02 de julho de 2015.

PORTARIA Nº 25.760

PORTARIA Nº 25.760, de 29 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, incisos I, IV e V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:
DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo, das diversas Secretarias e Órgãos Municipais do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor titular no cargo, nome do cargo, carga horária, Secretaria/órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
907	Breno Itaqui Ramos	Técnico em Contabilidade	35	023	Aposentadoria	01/01/2014
1048	Claudete Garcia Godinho	Auxiliar de Enfermagem	35	006	Aposentadoria	01/01/2014
7672	Gilberto Dalmedico	Auxiliar Serviços e Obras Públicas	44	003	Falecimento	29/11/2013
1515	Nely Fatima Alves de Campos	Auxiliar de Serviços Gerais	44	002	Aposentadoria	09/01/2014
1125	Rosely Aparecida Sant´Ana de Moraes	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	01/01/2014
296	Edemilson José Fernandes	Pedreiro	44	001	Falecimento	16/03/2014
13200	Tamara Camila Benetti	Assistente Administrativo	35	002	Exoneração	31/03/2014
352	Iracilda Ribeiro Cristaldo	Auxiliar de Serviços Gerais	44	006	Aposentadoria	10/04/2014
7666	Carlos Emilio Finger	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44	003	Exoneração	09/04/2014
7985	Osmar Pereira Dias	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	35	DITTESC	Exoneração	24/04/2014
11727	Amanda Padilha Machado	Assistente Administrativo	35	008	Exoneração	16/05/2014
213	Julia dos Santos Pereira	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	23/05/2014
3300	Edson da Silva	Professor 1 a 4	20	016	Exoneração	01/06/2014
782	Saete Catarina Liszkievich	Supervisor Escolar	40	005	Aposentadoria	01/06/2014
206	Rosely Aparecida Sorgatto	Orientador Educacional	40	005	Aposentadoria	02/06/2014
1727	Dalila Batista de Almeida	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	12/06/2014
11103	Julio Cezar Recalcatti	Auxiliar de Serviços Gerais	44	003	Exoneração	23/06/2014
10225	Patricia Sara Antunes	Técnico em Enfermagem	35	006	Exoneração	27/06/2014
966	Idalci Sampaio Colla	Supervisor Escolar	40	016	Aposentadoria	09/07/2014
4584	Elisandra Aparecida Berezoski Cividini	Professor de Educação Infantil	20	037	Exoneração	16/07/2014
997	João Augusto Segat	Professor 5 a 8	20	016	Exoneração	02/08/2014
11104	Miriam Rossana Biasi Staskowian	Assistente Administrativo	35	002	Exoneração	18/08/2014
2652	Marinice Aparecida Chaves	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	08/09/2014
1052	Celia de Paula	Auxiliar de Enfermagem	35	006	Aposentadoria	01/10/2014
11730	Mauro de Mello	Assistente Administrativo	35	006	Exoneração	01/11/2014
63	Liria Belaver Basegio	Professor Séries Iniciais	40	016	Aposentadoria	06/11/2014
138	Vera Lucia Chaves Bertotto	Professor 1 a 4	20	016	Aposentadoria	17/11/2014
2101	Rosane Gonçalves dos Santos	Servente Educação	44	005	Exoneração	21/11/2014
495	Sonia Maria Von Scharten	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	02/12/2014
1100	Clarice Lanferdini Gatti	Professor 1 a 4	20	016	Aposentadoria	15/12/2014
361	Carlos Soares	Operador de Máquinas	44	003	Aposentadoria	01/02/2015
1382	Eurico Wagner	Guarda Patrimonial Municipal	44	002	Aposentadoria	09/03/2015
10897	Sabrina Zaffari Farias	Psicólogo – 35hs	35	008	Exoneração	16/03/2015
883	Mirna Mingotti	Telefonista	35	006	Aposentadoria	25/03/2015
3422	José Moreira Rosa	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44	003	Exoneração	01/04/2015
707	Lucia Speggiorin	Professor 1 a 4	40	016	Aposentadoria	01/04/2015
895	Luciane Regina Pereira	Professor 1 a 4	20	016	Aposentadoria	02/04/2015
4672	Maria Lucia Rocha dos Santos	Servente Educação	44	005	Aposentadoria	01/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.791

PORTARIA Nº 25.791, de 31 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 14.822, de 07 de outubro de 2004, que deferiu a averbação de tempo de contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme CTC nº 20725002.1.00103/97-0, correspondendo a 2.162 (dois mil, cento e sessenta e dois dias), da Servidora Pública Municipal ANASTACIA DE OLIVEIRA BERNARDO, Matrícula 968, lotada junto a Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental I.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.824

PORTARIA Nº 25.824, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ANASTACIA DE OLIVEIRA BERNARDO, Matrícula 968, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Irmão Venâncio José, 40 (quarenta) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
05/10/1993 a 05/10/1998	18/08/2015 a 16/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.826

PORTARIA Nº 25.826, de 18 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida

à Servidora Pública Municipal LILIA CAPELIM, Matrícula nº 3294, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, 40 horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Hilda Granemann de Sousa, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.831

PORTARIA Nº 25.831, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 99 e 108, - 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica realizada pelos médicos nomeados pela Portaria nº 25.723, de 14 de julho de 2015, especificando: código, nome, cargo, data de afastamento e período/dias, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Início do Afastamento	Dias de Afastamento
10535	Marisa Aparecida Alves Moreira Paes	Profª Ensino Fundamental II	12/08/2015	180

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.832

PORTARIA Nº 25.832, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal SAMARA APARECIDA ROARIS, Matrícula 999, cargo de Auxiliar de Secretário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
05/10/2008 a 05/10/2013	03/08/2015 a 01/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.834

PORTARIA Nº 25.834, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal EDIANEZ BORTOT FAORO, Matrícula 921, cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
13/10/2009 a 13/10/2014	03/08/2015 a 01/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.835

PORTARIA Nº 25.835, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

RETIFICAR a Portaria nº 18.130, de 30 de maio de 2008, que concedeu licença prêmio ao Servidor Público Municipal MAURICIO ZINI, Matrícula 3, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Bioquímico, no que se refere ao período aquisitivo, que passa a ser 01/01/1992 a 01/01/1997, face a nomeação por concurso com posse e exercício no dia 01/01/1992, pela Portaria nº 790, de 02/03/1992.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.838

PORTARIA Nº 25.838, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

REsolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARIA CECILIA BEREZANSKI BRUGNARA, Matrícula 10447, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Pe. José Chamot, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, 02 (dois)

anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.839

PORTARIA Nº 25.839, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

REsolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal JESSICA GOMES, Matrícula 13873, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Alto Bonito e na EMEB Pierina Santin Perret, cargo de Professora de Ensino Fundamental II, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 25 de julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33- 2015 – PR – 21-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33- 2015 – PR – 21-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E DE HIGIENE INFANTIL PARA USO DOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/09/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 21/09/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 31 de agosto de 2015.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretaria de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.085/2015

DECRETO N.º 2085/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 121, situado na Rua Brinco de Princesa, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao LESTE com a Rua D, onde mede 12,00 m (doze metros); fundos ao OESTE com a área remanescente 02, onde mede 12,00 m (doze metros); estrema ao NORTE com a área remanescente 02, onde mede 28,00 m (vinte e oito metros) e estrema ao SUL com o Lote 120, onde mede 28,00 m (vinte e oito metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de José Luciano Ribeiro, portadora do RG n.º 6.192.500 e inscrito no CPF sob o n.º 047.177.149-03, residente e domiciliado na referida área..

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.843/2015

LEI N.º 2.843/2015

Revoga dispositivos das Leis Municipais n.º 2.442/2012 e n.º 2.816/2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o - 3º do artigo 7º-A, bem como o - 3º do artigo 7º-B, ambos da Lei Municipal n.º 2.442/2012, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º-A. (...)

(...)

- 3º (Revogado).

Art. 7º-B. (...)

(...)

- 3º (Revogado).

Art. 2º Fica revogado o - 3º do artigo 2º da Lei Municipal n.º 2.816/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

(...)

- 3º (Revogado).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.844/2015

LEI N.º 2.844/2015

Cria o Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva aos Professores e Integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Camboriú

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica através da presente Lei criado o "Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva" aos professores e integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal de Camboriú.

Art. 2º O referido Programa tem por objetivo o atendimento médico preventivo e corretivo dos problemas vocais e auditivos a que estão sujeitos os profissionais da Educação bem como, medicá-los e orientá-los a respeito das medidas que devam ser tomadas para melhorar sua saúde de falar e ouvir.

Art. 3º O Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva deverá prever uma consulta semestral preventiva, com médicos especializados e tratamento quando necessário em postos de atendimento convenientemente preparados.

Art. 4º Os profissionais da Educação abrangidos por esta Lei deverão ter garantia de total atendimento médico.

Art. 5º O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para a implantação do referido Programa.

Art. 6º As despesas com esta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas em lei, suplementadas se necessárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de agosto de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DESERTA PREGÃO 71/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 71/2015)

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 71/2015, modalidade Pregão Presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de ADUBO 05-20-10, em sacos de 50kg, para distribuição gratuita aos produtores rurais deste município, cadastrados no "Programa Municipal de Distribuição de Adubo", criado através da Lei Municipal nº 4.172 de 06/08/2014. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 75/2015

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 75/2015)

Às 14h do dia 28/08/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de alimentos não perecíveis destinados ao preparo de merenda para os alunos das escolas, creches e pré-escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre – SC.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzhz>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 054/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 054/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: GABRIELA TIBES BUENO, no Cargo Público exercendo a Função de Professor VI – Professor de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental – Não Habilitado, portadora do CPF/MF nº 059.663.699-76, residente domiciliada na Rua Danie-la Patrícia Mengarda, nº 375, Bairro Rio Negro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar

o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 01 de Setembro de 2015;

Término: 18 de Dezembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.917,78 (Hum novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do - 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decorso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GABRIELA TIBES BUENO Contratada
--	------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 9.255 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.255 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO, para exercer o Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob nº 955500, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil, cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, pelo período de 31 de Agosto de 2015 a 30 de Setembro de 2015.

§1º) A contratação de que trata o caput deste Artigo em substituição a Professora Auxiliar Titular ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, a qual encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

31 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.256 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.256 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias – Civil	R\$ 200,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

31 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.257 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.257 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar GABRIELA TIBES BUENO, para exercer o Cargo Público de Professor VI, na Função de Professor de Matemática, Registro no Sistema sob nº 955520, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) mensais, pelo período de 01 de Setembro de 2015 a 18 de Dezembro de 2015.

§1º) A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 3º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

§2º) Esta contratação em substituição a Professora Titular VIVIANE CCHALOUPECK SCHROEDER, a qual aceitou a vaga, porém não assumiu em efetivo exercício, solicitou 90 (noventa) dias de afastamento.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
01 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.258 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.258 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 29, Parágrafo 1º, Incisos I ao IV; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ANDRÉIA APARECIDA COSTA KUSCHAN, Matrícula Funcional nº 000835, Registro no Sistema sob nº 955517, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 755,33 (setecentos e cinquenta e cinco reais, trinta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ANDRÉIA APARECIDA COSTA KUSCHAN, aprovada em 23º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
01 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.259 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.259 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de Setembro de 2014, em seu Artigo 1º; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. CRISTIANO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000836, Registro no Sistema sob nº 955518, ao Cargo Público de Motorista, para exercer a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, a partir de 01 de Setembro de 2015, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de Setembro de 2014, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.042,36 (um mil quarenta e dois reais, trinta e seis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. CRISTIANO MUNHOZ, aprovado em 6º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
01 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.260 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.260 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000837, Registro no Sistema sob nº 955519, ao Cargo Público de Agente Operacional III, para exercer a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.042,37 (um mil, quarenta e dois reais, trinta e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. JAIME LUIZ DAVID JUNIOR, aprovado em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
01 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: GABRIELA TIBES BUENO
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 01 de Setembro de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.
AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.
FUNÇÃO: PROFESSOR VI – PROFESSOR DE MATEMÁTICA
CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.917,78 (Hum novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de Setembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.348 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 4.348 DE 28 DE AGOSTO DE 2015
AUTORIZA A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 11.788/08, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar o Termo de Convênio de Estágio de Estudantes, com a UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.099.229/0001-01.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio é regular as condições na realização de Estágio de Estudantes, de interesse curricular obrigatório, dos Acadêmicos dos Cursos da referida Instituição

mencionada no Artigo 1º desta Lei.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/09/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO NO 041/2015

Pelo presente instrumento particular, de um lado ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO, entidade mantenedora da UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP, com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.099.229/0001-01, com filial na Av. Torres de Oliveira, nº 330 – Jaguaré – São Paulo - SP, CNPJ/MF sob o nº 06.099.229/0027-40, neste ato representada por seu Diretor-Secretário Sr. Fernando Di Genio Barbosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG.: nº 18.835.177-2, e inscrito no CPF/MF sob nº 113.179.838-40, aqui simplesmente designada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, e de outro lado MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE “PREFEITURA”, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77 com sede no Endereço: Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, Município de Campo Alegre/SC, CEP: 89.294-000, Fone 47 3632-2266, doravante denominada PODER EXECUTIVO, de personalidade de direito Público Interno, representada neste ato por seu representante legal Sr.(a) Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 918.450-3, SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº: 379.215.489-87, firmam o presente convênio para a realização de estágios, nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, conforme condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

1.1. A Unidade Concedente compromete-se a conceder campo de estágio de caráter obrigatório em suas unidades aos estudantes devidamente matriculados nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social, Pedagogia, Letras, Matemática, Geografia, História, Artes Visuais, Ciências Biológicas e Sociologia da Instituição de Ensino, por ela designados em relação de alunos a ser fornecida pela mesma e por período acordado pelas partes conveniadas, em termo aditivo ulterior que passará a fazer parte integrante do presente Convênio;

1.2. Para fins deste Convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao estudante pela participação em situações de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação na Instituição de Ensino;

1.3. A Unidade Concedente formalizará o estágio através de Termo de Compromisso firmado com o estagiário, tendo à obrigatoria intervenção da Instituição de Ensino;

1.4. A Unidade Concedente comunicará a Instituição de Ensino, para que seja substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;

1.5. Os estágios de que trata o presente convênio não serão remunerados nem caracterizarão vínculo empregatício com o estudante admitido como estagiário, nos termos da legislação em vigor;

1.6. As atividades principais serão desenvolvidas pelo estagiário em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão à qual o curso se refere e serão determinadas pela Supervisão de estágio e pela Área responsável pelo estágio;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

2.1. Encaminhar os estagiários mediante carta de apresentação, sem a qual estes não poderão iniciar o estágio na UNIDADE CONCEDENTE, dentro das normas estabelecidas pelas partes conveniadas;

2.2. Firmar os Termos de Compromisso de Estágio, como interveniente, através do seu Coordenador de Estágio;

2.3. Providenciar a substituição do estagiário, quando constatada a necessidade pela Unidade Concedente, conforme cláusula primeira, item 1.4., indicando candidatos à substituição do(s) estagiário(s), bem como poderá substituí-los constatada a necessidade por parte desta, mediante prévia notificação à Unidade Concedente;

2.4. Responsabilizar-se e supervisionar o estágio de alunos estagiários, fiscalizando, acompanhando os trabalhos dos estagiários, em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, contratando e remunerando professores pós-graduados nas áreas de atuação dos estagiários devidamente registrados nos respectivos conselhos;

2.5. Analisar e discutir o Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo estagiário no local de estágio, visando a realização de aprendizado na perspectiva da teoria e da prática;

2.6. Respeitar as normas vigentes e recomendações da Unidade Concedente e das Unidades em que se realizarão os campos de estágio;

2.7. Responsabilizar-se por danos, avarias ou inutilização de objetos e equipamentos, inclusive nos prédios e instalações da Unidade Concedente e dos locais onde estarão sendo realizados os estágios, decorrentes de dolo ou culpa se comprovadamente causados pelos estagiários, orientadores/supervisores e demais pessoas designadas pela Instituição de Ensino, cabendo a mesma a reparação, substituição e indenização decorrentes de tal dano;

2.8. A INSTITUIÇÃO DE ENSINO caberá incluir o ESTÁGIÁRIO no SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS contemplada pela Apólice da Companhia de Seguros PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS durante a vigência regular do Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

3.1. Conceder estágios ao pessoal discente da Instituição de Ensino, nos termos da Legislação Vigente e das disposições deste convênio;

3.2. Disponibilizar aos estagiários, materiais necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao estágio;

3.3. Disponibilizar local adequado para a prática do estágio;

3.4. Proporcionar ao estagiário, experiências válidas para a complementação do ensino e da aprendizagem, bem como o material para sua execução, ressalvada a autonomia científica do trabalho realizado;

3.5. Aceitar o credenciamento dos Supervisores de acordo com a cláusula segunda, item 2.4. do presente termo;

3.6. Garantir aos Supervisores credenciados pela Instituição de Ensino a realização da supervisão necessária;

3.7. Garantir, mediante participação dos supervisores, orientação quanto ao desenvolvimento do projeto, programa e atividade;

3.8. Autorizar o acesso dos estagiários e Supervisores de Estágio, devidamente encaminhados pela Instituição de Ensino, aos setores em que se realizarão as atividades inerentes ao estágio;

3.9. Prestar, oficialmente, informações sobre o desenvolvimento do estágio e da atividade do estagiário que venham a se fazer necessárias, ou sejam solicitadas pela Instituição de Ensino;

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura por tempo indeterminado, sendo facultado a qualquer das partes sua rescisão sem qualquer ônus, desde que a parte interessada comunique a outra, por escrito, sua intenção com antecedência de trinta dias;

4.2. Durante a sua vigência e havendo anuência bilateral, as cláusulas do presente Convênio poderão, em conjunto ou isoladamente, ser alteradas mediante Termo Aditivo, que passará a fazer parte integrante do presente Convênio;

4.3. Este Convênio contém a integralidade do acordo entre as partes e nenhuma alteração ou variação do seu conteúdo será válida a menos que feita por escrito e assinada pelas partes. Este Convênio supera quaisquer acordos e entendimentos anteriores entre as partes;

4.4. A anulação de dispositivos ou cláusulas, isoladamente, não implica em anulação dos demais dispositivos integrados ao presente Convênio;

4.5. As partes elegem de comum acordo o Fórum da Comarca de São Bento do Sul / Santa Catarina excluindo qualquer outro, por mais privilégio que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente termo.

4.6. E por assim estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Convênio em 3 (três) vias originais de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Campo Alegre, 26 de Agosto de 2015.

Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – AS-SUPERO

Fernando Di Genio Barbosa

Município de Campo Alegre “Prefeitura”
Rubens Blaszkowski

TESTEMUNHAS:

01) _____

Nome: Elisabete Brihy

RG nº: 8.529.770-7

02) _____

Nome JOSÉ LUIS SILVA

RG nº 606.952 SSP/SC

TERMO ADITIVO Nº 05/2015

TERMO ADITIVO Nº 05/2015

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 046/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO

CONTRATADA: ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO, Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 100.681.449-38, residente domiciliada na Estrada Campinas dos Farias, Localidade de Campinas dos Farias, snº, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IV e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 31 de Agosto de 2015;

Término: 30 de Setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 31 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO Contratada
--	--

Testemunhas:

1. _____

2. _____

TERMO DE CONVÊNIO Nº 041/2015

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 041/2015

Pelo presente instrumento particular, de um lado ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO - ASSUPERO, entidade mantenedora da UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP, com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.099.229/0001-01, com filial na Av. Torres de Oliveira, nº 330 – Jaguaré – São Paulo - SP, CNPJ/MF sob o nº 06.099.229/0027-40, neste ato representada por seu Diretor-Secretário Sr. Fernando Di Genio Barbosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG.: nº 18.835.177-2, e inscrito no CPF/MF sob nº 113.179.838-40, aqui simplesmente designada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, e de outro lado MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE “PREFEITURA”, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77 com sede no Endereço: Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, Município de Campo Alegre/SC, CEP: 89.294-000, Fone 47 3632-2266, doravante denominada PODER EXECUTIVO, de personalidade de direito Público Interno, representada neste ato por seu representante legal Sr.(a) Rubens Blaszkowski, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 918.450-3, SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº: 379.215.489-87, firmam o presente convênio para a

realização de estágios, nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, conforme condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

1.1. A Unidade Concedente compromete-se a conceder campo de estágio de caráter obrigatório em suas unidades aos estudantes devidamente matriculados nos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social, Pedagogia, Letras, Matemática, Geografia, História, Artes Visuais, Ciências Biológicas e Sociologia da Instituição de Ensino, por ela designados em relação de alunos a ser fornecida pela mesma e por período acordado pelas partes conveniadas, em termo aditivo ulterior que passará a fazer parte integrante do presente Convênio;

1.2. Para fins deste Convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao estudante pela participação em situações de vida e de trabalho ligadas a sua área de formação na Instituição de Ensino;

1.3. A Unidade Concedente formalizará o estágio através de Termo de Compromisso firmado com o estagiário, tendo à obrigatoria intervenção da Instituição de Ensino;

1.4. A Unidade Concedente comunicará a Instituição de Ensino, para que seja substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;

1.5. Os estágios de que trata o presente convênio não serão remunerados nem caracterizarão vínculo empregatício com o estudante admitido como estagiário, nos termos da legislação em vigor;

1.6. As atividades principais serão desenvolvidas pelo estagiário em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão à qual o curso se refere e serão determinadas pela Supervisão de estágio e pela Área responsável pelo estágio;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

2.1. Encaminhar os estagiários mediante carta de apresentação, sem a qual estes não poderão iniciar o estágio na UNIDADE CONCEDENTE, dentro das normas estabelecidas pelas partes conveniadas;

2.2. Firmar os Termos de Compromisso de Estágio, como interveniente, através do seu Coordenador de Estágio;

2.3. Providenciar a substituição do estagiário, quando constatada a necessidade pela Unidade Concedente, conforme cláusula primeira, item 1.4., indicando candidatos à substituição do(s) estagiário(s), bem como poderá substituí-los constatada a necessidade por parte desta, mediante prévia notificação à Unidade Concedente;

2.4. Responsabilizar-se e supervisionar o estágio de alunos estagiários, fiscalizando, acompanhando os trabalhos dos estagiários, em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, contratando e remunerando professores pós-graduados nas áreas de atuação dos estagiários devidamente registrados nos respectivos conselhos;

2.5. Analisar e discutir o Plano de Trabalho a ser desenvolvido pelo estagiário no local de estágio, visando a realização de aprendizado na perspectiva da teoria e da prática;

2.6. Respeitar as normas vigentes e recomendações da Unidade Concedente e das Unidades em que se realizarão os campos de estágio;

2.7. Responsabilizar-se por danos, avarias ou inutilização de objetos e equipamentos, inclusive nos prédios e instalações da Unidade Concedente e dos locais onde estarão sendo realizados os estágios, decorrentes de dolo ou culpa se comprovadamente causados pelos estagiários, orientadores/supervisores e demais pessoas designadas pela Instituição de Ensino, cabendo a mesma a reparação, substituição e indenização decorrentes de tal dano;

2.8. A INSTITUIÇÃO DE ENSINO caberá incluir o ESTÁGIÁRIO no SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS contemplada pela Apólice da Companhia de Seguros PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS durante a vigência regular do Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

3.1. Conceder estágios ao pessoal discente da Instituição de Ensino, nos termos da Legislação Vigente e das disposições deste convênio;

3.2. Disponibilizar aos estagiários, materiais necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao estágio;

3.3. Disponibilizar local adequado para a prática do estágio;

3.4. Proporcionar ao estagiário, experiências válidas para a complementação do ensino e da aprendizagem, bem como o material para sua execução, ressalvada a autonomia científica do trabalho realizado;

3.5. Aceitar o credenciamento dos Supervisores de acordo com a cláusula segunda, item 2.4. do presente termo;

3.6. Garantir aos Supervisores credenciados pela Instituição de Ensino a realização da supervisão necessária;

3.7. Garantir, mediante participação dos supervisores, orientação quanto ao desenvolvimento do projeto, programa e atividade;

3.8. Autorizar o acesso dos estagiários e Supervisores de Estágio, devidamente encaminhados pela Instituição de Ensino, aos setores em que se realizarão as atividades inerentes ao estágio;

3.9. Prestar, oficialmente, informações sobre o desenvolvimento do estágio e da atividade do estagiário que venham a se fazer necessárias, ou sejam solicitadas pela Instituição de Ensino;

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura por tempo indeterminado, sendo facultado a qualquer das partes sua rescisão sem qualquer ônus, desde que a parte interessada comunique a outra, por escrito, sua intenção com antecedência de trinta dias;

4.2. Durante a sua vigência e havendo anuência bilateral, as cláusulas do presente Convênio poderão, em conjunto ou isoladamente, ser alteradas mediante Termo Aditivo, que passará a fazer parte integrante do presente Convênio;

4.3. Este Convênio contém a integralidade do acordo entre as partes e nenhuma alteração ou variação do seu conteúdo será válida a menos que feita por escrito e assinada pelas partes. Este Convênio supera quaisquer acordos e entendimentos anteriores entre as partes;

4.4. A anulação de dispositivos ou cláusulas, isoladamente, não implica em anulação dos demais dispositivos integrados ao presente Convênio;

4.5. As partes elegem de comum acordo o Fórum da Comarca de São Bento do Sul / Santa Catarina excluindo qualquer outro, por mais privilégio que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente termo.

4.6. E por assim estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Convênio em 3 (três) vias originais de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Campo Alegre, 26 de Agosto de 2015.

Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO

Fernando Di Genio Barbosa

Município de Campo Alegre “Prefeitura”

Rubens Blaszkowski

TESTEMUNHAS:

01) _____

Nome: Elisabete Brihy

RG nº: 8.529.770-7

02) _____

Nome JOSÉ LUIS SILVA

RG nº 606.952 SSP/SC

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO 3 ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 04/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS nº 04/2014.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ -MF sob o nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADO: CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA, CNPJ nº 07.584.854/0001-01. OBJETO: Aumento de valor na importância de R\$ 18.443,81. FUNDAMENTO LEGAL: - 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 26/08/2015 SIGNATÁRIOS: Juceli Damasio Silveira pelo Contratante e Heder Viganó pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 059/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: N C TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 14.429.601/0001-29. OBJETO: prestação de serviços de transporte de equipamentos com caminhão prancha. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório 1471/2015, Convite nº 06/2015. VALOR: R\$ 2,48 ao quilometro rodado, total de R\$ 9.920,00. DOTAÇÃO: 2036-1926-853- 100 – Assistência ao Produtor Rural. VIGÊNCIA: assinatura à 31/12/2015, Campo Erê/SC, em 31/08/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Francine Nicoli pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 060/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: PAULO FERREIRA LOPES NETO MEI, CNPJ nº 21.839.234/0001-05. OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do Estádio Sudário Viganó. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório 1425/2015, PP nº 26/2015. VALOR: R\$ 1,200,00 mensais. DOTAÇÃO: 02.01 – 2042 – 339039 – 169 – 100 – Outros serv. P. Jurídica. VIGÊNCIA: de 01/09/2015 à 31/12/2015, Campo Erê/SC, em 31/08/2015. SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pela Contratante e Paulo Ferreira Lopes Neto pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 1425/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1425/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 26/2015 tendo como objeto a: O objeto da presente consiste na Contratação de empresa para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva do Estádio Sudário Viganó, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo "A" do Edital..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Item	Quantidade	Unid.	Unitário	Total Item
PAULO FERREIRA LOPES NETO - MEI	1	5,00	Mês	1.200,00	6.000,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
PAULO FERREIRA LOPES NETO - MEI	6.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 31 de Agosto de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 29/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1576/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 15 de Setembro de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 29/2015, para a aquisição de livros para o Projeto de Musica no Ensino Fundamental, conforme especificado neste Edital, em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br -

Campo Erê - SC, 31 de Agosto de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO 7341/2015 - ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FMS

DECRETO Nº 7.341/15 DE 28/08/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.067 –Manutenção Dos programas CAPS e MAC/FAE

Elementos de despesa: 52- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.000068–Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.067 –Manutenção Dos programas CAPS e MAC/FAE

Elementos de despesa: 33- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000068–Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 28 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29_2015 AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRISCO, BRITA E PÓ DE BRITA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 75/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2015

No dia 31 do mês de Agosto do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2015, Processo Licitatório nº. 75/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRISCO, BRITA E PÓ DE BRITA PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DEMAIS SERVIÇOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9093	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	3, 4
8715	CONCRETO CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1, 2
11314	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - FIL	
11316	SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	07.156.840/0001-97	SERGIO CAMARAALVES	234.363.520-04
CONCRETO CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	75.493.908/0001-83	FERNANDO REGENSBURGER	196.410.609-53
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - FIL	82.743.832/0002-43	MICHELE CHAGAS	053.830.549-52
SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	14.779.384/0005-20	LEANDRO JOSE DAROSA	053.454.239-54

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PEDRISCO, BRITA E PÓ DE BRITA PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DEMAIS SERVIÇOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8715 - CONCRETO CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO 1 METRO DE DIAMETRO X 1 METRO DE COMPRIMENTO E UMA MALHA DE FERRO	UN		400,000	245,0000	98.000,00
2	TUBO DE CONCRETO 2 METROS DE DIAMETRO X 1 METRO DE COMPRIMENTO - DUAS MALHAS DE FERRO	UN		200,000	1.400,0000	280.000,00

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PEDRISCO EM TONELADA	T		4.000,000	35,9000	143.600,00
4	BRITA Nº01	T		3.000,000	35,9000	107.700,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015**Fornecedor: 11316 - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	PÓ DE PEDRA EM TONELADA	T		2.000,000	39,5000	79.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 75/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2015

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 31 de Agosto de 2015.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
CONCRETO CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	CNPJ: 75.493.908/0001-83	_____
PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - FIL	CNPJ: 82.743.832/0002-43	_____
SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA	CNPJ: 14.779.384/0005-20	_____

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 5.649/2015

LEI Nº. 5.649 DE 21/08/2015

"DENOMINA RUA ROSI ZANIOLO FREITAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica denominada de Rua Rosi Zaniolo Freitas a via pública que tem início na Rua Antonio Liller (de coordenadas S/26.182430, W-50.411058 até S-26.179922, W-50.407667), seguindo paralela à Rua Cândido Freitas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.650/2015

LEI Nº. 5.650 DE 26/08/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 55.162,79 (cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 55.162,79

Recursos 68900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 55.162,79 (cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
68900	Rec. Alienações Bens – Outros Prog. – Superávit	55.162,79
TOTAL		55.162,79

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 410.000,00
 Recursos 28900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:
 Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
28900	321.000,00	731.000,00	410.000,00
TOTAL			410.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 134.837,21 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
 Função 15: Urbanismo
 Subfunção 452: Serviços Urbanos
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
 Atividade 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 134.837,21
 Recursos 28900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas

Art. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 134.837,21 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 134.837,21
 Recursos 28900 – Rec. Alienações Bens – Outros Programas

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.651/2015

LEI Nº. 5.651 DE 26/08/2015

"AUTORIZA DANÇARINOS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, AUTORIZA CUSTEAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "Prêmio Desterro", que será realizado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no período de 29 a 30 de agosto de 2015, a equipe de dança coreográfica "Tripudium Cia de Dança", conforme listagem a seguir:

- I – Antônio Romanhuki – RG: 5.924.726
- II- Gabrielle Garrett – RG: 6.442.449
- III- Thainá Kucarz – RG: 5.859.076
- IV- Maria Fernanda - Mazulão RG: 9.330.629
- V- Caroline Bauer -RG: 6.109.691
- VI- Gabrieli Lemes – RG: 6.405.108
- VII- Fabiola Carlim - RG: 5.924.735
- VII- Luan Rodrigues de Andrade – RG: 5.979.116
- IX- William Pitrowski -RG: 6.807.030
- X- Larissa Marques – RG: 7.523.343
- XI- Luana Somokovitz -RG: 6.689.546
- XII- Pietra Carvalho -RG: 7.379.617
- XIII- Larissa Souza – RG: 6.731.046
- XIV- Amanda Moreira – RG: 7.360.756
- XV- Gisele Lima – RG: 3.874.976
- XVI- Janaina Somokovitz – RG: 5.496.957
- XVII- Luiz Tomaschitz - RG: 6.109.990
- XVIII- Maria Eduarda Dirschnnabel – RG: 5.254.300

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a conceder transporte aos representantes contidos no artigo 1º, podendo ser por veículo próprio ou por terceiros, vedada a utilização para outros fins.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Cultural de Canoinhas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – atividade 2.033 – Dot. 3.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.652/2015

LEI Nº. 5.652 DE 26/08/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 57.641,26 (cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

- I)
 - Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
 - Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
 - Função 4: Administração
 - Subfunção 122: Administração Geral
 - Programa 3: Modernização Administrativa
 - Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 57.641,26
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 57.641,26 (cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 1.027 – Implementação do PMAT
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 49.097,26
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.544,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 3: Modernização Administrativa
Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria Mun. de Adm., Finanças e Orçamento
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00
Recursos 10001 – Remuneração Recursos Ordinários

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00
Recursos 10001 – Remuneração Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10001	110.000,00	310.000,00	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.653/2015

LEI Nº. 5.653 DE 26/08/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Função 23: Comércio e serviços
 Subfunção 691: Promoção comercial
 Programa 4: Desenvolvimento sustentável
 Atividade 2.014 – Realização da FESMATE e/ou AGROFEST
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 142.000,00
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – superávit	142.000,00
TOTAL		142.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.654/2015

LEI Nº. 5.654 DE 26/08/2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR POR INTERESSE PÚBLICO, COM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, O IMÓVEL PERTENCENTE A SRA. DARLI DAS GRAÇAS COSTA E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a desapropriar através de competente Decreto, por absoluto interesse público, a área de propriedade da Sra. Darli das Graças Costa e Outros, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob nº. 22.913, cujo memorial descritivo assim dispõe: "inicia-se se no marco denominado 'ponto 39', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC -51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 534646.962 m e N= 7077509.105 m dividindo-o com o Darli da Costa e Outros; Daí segue confrontando com Darli das Graças Costa e Outros com o azimuth de 155°40'15" e a distância de 120.00 m até o marco 'ponto 44' (E=534696.399 m e N=7077399.762 m); Daí segue confrontando com Darli das Graças Costa e Outros com o azimuth de 252°09'17" e a distância de 135.15 m até o marco 'ponto 45' (E=534567.753 m e N=7077358.346 m); Daí segue confrontando com João Bigas com o azimuth de 348°49'23" e a distância de 29.75 m até o marco 'ponto 37' (E=534561.986 m e N=7077387.535 m); Daí segue confrontando com Claudio Correa com o azimuth de 349°52'55" e a distância de 101.95 m até o marco 'ponto 38' (E=534544.075 m e N=7077487.904 m); Daí segue confrontando com João Bialeski com o azimuth de 78°21'24" e a distância de 105.05 m até o marco 'ponto 39' (E=534646.962 m e N=7077509.105 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1,5 (hum hectare e meio) ou 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados).

Art. 2º. A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá ônus financeiro para o município, no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), conforme avaliação efetuada pela Comissão de Avaliação e Vistoria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.655/2015

LEI Nº. 5.655 DE 26/08/2015

"AUTORIZA O REPASSE A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de contribuição a entidade abaixo relacionada:

I – SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRA DE CANOINHAS, TRES BARRAS E MAJOR VIEIRA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ 79.376.430/0001-62, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para auxiliar nas despesas da viagem dos representantes deste sindicato em viagem ao exterior.

Art. 2º. Os valores a ser objeto de repasse a entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, será suspenso o repasse do recurso incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste ou posterior a sua vigência a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas do recurso recebido deverá obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso do recurso em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. As despesas constantes na presente Lei serão custeadas através das respectivas dotações orçamentárias, quer seja Rubrica 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000. Atividade 2013, dotação 95.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.656/2015

LEI Nº. 5.656 DE 26/08/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal em exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e obter resultados socioeconômicos a curto, médio e longo prazo, através da cessão de até 02 horas máquina de rolo compressor, equipamento próprio ou terceirizado e, 20m³ (vinte metros cúbicos) de cascalho, em favor da empresa L&P Transporte e Terraplanagem Eireli ME, inscrita no CNPJ nº. 10.758.237/000-1/90.

Parágrafo Único – O incentivo que trata o caput dar-se-á na Rua Fauri de Lima, nº. 186, Campo da Água Verde, neste Município, vedada a utilização para outros fins, sob pena das sanções administrativas, sendo de responsabilidade da referida empresa o transporte do material cedido.

Art. 2º - A execução das horas máquinas para o referido empreendimento contribuirá para o fortalecimento da empresa e do comércio local.

Art. 3º - A empresa deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Comprovar inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Canoinhas, Fazenda Estadual e Receita Federal;
II – Comprovar regularidade fiscal com a União, Estado e Município.

Art. 4º - Todos os serviços deverão ser realizados respeitando-se a legislação ambiental, cabendo à empresa a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos ambientais junto aos órgãos competentes, caso necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.657/2015

LEI Nº. 5.657 DE 26/08/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social à entidade abaixo relacionada:

I – Associação dos Moradores do Campo d'Água Verde – AM-CAV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 73.339.756/0001-33, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), visando à realização de despesas gerais que concorram para manutenção das atividades da referida entidade;

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, como também posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instrução Normativa TC 12/2012, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração geral

Programa 3: Modernização administrativa

Atividade 2.035 – Contribuição à entidades

3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

..... 5.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	5.000,00
TOTAL		5.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.658/2015

LEI Nº. 5.658 DE 26/08/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de auxílio financeiro à entidade abaixo relacionada:

I – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.166.793/0001-40, até o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), visando aporte financeiro para auxiliar na aquisição de um veículo adaptado aos portadores de necessidades especiais;

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Aplicações apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único: A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, como também posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal

4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instrução Normativa TC 12/2012, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de convênios com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 4: Administração
Subfunção 122: Administração geral
Programa 3: Modernização administrativa
Atividade 2.035 – Contribuição à entidades
3.3.50.00.00.00.00 – Transf. a Instituições Privadas s/ fins lucrativos 110.000,00
Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – Superávit	110.000,00
TOTAL		110.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.659/2015

LEI Nº. 5.659 DE 26/08/2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 5.625 DE 15 DE JULHO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº. 5.625 de 15 de julho de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Sr. Zinésio Hoffmann Junior e Sr. Gerson Lechinheski, cuja finalidade é a cooperação a ser desenvolvidas pelas partes, no sentido de proceder com a construção de muro na divisa entre os mesmos e o Parque de Exposições "Ouro Verde"."

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 5.625 de 15 de julho de 2015 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 805/2015

PORTARIA Nº. 805/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:
CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a TELMA REGINA BLEY, efetiva no cargo de Assistente Social, atualmente exercendo o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/09/2015 a 22/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 807/2015

PORTARIA Nº. 807/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 5.139/2013, resolve: NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Educador Social Masculino, a disposição dos Serviços de Alta Complexidade (Abrigo Institucional Casa Santa Clara), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o profissional ALTAMIR MOREIRA BUENO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 47194, e convocado conforme Edital nº 057 de 30 de Julho de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/09/2015, conforme comunicação interna nº 205/SEMAS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 813/2015

PORTARIA Nº. 813/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido DÉBORA RANGEL, contratada no cargo de Professor de Matemática, 20 horas semanais na EBM José Grosskopf, a partir de 01/09/2015, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 814/2015

PORTARIA Nº. 814/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve: CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a GIOVANI PAULO KLEMPOUZ, comissionado no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a FRANCIELI JOANA BIALESKI, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 08/09/2015 a 17/09/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 815/2015

PORTARIA Nº. 815/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve: CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a VILMA DE SOUZA NOGUEIRA, efetiva no cargo de Servente, 40 horas semanais no CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 08/09/2015 a 07/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 817/2015

PORTARIA Nº. 817/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, ficam nomeados, os abaixo relacionados como pregoeiro e equipe de apoio, para atuarem na modalidade denominada pregão presencial e eletrônico, visando a aquisição de bens e serviços comuns, provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, a qual deverá vigorar a partir de 01/09/2015:

- Pregoeiro: Roberta Josiane Schafaschek;
Suplente: Paulo César Safanelli.

- Equipe de Apoio: Marciano Fernandes Correa;
Suplente: Claudio Henrique Mathias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 818/2015

PORTARIA Nº. 818/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO comunicação interna Nº 323/Departamento Jurídico/2015, deve – se cumprir a reintegração;

REINTEGRAÇÃO

Art. 1º – Fica reintegrada a servidora pública municipal Sra. DANIÉLI APARECIDA OLIVEIRA, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil no CEI Pedro Bandeira, 30 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/09/2015. Conforme comunicação interna nº 401/SME/RH/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 819/2015

PORTARIA Nº. 819/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº. 4.279/2007, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional MARCIO GEOVANI DOBRYCHTOP, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 45.255, e convocado conforme Edital nº 059 de 03 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 02/09/2015, conforme comunicação interna nº 083/SMODU/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 04/2015

CONCORRÊNCIA Nº 4/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/15

HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15

CONTRATADO: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.873,83 (vinte e oito mil oitocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos)

DATA: 31/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 4/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/15

HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLICIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 229.405,68 (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 31/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONCORRÊNCIA Nº 4/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/15
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15

CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 65.875,48 (sessenta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) DATA: 31/08/15
- LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 05/2015

CONCORRÊNCIA Nº 5/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/15
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15

CONTRATADO: TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais)

DATA: 31/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº PMC 14/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 14/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar Chamamento Público para fins de credenciamento para autorização de uso a título precário, de espaço a céu aberto no parque municipal de exposições ouro verde, nos dias 11, 12, e 13 de setembro de 2015, durante a realização da 20ª. FESMATE, para exploração de parque infantil com piscina de bolinhas, cama elástica e outros movidos com energia elétrica. Início de recebimento dos documentos para credenciamento 03/09/2015 a partir das 08h00min. Valor R\$ 3.000,00 (três mil reais). Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7721 (Coordenação da 20ª. FESMATE), ou ainda diretamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 165/2015
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 07/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/10/2015, às 10h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E PINTURA DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA DE 1.500 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 05/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

HABITAÇÃO CONTRATO 0005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL HABITACAO CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0005/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL HABITACAO CAPINZAL		
Contratada...: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP		
Valor : 17.785,00 (dezessete mil setecentos e oitenta e cinco reais)		
Vigência : Início: 31/08/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório....: 0002 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição fracionada de materiais para reforma de casas, localizadas em diversos pontos do município de Capinzal/SC		
Capinzal, 31 de Agosto de 2015		

PMC CONTRATO 0251/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0251/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SENA SOARES & CIA LTDA		
Valor : 4.828,00 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais)		
Vigência : Início: 31/08/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 87/2015 Processo_Licitatório....: 000149 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos para conexão ao sistema de acesso a rede de internet com ativação dos pontos de rede Interna e certificação de cabeamentos no Centro de Reabilitação e ESF, com Repasse do Ministério Público do Trabalho - MPT		
Capinzal, 31 de Agosto de 2015		

PMC CONTRATO 0252/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0252/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ODETE FATIMA DE MATOS 04936711969		
Valor : 57.504,00 (cinquenta e sete mil quinhentos e quatro reais)		
Vigência : Início: 31/08/2015 Término: 02/09/2019		
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015 Processo_Licitatório....: 000138 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Concessão de Direito Real de Uso de área de 89,45 m² para instalação de bar e lanchonete anexo à Rodoviária Municipal, visando atender aos usuários do Terminal Rodoviário do Município de Capinzal. A concessionária deverá explorar a atividade de bar e lanchonete, fornecendo adequadamente, lanches, bebidas e similares		
Capinzal, 31 de Agosto de 2015		

Catanduvas

PREFEITURA

CONTRATO FESTA 33

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 033/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CHAPECOZINHO / SICOOB VALCREDI
OBJETO: LOCAÇÃO de um estande externo, denominado "BOX55" com 40m² (quarenta metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.

VALOR: O valor será de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 24 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 36

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 036/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: TONHO CORRETORA DE SEGUROS LTDA ME
OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 09" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 34

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 034/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CHAPECOZINHO / SICOOB VALCREDI
OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 24" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 37

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 037/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: QUIBEN & FUGANTI LTDA EPP
OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 15" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 35

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 035/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS DALA ROSA LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 20" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 38

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 038/2015
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: AGROPECUARIA E FERRAGENS MEDEIROS LTDA EPP

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 10" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 39

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 039/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: PANIFICADORA ART PÃO LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 12" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 40

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 040/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: JOALHEIRIA SAFIRA LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº 22" com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 339/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 339/2015

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo – 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Fazenda;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora, ELAINE DA SILVEIRA ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31.08.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 31 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 11/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL OBRAS Nº11/2015 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a Aquisição e instalação de 09 (nove) padrões de entrada de energia elétrica monofásicos, para Cemitérios, Praça Bairro Floresta e Terminal Urbano, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital teve alterações:

O prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, permanece para dia 14 de setembro de 2015, até as 16h00min, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 15 de setembro de 2015 às 08h30min

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2126.

Concórdia, SC, 31 de agosto de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica por área de conhecimento, para incentivar a profissionalização de docentes que atuam com os alunos das Escolas da Rede Municipal, capacitar os professores e demais profissionais que atuam nas Unidades Escolares, com recursos oriundos do convênio Salário Educação, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço Global

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 14/09/2015.

Abertura: dia 14/09/2015 as 10h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 31 de Agosto de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 75/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 75/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 49.073,44 (quarenta e nove mil setenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Concórdia SC, 31 de agosto de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 76/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 76/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio SDR/CDIA - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 112.667,56 (cento e doze mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Concórdia SC, 31 de agosto de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

ERRATA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

ERRATA

Onde se lê: "20 de agosto de 2015", leia-se: "21 de agosto de 2015", nas Leis nºs. 4.793 e 4.794 e nos Decretos nºs. 6.008 e 6.009, publicados na Edição nº 1816, do Diário Oficial dos Municípios, publicado em 28 de agosto de 2015.

Concórdia, 31 de agosto de 2015.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA torna pública a realização de Concurso Público para preenchimento de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para formação de cadastro de reserva, num total de 24 (vinte e quatro) cargos:

1. GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA – GE: Orientador de Informática, Nutricionista, Médico Veterinário, Procurador,

Odontólogo e Médico;

2. GRUPO II – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: Professor – Língua Portuguesa, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial e Ciências;

3. GRUPO III – GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL – GF: Auxiliar de Biblioteca e Auxiliar de Creche;

4. GRUPO IV – GRUPO OCUPACIONAL BASE – GB: Servente Braçal;

5. GRUPO V – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GO: Agente de Serviços Gerais (Zelador), Agente de Alimentação e Nutrição, Atendente de Consultório Odontológico, Mecânico, Eletricista Automotivo e Operador de Equipamentos – Trator de Lâmina;

6. PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF: Odontólogo Comunitário, Médico Comunitário – Clínico Geral e Técnico em Higiene Bucal;

7. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC: Biblioteconomista, Técnico em Iluminação Cênica, Auxiliar de Biblioteca, Técnico Artístico I (Guitarra) e Agente Administrativo.

As inscrições estarão abertas no período de 14 de setembro a 13 de outubro de 2015, somente via internet, pelo site www.legalleconcursos.com.br.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e nos seguintes endereços eletrônicos: www.concordia.sc.gov.br e www.legalleconcursos.com.br.

Concórdia, SC, 31 de agosto de 2015.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

PAIF CRAS 49849-1 10ª A 12ª PARCELAS 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PBFI/CRAS, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Concórdia SC, 31 de agosto de 2015.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 8/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015-FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 8/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto no art. 43, II da Lei Complementar nº

90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor EDNO GONÇALVES, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, a partir de 1º de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Diretor/Superintendente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2015-FMEC

Termo nº 11/2015

Processo nº 4237/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 04/2015

Aos 31 dias do mês de agosto de 2015, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA ÁGUIAS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61, com sede nesta cidade, neste ato representada pela sua Presidente, senhora, AVANIR MARIA CHIAPETTI, inscrita no CPF sob nº 295.211.069-72, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 04/2015, firmado em 09 de abril de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Terceira – Da Participação do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

A Fundação participará com recursos da ordem de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais), em 06 parcelas. Sendo de 05 parcelas no valor R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) nos meses de abril, maio, julho, setembro e outubro e 01 parcela no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) no mês de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 31 de agosto de 2015.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia	AVANIR MARIA CHIAPETTI Associação de Portadores de Deficiência Física Águias de Concórdia
--	---

Testemunhas: 1. Nome: Andressa Fuchina CPF: 010.315.749-21	2. Nome: Vanessa de Oliveira Gasperini CPF: 092. 079.509-95
---	---

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 053/2015 REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 172/2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 053/2015 REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 172/2013.

MÊS/ANO: MARÇO/2014. NÚMERO TERMO DE CESSÃO DE USO: 172/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2014

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao TERMO DE CESSÃO DE USO nº 172/2013, firmado em 20 de março de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo de cessão de uso, a título gratuito, que faz a cedente a Cessionária, do bem (s) abaixo relacionado (s):
- (01) Roçadeira, Pat/FDR nº 849.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica o Termo de Cessão de Uso nº 172/2013 prorrogado até 31/12/2018, contados a partir data da sua assinatura.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 82.951.336/0001-02

CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA.

PORTARIA Nº. 142 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 142 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:
Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Claudimar Antonio Mores, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, a partir do dia 01 de setembro de 2015, em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual prestação de serviço de traslado fúnebre intermunicipal e interestadual para pacientes encaminhados a outros municípios através do TFD conforme anexo I deste Edital. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 15/09/2015, às 09H30, e início da sessão do Pregão no dia 15/09/2015, às 10h00 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Curitibanos. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 18 de agosto de 2015.

Gabriela Q. de Almeida Martarello Altamir Carvalho Goetten
Pregoeira Secretário Municipal de Saúde

EDITAL Nº 001/2015 CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS/ARTISTAS

EDITAL nº 001/2015

CREDENCIAMENTO DE MÚSICOS/ARTISTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENTRETENIMENTO PARA OS GRUPOS DE IDOSOS DA COMUNIDADE JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a administração pública, faz saber que, estarão abertas inscrições para a seleção de Artistas interessados em prestar serviços como Músicos para o período de setembro de 2015 a dezembro de 2015, na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital visa o credenciamento de profissionais interessados em prestar serviços para a Municipalidade de CURITIBANOS-SC como Músicos para o ano de 2015, consistente em apresentação musical de 4 horas semanais em evento que visa o entretenimento e a inclusão social para os idosos municípios.

0.2 O quadro abaixo ilustra os requisitos para habilitar o credenciamento do interessado conforme a necessidade da proponente:

0.3

Descrição
Artista: músico (pessoa física) ou dupla (pessoa jurídica) devidamente qualificado e habilitado para exercer a função, que possua experiência musical, que possua os instrumentos e aparelhos necessários para a execução de seu trabalho, ficando a seu critério o uso e/ou o quantitativo dos mesmos para a sua apresentação, com voz e som de qualidade, devendo no mínimo utilizar um instrumento (gaita, violão, teclado, etc.), que conheça, toque e cante músicas no estilo bandinha, música gaúcha e sertanejas atuais e mais antigas e demais ritmos dançantes próprios para o público idoso, sendo ciente que passará por apresentação classificatória para uma comissão avaliadora composta por membros da secretaria, do conselho do idoso e um profissional especializado em música em uma data previamente marcada.

2.DAS ESPECIFICAÇÕES DA NECESSIDADE

2.1 As apresentações acontecerão todas as quartas feiras das 14 horas até as 18

horas no espaço locado pela Prefeitura, atualmente no Clube do Deola, sito na Av. Duque de Caxias nº291, Bairro Aparecida em Curitibanos – SC onde todas as quartas acontecem atividades ao público idoso.

1.2 Os profissionais que se habilitarem deverão possuir e usar seus próprios equipamentos e instrumentos e tudo o mais pertinente ao desenvolvimento de sua apresentação conforme necessidade do mesmo.

1.3 Após classificação e contratação a apresentação de cada candidato será acompanhada por profissionais da secretaria e poderão ser canceladas e rescindidas a qualquer momento caso haja necessidade por parte da secretaria, diante do não cumprimento das condições acordadas ou em decorrência de não aprovação por parte do público destinado.

3. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Serão admitidos a participar da presente seleção os candidatos que apresentarem:

3.1. Cumprimento a todas as exigências deste edital.

3.2. Comprovada qualificação e ou experiência documentada na área para o desenvolvimento da atividade proposta em questão;

3.3. Não pertencer ao quadro de funcionários da Prefeitura do Município de Curitibanos.

3.4. Apresentar a documentação exigida.

3.5. Ser artista músico individual ou dupla, sendo vedado o credenciamento de bandas e conjuntos.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições estarão abertas a partir de 01 de setembro de 2015 das 13h00min às 17h00min, até o dia 18 de setembro de 2015 mediante a entrega, no ato da inscrição dos documentos elencados abaixo, que deverão ser protocoladas na Secretaria de Assistência Social e Habitação, sito a rua Marcos Gonçalves de Farias nº427 no Bairro São José (Antigo CESEC) com Ariana ou Lisandra.

4.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo candidato; anexo I do Edital

4.1.2 Carteira de identidade (fotocópia);

4.1.3 Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular junto a Receita Federal (fotocópia) ou CNPJ caso pessoa jurídica;

4.1.4 Currículo Vitae, atualizado, com documentos que comprovem a qualificação e a experiência enquanto músico, demonstrando estar o proponente apto a desenvolver a atividade musical na área proposta;

4.1.5 Declaração do proponente de ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não gera direito subjetivo a sua efetiva contratação e de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente edital; Anexo II do Edital.

4.1.6 Declaração – sob penas da lei – do proponente de que não é funcionário público municipal da Cidade de CURITIBANOS- SC; Anexo III do Edital.

5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

5.1 À Comissão de credenciamento caberá à análise dos documentos apresentados pelos artistas e seus currículos, por meio de participação nas reuniões promovidas para estes fins sem, entretanto, atribuir qualquer colocação ou preferência.

5.2 A avaliação em audição seletiva será no dia 21/09/2015 para listagem final dos credenciados, sendo que estes farão uma apresentação musical onde deverão cantar três músicas nos estilos descritos anteriormente e exigidos para o credenciamento (bandinha, sertaneja e gaúcha) para avaliação da comissão que dará uma nota e que servirá para a classificação final.

5.3 A Comissão de credenciamento será composta por quatro membros, dois funcionários da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, um membro do Conselho do Idoso e mais um profissional de experiência na área musical.

5.4 Nenhum membro da Comissão de credenciamento poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes.

5.5 A Comissão de credenciamento é soberana quanto ao mérito das decisões.

5.6 As apresentações para a comissão de avaliação ocorrerão no dia 21/09/2015 a partir das 13:30 horas em local a ser divulgado pela Secretaria.

6. DA SELEÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

6.1 A Comissão de credenciamento será responsável pela análise e seleção dos currículos apresentados de acordo com a necessidade;

6.2 Após a análise e classificação na audição seletiva classificatória, a Comissão de credenciamento encaminhará a lista dos credenciados e fará publicação no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site do município e no Diário dos Municípios.

6.3 Após devidamente credenciados, os artistas serão convocados em reunião pública onde será realizado um sorteio da ordem de apresentação.

6.4. A efetiva contratação se dará somente depois de cumpridas todas as etapas classificatórias acima mencionadas.

7. DOS RECURSOS

7.1 No prazo de 03 dias úteis da publicação dos resultados poderão ser encaminhados recursos dirigidos a Comissão de credenciamento, que deverá ser devidamente protocolado no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos termos da legislação regente.

7.2 Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

8. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

8.1 Os candidatos selecionados por este edital integrarão um banco de dados específico que terá prazo de validade até 06 meses a contar da publicação dos resultados.

8.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, segundo as necessidades e disponibilidade orçamentária, convocará

os selecionados para contratação sempre respeitando os critérios de credenciamento e as formas de contratação aqui definidas.

8.3 Os selecionados serão convocados através do site do município ou por correspondência oficial ou telefônica e terão o prazo de até 03 dias úteis para apresentar os documentos relacionados a seguir:

- Cópia da cédula de identidade;
- Cópia do CPF (Física) e/ou CNPJ (Jurídica);
- Cópia do título de eleitor;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia do PIS/PASEP/NIT;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa estadual;
- Certidão Negativa federal e INSS;
- Certidão Negativa débitos trabalhistas;
- Documento da especialização referente – certificado e/ou declaração de experiência;
- Alvará da prefeitura;

9. DA REMUNERAÇÃO

8.1 Os artistas credenciados para músicos individualmente e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 200,00 (duzentos reais) por apresentação musical de 4 horas.

8.2 Os artistas credenciados como duplas e que forem contratados receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 300,00 (trezentos reais) por apresentação musical de 4 horas para a dupla.

8.3 O pagamento se dará mensalmente após apresentação de nota fiscal referente ao quantitativo das apresentações do mês.

10. DAS PENALIDADES

10.1 A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Pela inexecução parcial: multa de 20% do valor da parcela não executada do contrato;

III - Pela inexecução total: multa de 30% do valor total do contrato;

10.2 As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria, são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pelo Gestor da Secretaria de Assistência Social, ouvidas as áreas competentes.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste credenciamento são pagos com recursos próprios do Município.

Curitibanos, 31 de agosto de 2015.
SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Anexo I

Ficha de Inscrição

Nome: _____

Nome Artístico: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

RG: _____

CPF: _____ Endereço: Rua: _____
N: _____

Bairro: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Escolarização: _____

Estilo Musical: _____

Assinatura do Candidato

Curitiba, ____/____/____

Anexo II e III

Declaração

Declaro para os devidos fins de que meu credenciamento não gera direito subjetivo para efetiva contratação e que não exerço cargo ou função pública municipal na cidade de Curitiba.

Assinatura do Candidato

Curitiba, ____/____/____

EDITAL PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015 - EDITAL CMDCA Nº 004/2015 -

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBANOS – EDITAL PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 004/2015

Dispõe sobre a retificação dos locais de votação do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares no Município de Curitiba.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais:

Art. 1 Retificar o item 3.4 "Da Eleição" do Edital 001/CMDCA/2015.
3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00, nos seguintes locais:

- Câmara de Vereadores sito a Rua: Archias Ganz, 288 - Centro;
- Núcleo Municipal Alirio Luiz de Almeida sito a Rua: Alzerino Rosa, 20 - São José;
- Núcleo Municipal Getúlio Vargas sito a Rua: Prudente Visconde de Moraes, 35 - Getúlio Vargas;
- Salão de Festas da Igreja São Pedro sito a Rua: Florianópolis, S/N - São Luiz.

Passa a ler-se:

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00, nos seguintes locais:

- Colégio Secundário Casemiro de Abreu sito a Rua: Luiz Dacol, 93 - Centro;
- Núcleo Municipal Alirio Luiz de Almeida sito a Rua: Alzerino Rosa,

20 - São José;

- Núcleo Municipal Getúlio Vargas sito a Rua: Prudente Visconde de Moraes, 35 - Getúlio Vargas;
- EEB Marechal Eurico Gaspar Dutra, sito a Rua: Florianópolis, S/N - São Luiz
- Colégio Maria Imaculada, sito a Rua: Madre Iva Poupon, 69 - Nossa Senhora Aparecida.

Art. 2 Os eleitores aptos até trinta dias antes do pleito eleitoral deverão se dirigir aos locais conforme a planilha que segue:

Quem vota:	Deverá votar
CENTRO COMUNITÁRIO FREI ELIZEU TAMBOZI	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
COLÉGIO SANTA TEREZINHA	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
SALÃO DE FESTAS DO SÃO SEBASTIÃO	NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
SALÃO DE FESTAS DO XAXIM	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
ESCOLA MARIA IMACULADA	ESCOLA MARIA IMACULADA
EMPRESA CADORITI PAPEL E CELULOSE LTDA.	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
NÚCLEO MUNICIPAL LAURO ANTÔNIO DA COSTA	NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ALTIR WEBER DE MELLO	NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIZ DE ALMEIDA
NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIZ DE ALMEIDA	NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIZ DE ALMEIDA
SALÃO DE FESTAS DO CAMPO DO ROÇA DE BAIXO	NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIZ DE ALMEIDA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DOS SANTOS MACIEL	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
E.E.B. EMBAIXADOR EDMUNDO DA LUZ PINTO	ESCOLA MARIA IMACULADA
ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL GUARDA-MOR	ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA
UNC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	ESCOLA MARIA IMACULADA
NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY	ESCOLA MARIA IMACULADA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	COLÉGIO SECUNDÁRIO CASEMIRO DE ABREU
NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSORA TEREZA LEMOS PRETO	ESCOLA MARIA IMACULADA
NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS	NÚCLEO MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS

Curitiba, 31 de agosto de 2015.

Morgana Petris

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBANOS

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 088/2015. Objeto: Contratação de empresa para realização de cursos de capacitação de motoristas no transporte de emergências e transporte coletivos. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/09/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 31/08/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 062/2015.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Nilosul Ind. E Com. Ltda.
Objeto aquisição de gás de cozinha para as Escolas Municipais.
Origem: Processo 084/2015 Modalidade: Pregão nº 084/2015 Vigência: 27/08/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 27/08/2015
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO 002/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

PSICOLOGA CAPS
Idene Pauli

Dionísio Cerqueira -SC, 25 de agosto de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO EMPREGO PUBLICO 002/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal e da Lei 3665/2006, Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Concurso para Emprego Público Edital de 02/2014 convoca os candidatos abaixo relacionados para ocupar os cargos, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

PSICOLOGA CAPS
Odaiz Cilene de Andrade Machado

Dionísio Cerqueira -SC, 24 de agosto de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 002/2015

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo, Edital de 02/2015 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

TÉCNICA EM ENFERMAGEM
Solange Pinto dos Santos
Marcia Edineia Benetti Hoesel
Lovani Schmidt
Katia Raquel Sberse Meotti
Veronice de Moura
Leonara Bueno da Silva

Dionísio Cerqueira - SC, 28 de agosto de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 002/2015

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74

Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708

Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo, Edital de 02/2015 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE AREA 01

Ivone Telesinha dos Santos

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Rosa Antunes de Lima

Jandira Pino Demarchi

Tatiane dos Santos Santana

Marcia Muller

Dionísio Cerqueira - SC, 25 de agosto de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 5440/2015 ABRE CREDITO NO ORÇAMENTO R\$ 8.530,00

DECRETO Nº. 5440/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 8.530,00 (OITO MIL QUINHENTOS E TRINTA REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.440/2015 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 8.530,00 (oito mil quinhentos e trinta reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de uniformes e demais necessários a proteção da saúde do Servidor bem como, melhoria na qualidade dos serviços prestados à Comunidade Cerqueirense.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.530,00 (oito mil quinhentos e trinta reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de uniformes e demais necessários a

proteção da saúde do Servidor bem como, melhoria na qualidade dos serviços prestados à Comunidade Cerqueirense.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.530,00 (oito mil quinhentos e trinta reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de uniformes e demais necessários a proteção da saúde do Servidor bem como, melhoria na qualidade dos serviços prestados à Comunidade Cerqueirense.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 8.530,00 (oito mil quinhentos e trinta reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.0.62 – Adm. Geral dos Bens e Serv.de Assistência Médica e Sanitária

3.3.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.530,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito previsto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.078 – Construção e Equipamento das UBS.

53 - 4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.530,00

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 21/08/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

DECRETO 5441/2015 ABRE CREDITO NO ORÇAMENTO R\$ 3.000,00

DECRETO Nº. 5441/2015.

ALTERA A O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.441/2015 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao atendimento de despesas com obras de construção de Centro de Comercialização de Produtos neste Município, em parceria entre o Governo da União/MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, segundo planificações aprovadas pelas partes avençantes.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao atendimento de despesas com obras de construção de Centro de Comercialização de Produtos neste Município, em parceria entre o Governo da União/MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, segundo planificações aprovadas pelas partes contratadas.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao atendimento de despesas com obras de construção de Centro de Comercialização de Produtos neste Município, em parceria entre o Governo da União/MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, segundo planificações aprovadas pelas partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

06 - SECRETARIA MUNIC. DE AGRIC. DESENV.RURAL E MEIO AMBIENTE

02 – DESENVOLVIMENTO RURAL

20.605.0044.1.103 – Centro de Comercialização de Produtos

4.4.90.00.00.0.0.0190 – Aplicações Diretas (superávit) R\$ 3.000,00

Art. 5º Para o atendimento complementar do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
647.057-0	CAIXA ECONÔMICA	190	MDA	3.000,00

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 21/08/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

DECRETO 5442/2015 ABRE CREDITO NO ORÇAMENTO R\$ 101200,00

DECRETO Nº. 5442/2015.

ALTERA A O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 101.200,00 (CENTO E UM MIL E DUZENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.442/2015 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica promovida à alteração da Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 – Lei que instituiu o PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2015, através da inclusão de nova meta, em conformidade com a seguinte discriminação:

1.090 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UM. MED.	META	VALOR	FONTE
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL	Computador Interativo	UN	10	25.200,00	0.1.0015
	Ar Condicionado	UN	26	76.000,00	0.1.0015
TOTAL				101.200,00	

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária no orçamento geral do Município, para o atendimento de despesas de capital da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com recursos provenientes de Governo Federal / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE Plano de Ações Articuladas - PAR, destinados a ações e serviços deste Ente Federado.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), destinado a instituir dotação na matéria orçamentária deste Município, para despesas de custeio em ações e serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com recursos provenientes de Governo Federal / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE Plano de Ações Articuladas - PAR.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – EDUCAÇÃO E ENSINO

12.361.0188.1.090 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes em Geral.

4.4.90.00.00.00. 1.0015 – Aplicações Diretas R\$ 101.200,00

Art. 5º Para a cobertura parcial do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do provável Excesso de Arrecadação, oriundos de rendimentos de aplicações financeiros da conta BANCO BRASIL/PMDC FNDE- PAR/APLICAÇÃO – C/21.923-1, dos valores relativos ao Programa Plano de Ações Articuladas, conforme Termo de Compromisso PAR nº 4032/2012, celebrado como Ministério da Educação por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor de R\$ 3.673,92 (três mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos), Fonte nº. 1.0015 – Transferência de Recursos do FNDE.

Art. 6º Para o atendimento complementar do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, no valor de R\$ 97.526,08 (noventa e sete mil, quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
21.923-1	BANCO DO BRASIL S/A.	0015	Transf. de Recursos do FNDE	97.526,08
TOTAL				97.526,08

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 25 DE AGOSTO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 25/08/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

DECRETO 5443/2015 ABRE CREDITO ORÇAMENTÁRIO R\$ 148.000,00

DECRETO Nº 5443/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 148.000,00 (CENTO E QUARENTA E OITO MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Constituição Federal e Lei Municipal nº 4.390, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), objetivando a suprir dotação orçamentária que se evidenciou insuficiente no decorrer da execução orçamentária quando de sua execução no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 – Admin. Geral dos bens e serv. da Assistência Medica e Sanitária

(5) 3.1.90.00.00.00.0.0.0052 – Aplicações Diretas (EXCESSO) R\$ 28.000,00

(7) 3.1.90.00.00.00.0.0.0055 – Aplicações Diretas (EXCESSO) R\$ 85.000,00

(30) 3.3.90.00.00.00.0.0.0187 - Aplicações Diretas (EXCESSO) R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 148.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos oriundos do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/TRANSF. FUNDO A FUNDO, concernente as seguintes receitas, em conformidade com a Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do - 1º e - 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Fonte de Recurso	Receita Rubrica:	Descrição da Receita	Valor (R\$)
52	4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitário de Saúde	28.000,00
55	4.1.7.2.1.33.12.10.03.00	Centro de Especial. Odontológica - União	85.000,00
187	4.1.7.2.1.33.11.30.11.00	PMAQ	35.000,00

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.
Data: 25/08/2015

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

LEI 4442/2015 ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LEI Nº 4.442/2015.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 101.200,00 (CENTO E UM MIL E DUZENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica promovida à alteração da Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 – Lei que instituiu o PPA - Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2015, através da inclusão de nova meta, em conformidade com a seguinte discriminação:

1.090 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UM. MED.	META	VALOR	FONTE
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL	Computador Interativo	UN	10	25.200,00	0.1.0015
	Ar Condicionado	UN	26	76.000,00	0.1.0015
TOTAL				101.200,00	

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), objetivando instituir dotação orçamentária no orçamento geral do Município, para o atendimento de despesas de capital da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com recursos provenientes de Governo Federal / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE Plano de Ações Articuladas - PAR, destinados a ações e serviços deste Ente Federado.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), destinado a instituir dotação na matéria orçamentária deste Município, para despesas de custeio em ações e serviços da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com recursos provenientes de Governo Federal / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE Plano de Ações Articuladas - PAR.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – EDUCAÇÃO E ENSINO

12.361.0188.1.090 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes em Geral.

4.4.90.00.00.00. 1.0015 – Aplicações Diretas R\$ 101.200,00

Art. 5º Para a cobertura parcial do crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do provável Excesso de Arrecadação, oriundos de rendimentos de aplicações financeiros da conta BANCO BRASIL/PMDC FNDE- PAR/APLICAÇÃO – C/21.923-1, dos valores relativos ao Programa Plano de Ações Articuladas, conforme Termo de Compromisso PAR nº 4032/2012, celebrado como Ministério da Educação por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no valor de R\$ 3.673,92 (três mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos), Fonte nº. 1.0015 – Transferência de Recursos do FNDE.

Art. 6º Para o atendimento complementar do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2014, no valor de R\$ 97.526,08 (noventa e sete mil, quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
21.923-1	BANCO DO BRASIL S/A.	0015	Transf. de Recursos do FNDE	97.526,08
TOTAL				97.526,08

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 25 DE AGOSTO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 25/08/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 083/2015. Modalidade: Pregão nº 083/2015, Objeto Aquisição de flores e insumos agrícolas para Secretaria da Agricultura. Vencedor: Novamil – Empreendimentos Agropecuários Ltda.

-EPP. - Valor R\$ 7.038,00

Dionísio Cerqueira 26/08/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 084/2015. Modalidade: Pregão nº 084/2015, Objeto Aquisição de gás de cozinha para as Escolas Municipais. Vencedor: Nilosul Indústria e Comercio Ltda. - Valor R\$ 13.050,00 – Vigência: 27/08/2015 á 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 27/08/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 029/2015. Modalidade: Pregão nº 029/2015, Objeto Aquisição de revelador para processadora de Raio X para o Hospital Municipal Vencedor: Odontomedi Prod. Odont. E Hospit. Ltda.

- Valor R\$ 5.456,00

Dionísio Cerqueira 31/08/2015

Luciana G. Pires – Gestora do HMDC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO 33/2015

DECRETO nº 33, de 31 de Julho de 2015.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, partes do imóvel situado no término da Rua Sabino Uber, bairro Centro, neste Município, de propriedade de OSVALDO UBER e MARIA DELORDES UBER.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento no Inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal e nos artigos 2º e 5º, alíneas "h", "i" e "p", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações; e

Considerando-se a necessidade de delimitação e aquisição de área para manutenção de reservatório da água captada para a Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC, com prolongamento da Rua Sabino Uber para acesso ao local;

Considerando-se a necessidade de melhoria na segurança do sistema municipal de abastecimento de água potável;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e suas alterações, partes do terreno urbano, sem benfeitorias, situado no término da Rua Sabino Uber, bairro Centro, município de Doutor Pedrinho - SC, distando da interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, P.1, lado par da Rua Sabino Uber, a distância de 516,92 metros, da esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho - SC, devidamente registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 6.964, livro 2, de propriedade de OSVALDO UBER - CPF nº 076.554.109-25 e MARIA DELORDES UBER - CPF nº 833.947.109-00, para manutenção de reservatório da água captada para a Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC e para prolongamento da Rua Sabino Uber até o local do reservatório.

- 1º - O imóvel correspondente a matrícula identificada no "caput" deste artigo, fica descrito como "Um terreno urbano, situado no término da Rua Sabino Uber, bairro Centro, município de Doutor Pedrinho - SC, distando da interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, P.1, lado par da Rua Sabino Uber, a distância de 516,92 metros, da esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho - SC, com a área de 240.150,47m² (duzentos e quarenta mil, cento e cinquenta metros e quarenta e sete decímetros quadrados); Sem benfeitorias; Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado esquerdo denominado P.1, segue pela Frente, por uma linha sinuosa com distância de 13,77 metros, confrontando com o lado par da Rua Sabino Uber, até o marco P.2, defletindo à esquerda, segue a distância de 11,20 metros, confrontando com o término da Rua Sabino Uber, até o marco P.3, defletindo à esquerda, segue por uma linha sinuosa com distância de 34,48 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Sabino Uber, até o marco P.4; defletindo à direita, e segue mais 31,48 metros, confrontando com terras de Maria Pires Amarante (Matrícula nº 4.596), até o marco P.5; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 271º13'25", e distância de 15,00 metros, confrontando com terras de Maria Pires Amarante (Matrícula nº 4.596), até o marco P.6; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 103º11'56", e com distância de

43,92 metros, confrontando com terras de José Vargas (Matrícula nº 4.821), até o marco P.7; segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 81º45'01", e distância de 723,94 metros, confrontando com terras de Diocese de Blumenau (Matrícula nº 3.876), até o marco P.8; defletindo à direita, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 107º12'01", e distância de 343,81 metros, confrontando com terras de Ubaldino Luiz Tomelin (Matrícula nº 1.866), até o marco P.9; defletindo à direita, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 72º02'25", e com distância de 657,00 metros, confrontando com terras de Katiuscia Moser (Matrícula nº 4.502), até o marco P.10; defletindo a direita segue com ângulo interno de 143º04'46", e distância de 156,95 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.11; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 185º13'21", e distância de 33,47 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423) até o marco P.12; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 174º12'09", e distância de 19,35 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.13; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 164º22'14", e distância de 22,54 metros, confrontando terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.14; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 191º43'34", e distância de 22,66 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.15; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 216º36'49", e distância de 20,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.16; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 85º17'37", e distância de 6,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.17, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 267º32'24", e distância de 36,24 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.18; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 92º31'20", e distância de 10,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.19; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 93º47'57", e distância de 36,30 metros, confrontando com terras de Ivonildo da Silva (matrícula nº 4.592), até o marco P.20; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 266º08'18" e distância de 15,00 metros, confrontando com terras de Ivonildo da Silva (matrícula nº 4.592), até o marco P.21; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 94º42'23", e distância de 20,00 metros, confrontando com terras de Dirceu Pires (matrícula nº 4.593), até o marco P.22; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 265º42'37", e distância de 10,00 metros, confrontando com terras de Dirceu Pires (matrícula nº 4.593), até o marco P.23; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 102º59'44", e distância de 18,00 metros, confrontando com terras de Canã Tschucambang e Célia Corrêa (matrícula nº 4.594), até o marco P.24; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 161º13'05", e distância de 20,72 metros, confrontando com terras de Onice Josefina Spezzia (matrícula nº 4.595), P.25; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 276º09'26", e distância de 30,00 metros, confrontando com terras de Onice Josefina Spezzia (matrícula nº 4.595), até o marco P.1, alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 2.351,83 metros; O referido terreno acha-se inserido com imóvel matriculado sob nº 3.420, Livro 2, 2º Ofício de Timbó - SC, de propriedade de Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, aqui identificado pela divisa de Frente na metragem de 9,40 metros, através dos pontos com os seguintes números(arbitrários) e coordenadas geográficas, no sistema [Datum: SIRGAS 2000 (IBGE) / ZONA: UTM-MC51-SIRGAS2000] = (2 - coordenada Norte = 7044764,800 e coordenada

Leste = 651158,878), e (3 - coordenada Norte = 7044771,054 e coordenada Leste = 651151,860)".

- 2º – As áreas declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação são partes do imóvel descrito no parágrafo anterior e corresponde às seguintes áreas:

I - Área nº 01, destinada para prolongamento da Rua Sabino Uber até o reservatório da água captada para a Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC, sendo terreno urbano, sem benfeitorias, localizado no término da Rua Sabino Uber, distando a partir de um ponto localizado no lado par da Rua Sabino Uber, a distância de 530,69 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, Bairro Centro, Município de Doutor Pedrinho - SC, com área de 1.969,37m² (um mil, novecentos e sessenta e nove metros e trinta e sete décimos quadrados), com largura total de 11,20 metros, sendo: 8,00 metros de pista de rolamento e 1,60 metros de passeio para cada lado da via; confrontando pela Frente, com 11,20 metros com o término da Rua Sabino Uber; Fundos em uma linha curva (virador) com distância de 52,53 metros confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber; Lado Direito (lado ímpar), em uma linha sinuosa, com distância de 110,86 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, defletindo à direita e segue mais 20,00 metros em linha reta, confrontando com a parcela nº02 dos proprietários (área à desapropriar); e Lado Esquerdo (lado par), em uma linha sinuosa, com distância de 103,94 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber;

II - Área nº 02, destinada à manutenção de reservatório da água captada para Estação de Tratamento do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Doutor Pedrinho/SC, sendo terreno urbano, sem benfeitorias, localizado no lado ímpar da Rua Sabino Uber, Bairro Centro, Município de Doutor Pedrinho - SC, distando a partir de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, a distância de 662,26 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, com área de 262,50m² (duzentos e sessenta e dois metros e cinquenta décimos quadrados); Iniciando em um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito, vértice (P.1), segue pela Frente, com ângulo interno de 48º44'19", e distância de 20,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Sabino Uber, até o vértice (P.2); defletindo à esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 131º15'41" e distância de 10,87 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 90º00'00", e distância de 15,00 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.4); defletindo à esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90º00'00", e distância de 24,06 metros, confrontando com a área remanescente de Osvaldo Uber, até o vértice (P.1), alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 69,93 metros.

- 3º – A área remanescente do imóvel de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, corresponde a 237.918,60m² (duzentos e trinta e sete mil, novecentos e dezoito metros e sessenta décimos quadrados), sem benfeitorias, localizado no lado par da Rua Sabino Uber, bairro Centro, município de Doutor Pedrinho - SC, distando da interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, vértice (P.1), a distância de 516,92 metros, da esquina com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho - SC; Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado esquerdo denominado P.1, segue pela Frente, por uma linha sinuosa com distância de 13,77 metros, confrontando com o lado par da Rua Sabino Uber, até o marco P.2, defletindo à esquerda, segue a distância de 11,20 metros, confrontando com o término da Rua Sabino Uber, até o marco P.3, defletindo à esquerda, segue por uma linha sinuosa com distância de 34,48 metros, confrontando

com o lado ímpar da Rua Sabino Uber, até o marco P.4; defletindo à direita, e segue mais 31,48 metros, confrontando com terras de Maria Pires Amarante (Matrícula nº 4.596), até o marco P.5; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 271º13'25", e distância de 15,00 metros, confrontando com terras de Maria Pires Amarante (Matrícula nº 4.596), até o marco P.6; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 103º11'56", e com distância de 43,92 metros, confrontando com terras de José Vargas (Matrícula nº 4.821), até o marco P.7; segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 81º45'01", e distância de 723,94 metros, confrontando com terras de Diocese de Blumenau (Matrícula nº 3.876), até o marco P.8; defletindo à direita, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 107º12'01", e distância de 343,81 metros, confrontando com terras de Ubaldino Luiz Tomelin (Matrícula nº 1.866), até o marco P.9; defletindo à direita, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 72º02'25", e com distância de 657,00 metros, confrontando com terras de Katiúscia Moser (Matrícula nº 4.502), até o marco P.10; defletindo a direita segue com ângulo interno de 143º04'46", e distância de 156,95 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.11; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 185º13'21", e distância de 33,47 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423) até o marco P.12; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 174º12'09", e distância de 19,35 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.13; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 164º22'14", e distância de 22,54 metros, confrontando terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.14; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 191º43'34", e distância de 22,66 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.15; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 216º36'49", e distância de 20,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.16; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 85º17'37", e distância de 6,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.17, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 267º32'24", e distância de 36,24 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.18; defletindo a direita, segue com ângulo interno de 92º31'20", e distância de 10,00 metros, confrontando com terras de Dauri Spezzia (matrícula nº 6.423), até o marco P.19; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 93º47'57", e distância de 36,30 metros, confrontando com terras de Ivonildo da Silva (matrícula nº 4.592), até o marco P.20; defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 266º08'18" e distância de 15,00 metros, confrontando com terras de Ivonildo da Silva (matrícula nº 4.592), até o marco P.21; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 94º42'23", e distância de 20,00 metros, confrontando com terras de Dirceu Pires (matrícula nº 4.593), até o marco P.22; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 265º42'37", e distância de 10,00 metros, confrontando com terras de Dirceu Pires (matrícula nº 4.593), até o marco P.23; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 102º59'44", e distância de 18,00 metros, confrontando com terras de Canã Tschucambang e Célia Corrêa (matrícula nº 4.594), até o marco P.24; defletindo à direita, segue com ângulo interno de 161º13'05", e distância de 20,72 metros, confrontando com terras de Onice Josefina Spezzia (matrícula nº 4.595), P.25; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 276º09'26", e distância de 30,00 metros, confrontando com terras de Onice Josefina Spezzia (matrícula nº 4.595), até o marco P.1, alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 2.351,83 metros; O referido terreno acha-se inserido com imóvel matriculado sob nº 3.420, Livro 2, 2º Ofício de Timbó - SC, de propriedade de Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, aqui identificado pela divisa de Frente na metragem de 9,40 metros, através dos pontos com os seguintes números(arbitrários) e coordenadas geográficas, no sistema [Datum: SIRGAS 2000 (IBGE) / ZONA: UTM-MC51-SIRGAS2000] = (2 - coordenada Norte = 7044764,800 e coordenada

Leste = 651158,878), e (3 - coordenada Norte = 7044771,054 e coordenada Leste = 651151,860).

Art. 2º - A desapropriação dos imóveis declarados de utilidade pública por este decreto é considerada de "urgência", razão pela qual poderá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/45, ou processar-se nos termos do art. 10 c/c art. 15, e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste decreto correm por conta de verba própria, consignada no Orçamento do Município.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 31 de Julho de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 31 de Julho de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 041, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO N.º 041, de 25 de agosto de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.306.0030.2.012 – Aquisição de Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0060 (21) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0060 (Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE) .

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 043, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO N.º 043, de 27 de agosto de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.0080 (06) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0018 (28) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0018

(FUNDEB) no valor de R\$ 150.000,00 e do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080 (Recursos Proprios) no valor de R\$ 150.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 042, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 042, de 27 de agosto de 2015.

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Móveis.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 7º e 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: CLAUDIOMIRO FERRAZ, CPF Nº. 784.843.329-34, CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO, CPF Nº. 757.970.209-63 e LEILE DENISE LEONARDO, CPF Nº. 812.083.919-68, para procederem a avaliação, por preço de mercado, para constituir o preço mínimo de alienação através de Leilão dos bens móveis conforme anexo I deste decreto, por estarem em desuso e devido as condições em que alguns se encontram.

Art. 2º Os membros da Comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

LOTE 01: 01 Automóvel FIAT/STRADA WORKING, ano 1999, modelo 2000, Placas MAP 2414, RENAVAL 721509916, cor vermelha, Gasolina.

LOTE 02: 01 ENSILADEIRA JF 92 Z10.

LOTE 03: 01 GRADE DE ARADO, 28 DISCOS.

LOTE 04: 01 TRATOR DE RODAS M.A./SLC 5403, ano/modelo 2006, Placas MAF 4758, RENAVAL 540192945, cor verde, Diesel.

LOTE 05: 01 TRATOR DE RODAS M.A./VALMET A 750, ano/modelo 2010, Placas MIE 3198, RENAVAL 335967973, cor verde, Diesel.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE 01 EDITAL TOMADA DE PREÇO REFORMA AIRO OZELAME

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço nº 0005/2015

Processo licitatório nº: 0058/2015

Objeto: Contratação de empresa para ampliação e reforma da Escola Municipal Airo Ozelame – incluindo materiais e mão de obra.

Data do recebimento: 21/09/2015 as 09h00minh.

Data da Abertura: 21/09/2015 as 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de agosto de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REVOGAÇÃO 00492015 MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL – PREÇO PRESENCIAL 0025/2015– PROCESSO LICITATÓRIO 0049/2015. O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO 0049/2015, PREGÃO PRESENCIAL 0025/2015, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E REDE MUNICIPAL DE ENSINO, está sendo REVOGADO por pedido da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê – SC. Novo processo será lançado para a aquisição dos materiais, após nova solicitação da secretaria de educação e cultura. A fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação do cancelamento.

Faxinal dos Guedes, 27 de agosto de 2015.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL.

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIA Nº 183/2015

CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal DANIEL RICARDO KRANTZ ocupante do Cargo de Fisioterapeuta lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/09/2015 a 20/09/2015, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 184/2015

PORTARIA Nº 184/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal NEODIMAR BASSANI ocupante do Cargo de Gerente Municipal de Convênios lotado na Secretaria Municipal de Administração, no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, relativo ao período aquisitivo 01/14 a 01/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 185/2015

PORTARIA Nº 185/2015

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADO o Servidor Municipal ADELINO ENGEL, ocupante do cargo de Diretor lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 186/2015

PORTARIA Nº 186/2015

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria ALTERADA A LOTAÇÃO da Servidora Municipal JAQUELINE IVANES FALKOSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 horas semanais, para a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 187/2015

PORTARIA Nº 187/2015

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria ALTERADA A LOTAÇÃO do Servidor Municipal JUAREZ CARLOS SCHREINER, ocupante do cargo de Motorista com carga horária de 40 horas semanais, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 188/2015

PORTARIA Nº 188/2015

CONCEDE VANTAGEM ESPECIAL A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO vantagem especial na ordem de 60% (sessenta por cento) ao servidor municipal JUAREZ CARLOS SCHREINER, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A Referida vantagem será concedida em virtude de os motoristas ficarem de sobre aviso, fora do horário de funcionamento do Posto de Saúde do Município.

§1º. O pagamento da vantagem não implica em hipótese alguma no reconhecimento de trabalho habitual em horário extraordinário.

§2º. O servidor ora beneficiado deverá manter o controle dos horários de atendimentos fora do expediente para justificar a vantagem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal
Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 189/2015

PORTARIA Nº 189/2015

PRORROGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA A PORTARIA 125/2015, a qual CONCEDIA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA ao Servidor Municipal VALDECIR AVELINO SOMAVILLA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas a partir da data de 01/09/2015, pois o funcionário solicitou prorrogação de sua licença.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 190/2015

PORTARIA Nº 190/2015

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço ao servidor municipal SINANDRO JOSÉ DE BARBA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, relativo ao período aquisitivo 01/09/2011 a 01/09/2015, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 191/2015

PORTARIA Nº 191/2015

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço à servidora municipal DELISA ENGEL, ocupante do cargo de Professora, lotada na secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, relativo ao período aquisitivo 01/06/2009 a 01/06/2015, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 192/2015

PORTARIA Nº 192/2015

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço ao servidor municipal VANDERLEI KUHN, ocupante do cargo de Tesoureiro, lotado na secretaria Municipal da Fazenda, relativo ao período aquisitivo 01/09/2009 a 01/09/2015, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 193/2015

PORTARIA Nº 193/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal JOÃO CARLOS BALDO ocupante do Cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano, no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Setembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 144/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 144/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente e didático para atendimento da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de setembro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 31 de agosto de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. – PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FORQUILHINHA/SC. – PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE FORQUILHINHA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Lista dos Candidatos habilitados ao Pleito do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Forquilha/SC.

- 1 - Ana Luísa Tiscoski
- 2 - Ana Paula De Luca
- 3 - Andréia Fernandes Alves Mota
- 4 - Diuli Keiti da Luz Tiscoski
- 5 - Dulciana Caroline Araujo
- 6 - Gilberto de Souza Jeronimo
- 7 - Luiz Felipe Tiscocki
- 8 - Nadia Simone Ramiro
- 9 - Nair Silveira Martins
- 10 - Rafael Tavares Colombo
- 11 - Raquel Backes Martins
- 12 - Rosiléia dos Santos Rocha
- 13 - Valdineia da Rosa Abelardo

DECRETO Nº 144, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 144, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

RETIFICA DECRETO Nº 023, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL NAS FUNÇÕES DO MAGISTÉRIO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A JUCELIA MOLINER NAZARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 044/2014 e de conformidade com a Lei Municipal nº 1325/2007.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 023, de 02 de fevereiro de 2015, concedeu aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial nas funções do magistério com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007, a JUCELIA MOLINER NAZARIO;

CONSIDERANDO que o Juízo da Comarca de Forquilha, nos autos nº 0300195-65.2014.8.24.0166, determinou a concessão de progressão por mérito à servidora JUCELIA MOLINER NAZARIO, com enquadramento no "Nível D" do Anexo IX da Lei Municipal 875/2002, atualizado pela Lei Municipal nº 2.096, de 19 de maio de 2015;

CONSIDERANDO que a aposentadoria da servidora JUCELIA MOLINER NAZARIO foi concedida sob as regras da paridade e integralidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificada a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial nas funções do magistério com proventos integrais a JUCELIA MOLINER NAZARIO, brasileira, casada, nascida em 05 de agosto de 1961, portadora do CPF nº 796.263.199-68, Carteira de Identidade nº 1.217.899/SSP/SC, CTPS nº 19.964-618, PASEP 170.33424.92-0, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, matrícula nº 1366, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
1- RENDA MENSAL INICIAL (02/02/2015)	R\$ 1.637,52
2- FATOR DE PROPORCIONALIDADE (Integralidade e Paridade)	100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO PROVENTO MENSAL ATUAL RETIFICADO (01/08/2015)	R\$ 1.816,03
4- TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 23/12/2014	25 anos e 10 dias
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição Especial nas Funções do Magistério com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir de 01/08/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 21 de agosto de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 21 de agosto de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107_2015-PMF RP 0070

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0107/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0070/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição em contratações futuras de recapagem e vulcanizações de pneus da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e Órgão Participante (SANE-FRAI). Validade da Ata de Registro de Preços: setembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 14.09.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 188/2015

DECRETO Nº 188, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014 .

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (12)	R\$	8.000,00
TOTAL	R\$	8.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (10)	R\$	8.000,00
TOTAL	R\$	8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 31 DE AGOSTO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 190/2015

DECRETO Nº 190, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
ESTABELECE TURNO ÚNICO DE SEIS HORAS E FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA URBANA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AÇÃO SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, FINANÇAS, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 32, - 3º e 35, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido turno único de 6(seis) horas diárias, fixando o horário especial de funcionamento de expediente das Secretarias Municipais de Infraestrutura Urbana, Agropecuária e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Ação Social, Administração e Planejamento e Finanças de Fraiburgo e Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, conforme estabelecido abaixo:

I – Turno Único – 06 horas diárias – segunda a sexta-feira, no período matutino das 12:00 às 18:00 horas, a partir do dia 1º de setembro de 2015.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou que exerçam suas atividades nas Secretarias e Autarquia SANEFRAI referidas no caput, deverão cumprir o horário determinado por este Decreto ou designado pelo Secretário da pasta em razão da necessidade do serviço público e não sofrerão alterações na remuneração percebida em razão do cargo ou função pública, pela instituição do Turno Único.

Art. 2º. Excetuam-se do estabelecido neste Decreto os seguintes serviços que permanecem com o horário inalterado:

I – Secretaria de Infraestrutura Urbana:

- Serviços realizados junto ao Cemitério Municipal;
- Serviços de manutenção do horto florestal e do Lago das Araucárias;
- Serviços de limpeza e manutenção do Terminal Urbano de Passageiros.

II – Na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente para os serviços de atendimento e emissão de blocos de notas de produtores rurais, o horário de funcionamento será das 07:00h as 19:00h, através de 2(dois) agentes públicos com turnos únicos de 6(seis) horas cada, sendo um no período matutino das 07:00h as 13:00h e outro no período vespertino das 13:00h as 19:00h.

III – Na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI:

- A ETA – Estação de Tratamento de Água do bairro Santo Antônio;
- A ETE - Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Jardim Amélica;
- Agentes de Leitura e Inspeção.

IV – Na Secretaria de Ação Social:

- CRAS São Miguel;
- Casa Lar

V – Secretaria de Finanças:

- Serviços de baixas de pagamentos bancários e integração

contábil.

Art. 3º. Os ocupantes de cargos em comissão são submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, não fazendo jus ao adicional de serviços extraordinários ou compensação, nos termos do artigo 32, - 4º c/c artigo 61, - 2º, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010.

Art. 4º. Os servidores ocupantes de cargos efetivos lotados ou que exerçam suas atividades nas secretarias abrangidas neste decreto e que não se submeterem ao turno único ou que exerçam atividades além deste, somente terão direito a horas extras ou compensações quando excederem as 8 horas diárias, com no mínimo 1(uma) hora para intervalo para almoço.

Art. 5º. Não estão abrangidos por este decreto os servidores lotados nas secretarias referidas no preâmbulo que funcionaram em turno único que possuírem redução carga horária, devendo cumprir integralmente a carga horária estabelecida, no horário fixado por este Decreto ou determinado pelo Secretário responsável da pasta, de acordo com a particularidade do serviço público prestado.

Art. 6º. Nas demais Secretarias e os servidores abrangidos por regimes especiais de compensação, permanecem inalterados os horários de serviço e funcionamento de expediente, de acordo com o Decreto n. 250, de 04 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando os seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 31 DE AGOSTO 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1942/2015

PORTARIA Nº 1942, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal 2143/2012, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1943/2015

PORTARIA Nº 1943, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria de Administração e Planejamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, ocupante do cargo de Secretário de Finanças, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1944/2015

PORTARIA Nº 1944, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1945/2015

PORTARIA Nº 1945, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria de Infraestrutura Urbana.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para ser responsável e exercer a

função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1946/2015

PORTARIA Nº 1946, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MOISES AMADEU PATRICIO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 387.161.359-20, no cargo de provimento em comissão de CONTROLADOR INTERNO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1947/2015

PORTARIA Nº 1947, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 2039 de 14 de novembro de 2014, que concedeu Função Gratificada Nível 1, para a servidora ALINE DE FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.262.689-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1948/2015

PORTARIA Nº 1948, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de JENIFFER THAIS SEMAM TELLES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 085.167.399-61, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1949/2015

PORTARIA Nº 1949, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ANA PAULA SBARDELLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 005.012.469-24, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1950/2015

PORTARIA Nº 1950, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Agente Público Municipal como Ordenador das Despesas da SANEFRAI -Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo .

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da SANEFRAI – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, durante o período de férias do Sr. Eloi Regalin.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 189/2015**DECRETO Nº 189, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0018, DE 12 DE AGOSTO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0018 de 12 de agosto de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 31 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0018 DE 12 DE AGOSTO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Monitor Social** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Monitor Social**

Crêterios de Desempate

	1º	2º	3º	4º
	Cursos Área Esp.	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
	10	0	NÃO	11/12/1961
	6	1	NÃO	19/08/1973
	10	0	NÃO	06/07/1991
	10	1	NÃO	01/11/1985
	10	1	NÃO	23/11/1985
	0	2	NÃO	18/04/1983
	2	1	NÃO	24/11/1972
	0	0	NÃO	07/06/1974

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	2	TEREZINHA RAIMUNDA BALDISSERA	17
2	4	JACIRA MENDES DOS SANTOS	13
3	5	CLEUNICE APARECIDA MARTINELLI	12
4	1	DANIELE DA SILVA XAVIER	11
5	3	TANIA DIAS DE ALMEIDA	11
6	8	ARIANE CRISTINE CAMPOS	5
7	6	LEIRI ALVES	2
8	7	IVONE RIBEIRO ALVES	1

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 047/2015

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2015

TOMADA DE PREÇO 005/2015

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 047/2015, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 005/2015, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 17 de setembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 31 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.551, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.551, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA A SERVIDORA VANDERLÉIA BATISTA PARA TRABALHAR NA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a servidora VANDERLÉIA BATISTA para trabalhar na Eleição do Conselho Tutelar, no dia 04/10/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

ERRATA AO DECRETO Nº 6.541 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.**ERRATA**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.541 de 20 de agosto de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1812, de 24 de agosto de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

Entidade/Secretaria	Membro Atual	Novo Membro
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Fátima Terezinha Cerutti Arruda - Titular	Jean Carlos de Oliveira – Titular

Leia-se:

Entidade/Secretaria	Membro Atual	Novo Membro
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Jean Carlos de Oliveira – Suplente	Fátima Terezinha Cerutti Arruda - Suplente

Gaspar (SC), 25 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3.788, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.788, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 01/2015, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo

Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de setembro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 01/2015, instaurada para apurar a responsabilidade por irregularidade no cumprimento de carga horária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 89/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 89/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARILEI PEREIRA DA CRUZ BLASÍUS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras à disposição na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 09/06/2015, devendo folgar a partir de 02/09/2015 a 30/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br**PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2015**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 159/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de limpeza e higiene para as diversos órgãos do Município de Gaspar. ENTREGA dos envelopes até às 9h do dia 14/09/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min do mesmo dia. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br; ou no Depto. Compras para Consulta.

Gaspar (SC), 31/08/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 06/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 006/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS DA RUA AUGUSTO ROSSINI, LOCALIZADA NO BAIRRO AREIAS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 812738/2014 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/09/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 17/09/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 31 de Agosto de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 58.2015 (CONSAD) PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 58/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada.: CONSAD
Valor : 16.806,28 (dezesesseis mil oitocentos e seis reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 31/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.019/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 99.2015 PMGBA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015
PROCESSO Nº 99/2015 HOMOLOGAÇÃO: 31/08/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.019/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008.

CONTRATADO: CONSAD
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.806,28 (dezesesseis mil oitocentos e seis reais e vinte e oito centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 76.15 SEGUROS DE VEÍCULOS (SAÚDE E ASSIT. SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 100/15, Edital de Pregão Presencial Nº 76/15, Objeto: SEGUROS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 14/09/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 14/09/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 31 de agosto de 2015.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 93/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 93/2015 –PMG

Processo Licitatório: 93/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 18/09/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 18/09/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de agosto de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 537/2015

DECRETO Nº. 537/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

06.00 – Secretaria de Educação

06.002

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3319000000000000

11800 R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

06.00 – Secretaria de Educação

06.002

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3339000000000000

11900 R\$ 30.000,00

3449000000000000

11900 R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2013- PMG

Processo Licitatório nº: 62/2012

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: REINKJET TINTAS E TONERS E INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.504.465/0001-16, situada na Rua Uruguaia, 147, Ponta Aguda, Blumenau (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 31/07/2015 Vigência 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 31/07/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4242/2015

LEI Nº. 4242/2015

Institui o Programa Municipal de Aprendizagem no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e Empresas Públicas.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal de Aprendizagem, dirigido aos adolescentes com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, que contará com a participação da Administração Pública Direta, Autárquica, Fundacional e Empresas Públicas.

Art. 2º. O quantitativo de aprendizes contratados corresponderá ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o número de cargos públicos efetivamente providos.

Parágrafo único. Ficam excluídos do cálculo a que se refere o caput deste artigo os cargos que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível superior, os cargos em comissão e os de direção e assessoramento superior

Art. 3º. Do total das vagas de aprendizes, reservar-se-á, no mínimo, o percentual de:

I – 5% (cinco por cento) para os adolescentes com deficiência;

II – 40% (quarenta por cento) para adolescentes oriundos de família com renda per capita inferior a 2 (dois) salários mínimos;

III – 40% (quarenta por cento) para adolescente egressos do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas e/ou em situação

de vulnerabilidade social.

- 1º A inserção do adolescente no Programa Municipal de Aprendizagem se dará mediante processo seletivo, que levará em consideração os conhecimentos mínimos necessários para o desempenho das ocupações definidas nos programas de aprendizagem, além de adotar critérios baseados em aspectos socioeconômicos e culturais, com mecanismos que garantam a participação majoritária de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

- 2º Será obrigatória a frequência no ensino fundamental ou médio ou nos programas de educação de jovens e adultos quando o aprendiz não tiver concluído a educação básica.

Art. 4º. Para o atendimento do Programa Municipal de Aprendizagem será adotado o regime de aprendizagem previsto nos artigos 424 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e Decreto Federal 5598/2005.

Art. 5º. É vedado o exercício pelo aprendiz de atividades exclusivas das categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade da Administração Pública.

Art. 6º. As despesas para execução do Programa serão incluídas no orçamento anual mediante dotação orçamentária própria.

Art. 7º. A presente Lei será regulamentada mediante Decreto.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4243/2015

LEI Nº. 4243/2015

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Praça Rotaract Vinicius Alexandre Kinas" a praça localizada na Rua 28 de Agosto nas proximidades da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Pré-Escolar Urbano Teixeira da Fonseca, Bairro Centro, neste município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Guaramirim/SC, 21 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.439/2015

DECRETO Nº 3.439/2015.

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO NOMEADA PARA ATUAR JUNTO AOS PROCESSOS DE CHAMADAS PÚBLICAS DE PROFESSORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado PAULO CESAR DOLEJAL BERTÉ, para substituir RUBENS ANTONIO CORREIA, na Comissão designada para atuar nos Processos de Chamadas Públicas de Professores, realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 31 de agosto de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 984/2015

PORTARIA Nº 984/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 13 de agosto de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 985/2015

PORTARIA Nº 985/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora HELENA MARIA FOPPA (matr. 99), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência – “Q”, conforme Certidão nº 20022040.1.00004/14-8 de 24/01/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de 08/04/1985 a 28/02/1990 12.08.1990 (totalizando 04 anos, 10 meses e 23 dias); aos períodos de 01/03/1990 a 31/08/2015 (totalizando 25 anos, 06 meses e 10 dias), conforme Certidão nº 142 de 31/08/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 30 anos, 04 meses e 28 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 31 de agosto de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 986/2015

PORTARIA Nº 986/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (matr. 2083), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência – “C”, conforme Certidão nº 20022040.1.00100/14-7 de 04/12/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de 19/03/1990 a 18/01/1994, de 01/09/1997 a 31/12/1998, de 10/09/1997 a 18/11/1999, de 01/11/1999 a 30/11/1999, de 28/02/2000 a 13/04/2000, de 09/08/2000 a 22/10/2000, (totalizando 06 anos e 05 meses); aos períodos de 15/08/2005 a 31/08/2015, (10 anos e 19 dias), conforme Certidão nº 141 de 26/08/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 16 anos, 05 meses e 19 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 31 de Agosto de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 987/2015

PORTARIA Nº 987/ 2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum à Servidora Pública Municipal HELENA MARIA FOPPA e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 99, Nível 3, Referência "Q", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 01 de setembro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de Setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 988/2015

PORTARIA Nº 988/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade – Comum, à Servidora Pública Municipal ORAIDE SALETE CALDEROLI e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais – do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 2083, Nível 3, Referência "C", 40 horas semanais; com fundamento nos termos do Art. 40, - 1º, III, "b" da Constituição Federal e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 01 de setembro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de Setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO Nº 046/2015**

CONTRATO Nº 046/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL No 013/2015

Sistema de Registro de Preços - SRP nº 008/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa NEDIO RADOMSKI ME, CNPJ: 12.580.988/0001-94, estabelecida na Linha São Pascoal, Interior, Ibiam/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Nedio Radomski, CPF: 922.933.010-87, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 016/2015 e Pregão Presencial nº 013/2015, SRP 008/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de caminhão, equipado com tanque, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor por hora trabalhada
1	400	Hora	Horas de Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2011, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas serão utilizadas para atendimento ao produtor rural, através do Programa de incentivo conforme lei Municipal 439/14, onde 50% do valor dos serviços prestados são pagos pelo agricultor, 50% pagos pelo Município de Ibiam.	R\$ 165,00

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiam.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	3390392100000

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do presente contrato é de R\$ 66.000,00(Sessenta e seis mil reais). O pagamento, referente às horas licitadas para a Secretaria de Agricultura, será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439, de 07 de Maio de 2010, e conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014. As horas licitadas para a Secretaria de Obras, os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno. As horas executadas para a Secretária de Obras, o relatório será assinado pelo Secretário de Obras e pelo fornecedor, em ambos os casos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

- 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 30 de Dezembro do exercício em vigor.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 013/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Agricultura, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do - 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 013/2015, Processo Licitatório nº 016/2015, SRP: 008/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 21 de Agosto de 2015

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

NEDIO RADOMSKI ME

CNPJ: 12.580.988/0001-94

Adm: Nédio Radomski

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Célio L. Ramos Sérgio A. Ramos

CPF: 016.134.009-18 CPF: 093.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos

Advogado – OAB/SC 13.747

PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIA Nº 169, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

“ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de adequar os serviços junto ao Centro Educacional Elisiane Titon;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a Sra. JUSTINA INES DALMOLIN – SERVENTE – NÍVEL 1 – REFERÊNCIA “E”, para prestar exercício junto ao Centro Educacional Elisiane Titon.

Parágrafo único. A servidora continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 31 de agosto de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 075, de 10 de abril de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE AGOSTO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 65 2015

Decreto nº 65, de 17 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com os arts. 11,12 e 14 da Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 640.501,44 (Seiscentos e quarenta mil quinhentos e um reais e quarenta e quatro centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 02 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Unidade:02.01 – GABINETE DO PREFEITO

Atividade: 2.003 – Manutenção e Funcionamento da Assessoria Jurídica

Elemento:(100)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 8.807,40

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

Unidade:07.01 – DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Atividade: 2.023 – Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

Elemento:(17)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 109.920,81

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

Unidade:07.01 – DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Atividade: 2.024 – Manutenção do Convenio de Transito Prefeitura

Elemento:(1056)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 573,11

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

Unidade:07.01 – DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Atividade: 2.024 – Manutenção do Convenio de Transito Civil

Elemento:(1055)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 23.954,13

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

Unidade:07.01 – DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Atividade: 2.007 – Fundo Especial do Petroleo - FEP

Elemento:(1039)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 21.538,80

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES

Unidade:07.01 – DEPT. DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER

Atividade: 2.007 – Outras Transferencias de Exploração - FEX

Elemento:(1045)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.857,61

ENTIDADE: 01- PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

Órgão 09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade:09.01 – DEPT. DE AGRICULTURA

Atividade: 1.002 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento:(89)3.3.90.00.00.00.00.01.0055 – Aplicações Diretas R\$ 1.571,32

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.013 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Elemento:(102)3.3.90.00.00.00.00.01.0092 – Aplicações Diretas R\$ 104.223,00

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.050 – Manutenção de Atenção Básica - PAB

Elemento:(1074)3.3.90.00.00.00.00.01.0096 – Aplicações Diretas R\$ 17.492,65

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.056 – Manutenção de Núcleo de Apoio Saúde da Família – NASF ESTADO

Elemento:(1083)3.3.90.00.00.00.00.01.0096 – Aplicações Diretas R\$ 8.892,70

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ

Elemento:(1080)3.3.90.00.00.00.00.01.00115 – Aplicações Diretas R\$ 27.984,45

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.058 – Manutenção do Programa Media e Alta Complexidade - MAC

Elemento:(1085)4.4.90.00.00.00.00.01.00130 – Aplicações Diretas R\$ 8.868,02

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.060 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica

Elemento:(1090)4.4.90.00.00.00.00.01.00148 – Aplicações Diretas R\$ 23.694,58

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.051 – Manutenção de Saúde Bucal - ESB

Elemento:(1075)3.3.90.00.00.00.00.01.00102 – Aplicações Diretas R\$ 26.972,00

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 2.061 – Manutenção do Programa de Farmácia Básica - BLAFB
Elemento:(1091)3.3.90.00.00.00.00.01.00134 – Aplicações Diretas R\$ 958,55

ENTIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 2.059 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária
Elemento:(1089)3.3.90.00.00.00.00.01.00141 – Aplicações Diretas R\$ 23.193,04

ENTIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.041 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
Elemento:(101)3.3.90.00.00.00.00.01.00158 – Aplicações Diretas R\$ 77.168,25

ENTIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.044 – Manutenção da Merenda Escolar
Elemento:(1094)3.3.90.00.00.00.00.01.00191 – Aplicações Diretas R\$ 16,516,86

ENTIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação
Elemento:(36)3.3.90.00.00.00.00.01.00207 – Aplicações Diretas R\$ 4.803,30

ENTIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.041 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
Elemento:(1061)3.3.90.00.00.00.00.01.00159 – Aplicações Diretas R\$ 1.629,83

ENTIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Atividade: 2.069 – Programa Dinheiro na Escola - PDDE
Elemento:(1095)4.4.90.00.00.00.00.01.00177 – Aplicações Diretas R\$ 969,03

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA DE ILHOTA
Unidade: 13.01 – FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE ILHOTA
Atividade: 2.067 – Manutenção do Funcionamento do Programa Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSO

Elemento:(1073)3.3.90.00.00.00.00.01.0239 – Aplicações Diretas R\$ 22.632,00

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA DE ILHOTA
Unidade: 13.01 – FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE ILHOTA
Atividade: 2.064 – Manutenção do Funcionamento do Programa BCP na Escola – Questionário a ser Aplicado
Elemento:(1071)3.3.90.00.00.00.00.01.0232 – Aplicações Diretas R\$ 680,00

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA DE ILHOTA
Unidade: 13.01 – FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE

ILHOTA

Atividade: 2.066 – Manutenção do Funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - ACEPETI
Elemento:(1072)3.3.90.00.00.00.00.01.0236 – Aplicações Diretas R\$ 21.600,00

Parágrafo Único - Para cobertura do crédito ora autorizado serão utilizados os recursos no valor de R\$ 560.501,44 (Quinhentos e sessenta mil quinhentos e um reais e quarenta e quatro centavos) do SUPERAVIT FINANCEIRO apurado em 31/12/2014 em conformidade com o disposto no Inciso I, do - 1º, do Art.43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 2º - Adicionalmente serão utilizados os RECURSOS VINCULADOS NO VALOR TOTAL DE R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) do provável Excesso de Arrecadação da Fonte 58 (Salário Educação):

Art. 3º - Revogam-se as em contrário. Registre-se e publique-se.

Ilhota, 17 de abril de 2015.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PRG 042 - MULTIENTIDADES - COMPUTADORES E NOTEBOOKS (FMS E FMAS)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA	PREGÃO PREGÃO Nº: 42/2015 Data: 24/08/2015
CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota - SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 42/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
--------------------------------------	--

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (COMPUTADOR, NOTEBOOK), PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E PARA DUAS SALAS DE VACINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	NOTEBOOK. CORE i3; 4GB DE MEMÓRIA; WINDOWS 8.1; DISCO RIGIDO DE 500GB	1.500,00	NEGOCIOS DE INFORMATICA RW LTDA
1	2	1	COMPUTADOR CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO*	3.921,00	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Alex Miranda
Pregoeiro Oficial

LEI 1797 2015

LEI Nº 1797/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 19, III da Lei Orgânica Municipal e artigo 45, I do Regimento Interno Câmara, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, SANCIONOU a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido a cada servidor público da Câmara de Vereadores de Ilhota, efetivos, contratados ou em comissão, um vale alimentação no valor mensal de R\$ 170,00 (cento e setenta reais).

Art. 2º. A concessão do vale alimentação de que trata o artigo anterior será feita mediante crédito em Folha de Pagamento e código de lançamento específico.

Art. 3º. A concessão do vale alimentação não integrará a remuneração dos servidores, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, não configurando rendimento tributável e nem integrando o salário de contribuição previdenciário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2015.

Ilhota, em 19 de agosto de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 440/2015

PORTARIA Nº 440/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. GIANNI NICHELE, do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 31 de agosto de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 441/2015

PORTARIA Nº 441/2015

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr. PEDRO ROBERTO DESCHAMPS, do cargo de SECRETÁRIO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de agosto de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 31 de agosto de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 442/2015

PORTARIA Nº 442/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, a Srª. SAMARA DOS SANTOS, do cargo de ENFERMEIRO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 31 de agosto de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 31 de agosto de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS) Nº. 13/2015 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN
PROCESSO Nº 14/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 14 de Setembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em informática nos computadores da Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba".

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de Setembro de 2015.
Ten. Cel. Marcello da Silva Klingelfus
Cmt. Da Guarnição Especial de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 81/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 15:00 horas do dia 14 de Setembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a "Contratação de empresa para prestação de serviço sob demanda para locação de veículos automotivos, zero quilometro, com ar condicionado e direção hidráulica, sem motorista, com quilometragem livre, seguro total sem franquia e com cobertura para danos pessoais e materiais de terceiros, de fabricação nacional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca E Infra-Estrutura - SEAPI".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de Setembro de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal da SEAGP

PORTARIA PMI/GGP Nº 485/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 485, de 31 de agosto de 2015.
Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Gerente do Centro de Atenção a Pessoa Idosa, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Gerente do Centro de Atenção a Pessoa Idosa, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente do Centro de Atenção a Pessoa Idosa	SEAST	Vanessa Gomes Rafael	029.836.929-06	01/09/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, - 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 184/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 184/2015

CONTRATADA: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

CONTRATO Nº 185/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 185/2015

CONTRATADA: PARALELAS COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

CONTRATO Nº 186/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 186/2015

CONTRATADA: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

CONTRATO Nº 187/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 187/2015

CONTRATADA: REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

CONTRATO Nº 188/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 188/2015

CONTRATADA: MARIA CIRLEI DA VEIGA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

CONTRATO Nº 189/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 189/2015

CONTRATADA: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO – EIRELI – EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 21 de agosto de 2015 até 18 de novembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2015.

DECRETO Nº 1541/15

. DECRETO Nº 1541/15

. De 31 de agosto de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar – FME

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
87-0/2014	IPM INFORMÁTICA LTDA	R\$ 7.225,20	R\$ 20,07	-	anulação de saldo: valor não será utilizado.
95-11/2014	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	R\$ 169,98	R\$ 169,98	-	empenhado em duplicidade com parcela 95-12/2014.
95-0/2014	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	R\$ 2.500,00	R\$ 169,98	-	anulação de saldo: valor não será utilizado.
393/2014	VIVATUR TURISMO LTDA-EPP	R\$ 144.180,00	R\$ 200,00	-	anulação de saldo: valor não será utilizado.
631-0/2014	VIA FUTURA RENTAL LTDA	R\$ 3.920,00	R\$ 1.960,00	-	anulação de saldo: valor não será utilizado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 31 de agosto de 2015.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 233/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 233/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Prefeito em exercício, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479-20 e Cédula de Identidade nº 3/R-757.931, domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 126, Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e HELLMUTH GOLLNICK, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 096.546.409-10 e Cédula de Identidade nº 376.084-SSP/SC, residente à Rua Gustavo Gollnick, nº 235, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locadora, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 200/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 024/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, destinado à instalação de unidade escolar, em alvenaria, com área total construída de 573,00 m2 (quinhentos e setenta e três metros quadrados), contendo as instalações necessárias para o funcionamento de uma Unidade de Educação Infantil (salas de aula, cozinha, banheiros adaptados, pátio para recreação), totalmente cercado, em terreno com área de 1.767,70 m2. Propriedade de Hellmuth Gollnick, registrado sob matrícula no 25328, do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, que se destina ao uso exclusivo da "Unidade de Educação Infantil Brilho do Sol", passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato de locação será de 01 de setembro de 2015 até 01 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal da locação é de R\$8.557,11 (oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e onze centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 102.685,32 (cento e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Prefeito em exercício Locatário	HELLMUTH GOLLNICK Locadora
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO

EDITAL
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Apresentação da Audiência Pública correspondente a Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016

A Prefeitura Municipal de Iomerê, através da Secretaria de Administração e Finanças, tem a honra de convidar a população em geral, as sociedades de bairros, demais organizações não governamentais, entidades religiosas e quaisquer segmentos representativos da população, para participarem da Audiência Pública.

Data: 11/09/2015

Local: Auditório da Prefeitura de Iomerê

Horário: 09:00h

Luciano Paganini	Douglas Francisco Zardo
Prefeito Municipal	Sec. Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE SUSTAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS CNPJ: 83.102.558/0001-05 RUA PARANA, 200 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 24/2015 - PR Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 13/08/2015
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 39/2015 (Sequência: 4)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA, DOTADOS DE SISTEMA CONTRA CLONAGEM E FRAUDES, AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

ATA DE SUSTAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO LICITATORIO Nº 41/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015 Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 15h30min, reuniu-se a Pregoeira e sua equipe apoio para deliberar quanto ao prosseguimento do Processo Licitatório n.º 41/2015, Pregão Presencial n.º 24/2015. Considerando o recebimento do Ofício TSE/SEG nº 15.840/15, de 27 de agosto de 2015, expedido em função do Processo REP-1500459990, em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual envolve a análise do presente edital; bem como considerando que o referido ofício veio instruído com cópia do Relatório de Instrução Preliminar n.º DLC - 472/2015 Instrução Singular e do Despacho n.º GAGSS 033/2015, o qual, cautelarmente, determinou a sustação do presente processo licitatório, DECIDE-SE e DETERMINA-SE pela SUSTAÇÃO procedimento licitatório em epígrafe, até ulterior deliberação. Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Irineópolis, 28 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA	- - Pregoeiro(a)
ANDRESSA BENDLIN	- - MEMBRO
CASSIANA LAIS BRAND RODRIGUES	- - MEMBRO
MARCIA MARIA KERSCHER	- - MEMBRO
PATRICIA FABIANE FRONCZAK MARQUES	- - MEMBRO
REINALDO STASIAK	- - MEMBRO

RGF ANEXO 01 01 SEM PESSOAL 2015

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.451.365,23	0,00
Pessoal Ativo	8.451.365,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.451.365,23	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.479.836,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.451.365,23	31,92
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.299.111,69	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.584.156,11	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.869.200,52	48,60

FONTE:

Itá

PREFEITURA

EDITAL 0012 - PROCESSO SELETIVO 002/2015

EDITAL012 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 01 de setembro 2015, às 10:30h na Secretaria Municipal de Educação, Itá/SC.

Estagiários

034	Lilian Rafaela Minella
-----	------------------------

Itá, 31 de agosto de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA Nº 212 E 213/2015

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 60/2015.

OBJETO: Reequilíbrio de preços do item nº 18 do Pregão nº 60/2015 para aquisição de materiais diversos destinados para manutenção da copa e cozinha e limpeza do prédio da prefeitura, banheiros públicos e diversas secretarias da administração municipal.

VALOR: R\$ 54,50

VIGÊNCIA: 23 de março de 2016.

Itapiranga – SC., 31 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Comércio de Carnes Hobold LTDA - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 003/2015.

OBJETO: Reequilíbrio de preços do item nº 28 e 50 do Pregão nº 003/2015 para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 372,50

VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.

Itapiranga – SC., 31 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DA PREFEITURA Nº 119/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Erni Neiss.

ORIGEM: Concorrência 123/2012.

OBJETO: Reajusta o valor da mensalidade em 9,80% conforme o índice do INPC e prorroga a vigência da concessão da sala comercial com área de 11,97 m², identificada como sala 05, situada no Terminal Rodoviário Pedra Vermelha até 31 de agosto de 2018.

VALOR: R\$ 429,71

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2018.

Itapiranga – SC. 27 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA 193/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 193/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Regis Kuermer Bittencourt, matrícula nº 14978/01 e a servidora Franciele Rohr, matrícula nº 15020/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato de nº 113/2015, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 131/2015, para contratação de empresa para execução em regime de empreitada global dos projetos para ampliação e reforma da Escola Municipal Bela Vista, nesta cidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 194/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 194/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Regis Kuermer Bittencourt, matrícula nº 14978/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato de nº 114/2015, firmados pelo Município de Itapiranga, para elaboração do projeto executivo da ponte sobre o Rio Macaco Branco na Linha Beleza, no interior do município.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 195/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 195/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Antonio Santos, matrícula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato de nº 116/2015,

firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 136/2015, para contratação de seguros de veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 196/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 196/2015 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar o servidor Eusebio Anuar Tavares Filho, matrícula nº 11921/04, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato de nº 117/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 139/2015, para contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção, suporte e assistência técnica mensal de software para gestão da Secretaria Municipal da Agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 197/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 197/2015 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar o servidor Mario Luis Arnhold, matrícula nº 14790/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 210/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 137/2015, para contratação de serviços de serragem de madeira e aquisição de tábuas de madeira, destinados para reforma de pontes e pontilhões, execução das atividades do setor de urbanismo e demais secretarias desta municipalidade..

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no

Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 198/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 198/2015 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar o servidor Luisandro Marcos Lermen, matrícula nº 14102/03, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 211/2015, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 138/2015, para contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas nas estações de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011, do Ministério da Saúde.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 199/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 199/2015 – CONTRATOS
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar o servidor Flavio Antonio Santos, matrícula nº 6493/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 026/2015 – FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, para contratação de seguro de veículos a disposição do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

PORTARIA 200/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 200/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar a servidora Vanusa Pivatto, matrícula nº 14515/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preços nº 068 a 072/2015 – FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 24/2015, para aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa saúde bucal, do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA 201/2015 - CONTRATOS

PORTARIA Nº 201/2015 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

REsolve:

Art. 1º - Designar a servidora Fabiane Koelln, matrícula nº 11184/05, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preços nº 074 a 076/2015 – FMS, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 25/2015, para aquisição de equipamentos, materiais diversos e toldo com estrutura metálica destinado para a Unidade de Saúde Fronteira.

Art. 2º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de agosto de 2015.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2015

Portaria nº 172 de 28 de agosto de 2015

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

REsolve:

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 28 de agosto de 2015,

Volnei Wink matrícula nº 14913/01, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção Hidráulica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 28 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 173/2015

Portaria nº 173 de 1º de setembro de 2015

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

REsolve:

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de setembro de 2015, Antônio Preis matrícula nº 10342/01, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 1º de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 174/2015

Portaria nº 174 de 1º de setembro de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

REsolve:

Art.1º. Exonerar a partir do dia 1º de setembro de 2015, Nilton José Barbosa Motta matrícula nº 11944/03, do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 1º de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 175/2015

Portaria nº 175 de 1º de setembro de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

REsolve:

Art.1º. Exonerar a partir do dia 1º de setembro de 2015, Basílio Soethe matrícula nº 10104/04, do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 1º de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 176/2015

Portaria nº 176 de 1º de setembro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

REsolve:

Art.1º. Retificar o valor pago a título de complementação de aposentadoria do Sr. Antenor Albano Pradella, passando de R\$ 288,54 (duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) para 486,58 (quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), fundamentado por decisão nos autos nº 0002060-44.2013.8.24.0034, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Comarca de Itapiranga.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 177/2015

Portaria nº 177 de 1º de setembro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

REsolve:

Art.1º. Retificar o valor pago a título de adicional de insalubridade do Sr. Hilário Luiz Strack, passando de 20% (vinte por cento) para 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional, fundamentado por decisão judicial nos autos nº 034.12.001234-4.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1655/2015 - RH

PORTARIA Nº 1655/2015

De: 05 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 039/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MURILLO BOTELHO MORALES, matrícula 11649372, na função de PROF. N. H. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1659/2015 - RH

PORTARIA Nº 1659/2015

De: 07 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARILENE BELLONI, matrícula 623920, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1668/2015 - RH

PORTARIA Nº 1668/2015

De: 11 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 044/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). HELGA KRAUSS, matrícula 11637064, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1669/2015 - RH

PORTARIA Nº 1669/2015

De: 11 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 059/2014 da Secretaria de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). HELEN VANESSA LIMA DA ROSA PEREIRA, matrícula 11633158, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1672/2015 - RH

PORTARIA Nº 1672/2015.

De: 13 de agosto de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALBERTO BAUER FILHO, matrícula 562432, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, para a referência Nível X - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

CMDCA: RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

NOME	INSCRICAO
- DANIELE CORREIA DA SILVA	003
- DIEGO ANGELO ANTUNES	004
- ERCÍLIA SANTOS DE SOUZA	006
- LEVI DOMINGOS PELEGRINI	009
- MÔNICA HARMS SOARES	010
- ROSANE MARIA MINATTI CAVALARI	012
- TAÍZA DAMIANI MACIEL	013

CONVOCAÇÃO:

A Comissão Eleitoral convoca os candidatos supra a comparecerem em 01 de setembro de 2015 às 08h00 para reunião de instrução para a Campanha Eleitoral. Local de realização: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social situado na rua 1660, número 321, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá.

Itapoá, 31 de agosto de 2015.

YOLANDA GAMBARINI DA SILVA

Presidente do CMDCA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: BMR CONDICIONADORES DE AR - ME, com sede à Rua José Cosme Pamplona, nº 2350, Bela Vista, Palhoça/SC, CEP: 88.132-700, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.677.803/0001-15, Inscrição Estadual: 256.800.898, representada neste ato por representante legal, o Sr. BRUNO JOSUÉ MARTINS, portador do CI.RG nº 4.989.597 SSP/SC e do CNPF/MF nº 079.906.409-29.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 – PROCESSO Nº 71/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo Split, que serão destinados à Secretaria de Obras, Setor de Frotas, e Defesa Civil, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Valor total: R\$ 6.775,00 (seis mil setecentos e setenta e cinco reais)

Data da assinatura: 28/08/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 31 de agosto de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO Nº15-15 - CC Nº07-15-CARNE DE IPTU

NOTIFICAÇÃO

Empresas	CNPJ/MF
DATADADOS TECNOLOGIA LTDA	14.048.766/0001-50
SMARAPD INFORMÁTICA LTDA	50.735.505/0001-72
PRINTCORP SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA	17.742.309/0001-50
PRINTE SERVICE – SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA	85.324.739/0001-01
POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA	02.089.950/0001-60
ALPHA ETIQUETAS EIRELI - EPP	17.249.973/0001-61

O Município de Itapoá, através do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade CONVITE nº 07/2015 –PROCESSO nº70/2015- OBJETO: Contratação de empresa para confecção e impressão de carnes de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e TLLF (Taxa de Licenciamento e Localização de Funcionamento) referentes ao exercício de 2016, conforme especificações do Anexo I do Edital, não houve por parte das empresas participantes do pleito licitatório o interesse de apresentação e interposição recursal conforme prazo findo na data 27/08/2015. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de proposta será 04/09/2015 às 11h:00min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 31 de agosto de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

isabela raicik dutra pohl

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 1621/2015 - RH

PORTARIA Nº 1621/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 20 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 1282131, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1622/2015 - RH

PORTARIA Nº 1622/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 20 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ, matrícula 1213610, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1623/2015 - RH

PORTARIA Nº 1623/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 20 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) MARILUCI CABRAL, matrícula 606707, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores

municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1624/2015 - RH

PORTARIA Nº 1624/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) PRISCILA DE ARAÚJO CARNEIRO, matrícula 579572, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO III, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1625/2015 - RH

PORTARIA Nº 1625/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015, ao (a) servidor (a) KARLA CRISTINA ESTEVAM DARO, matrícula 586714, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1626/2015 - RH

PORTARIA Nº 1626/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) RODE ESTER PESSANHA, matrícula 606758, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1627/2015 - RH

PORTARIA Nº 1627/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) FABÍOLA KASUE TANAKA, matrícula 618799, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1628/2015 - RH

PORTARIA Nº 1628/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir

de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) LUCY HELENA WIELEWICKI, matrícula 587605, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1629/2015 - RH

PORTARIA Nº 1629/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) SILMARA REGINA RAMOS, matrícula 604127, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1630/2015 - RH

PORTARIA Nº 1630/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) JOSI CRISTINA S. RODRIGUES DE BAIRRO, matrícula 606839, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1631/2015 - RH

PORTARIA Nº 1631/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) JOSE MARIA CALDEIRA, matrícula 616800, investido (a) no cargo de SECRETÁRIO, na Secretaria de Esportes, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1632/2015 - RH

PORTARIA Nº 1632/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) MARIANI BURATTI ZIEMBROS, matrícula 606813, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1633/2015 - RH

PORTARIA Nº 1633/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015, ao (a) servidor (a) VILSON VANDERLINDE, matrícula 2399, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1634/2015 - RH

PORTARIA Nº 1634/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1635/2015 - RH

PORTARIA Nº 1635/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) SILVANA BASE, matrícula

2518, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1636/2015 - RH

PORTARIA Nº 1636/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 01 de setembro de 2015, ao (a) servidor (a) MARIA SATOMI YAMASHITA, matrícula 2658, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1637/2015 - RH

PORTARIA Nº 1637/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias de gozo + 30 de pecúnia), ao(a) servidor(a) ANDERSON DE PAULA DA SILVA, matrícula 622931, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1638/2015 - RH

PORTARIA Nº 1638/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) PRISCILA MACIEL DA SILVA, matrícula 626309, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1639/2015 - RH

PORTARIA Nº 1639/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula 1201956, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1640/2015 - RH

PORTARIA Nº 1640/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) DAIANE BATISTA,

matrícula 1211064, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1641/2015 - RH

PORTARIA Nº 1641/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) JOSIANE MARQUES DE SOUZA SANSON, matrícula 1211935, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1642/2015 - RH

PORTARIA Nº 1642/2015

De: 03 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de agosto de 2015 a 22 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) ELTON LUÍS PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula 1213539, investido (a) no cargo de VETERINÁRIO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1643/2015 - RH

PORTARIA Nº 1643/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) FRANCISCO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 1031, investido(a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1644/2015 - RH

PORTARIA Nº 1644/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de agosto de 2015 à 01 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) IRIO ZAGONEL, matrícula 1007, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1645/2015 - RH

PORTARIA Nº 1645/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ANGELICA DA SILVA GOLL, matrícula 1270893, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1646/2015 - RH

PORTARIA Nº 1646/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CRISTIANE NERES DO ROSÁRIO, matrícula 736635, investido (a) na função de OFICINEIRA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1647/2015 - RH

PORTARIA Nº 1647/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CRISTINE MEIRELLES, matrícula 11623284, investido (a) na função de OFICINEIRA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1648/2015 - RH

PORTARIA Nº 1648/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) JULIANA NATAL, matrícula 11629614, investido (a) na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1649/2015 - RH

PORTARIA Nº 1649/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LICELIA MARIA PEDROSO VIDA, matrícula 4880, investido (a) na função de OFICINEIRA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1650/2015 - RH

PORTARIA Nº 1650/2015

De: 03 de agosto de 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) MARIA TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA WUNSCH, matrícula 607665, ocupante do cargo de PROFESSOR II, lotado(a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1651/2015 - RH

PORTARIA Nº 1651/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARISA DA SILVA SARAIVA PINTO, matrícula 626120, investido (a) na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1652/2015 - RH

PORTARIA Nº 1652/2015

De: 03 de agosto de 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) NILTON LUCHTEMBERG, matrícula 562904, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado(a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei

Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1653/2015 - RH

PORTARIA Nº 1653/2015

De: 03 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 056/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). EDVALDO ALVES DE FREITAS, matrícula 624128, na função de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1654/2015 - RH

PORTARIA Nº 1654/2015

De: 04 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ANGELICA DA SILVA GOLL, matrícula 1270893, na função de ORIENTADOR ESCOLAR ACT, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1656/2015 - RH

PORTARIA Nº 1656/2015.

De: 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre licença sem remuneração ao(a) servidor(a), para tratar de interesses particulares, conforme Lei 44/2014 Art. 113, Art. 114 e Art. 115.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, pelo período de 03 de agosto de 2015 à 03 de agosto de 2017, ao(a) servidor(a) SONIA REGINA ZAGONEL, matrícula 603627, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1657/2015 - RH

PORTARIA Nº 1657/2015.

De: 06 de agosto de 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) LUCIANO SIQUEIRA MACHADO, matrícula 606634, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, lotado (a) na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1658/2015 - RH

PORTARIA Nº 1658/2015.

De: 07 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) JUSSARA DA LUZ RAMOS,

matrícula 1252054, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1660/2015 - RH

PORTARIA Nº 1660/2015

De: 10 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 038/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ELIZANGELA REGINA DA SILVA WROBEL, matrícula 11634847, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1661/2015 - RH

PORTARIA Nº 1661/2015.

De: 10 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Educação, do (a) servidor (a) ERONDINA DA SILVA, matrícula 11638516, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1662/2015 - RH

PORTARIA Nº 1662/2015.

De: 10 de agosto de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) KEVIN KRAUSE, matrícula 1278088, investido (a) na função de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1663/2015 - RH

PORTARIA Nº 1663/2015.

De: 10 de agosto de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JAIRO SEVERINO DE FREITAS, matrícula 973, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1664/2015 - RH

PORTARIA Nº 1664/2015

De: 10 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2015 a 08 de setembro de 2015, ao (a) servidor (a) JUREMA DO ROCIO SARTOR, matrícula 616982, investido (a) no cargo de AUXILIAR

DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1665/2015 - RH

PORTARIA Nº 1665/2015

De: 10 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2015 a 29 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) LIDIA MATILDE PEREIRA, matrícula 1230921, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1666/2015 - RH

PORTARIA Nº 1666/2015

De: 10 de agosto de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de agosto de 2015 a 29 de agosto de 2015, ao (a) servidor (a) ANGELICA REGINA HUCHAK SOUZA, matrícula 735485, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1667/2015 - RH

PORTARIA Nº 1667/2015

De: 11 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO, matrícula 11650001, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1670/2015 - RH

PORTARIA Nº 1670/2015

De: 13 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 042/2014 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). DIENES CELIA COELHO, matrícula 11597062, na função de PROF. SUP. INC. ACT 20HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1671/2015 - RH

PORTARIA Nº 1671/2015

De: 13 de agosto de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 039/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). LUANA LARYS-SA BRITO DE MELO CARELLI TERENGUE, matrícula 11648902, na função de PROF. N. H. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1673/2015 - RH

PORTARIA Nº 1673/2015.

De: 13 de agosto de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALBERTO BAUER FILHO, matrícula 562432/02, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, para a referência Nível X - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1674/2015 - RH

PORTARIA Nº 1674/2015.

De: 13 de agosto de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 13 de agosto de 2015 à 11 de setembro de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) ANA MARIA DE JESUS RIBEIRO, matrícula 606456, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1675/2015 - RH

PORTARIA Nº 1675/2015.

De: 13 de agosto de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,
JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1212/2015, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula 1211153, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1676/2015 - RH

PORTARIA Nº 1676/2015.

De: 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula nº 1211153, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: José Antônio Soares

2º membro: Maria Helena Zanotto

3º membro: Liamar Rodrigues Pereira

4º membro: Maireli Dittrich

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

Jacinto Machado

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 778 DE 24 DE JUNHO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1775, PÁG. 220, EM 02 DE JULHO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 778 DE 24 DE JUNHO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1775, PÁG. 220, EM 02 DE JULHO DE 2015.

Onde se lê:

LEI Nº. 778 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA RECEBER DOAÇÃO DE TERRENO ONDE SE ACHA INSTALADO O CEMITÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio João de Faveri, Prefeito do Município de Jacinto Machado, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta à Câmara de Vereadores desta municipalidade, para deliberar e ao final aprovar, o presente Projeto de Lei com as seguintes disposições:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação a fração de 2.054,66m² do imóvel urbano matriculado sob o n. 27.428 e o Imóvel de 6.480,00 m² com o numero de ordem: 5.898, Livro 3-C, fls. 284, ambos registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, pertencente à Diocese de Criciúma – Paróquia Santa Terezinha, onde se acha instalado o Cemitério Paroquial.

Art. 2º. Efetivada a doação, com transferência do terreno ao Município no prazo de até 90 (noventa) dias, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar projeto de lei a Câmara de Vereadores, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, regulamentando os serviços e instituindo normas para utilização do cemitério, observando os preceitos constantes na legislação e normas em vigência.

Art. 3º. A partir da doação poderá o Executivo Municipal prestar serviços junto ao Cemitério Municipal, realizar obras de manutenção, recuperação, ampliação, embelezamento e conservação que se fizerem necessárias.

Art. 4º. Enquanto o Poder Executivo não encaminhar o respectivo projeto de lei de que trata o art. 2º, ficarão sob a responsabilidade da Paróquia Santa Terezinha todos os serviços de sepultamentos e de manutenção do cemitério.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 24 de junho de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Leia-se:

LEI Nº. 778 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA RECEBER DOAÇÃO DE TERRENO ONDE SE ACHA INSTALADO O CEMITÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação a fração de 2.054,66m² do imóvel urbano matriculado sob o n. 27.428 e o Imóvel de 6.480,00 m² com o numero de ordem: 5.898, Livro 3-C, fls. 284, ambos registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, pertencente à Diocese de Criciúma – Paróquia Santa Terezinha, onde se acha instalado o Cemitério Paroquial.

Art. 2º. Efetivada a doação, com transferência do terreno ao Município no prazo de até 90 (noventa) dias, deverá o Chefe do Poder Executivo encaminhar projeto de lei a Câmara de Vereadores, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, regulamentando os serviços e instituindo normas para utilização do cemitério, observando os preceitos constantes na legislação e normas em vigência.

Art. 3º. A partir da doação poderá o Executivo Municipal prestar serviços junto ao Cemitério Municipal, realizar obras de manutenção, recuperação, ampliação, embelezamento e conservação que se fizerem necessárias.

Art. 4º. Enquanto o Poder Executivo não encaminhar o respectivo projeto de lei de que trata o art. 2º, ficarão sob a responsabilidade da Paróquia Santa Terezinha todos os serviços de sepultamentos e de manutenção do cemitério.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 24 de junho de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 783 DE 20 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1812, PÁG. 251, EM 24 DE AGOSTO DE 2015.

RETIFICAÇÃO DA LEI Nº. 783 DE 20 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 1812, PÁG. 251, EM 24 DE AGOSTO DE 2015.

Onde se lê:

LEI Nº. 783 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA RECEBER DOAÇÃO DE TERRENO COM ÁREA DE 250,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FAVERI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, apresenta à Câmara de Vereadores desta municipalidade, para deliberar e ao final aprovar, o presente Projeto de Lei com as seguintes disposições:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação a fração de 250,00m² do imóvel urbano matriculado sob o nº 8.861 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, da Senhora Ivone Julieta Savi Mondo Tramontin.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 20 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Leia-se:

LEI Nº. 783 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA RECEBER DOAÇÃO DE TERRENO COM ÁREA DE 250,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação a fração de 250,00m² do imóvel urbano matriculado sob o nº 8.861 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC, da Senhora Ivone Julieta Savi Mondo Tramontin.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 20 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 256/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 256/2015/PMJ
PL 74/2015/PMJ – CV 7/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a construção de estação elevatória para adequação e recalque de esgoto predial para destinação junto à rede municipal de coleta e tratamento de efluentes domésticos, no Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender, localizado na Rua Severino Fuga, Vila Pedrini, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 14.555,90 (catorze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), sendo:

Ø R\$ 9.217,54 (nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes ao material e meio mecânico e Ø R\$ 5.338,36 (cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos), correspondentes aos serviços.

VIGÊNCIA: Vigência de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.035 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES E PARQUES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

96 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0036 – Aplicações Diretas.

FISCAL DO CONTRATO: Jaison Strapassola

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2015.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 257/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 257/2015/PMJ
PL 61/2015/PMJ – TP 11/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: MACRO ENERGIA LTDA.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma da rede elétrica, sistema de alarme para detecção de incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e cabeamento estruturado (internet), da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 179.970,00 (cento e setenta e nove mil, novecentos e setenta reais), sendo:

Ø R\$ 149.970,00 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta reais), referentes aos materiais;

Ø R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referentes aos serviços.

VIGÊNCIA: Vigência de 105 (cento e cinco) dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.036 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES E PARQUES DE ENSINO FUNDAMENTAL

83 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – Aplicações Diretas.

DATA DE ASSINATURA: 31/08/2015.

MUNICIPIO DE JOAÇABA

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário de Educação

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 209/2015

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 209/2015 01.09.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 001/2013 e a classificação em quinto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: André Furtado, para o Cargo de Operador de ETA, Padrão-6, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Técnica, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Joaçaba-SC, 01 de setembro de 2015.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 5º Lugar de André Furtado no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2013, para o Cargo de Operador de ETA de acordo com a Portaria JHL-181/2013 de 11/12/2013, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

PREGÃO 0029/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0039/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2015

PROTOCOLO JHL 2091/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0029/2015 – Licitação 0039/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de segurança para proteção dos servidores do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 14/09/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/09/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 01/09/2015 a 14/09/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 31 de Agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 230/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 230/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: COMPENSADOS LAGES LTDA inscrita no CNPJ n.º 79.426.243/0007-31, com sede Avenida Presidente Vargas, 1729 – Bairro Coral – Lages/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 123/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 46/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Fabricação de Móveis para uso no Executivo de Licitações e Setor de Protocolo, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato

De acordo com solicitação da Secretaria de Administração C.I. nº 089/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 201/2015 e com parecer jurídico (PROGEM) favorável, ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de R\$ 1.872,50 (hum mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 28 de Agosto de 2015

Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 19-2015 FMAS; PP 38-2015 SMS RERRATIFICADO AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 19-2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 28/09/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 42.636,79

Modalidade: PP 38-2015 PML RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 28/09/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 488.663,96

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 31 de agosto de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 02-2015 PML RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2015 PML

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS EM PARTICIPAR NO PROGRAMA MUNICIPAL "ADOTE UMA PRAÇA", PARA URBANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS, DE ESPORTE E ÁREAS VERDES MUNICIPAIS.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a prorrogação do prazo para credenciamento das Empresas interessadas, até o dia 30/09/2015 das 13:00 às 19:00, no Executivo de Licitações e Contratos.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de agosto de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO CC 08-2015 PML REVOGAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

O Município de Lages, fundamentado no parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, priorizando a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento. Atenciosamente,

Lages, 31 de agosto de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO Nº 049/2015 TERMO DE CONVÊNIO N.º 049/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO ARCANJO DUARTE juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. JOSÉ AMARILDO FARIAS, e de outro lado a CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.956.416/0001-78, com sede à Rua José do Patrocínio, nº 50, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LUIZ MARIN, CPF nº 056.274.279-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: R\$ 36.336,00 (trinta e seis mil e trezentos e trinta e seis reais) de acordo com o repasse do FNAS e com o período de vigência deste termo – Fonte Recurso: FNAS/SUAS.

VIGÊNCIA: 07/2015 A 07/2016.

Lages, 31 de agosto de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 050/2015

TERMO DE CONVÊNIO N.º 050/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO ARCANJO DUARTE juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. JOSÉ AMARILDO FARIAS, e de outro lado a CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.956.416/0001-78, com sede à Rua José do Patrocínio, nº 50, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LUIZ MARIN, CPF nº 056.274.279-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FEAS – FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 84.827,38 (oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos), de acordo com o repasse do FEAS e com o período de vigência deste termo – Fonte Recurso: SEAS/FEAS/SC

VIGÊNCIA: 07/2015 A 07/2016.

Lages, 31 de agosto de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 053/2015

TERMO DE CONVÊNIO N.º 053/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO ARCANJO DUARTE juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. JOSÉ AMARILDO FARIAS, e de outro lado a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESEMPARADOS DE LAGES - SASEADLA, inscrita no CNPJ sob n.º 75.438.911/0001-02, com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº 660, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sra. ANA PAULA PAGGI, CPF nº 933.321.149-72, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: R\$ 13.488,00 (treze mil quatrocentos e oitenta e oito reais) de acordo com o repasse do FNAS e com o período de vigência deste termo – Fonte Recurso: FNAS/SUAS.

VIGÊNCIA: 07/2015 A 07/2016.

Lages, 31 de agosto de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 054/2015

TERMO DE CONVÊNIO N.º 054/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO ARCANJO DUARTE juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. JOSÉ AMARILDO FARIAS, e de outro lado a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESEMPARADOS DE LAGES - SASEADLA, inscrita no CNPJ sob n.º 75.438.911/0001-02, com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº 660, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. ANA PAULA PAGGI, CPF nº 933.321.149-72, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FEAS – FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 35.535,79 (trinta e cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos), de acordo com o repasse do FEAS e com o período de vigência deste termo – Fonte Recurso: SEAS/FEAS/SC

VIGÊNCIA: 07/2015 A 07/2016.

Lages, 31 de agosto de 2015.

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.461/15

DECRETO Nº 4.461 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

"DETERMINA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS NAS LICITAÇÕES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, de conformidade com o art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando a recomendação do Procurador Geral do Município do Município;

Considerando as solicitações do Ministério Público no tocante aos processos licitatórios desta gestão;

Considerando que foi determinado a apuração de todas as denúncias realizadas junto ao Ministério Público, Câmara de Vereadores e Tribunal de Contas, relacionadas a esta administração;

Considerando que a atual gestão prima pelo princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ao Controle Interno a realização de auditoria, no prazo de 60 dias, contados da publicação deste, prorrogáveis por igual período, nos processos licitatórios e dispensas de licitação, relativo a administração direta e indireta do Município de Laguna.

Art. 2º Caso seja encontrada qualquer irregularidade, determino a abertura de sindicância ou processo administrativo.

Art. 3º Todos os servidores do Poder Executivo deverão colaborar com a auditoria, entregando todos os documentos solicitados pelo Controle Interno no menor prazo de tempo possível.

Art. 4º Fica autorizado ao Controle Interno requisitar colaboração técnica dos demais órgãos da municipalidade.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.462/15

DECRETO Nº 4.462 DE 28 DE AGOSTO DE 2015.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 9º DO DECRETO Nº 4.132/14"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base artigo 68, da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando o requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, objeto do Processo Administrativo nº 4.659/15,

DECRETA:

Art. 1º O art. 9º do Decreto nº 4.132, de 11 de agosto de 2014, passa a vigorar, com a seguinte redação:

Art. 9º O servidor que obtiver o conceito máximo, ou seja, que atender totalmente aos requisitos necessários para o exercício da função nas duas avaliações de desempenho terá o acréscimo de 0,5 ponto na classificação do processo seletivo, não se aplicando este dispositivo, aos professores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002 - LIMPEZA DE TERRENOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2015

O Município de Laguna, através da Procuradoria-Geral e da CECAP (Coordenadoria Especial de Controle das Ações Fiscais), NOTIFICA os proprietários abaixo relacionados, em virtude da notificação através de A.R ter sido infrutífera, realizar a limpeza de lotes e terrenos baldios, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital, em conformidade com a Lei Complementar nº 270/2013 art.121 § 2º:

Notificados	Endereço	Complemento
Lions Clube de Laguna	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra E, Lote 16
Alberto Prudêncio	Rua 29 de Julho, Bairro Esperança	Quadra G, Lote 05
Alberto Prudêncio	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra G, Lote 08
Alberto Prudêncio	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra G, Lote 07
FEMA – Fernandes Meio Ambiente LT DA	Rua Projetada SAJ 7, Bairro Esperança	Quadra C, Lote 04
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 5, Bairro Progresso	Quadra E, Lote 05
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 7, Bairro Esperança	Quadra E, Lote 07
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 8, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 11
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 7, Bairro Esperança	Quadra E, Lote 11
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra G, Lote 43
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Antônio Joaquim de Souza, Bairro Esperança	Quadra A, Lote 06
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Antônio Joaquim de Souza, Bairro Esperança	Quadra A, Lote 08

Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 01
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 02
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Antônio Joaquim de Souza, Bairro Esperança	Quadra A, Lote 10
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Antônio Joaquim de Souza, Bairro Esperança	Quadra A, Lote 22
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra A, Lote 21
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra E, Lote 06
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 14
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 13
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra D, Lote XX
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Prefeito Gil Ungaret- ti, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 14
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Prefeito Gil Ungaret- ti, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 12
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Prefeito Gil Ungaret- ti, Bairro Esperança	Quadra I, Lote 10
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 25
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 21
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 19
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 7, Bairro Esperança	Quadra D, Lote 01
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 7, Bairro Esperança	Quadra D, Lote 02
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 5, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 01
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 26
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 20
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 18
Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Vitor Meireles, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 16

Dimarco – Distribuidora de Materiais de Construção Ltda	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 13
Manoel Alcione Cardoso	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 11
Miguel Claudio Cardoso	Rua Projetada SAJ 5, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 10
Antônio Firmino Costa	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra G, Lote 10
Ricardo Vicente	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Progresso	Quadra G, Lote 11
Luciano Mattos de Oliveira Júnior	Rua Projetada SAJ 5, Bairro Esperança	Quadra E, Lote 01
Jussalva da Silva Mattos	Rua Projetada SAJ 3, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 15
Jussalva da Silva Mattos	Rua Projetada SAJ 5, Bairro Esperança	Quadra H, Lote 09

Os proprietários ora notificados deverão comparecer no setor de protocolo, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Laguna, antigo prédio da Caixa Econômica Federal, localizada na Rua Osvaldo Cabral, 140, Centro Histórico, Laguna/SC, para querendo, oferecer defesa.

Ressalta-se que a CECAF encaminhou a todos os proprietários acima identificados notificação por meio de carta com aviso de recebimento, não obtendo êxito na maioria delas.

O não atendimento ao disposto neste Edital de Notificação implicará na emissão do Auto de Infração, com aplicação de multa, ficando ainda os proprietários dos imóveis ou titulares a qualquer título, sujeitos à inscrição do débito em dívida ativa e a execução fiscal da multa e demais encargos, casos não sejam quitados dentro do prazo.

Com a previsão legal de multas e encargos e, concedido o prazo mencionado no presente edital, é recomendável que os proprietários ou titulares a qualquer título promovam a limpeza por sua conta, uma vez que o serviço, se realizado pelo município, poderá acarretar maiores encargos.

Prefeitura Municipal de Laguna/SC, 27 de Agosto 2015.

WALDIR JOSÉ DE SOUZA
Coordenador Geral da CECAF

LEI Nº 1.837/15

LEI Nº 1.837 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS E CAÇAMBAS DE RECOLHIMENTOS DE ENTULHOS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O serviço de carga e descarga de mercadorias em geral, inclusive de bebidas, mudanças e recolhimento individual de lixo, entulhos ou outros inservíveis no Município de Laguna, que importem em estacionamento e circulação de veículos ou depósito de caçambas, inclusive caixa estacionárias de coleta de resíduos da construção civil, industrial e entulhos domésticos, nas vias e logradouros públicos, deverá obedecer às disposições da presente Lei.

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo a estabelecer um "Porto Seco" para o serviço de carga e descarga de mercadorias em geral, perecíveis ou não, inclusive de bebidas, no Município de Laguna.

§1º - O "Porto Seco" ou porto intermodal constitui estratégia de

modalidade urbana, caracterizando-se como centro de transferência de cargas.

§2º – A definição da localização do "Porto Seco" ficará a critério da Prefeitura Municipal de Laguna, mediante Decreto do Poder Executivo, que será regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação da presente Lei.

§3º - O "Porto Seco" poderá ser administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos ou por empresa concessionária mediante processo licitatório na forma da Lei 8.666/93.

Art. 3º. Os serviços de carga e descarga no "Porto Seco", definido no artigo 2º, obedecerão aos seguintes horários, conforme a capacidade de carga útil dos veículos:

I - Veículos de 1,0 t. até 12,0 t. de carga útil: permitido das 07:00h às 19:00h, da segunda a sexta-feira, e aos sábados das 08:00h às 12.30h horas;

II - Veículos acima de 12,0 t. de carga útil: permitido das 08.30h às 18.00h, da segunda a sexta-feira, e aos sábados das 08:30h até às 12.30h horas;

Parágrafo Único - Os veículos de que trata o inciso I e II deste artigo, não poderão exceder o período de 4 horas de carga e descarga ao dia.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal de Laguna expedirá autorizações especiais nos seguintes casos:

I - Carga e descarga de concreto usinado, materiais de construção, mudanças e outros casos excepcionais que não se adequem às capacidades e horários estabelecidos nesta Lei;

II - Carga e descarga de materiais na via pública, que comprovadamente não possa ser feita diretamente no interior do lote ou da edificação, obedecendo ao horário permitido para a sua categoria de carga, com o mínimo de prejuízo para o trânsito e por tempo não superior a 4 horas, e obedecerá ao disposto na Lei do Plano Diretor de Laguna;

III - Em vias exclusivas de pedestres, para veículos até 5,0 t. das 19:00 às 07:00 horas.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo deverá a autorização ser solicitada com no mínimo, 03 dias úteis de antecedência, especificando o local; o itinerário, os horários desejados, a especificação do veículo, a identificação da carga transportada e o peso bruto total do veículo (PBT) conforme Resolução n. 290/08 Denatran.

§ 2º - A autorização especial deverá ser obrigatoriamente, afixada no pára-brisa dianteiro do veículo.

Art. 5º. Fica proibida a circulação de veículos, carregados ou não com capacidade de carga acima de 5,0 t. (cinco toneladas) da área compreendida pelo Centro Histórico da cidade de Laguna entre o Marco de Tordesilhas e a "Praça dos Ex-Combatentes", das 07:00 horas até às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, e das 07:00 horas às 13:00 horas dos sábados.

Parágrafo Único - Fica liberada, sem limites de capacidade de carga e horário, a circulação de veículos oficiais do serviço público federal, estadual e municipal; veículos do Corpo Diplomático e do Corpo Consular, de qualquer país; veículos militares, da Aeronáutica, do Exército e da Marinha; veículos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e ambulâncias e veículos de empresas públicas, concessionárias, permissionárias ou autorizadas para prestação de serviços urbanos de caráter público e ou emergencial, autorizadas conforme legislação pertinente.

Art. 6º. Para os efeitos de cumprimento do disposto no parágrafo único do Art. 5º desta Lei, ficam os órgãos municipais competentes

autorizados a promover as alterações necessárias.

Art. 7º. Em casos especiais, eventos ou festividades, a Prefeitura Municipal de Laguna, poderá estabelecer condições específicas para realização dos serviços previstos na presente Lei.

Art. 8º. Fica proibido depositar cargas, caixas estacionárias de coleta de resíduos da construção civil e industrial ou caçambas de recolhimento individual de lixo, de entulhos ou de outros inservíveis nos passeios e faixas de rolamento, e estacionamentos de veículos de passeio.

Art. 9º. Em caráter excepcional e como exceção do artigo anterior, para utilização de vias públicas por caçambas ou caixas estacionárias de recolhimento individual de lixo, entulhos ou outros inservíveis, quando não seja possível o acesso ao interior do lote, deverão ser observadas as seguintes condições, cumulativamente, a saber:

- I - ter capacidade máxima de carga de até 5 (cinco) toneladas;
- II - estarem com a parte frontal e traseira pintadas na cor amarela e sinalizada com película refletiva (em conformidade com as disposições constantes no Anexo da Deliberação nº 27/2001 do DENATRAN) na cor branca e vermelha, com dimensões de 5 x 30 cm, nas laterais e traseira, acompanhando o perfil da carroceria;
- III - ocuparem somente a área de estacionamento de veículos de passeio permitido, conforme prévia autorização especial emitida para tal fim pela Prefeitura Municipal de Laguna, através do Departamento de Fiscalização de Serviços Públicos, mediante comprovação de recolhimento das taxas estipuladas nesta Lei;
- IV - serem depositadas, rente ao meio-fio, na sua maior dimensão;
- V - observarem a distância de 10m (dez metros) das esquinas;
- VI - não permanecerem estacionadas por mais de 72h (setenta e duas horas) consecutivas e ininterruptas no mesmo local;
- VII - estarem devidamente identificadas com o nome, telefone e cores da empresa nas laterais da caçamba e número seqüencial em ordem crescente;
- VIII - o preço público pelo uso do estacionamento será de 05 UFIRM a diária e deverá ser pago diretamente ao setor responsável da PML, pelo proprietário das caixas/caçambas, independente da obrigação pelo pagamento de taxa de estacionamento rotativo, se for o caso.

Art. 10. Todos os containers, caçambas, caixas estacionárias ou similares, utilizados para o recolhimento individual de lixo, entulhos, resíduos ou outros inservíveis, em qualquer via ou logradouro público do Município, deverão estar previamente autorizadas pela Prefeitura Municipal de Laguna.

Art. 11. Os containers, caçambas, caixas estacionárias ou similares encontrados em estado de abandono em quaisquer vias ou logradouros públicos, serão apreendidos e transportados ao depósito da Prefeitura, da Polícia Militar ou da Guarda Municipal, respondendo seu proprietário pelas respectivas despesas de remoção e armazenagem, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Art. 12. A transgressão às normas, previstas nesta Lei, implicará em multa de 100 a 1000 UFIRM's, de acordo com a gravidade da infração, estando os infratores sujeitos à sumária e imediata suspensão dos benefícios previstos nesta Lei, bem como suspensão das licenças e alvarás, sem prejuízo, ainda, das demais sanções legais.

§ 1º - O Poder Executivo melhor regulamentará a presente Lei, para fixar outros tipos de penalidades e respectivos valores das multas, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei.

§ 2º - Além da multa, prevista no caput do presente artigo, o não atendimento às determinações da PML, poderá ensejar, ainda, aplicação de multa diária, enquanto perdurar a infração.

Art. 13. As limitações de horários, estabelecidas na presente Lei, não se aplicam aos domingos e feriados.

Art. 14. O destino final dos resíduos oriundos das caçambas ou caixas estacionárias de recolhimento individual de lixo, entulhos ou outros inservíveis, deverá ser em aterros licenciados, em central de reciclagem pública ou em central de reciclagem privada concessionária de serviço público, na forma da Lei Federal 12.305/2010, Lei Estadual 14.675/2009 e pelas disposições desta Lei.

Art. 15. Esta Lei em vigor na data de sua publicação, concedendo-se o prazo de 90 dias para que os interessados possam se enquadrar às suas disposições, revogando-se disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.838/15

LEI Nº 1.838 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE REFEIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, autorizada a conceder vale refeição (VR) aos servidores públicos municipais ativos, que recebem vencimento de valor igual ao do salário mínimo e, trabalhem em jornada diária de oito horas.

§ 1º O valor do vale refeição será de R\$ 10,00 (dez reais), por refeição e, limitada a uma por dia e, vinte ao mês e será pago em pecúnia junto com a folha de pagamento, se por outro modo, não fixar o Poder Executivo.

§ 2º O vale refeição poderá ser concedido apenas para dias úteis.

Art. 2º Não farão jus ao benefício previsto nesta Lei os ocupantes de cargo em comissão, ainda que o valor do vencimento seja igual ao valor do salário mínimo, bem como, aqueles que recebem outras espécies de gratificações.

Parágrafo único. O servidor que estiver em gozo de férias, licenciado, inclusive por motivo de saúde, ou afastado temporariamente do cargo, emprego ou função não receberá o vale refeição.

Art. 3º O servidor que tiver faltas injustificadas ou que não cumprir integralmente sua carga horária perde o direito ao vale refeição no mês correspondente.

Art. 4º O benefício instituído por esta Lei não será, em hipótese alguma:

- I - incorporado ao vencimento, remuneração ou pensão;
- II - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;
- III - configurado como rendimento tributável, nem sofrerá incidência de contribuição para o INSS.

Art. 5º Não fará jus ao benefício os servidores que estiverem afastado sem remuneração ou, os inativos e pensionistas.

Art. 6º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação

através de Decreto.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 093/2015

DECRETO Nº 093/2015.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL COLOCADOS A VENDA POR LICITAÇÃO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, sem ônus para o município, conforme especificação abaixo e sob a presidência do primeiro, a Comissão Municipal Permanente para Avaliação dos Valores Mínimos do Patrimônio Municipal que forem colocados à venda por licitação:

- GUIOMAR DE ARAUJO
- EMERSON BORGES
- ALAN CROSETTA
- SORAYA CURCIO LIBRELATO
- CAMILA PIAVA PIZZOLATTI

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.884/2015

LEI Nº 1.884/2015 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 40.000,00.(Quarenta Mil Reais), assim classificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

Dotação Nova

Fonte de Recurso 1212 – Receita do CAPS

2.015 – GERENCIAMENTO E MANUT. DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.1.90.00 – Aplicações Diretas

..... R\$ 25.000,00

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

..... R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do Repasse Financeiro Estadual aos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados a manutenção e aquisição de Equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.885/2015

LEI Nº 1.885/2015 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 314.000,00.(Trezentos e Quatorze Mil Reais), assim classificado:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

01 – Manutenção da Administração Geral

Dotação 06

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

2.003 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

3.1.90.00 – Aplicações Diretas

..... R\$ 314.000,00

TOTAL: R\$ 314.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

01 - Departamento de Administração

2.004 - Contribuição a Entidades Municipalistas

DOTAÇÃO 11

3.3.50.00.00.0116 - Aplicação Direta

..... R\$ 314.000,00

TOTAL: R\$ 314.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.886/2015

LEI Nº 1.886/2015 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 679.919,89(Seiscentos e Setenta e Nove Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Oitenta e Nove Centavos), assim classificado:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Dotação 01

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

03 – SECRET. MUNIC. DA ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 – Departamento de Administração

2.005 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Dotação 12

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 93.000,00

03 – SECRET. MUNIC. DA ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 – Departamento de Administração

2.003 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Dotação 06

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 340.935,35

08 – SECRET. MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 – Fundo Municipal da Agricultura

2.033 – APOIO AO PRODUTOR RURAL

Dotação 111

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 108.984,54

09 – SECRET. MUNIC. DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.011 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dotação 142

Fonte de Recurso 0116 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

TOTAL R\$ 679.919,89

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

1.002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

DOTAÇÃO 04

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

1.003 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIOS

DOTAÇÃO 05

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.002 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL ESCOLAR

DOTAÇÃO 48

4.4.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO 28

4.4.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.018 - REF. E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

DOTAÇÃO 42

4.4.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.019 - REF. E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL

DOTAÇÃO 59

4.4.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.021 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

DOTAÇÃO 45

4.4.90.00.00.0117 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

1.045 - REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL

DOTAÇÃO 62

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.024 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

DOTAÇÃO 72

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 47.167,15

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.025 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS

DOTAÇÃO 74

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.042 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

DOTAÇÃO 85

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 18.768,20

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.02 - Departamento de Serviços Públicos

2.030 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

DOTAÇÃO 91

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

1.035 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DOTAÇÃO 108

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 9.200,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

1.037 - CONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE

DOTAÇÃO 110

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.034 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS

DOTAÇÃO 116

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 49.784,54

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

1.005 - CONSTRUÇÃO DO CRAS

DOTAÇÃO 124

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.01 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência

2.014 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

DOTAÇÃO 132

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

1.004 - CONSTRUÇÃO DO CIMI

DOTAÇÃO 36

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 679.919,89

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

LEI Nº 1.887/2015

LEI Nº 1.887/2015 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, no valor de R\$ 86.044,10. (Oitenta e Seis Mil, Quarenta e Quatro Reais e Dez Centavos), assim classificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.015 – GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Dotação 07

Fonte de Recurso 0003 – Recursos Próprios

3.1.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 66.044,10

Dotação 13

Fonte de Recursos 0003 – Recursos Próprios

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 86.044,10

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 – Fundo Municipal de Saúde

1.007 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE

Dotação 01

Fonte de Recurso 0003 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1.008 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

Dotação 03

Fonte de Recursos 0003 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1.009 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE

Dotação 05

Fonte de Recursos 0003 – Recursos Próprios

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 26.044,10

TOTAL R\$ 86.044,10

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº82/2015 PMLM

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº82/2015 PMLM

PROCESSO Nº82

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houve alterações referentes ao item termo de referencia do edital que tem data de abertura 10 de setembro de 2015 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente para serviços gráficos para atendimento das demandas das Secretarias do municipio para o exercício de 2015 maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 01 de setembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 45/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 45/2015

Licitação: TP03/2015.

Objeto: Alteração da cláusula segunda do contrato em epígrafe para acrescer o valor devido alguns itens que foram alterados os quantitativos e outros itens incluídos nos termos do artigo 65, bem como aditando o prazo para conclusão da obra em 60 (sessenta) dias .

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: J. LOPES CONSTRUÇOES LTDA. - EPP - 10.912.255/0001-84.

Valor: R\$ 14.372,63 (quatorze mil trezentos e setenta e dois reais com sessenta e três centavos).

Vigência: 28/08/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 31/08/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL 2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR20/201539/2015

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de materiais de aviamento (armarinho e outros) para trabalhar com grupos de Gestantes e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme especificações contidas no Termo de Referência. Data de Homologação: 26/08/2015 Licitantes Homologados: COMERCIAL KEKEI LTDA-EPP Lotes 01,02e03 Valor R\$18.330,00. ROBERTO MISTURA Lote 02 Valor R\$30.150,00. REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS Lote04 Valor R\$7.700,00.

Lebon Régis, 31/08/2015

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 63/2015 licitação: PR20/2015.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de materiais de aviamento (armarinho e outros) para trabalhar com grupos de Gestantes e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme especificações contidas no Termo de Referência. .

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratado: COMERCIAL KEKEI LTDA - EPP - 81.329.948/0001-97. Valor: R\$ 18.330,00 (dezoito mil e trezentos e trinta reais).

Vigência: 27/08/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 31/08/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 64/2015 licitação: PR20/2015.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de materiais de aviamento (armarinho e outros) para trabalhar com grupos de Gestantes e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme especificações contidas no Termo de Referência. .

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratado: ROBERTO MISTURA - ME - 10.292.359/0001-33. Valor: R\$ 30.150,00 (trinta mil e cento e cinquenta reais).

Vigência: 27/08/2015. Término: 27/08/2015

Lebon Régis, 31/08/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 65/2015 licitação: PR20/2015.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de materiais de aviamento (armarinho e outros) para trabalhar com grupos de Gestantes e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme especificações contidas no Termo de Referência. .

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratado: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS - 79.912.788/0001-62.

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Vigência: 27/08/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 31/08/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 078/2015 - CC 002/2015 - QUIOSQUE SEMINÁRIO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 078/2015 - PML

Concorrência Pública nº 002/2015 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA(SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA tipo MAIOR OFERTA POR ITEM.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a permissão de uso de edificação em alvenaria e concreto com área construída de 100,21 m² (metros quadrados), com 02 (dois) pavimentos isolados com a destinação de Quiosque / Lanchonete e Vestiário; situado nas dependências do Centro de Eventos São João Batista.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 01 de outubro de 2015. ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 01 de outubro de 2015. OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br. MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

portaria 3388

PORTARIA N.º 3388/2015

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal Fabieli Aparecida Camuzzato, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 25/08/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 27 de agosto de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3389

PORTARIA N.º 3389/2015

“Exonera, o Servidor que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal Leudanires Lucia Comin Cerry, ocupante do Cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 31/08/2015.

Art. 2º - Cessar efeitos da Portaria nº 3276, de 05/01/2015, que designou a Servidora Leudanires Lucia Comin Cerry, para o desempenho de função gratificada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 31 de agosto de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº. 4136

LEI Nº. 4.136

DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação do orçamento público municipal de 2015 até o valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Educação
17 Secretaria Municipal de Educação
01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino
123610017.2.102000 Apoio ao Ensino com Transporte Escolar
(311) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00
Fonte: 158

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Educação
17 Secretaria Municipal de Educação
01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino
123610017.2.101000 Ampliação da Frota
(307) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte: 158

123650017.2.103000 Apoio ao Ensino através da adequação da rede física e equipamentos Infantil
(347) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
Fonte: 158

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 25 de agosto de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 69/2015

DECRETO Nº 69 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1035 de 26 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.143.000,00 (um milhão, cento e quarenta e três mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.010 – ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (28) – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA	
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (35) – Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Diretas	R\$ 270.000,00
2.012 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (63) – Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (64) – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 (66) – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (45) – Aplicações Diretas	R\$ 160.000,00
2.021 – BOLSA DE TRABALHO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (55) – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / DEPTO DE ESPORTES	
2.006 – MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (79) – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.023 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (80) – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (81) – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.035 – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (11) – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 (15) – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 1.143.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP	
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (22) – Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (24) – Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
1.003 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (12) – Aplicações Diretas	R\$ 140.000,00
2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (11) – Transferências as Instituições Priv. Sem Fins Lucrat. R\$ 20.000,00	
04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	
1.011 – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (31) – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1.005 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (59) – Aplicações Diretas	R\$ 9.999,80
1.007 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (39) – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
1.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0102 (43) – Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (44) – Aplicações Diretas	R\$ 270.000,00
1.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (52) – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
1.010 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (112) – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
1.012 – AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (110) – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.016 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIP. RODOVIÁRIOS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (96) – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
1.018 – CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (109) – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.021 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO PLUVIAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (94) – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
1.026 – CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E PASSEIOS PÚBLICOS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (84) – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.027 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÃO DO	

CENTRO DE TRIAGEM

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (86) - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
2.033 - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E MELHORIAS DE PRAÇAS PÚBLICAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (89) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
2.036 - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESGOTO PLUVIAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (113) - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
2.039 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS URBANAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (106) - Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.026 - ATENÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (121) - Transf. A Instituições Priv. Sem Fins Lucrativos	R\$ 38.000,00
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
1.024 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (135) - Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1.013 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (02) - Aplicações Diretas	R\$ 9.900,20
1.014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (04) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.015 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (07) - Aplicações Diretas	R\$ 10.100,00

TOTAL
R\$ 1.143.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 26 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1035/2015

LEI Nº 1035 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.143.000,00 (um milhão, cento e quarenta e três mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.010 - ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (28) - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
0.002 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA	
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (35) - Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
1.006 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) - Aplicações Diretas	R\$ 270.000,00
2.012 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (63) - Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (64) - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 (66) - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (45) - Aplicações Diretas	R\$ 160.000,00
2.021 - BOLSA DE TRABALHO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (55) - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES / DEPTO DE ESPORTES	
2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
2.023 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (80) - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.035 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (11) - Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0103 (15) - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

TOTAL
R\$ 1.143.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP	
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (22) - Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (24) - Aplicações Diretas	R\$ 120.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA PREFEITURA MUNICIPAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações Diretas	R\$ 140.000,00
2.043 - CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (11) - Transferências as Instituições Priv. Sem Fins Lucrat. R\$ 20.000,00	
04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO	
1.011 - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE INDUSTRIAL	
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (31) - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	

1.005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - EDUCAÇÃO INFANTIL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (59) - Aplicações Diretas
R\$ 9.999,80
 1.007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (39) - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 1.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 3.1.90.00.00.00.00.00.0102 (43) - Aplicações Diretas
R\$ 55.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (44) - Aplicações Diretas
 R\$ 270.000,00
 1.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (52) - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00
 07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
 1.010 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (112) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
 1.012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (110) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 1.016 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIP. RODOVIÁRIOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
 1.018 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (109) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 1.021 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO PLUVIAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (94) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
 1.026 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E PASSEIOS PÚBLICOS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (84) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 1.027 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (86) - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00
 2.033 - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E MELHORIAS DE PRAÇAS PÚBLICAS
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (89) - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00
 2.036 - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESGOTO PLUVIAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (113) - Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00
 2.039 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS URBANAS
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (106) - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00
 13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.026 - ATENÇÃO AS FAMÍLIAS CARENTES
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (121) - Transf. A Instituições Priv. Sem Fins LucrativosR\$ 38.000,00
 15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 1.024 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (135) - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 1.013 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE
 4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (02) - Aplicações Diretas
R\$ 9.900,20
 1.014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SAÚDE
 4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (04) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 1.015 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (07) - Aplicações Diretas
R\$ 10.100,00

TOTAL
 R\$ 1.143.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 26 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 46/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
 DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DO REGIME JURÍDICO

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Maracajá, compreendendo os servidores do Executivo e do Legislativo do Município.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, são servidores públicos aqueles legalmente investidos em cargo público de provimento efetivo ou de provimento em comissão, sendo:

- a) cargo efetivo: provido mediante aprovação prévia em concurso público;
- b) cargo em comissão: de livre nomeação e exoneração e destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 3º. Cargo público é o conjunto de atribuições, deveres, responsabilidades e competências previstas na estrutura organizacional, que devem ser atribuídas a um servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos.

Art. 4º. O Regime Jurídico Único é Estatutário, e o Regime Previdenciário, é o Regime Próprio de Previdência Social, observada as normas legais e constitucionais aplicáveis aos servidores públicos. Parágrafo único - É vedada a admissão de empregados públicos no Município de Maracajá a partir da publicação da presente Lei.

Art. 5º. O Plano de Cargos e Salários dos servidores Municipais será sempre criado ou modificado por Lei.

Art. 6º. É proibida a prestação de serviços gratuitos ao Poder Público Municipal, salvo os previstos em Lei.

TÍTULO II DO PROVIMENTO E DO EXERCÍCIO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º. São requisitos básicos para a investidura em cargo público:
I - nacionalidade brasileira ou situação equivalente;

II - gozo dos direitos políticos;

III - regularidade com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível de escolaridade exigido para exercício do cargo;

V - possuir habilitação legal para o exercício do cargo;

VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica;
VIII - não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida.

IX - aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Lei específica ou o edital do respectivo concurso, observada a Legislação Federal, poderá definir os critérios para admissão de estrangeiros no serviço público.

Art. 8º. O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante Portaria do Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 9º. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse, na forma do artigo 23 deste Estatuto.

Art. 10. São formas de provimento no cargo público:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - reintegração;

V - recondução;

VI - aproveitamento.

SEÇÃO II DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 11. O concurso público para investidura em cargo público de provimento efetivo será de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, podendo ser realizado em uma ou mais etapas, conforme dispuserem a Lei e o edital.

Art. 12. O concurso terá validade de até 2 (dois) anos, prorrogável, uma única vez, por igual período.

Art. 13. As normas gerais para a realização do concurso serão fixadas em edital, que será publicado na sede da Prefeitura, em jornal de circulação regional, em órgão oficial de imprensa e por meio eletrônico de divulgação do Município por, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da realização do concurso.

Parágrafo único - O edital do concurso deverá constar, entre outros, os seguintes requisitos:

I - o prazo de validade do concurso;

II - os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tal como o grau de instrução exigível, a ser comprovado no momento da nomeação, mediante apresentação de documentação competente;

III - número de vagas a serem preenchidas nos respectivos cargos públicos, distribuídas por especialização ou disciplina, quando for o caso, com o respectivo vencimento do cargo, sendo:

a) vagas definidas para provimento durante o prazo de validade;

b) vagas em cadastro de reserva, sendo que estas, só serão providas quando surgirem necessidade durante o prazo de validade do Concurso, obedecida a ordem classificatória, respeitado em todos os casos a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

IV - prazo para inscrição não inferior a 30 (trinta) dias, contado de sua publicação oficial;

V - tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;

VI - forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;

VII - critérios de aprovação e classificação;

VIII - valor da taxa de inscrição;

IX - demais informações e regras necessárias.

§ 1º As normas gerais para a realização de concurso desde a publicação do edital até a convocação e indicação dos classificados serão estabelecidos em atos próprios.

§ 2º A inscrição do candidato fica condicionada aos termos do Edital de Concurso e ao pagamento do valor fixado no referido edital, que estabelecerá também as hipóteses de isenção.

Art. 14. O concurso público credencia o aprovado dentro do limite de vagas previstas no edital à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação.

§ 1º Verificado a existência de vagas além das previstas no edital, as decorrentes de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas, enquanto não se esgotar o prazo de validade do concurso, ou de sua eventual prorrogação, os aprovados serão convocados para assumir o cargo.

§ 2º Não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso com prazo de validade ainda não expirado.

Art. 15. É assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para os quais serão reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 1º Quando a aplicação do percentual fixado no edital, sobre o número de vagas oferecidas, resultarem em número fracionado será elevado ao primeiro número inteiro subsequente, ou na hipótese das vagas oferecidas serem inferiores a 05 (cinco), a critério da administração poderá ser fixado um quantitativo aos portadores de deficiência.

§ 2º As vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, não preenchidas, poderão ser remanejadas para os demais candidatos.

§ 3º O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se classificado dentro do limite das vagas reservadas, para efeitos de ordem de nomeação, figurará em lista específica e integrará a listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo de sua opção, de acordo com a nota alcançada.

§ 4º O candidato portador de deficiência convocado para nomeação e posse, será submetido à junta médica municipal que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de deficiência, atestando o grau de deficiência, capacitante ou incapacitante, para exercer as atividades do cargo reservado.

Art. 16. Compete ao Chefe do Poder Executivo através de Decreto, nomear por ato próprio, uma comissão para realizar os atos próprios de preparação, acompanhamento e realização do concurso público.

Parágrafo único - A comissão competente, sob homologação do Chefe do Poder Executivo poderá delegar a realização do concurso a empresa ou instituição especializada na área, obedecendo-se os requisitos legais à contratação.

Art. 17. O concurso será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal que determinará ampla publicidade na publicação do seu resultado.

SEÇÃO III DA NOMEAÇÃO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa.

Art. 19. A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira, e se tratar de cargo cuja investidura é precedida de concurso público estando previsto no plano de cargos e salários.

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de livre nomeação e exoneração, regulados em Lei.

Parágrafo único - Para exercer as funções gratificadas criadas por Lei será feita designação de servidor efetivo, por intermédio de portaria.

Art. 20. A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, obedecida à ordem de classificação e o prazo de validade.

Parágrafo único - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante progressão, serão estabelecidos em Lei própria e seus regulamentos.

Art. 21. Os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento e serão providos mediante livre escolha da autoridade competente de cada Poder, assegurado o provimento por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais previstos em lei.

Parágrafo único - O servidor efetivo estável, nomeado para cargo em comissão, quando optar pela remuneração do cargo comissionado, fica assegurado em sua ficha funcional às vantagens decorrentes do cargo efetivo.

Art. 22. As funções gratificadas, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se ao desempenho das atribuições de direção, chefia e assessoramento para as quais não se tenham criado cargo em comissão.

Parágrafo único - A vantagem paga pelo exercício de função gratificada não será incorporada em nenhuma hipótese ao vencimento do cargo efetivo, após a destituição da função.

SUBSEÇÃO II DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 23. A posse dar-se-á com a assinatura, pela autoridade competente e pelo empossado, da respectiva Portaria, no qual deverá constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que resultarão aceitos, com compromisso de bem servir.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que haja justificativa aceita pela Administração.

§ 2º Em se tratando de servidor em gozo de licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º Somente haverá posse no caso de provimento por nomeação.

§ 4º No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração:

I - dos bens e valores que constituem seu patrimônio;

II - de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, especificando-o, quando for o caso;

III - documentação pessoal e comprobatória do nível de escolaridade exigido.

§ 5º Na hipótese de se verificar, posteriormente, que quaisquer das declarações referidas nos incisos I e II do parágrafo anterior são falsas, o servidor empossado responderá a processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 6º Será tornado automaticamente sem efeito o ato de provimento

se a posse não ocorrer nos prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 7º São competentes para dar posse:

I - o Prefeito e o Presidente da Câmara.

II - os Secretários Municipais, por delegação.

§ 8º No ato da posse o servidor será comunicado por escrito, pelo Setor de Recursos Humanos, de seus direitos e deveres, entre os quais o de ter o seu desempenho avaliado no período de estágio probatório e da avaliação permanente nos anos subsequentes de sua carreira funcional.

§ 9º Será admitida a posse mediante procuração desde que por instrumento público para fins específicos.

§ 10º Para a posse o servidor apresentará os documentos pessoais solicitados pelo Setor de Recursos Humanos e diploma no caso em que for exigido.

Art. 24. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial que avalie a aptidão física e mental do servidor para o exercício do cargo, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal.

Parágrafo único - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 25. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

§ 1º É de 05 (cinco) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, podendo este ser prorrogável uma vez em igual período, a requerimento do interessado, contado:

I - da posse;

II - da publicação oficial do ato, em qualquer outro caso.

§ 2º Cabe à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor dar-lhe exercício.

§ 3º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 4º Tornar-se-á sem efeito a nomeação do aprovado em concurso público que não tomar posse dentro dos prazos previstos na presente lei ou após sua expressa manifestação de desistência em assumir o cargo pelo qual foi nomeado.

§ 5º No mesmo prazo do § 1º o servidor designado para função gratificada entrará em exercício, ou será tornado sem efeito sua designação.

§ 6º O servidor só terá direito a remuneração do cargo ou da função de confiança após a entrada em exercício.

Art. 26. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria.

§ 1º Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

§ 2º A progressão, a readaptação e a recondução não interrompem o exercício.

SUBSEÇÃO III DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 27. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 03 (três) anos, durante o qual serão avaliadas sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

§ 1º Constitui condição necessária à aquisição de estabilidade, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição da República de 1988, a avaliação especial de desempenho, a ser procedida nos termos estabelecidos nesta Subseção.

§ 2º O órgão competente de cada Poder e das entidades da Administração indireta dará prévio conhecimento aos servidores dos critérios, normas e padrões a serem utilizados para a avaliação especial de desempenho de que trata esta Subseção.

Art. 28. O Município constituirá por Decreto do Chefe do Poder

Executivo, Comissões de Avaliação do Estágio Probatório - CAEP, composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) servidores, todos ocupantes de cargo efetivo, sendo um deles, preferencialmente, do setor de Recursos Humanos, preferencialmente de nível hierárquico igual ou superior ao do servidor avaliado, devendo ser indicados os elementos de convicção e a prova dos fatos narrados na avaliação.

§ 1º Serão nomeadas comissões de acordo com a necessidade de cada Secretaria ou departamentos do Município;

§ 2º A comissão será nomeada para um período de 03 (três) anos, devendo ser renovada após esse prazo em no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 3º É permitida a recondução de servidores a comissão, observada a renovação mínima estabelecida no parágrafo anterior.

§ 4º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à avaliação e exigido pelo interesse público e da administração.

§ 5º A critério da comissão as reuniões e as audiências poderão ter caráter reservado.

§ 6º A comissão ao proceder aos trabalhos poderá solicitar para oitiva, sem direito a voto na reunião, o chefe imediato do servidor avaliado, para explanação de sua avaliação de chefia, bem como, para dirimir dúvidas dos membros da comissão.

§ 7º O Chefe do Poder Executivo regulamentará as atividades da comissão por Decreto Municipal.

§ 8º Deverá se declarar impedido o membro da comissão quando o servidor avaliado for seu cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau.

§ 9º Havendo previsão de uma comissão de desenvolvimento funcional na lei que instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos, poderá ficar a seu cargo a avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório.

§ 10 A Comissão Coordenadora do Estágio Probatório, instituída mediante decreto, será incumbida de:

I – apreciar os recursos interpostos contra as decisões da Comissão;

II – orientar e supervisionar o processo de avaliação de desempenho;

III – resolver eventuais discordâncias havidas entre os membros da Comissão.

§ 11 A Comissão Coordenadora será composta nos moldes do caput deste artigo.

Art. 29. A avaliação especial de desempenho, durante o período de estágio probatório, ocorrerá nos moldes regulamentados por Decreto, mediante a observância dos seguintes critérios de julgamento:

I - Frequência/assiduidade - refere-se à frequência do servidor, considerando especialmente o número de faltas e os transtornos gerados no local de trabalho, tendo em vista sua ocorrência.

II - Pontualidade - avalia o cumprimento do horário de trabalho estabelecido, tendo em vista atrasos e saídas antecipadas.

III - Iniciativa - capacidade de dar soluções corretas e adequadas aos problemas surgidos no trabalho e contribuir com novas ideias.

IV - Disciplina e Responsabilidade - refere-se à capacidade do servidor de acatar ordens de seu superior, com boa vontade e responsabilidade, a fim de realizar as tarefas de sua competência, com zelo e dedicação;

V - Conhecimento para o trabalho e ética - demonstração de conhecimentos técnicos e práticos para a execução das ações, adequadas aos objetivos da unidade de trabalho e de seu órgão de lotação. Demonstra compromisso profissional, legal e moral. Desenvolve seu trabalho com honestidade, descrição e sigilo;

VI - Produtividade e qualidade no trabalho - quantidade de trabalho executado, segundo os padrões exigidos quanto ao volume de tarefas, prazos e qualidade referentes aos objetivos da unidade.

VII – Relacionamento interpessoal - habilidade de trocar, discutir ideias e comunicar-se com a equipe de trabalho e público em geral, de forma clara, com argumentação precisa e apoiando-se no

respeito mútuo.

VIII - Flexibilidade - capacidade de adequar-se a novas realidades no trabalho, buscando as alterações necessárias à nova situação, de forma a garantir a qualidade das ações no local de trabalho, de acordo com as metas de seu órgão de lotação.

IX - Cuidados com materiais, equipamentos e ambiente - zelo e organização na manutenção de materiais, equipamentos e ambiente de trabalho, bem como os cuidados que tem quanto a sua conservação.

X - Aproveitamento em programas de capacitação - avalia o interesse que o servidor possui em participar dos programas, bem como a utilização em situações práticas de trabalho, dos conhecimentos e técnicas neles apresentados.

§ 1º A avaliação especial de desempenho durante o estágio probatório, objeto de decreto próprio, poderá ser diferenciada de acordo com as características do cargo e da unidade da respectiva lotação.

§ 2º A avaliação obrigatória por desempenho realizada durante o estágio probatório não terá seu resultado computado para efeito de progressão, mas sim como subsídio necessário à avaliação pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório.

§ 3º O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento, e poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargo equivalente.

§ 4º Ao servidor em estágio probatório não se concederá licença sem vencimentos.

Art. 30. O servidor em estágio probatório será avaliado no desempenho do cargo em 3 (três) etapas:

I - a primeira ocorrerá até o 12º (décimo segundo) mês do estágio probatório;

II - a segunda, até o 24º (vigésimo quarto) mês; e

III - a última, até o 30º (trigésimo) mês.

Parágrafo único - Os benefícios decorrentes da aprovação em estágio probatório somente serão concedidos após atingidos os três anos de efetivo exercício.

Art. 31. Serão adotados, para efeito de avaliação do desempenho funcional do servidor, atribuídos a cada um dos fatores de julgamento a que se refere o artigo 29 os seguintes conceitos de avaliação:

I – excelente;

II – bom;

III – regular;

IV – insatisfatório.

§ 1º. Caberá ao Chefe do Poder Executivo estabelecer por decreto as escalas de pontuação que devam corresponder aos conceitos de avaliação, bem como fixar os instrumentos específicos do sistema de avaliação.

§ 2º. A avaliação de desempenho funcional será apresentada em relatório circunstanciado, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos que tenham servido de fundamento para a conclusão alcançada.

Art. 32. Após cada etapa de avaliação, caso o servidor apresente desempenho regular ou insatisfatório, haverá entrevista do Diretor da respectiva Unidade com o avaliando e a chefia imediata, para identificação de fatores que estejam prejudicando seu desempenho e proposição de alternativas para a sua melhoria.

Parágrafo Único - Entende-se por chefia imediata o servidor ocupante de cargo de direção ou designado para função gratificada, responsável pela supervisão das tarefas cometidas ao servidor a ser avaliado.

Art. 33. Compete, também, aos avaliadores:

I - proceder ao cadastramento dos servidores a serem avaliados, requisitando informações ao setor competente;

II - formalizar o resultado das avaliações, utilizando os modelos instituídos pela Secretaria de Administração e Finanças;

III - dar conhecimento dos resultados de cada avaliação ao interessado.

Parágrafo Único - Os avaliadores deverão pautar seus trabalhos com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, sob pena de sanção disciplinar, na forma da lei.

Art. 34. Ao servidor em estágio probatório, somente poderão ser concedidas as seguintes licenças e afastamentos:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença em pessoa da família;

III - por acidente em serviço;

IV - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

V - para o serviço militar obrigatório;

VI - para atividade política;

VII - para exercício de mandato eletivo;

VIII - para estudo ou missão oficial, com autorização do Chefe do Poder a que estiver vinculado;

IX - licença à gestante, lactante, adotante e paternidade.

§ 1º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças de concessão obrigatória a que tiver direito e dos afastamentos, e será retomado a partir do término do impedimento.

§ 2º Não se aplica a suspensão do estágio probatório quando o afastamento do servidor ocorrer em virtude de férias.

§ 3º Durante o estágio probatório, o tempo de afastamento do servidor público do efetivo exercício do cargo em que estiver investido, não será computado para efeito de estabilidade e progressão.

Art. 35. No período do estágio probatório, não haverá para o servidor progressão e redistribuição.

Parágrafo Único - Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, considera-se:

I - progressão - elevação do servidor ao posicionamento imediatamente superior àquele a que pertence, na respectiva referência salarial de seu cargo na carreira;

II - redistribuição - deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação da Secretaria de Administração e Finanças;

Art. 36. Será assegurado ao servidor, ao longo do processo de avaliação, o direito a ampla defesa e ao contraditório, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

§ 1º Em cada etapa de avaliação, o servidor poderá interpor recurso contra o resultado da avaliação à Comissão.

§ 2º A mera alegação de injustiça não configura ampla defesa.

§ 3º Caberá à Secretaria de Administração estabelecer os instrumentos necessários para o exercício, pelos servidores, dos direitos assegurados no caput desse artigo.

Art. 37. Será reprovado no estágio probatório o servidor que receber no mínimo 02 (dois) conceitos de desempenho insatisfatório ou regular na sua avaliação, independentemente do término, ou não, do período de estágio probatório.

§ 1º Finalizada cada uma das avaliações parciais de desempenho, a CAEP emitirá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, parecer, aprovando ou reprovando o servidor no estágio probatório, considerando e indicando, exclusivamente, os critérios e normas estabelecidas nesta Subseção.

§ 2º O servidor em estágio probatório terá conhecimento do parecer em 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua emissão;

§ 3º O servidor poderá requerer, à respectiva CAEP, reconsideração do resultado da avaliação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua ciência, com igual prazo para a decisão.

§ 4º Caberá recurso à Comissão Coordenadora, contra a decisão sobre o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da ciência do resultado da avaliação ou do pedido de reconsideração, com igual prazo para decisão.

§ 5º Em caso de recurso, a CAEP encaminhará o parecer, as

avaliações parciais de desempenho e eventuais pedidos de reconsideração à Comissão Coordenadora, para emissão de novo parecer que será enviado às autoridades competentes que decidirão sobre a estabilização ou a exoneração do servidor avaliado.

Art. 38. Se as autoridades competentes considerarem cabível a exoneração do servidor, em virtude de comprovação de sua incapacidade e inadequação para as atribuições do cargo público, será publicado o respectivo ato de exoneração. Caso contrário, ao final das três avaliações, será publicada a ratificação do ato de nomeação.

Parágrafo Único - O resultado da avaliação e o respectivo ato de estabilização ou de exoneração serão informados ao interessado.

Art. 39. O procedimento de avaliação do servidor em estágio probatório será arquivado em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor, a qualquer tempo.

Art. 40. O servidor estável que for nomeado, após novo concurso público, para outro cargo de provimento efetivo no âmbito municipal não ficará dispensado do estágio probatório para o novo cargo.

Art. 41. Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório deverá ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor tenha sido nomeado.

Art. 42. A contagem de tempo de estágio probatório será interrompida durante o período em que o servidor estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, devendo, neste caso, ser juntados ao processo de avaliação, informações e documentos que comprovem o fato.

Art. 43. Fica autorizado a nomeação de servidor municipal estável ou em estágio probatório para exercer cargo comissionado.

§ 1º O servidor público municipal em estágio probatório, e nesta condição for nomeado para exercer cargo em comissão ou responder por cargo em comissão, do Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, contará este tempo de serviço como cumprimento do estágio probatório.

§ 2º Quando o servidor concursado ocupar cargo em comissão, este tempo contará para efeitos de estágio probatório, somente se o servidor também exercer funções e atribuições do cargo no qual for efetivo, para efeitos de avaliação.

§ 3º O servidor concursado que exercer cargo em comissão ou responder por cargo em comissão e optar pelo salário do cargo efetivo, fará jus a critério do Prefeito Municipal, por ato próprio, a mesma gratificação prevista na lei de criação do cargo em comissão.

SUBSEÇÃO IV DA ESTABILIDADE

Art. 44. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após 03 (três) anos de efetivo exercício desde que aprovado no estágio probatório.

Parágrafo único - A aquisição da estabilidade está condicionada à aprovação em estágio probatório, mediante avaliação especial de desempenho, na forma prevista no artigo 27 e seguintes da presente Lei.

Art. 45. O servidor estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurado a ampla defesa e o contraditório;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho previsto em Lei, assegurado a ampla defesa e contraditório, precedido de processo administrativo.

SEÇÃO IV

DA PROGRESSÃO

Art. 46. A Progressão se dará por critérios de tempo de serviço e avaliação por desempenho, a qual resultará na elevação do servidor a referência imediatamente superior àquela a que pertence, no mesmo cargo da carreira, desde que comprovado, mediante avaliação prévia, o cumprimento dos requisitos.

Art. 47. Os critérios de avaliação do servidor para efeito de progressão serão estabelecidos pela lei que instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos.

**SEÇÃO V
DA READAPTAÇÃO**

Art. 48. Readaptação é a investidura do servidor estável em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

Art. 49. A readaptação observará os seguintes procedimentos:

I – A readaptação far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional exigida para o cargo.

II - No caso de readaptação de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado, o servidor terá direito a integralidade de sua remuneração do cargo anterior.

III – A readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica pela Junta Médica Oficial do município.

IV – A inspeção médica oficial atestará a incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, e indicará as habilidades que o mesmo poderá exercer sem prejuízo de sua saúde, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental;

V – O departamento de pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo à decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo forem possíveis, respeitada as disposições aplicáveis;

VI – Uma vez comprovada pela inspeção médica oficial a incapacidade definitiva do servidor para o serviço público municipal, será ele aposentado, observados os termos da legislação específica.

§ 1º O servidor julgado incapaz para o serviço público será aposentado pelo órgão gestor da previdência social, na forma da legislação do Fundo Municipal de Previdência.

§ 2º O servidor será colocado em disponibilidade quando não houver cargo vago, observados o art. 56 e seguintes, devendo ser aproveitado tão logo haja vacância de cargo compatível com a sua capacidade.

§ 3º Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução dos vencimentos do servidor.

Art. 50. A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Parágrafo único - Quando a readaptação exigir aprimoramento da qualificação profissional para o cargo readaptado, esta será de responsabilidade e ônus do Município.

**SEÇÃO VI
DA REVERSÃO**

Art. 51. Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado:

I - por invalidez, quando junta médica oficial ou ato judicial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que concomitantemente:

a) tenha solicitado a reversão;

b) a aposentadoria tenha sido voluntária;

c) estável quando na atividade;

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos 05 (cinco) anos anteriores à solicitação;

e) haja cargo vago.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º Ao servidor aposentado pelo Regime Próprio de Previdência Social ou pelo Regime Geral da Previdência Social aplicam-se as regras da Legislação Federal vigente.

Art. 52. O servidor que reverter à atividade terá o prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de reversão, para assumir o exercício do cargo, sob pena de cassação de sua aposentadoria.

Art. 53. Para que a reversão possa efetivar-se é necessário que o aposentado não tenha completado 70 (setenta) anos de idade.

**SEÇÃO VII
DA REINTEGRAÇÃO**

Art. 54. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento das vantagens do período em que o servidor efetivamente esteve afastado do exercício, com reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo.

§ 1º. O servidor reintegrado será submetido à inspeção médica, verificada a sua incapacidade será aposentado no cargo em que houver sido reintegrado.

§ 2º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor será reintegrado em outro de atribuições análogas e de igual vencimento ou ficará em disponibilidade, observado o disposto no art. 56 e seguintes.

§ 3º. Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada.

**SEÇÃO VIII
DA RECONDUÇÃO**

Art. 55. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em casos de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único - Encontrando-se provido o cargo anterior, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis, respeitada a habilitação legal exigida, ou colocado em disponibilidade, observado o disposto no art. 56 e seguintes.

**CAPÍTULO II
DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO**

Art. 56. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com direito a vencimentos do cargo, proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo único – A declaração de desnecessidade do cargo será

feita por ato do chefe do Poder Executivo ou Legislativo, devidamente fundamentada.

Art. 57. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á, mediante aproveitamento obrigatório, em caso de vacância de cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

§ 1º O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer em órgão ou entidade da Administração municipal.

§ 2º No aproveitamento, terá preferência o servidor que estiver há mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.

§ 3º É vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado.

§ 4º No caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado, o servidor terá direito à diferença.

§ 5º O servidor em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer.

Art. 58. O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, mediante inspeção médica.

§ 1º Se julgado apto, mediante inspeção médica, o servidor assumirá o exercício do cargo em até 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificando-se a redução da capacidade física ou mental do servidor que inviabilize o exercício das atribuições antes desempenhadas, observar-se-á o disposto no art. 48.

§ 3º Constatada, através de inspeção médica, a incapacidade definitiva para o exercício de qualquer atividade no serviço público, o servidor em disponibilidade será aposentado pelo órgão gestor de previdência social, na forma da legislação previdenciária.

Art. 59. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido no § 1º do art. 48, salvo em caso de doença comprovada em inspeção médica.

CAPÍTULO III DA LOTAÇÃO

Art. 60. O Município fará a lotação de seus servidores junto ao órgão central de Administração do Município, podendo o mesmo ser designado para o exercício de suas atividades junto a qualquer órgão, secretaria, departamento ou entidade do Município, bastando para tanto ato administrativo.

§ 1º A alteração de lotação somente poderá ser realizada em face do interesse público justificado no ato administrativo próprio, respeitadas as demais disposições relativas à movimentação do servidor neste Estatuto.

§ 2º Ressalvado o interesse Público, fica assegurado à atual lotação para os servidores do quadro permanente em seus locais, por ocasião da publicação desta Lei.

CAPÍTULO IV DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Movimentação é a mudança do local de trabalho do servidor sem alteração da sua situação funcional, nos termos e condições definidas em regulamento, obedecidas as seguintes definições:

I - lotação: unidade administrativa a qual o servidor está designado para exercer as atribuições do cargo que ocupa.

II - localização: setor ou órgão, pertencente à Unidade Administrativa, no qual o servidor encontra-se desenvolvendo as atribuições

do cargo que ocupa.

III - remoção: deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma unidade administrativa para outra, com ou sem alteração de domicílio, por ato da autoridade competente;

IV - cedência: ato pelo qual o servidor é colocado temporariamente à disposição de outro Ente público, inclusive de outro Poder, Município, Estado, Distrito Federal, União, bem como de suas Autarquias ou Empresas Públicas.

§ 1º Em qualquer caso, a movimentação somente poderá ser feita respeitada a dotação de pessoal de cada unidade administrativa.

§ 2º No caso de cedência de servidor municipal, o ônus decorrente das despesas de deslocamento e da remuneração do servidor, a critério do Chefe do Poder Executivo ou do Poder Legislativo Municipal, será do órgão ou entidade cessionário ou cedente.

Art. 62. É vedada a remoção de ofício de servidor:

I - regularmente matriculado em curso de formação, aperfeiçoamento, especialização profissional que guarde correspondência com as atribuições do cargo ocupado na respectiva carreira;

II - a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até 1 (um) ano após o final do mandato;

III - no período de gestação e até 6 (seis) meses após o parto.

Parágrafo único - A remoção de ofício do servidor que se encontrar na situação prevista neste artigo, poderá ocorrer se encerradas as atividades do órgão público no local.

Art. 63. O servidor movimentado deverá assumir, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o exercício na unidade para qual foi deslocado, salvo quando em férias, ou afastamentos legais, hipóteses em que o prazo correrá a partir do primeiro dia útil após o término do impedimento.

SEÇÃO II DA REMOÇÃO

Art. 64. Remoção é o ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outro órgão ou entidade da Administração municipal, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

§ 1º Dar-se-á a remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - por permuta;

III - a pedido do servidor.

§ 2º A remoção de ofício ocorrerá para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades do serviço, inclusive nos casos de reorganização da estrutura interna da Administração municipal.

§ 3º A remoção por permuta de servidores será precedida de requerimento de ambos os interessados e observará a compatibilidade dos cargos, a carga horária, a área de atuação e a conveniência da Administração.

§ 4º A remoção a pedido fica condicionada à existência de vagas e à conveniência da Administração.

§ 5º O servidor removido durante as férias não a interromperá.

SEÇÃO III DA REDISTRIBUIÇÃO

Art. 65. Redistribuição é o deslocamento de servidor efetivo, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade da Administração municipal, no âmbito do mesmo Poder.

§ 1º A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades do serviço, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade da Administração municipal.

§ 2º A redistribuição dar-se-á mediante decreto ou portaria.

§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos serão colocados em disponibilidade, observado o disposto no artigo 56 e seguintes.

SEÇÃO IV DA CESSÃO

Art. 66. É direito do servidor ser cedido para ter exercício em outro órgão municipal, no âmbito de quadro de pessoal diverso, para órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outro Município, nas seguintes hipóteses:

I – para exercício de cargo em comissão ou função gratificada;

II – em casos previstos em leis específicas;

§ 1º A cessão será formalizada em termo específico firmado pelas autoridades competentes dos órgãos ou entidades cedentes e cessionários.

§ 2º Será publicada mediante portaria em órgão oficial de imprensa.

§ 3º O ônus da remuneração e encargos deverá ser do órgão ou entidade cessionário.

§ 4º A cessão será deferida pelo prazo da solicitação, podendo ser prorrogado ou mesmo indeterminado.

CAPÍTULO V DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 67. Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou investidos em função gratificada terão substitutos indicados por ato normativo ou previamente designados pela autoridade competente.

Art. 68. Os servidores efetivos serão substituídos, preferencialmente, por outro servidor do quadro efetivo, desde que as atribuições dos cargos sejam equivalentes ou semelhantes.

Parágrafo único - Durante a substituição o servidor substituto poderá optar pelos vencimentos do cargo efetivo de origem ou do cargo exercido em substituição, neste último caso, pago na proporção dos dias de efetiva substituição.

Art. 69. O servidor substituto fará jus à retribuição pelo exercício de cargo comissionado ou de função de confiança, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, salvo se optar pelos vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 70. A substituição, quando possível, dar-se-á de forma automática, nos afastamentos ou impedimentos regulares do titular.

CAPÍTULO VI DA VACÂNCIA

Art. 71. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - aposentadoria;

V - posse em outro cargo inacumulável;

VI - falecimento.

Art. 72. A vacância ocorrerá na data:

I - do falecimento do ocupante do cargo;

II - imediata àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;

III - da publicação do ato que aposentar, exonerar ou demitir;

IV - da posse em outro cargo de acumulação proibida.

Art. 73. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º A exoneração de ofício ocorrerá:

I - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório, assegurada ampla defesa;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

§ 2º A exoneração do cargo em comissão dar-se-á a juízo da autoridade competente ou a pedido do servidor.

§ 3º O ocupante de cargo em comissão poderá ser exonerado no curso do gozo de férias ou licença, garantindo-lhe a remuneração correspondente até o término das férias ou licença.

Art. 74. A demissão de servidor efetivo será precedida de processo administrativo, assegurando-se ao servidor a ampla defesa e o contraditório, na forma regulada por esta Lei.

Art. 75. São competentes para exonerar e demitir, as autoridades indicadas no art. 23, § 7º desta Lei.

CAPÍTULO VII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 76. O início, a interrupção, e o reinício do exercício de cargo ou função serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único - O início do exercício e as alterações que nele ocorrerem, serão comunicados ao órgão competente da Administração pelo titular da unidade administrativa em que estiver lotado o servidor.

Art. 77. O servidor entrará em exercício no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data:

I - da posse, no caso de nomeação;

II - de publicação oficial do ato, nos demais casos.

Parágrafo único - Será exonerado de ofício o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto neste artigo.

Art. 78. O aproveitamento e a readaptação não interrompem o exercício, que será contado no novo cargo a partir da validade do ato.

Art. 79. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo único - O tempo de serviço será comprovado através do registro de frequência, da folha de pagamento ou de certidões.

Art. 80. Além das ausências ao serviço previstas no art. 179, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, distrital ou municipal;

III - desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, a ocorrer nos moldes do art. 38 da Constituição da República, exceto para fins de promoção;

IV - licenças:

a) para tratamento de saúde;

b) à gestante, à lactante, à adotante e à paternidade;

c) por acidente em serviço ou por doença profissional;

d) para o serviço militar;

e) para concorrer a cargo eletivo;

f) para exercício de mandato classista;

g) licença-prêmio.

V – missão a trabalho ou estudo fora do Município, desde que autorizado pela autoridade competente;

VI - afastamento preventivo por processo disciplinar se o servidor nele for declarado inocente, ou se a punição limitar-se à pena de advertência;

VII – prisão se houver sido reconhecida a sua ilegalidade ou a im procedência da imputação que lhe deu causa;

VIII – para participação de júri e outros serviços obrigatórios por lei;

IX – participação em cursos, congressos, seminários e competições esportivas, devidamente autorizados pelo chefe imediato.

Art. 81. Contar-se-á para efeito de disponibilidade:

I – o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados, ao

Distrito Federal e aos Municípios;

II – a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor;

III – o período em que estiver cedido para outro órgão, Poder ou ente da Federação.

IV – o tempo de serviço em atividade privada, vinculada ao regime geral de previdência social e não concomitante ao serviço público municipal;

Art. 82. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgãos ou entidades dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 83. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

I – tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, inclusive autárquico e fundacional;

II – o período ativo nas forças armadas;

III – o tempo em que o servidor estiver em disponibilidade;

IV – o tempo de serviço em atividade privada vinculada a previdência social;

V – o período de exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

§ 1º O tempo de serviço não prestado ao município, somente será computado à vista de certidão passada pelo órgão competente, ou após conclusão de processo administrativo instaurado para tanto.

Art. 84. É vedada a soma de tempo do serviço simultaneamente prestado em cargos, empregos e funções dos Poderes e Órgãos da administração indireta, da União, dos Estados, dos Municípios e Distrito Federal.

Art. 85. Não se contará, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determine exoneração.

Art. 86. Todo o tempo de serviço prestado ao Município, será integralmente considerado para os efeitos desta Lei Complementar.

TÍTULO III

DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 87. A jornada normal de trabalho dos servidores Municipais será fixada por decreto, a qualquer tempo, tendo em vista as atribuições pertinentes aos respectivos cargos, não podendo ultrapassar 40 (quarenta) horas semanais, nem 08 (oito) horas diárias, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante lei.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo não se aplica:

I - à jornada de trabalho fixada em regime de turno, quando necessária para assegurar o funcionamento dos serviços públicos ininterruptos, respeitado o limite semanal;

II - ao servidor ocupante de cargo em comissão, submetido ao regime de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado a critério da Administração;

Art. 88. A frequência do servidor será apurada através de registro de ponto.

§ 1º Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, as entradas e saídas do servidor.

§ 2º Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

Art. 89. É vedado dispensar o servidor do registro de ponto e abonar faltas ao serviço, salvo motivo de saúde devidamente justificado e

as concessões previstas no art. 179.

Parágrafo único - Os servidores comissionados trabalham em regime de dedicação integral e não serão submetidos ao registro de ponto.

Art. 90. O servidor terá direito a repouso semanal remunerado, aos domingos, bem como nos dias de feriado civil e religioso, exceto no caso do inciso I do parágrafo único do art. 85.

Parágrafo único - A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho para cada semana trabalhada.

Art. 91. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 06 (seis) horas, conceder-se-á um intervalo, de 01 (uma) a 02 (duas) horas, para repouso ou alimentação.

Art. 92. Entre 02 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Art. 93. O trabalho desenvolvido excepcionalmente aos sábados e domingos será compensado com o correspondente descanso em dias úteis da semana ou com pagamento de horas extras, garantindo-se, pelo menos, o descanso em um domingo ao mês.

Art. 94. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço na forma do art. 179.

Art. 95. O período de serviço extraordinário não está compreendido nos limites previstos no art. 83, devendo ser remunerado com o adicional previsto no art. 110.

§ 1º Somente será permitido o serviço extraordinário quando autorizado e requisitado justificadamente pela chefia imediata, para atender a situações excepcionais e temporárias, não podendo exceder o limite máximo de 02 (duas) horas diárias.

§ 2º O período de serviço extraordinário poderá exceder o limite máximo previsto no § 1º deste artigo, para atender à realização de serviços inadiáveis, ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto à Administração, desde que haja autorização expressa da autoridade competente.

§ 3º Poderá ser adotado o sistema de compensação de horários, desde que atendida à conveniência da Administração e a necessidade de serviço.

§ 4º A compensação a que se refere o § 3º deste artigo será em dobro, em se tratando de serviço extraordinário executado aos domingos e feriados.

CAPÍTULO II

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 96. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, vedado a sua vinculação ou equiparação.

Art. 97. Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Art. 98. O vencimento do ocupante de cargo público, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, é irredutível, observado o disposto no art. 37, XV da Constituição da República.

Art. 99. Perderá o vencimento do cargo efetivo o servidor:

I – quando no exercício de cargo em comissão;

II – quando no exercício de mandato eletivo ressalvado o de vereador, havendo compatibilidade de horários;

III – quando designado para servir em qualquer órgão da união, do estado, do município e de suas autarquias, entidades de economia mista, empresa pública ou fundações, ressalvadas as situações expressas em lei.

Parágrafo único – No caso mencionado no inciso I deste artigo, o

servidor poderá optar pela remuneração do cargo de que for titular.

Art. 100. Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, valor superior ao subsídio do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, XI da Constituição da República.

§ 1º A remuneração devida ao servidor não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional.

§ 2º Ao servidor que tiver remuneração mensal devida inferior ao salário mínimo nacional, fica o Poder Executivo autorizado a complementar através de abono salarial a sua remuneração mensal até que se chegue ao valor do salário mínimo nacional em vigor.

§ 3º Excluem-se do disposto neste artigo, o adicional por tempo de serviço, diárias, ajuda de custo e acumulações de cargos previstos em lei.

Art. 101. É assegurada as revisões gerais anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais sempre no mesmo mês e sem distinção de índices, nos termos do art. 37, X da Constituição da República.

Art. 102. Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou os proventos, salvo por imposição legal ou ordem judicial.

§ 1º Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto de sua remuneração em favor de entidade sindical, excetuada a contribuição obrigatória prevista em Lei, e a contribuição assistencial ou confederativa, prevista no Art. 8º, Item IV da Constituição da República.

§ 2º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com entidades financeiras e com a entidade sindical representativa dos Servidores Públicos Municipais, para proceder a consignação referida no parágrafo anterior.

§ 4º O servidor poderá autorizar a consignação em folha de pagamento, em favor de terceiros, na forma definida em decreto, sendo fixado o limite de até 30% (trinta por cento) da remuneração ou proventos para empréstimos.

Art. 103. As reposições e indenizações ao erário deverão ser descontadas em parcelas mensais não excedentes a 20% (vinte por cento) da remuneração ou dos proventos do servidor, em valores atualizados, informado o servidor sobre o procedimento e desde que observado o devido processo administrativo.

§ 1º Quando constatado pagamento indevido por erro no processamento da folha ou por má-fé do servidor, a reposição ao erário será feita em uma única parcela no mês subsequente, observado o devido processo administrativo.

§ 2º Será inscrito em dívida ativa, para cobrança judicial, o débito que não tenha sido quitado no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 104. O recebimento de quantias indevidas poderá ensejar processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis, nos moldes desta Lei e legislação federal aplicável.

Art. 105. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo por motivo legal ou por moléstia devidamente comprovada nos termos desta Lei;

II – um 1/3 (terço) da remuneração diária em razão de atrasos, superiores a 15 minutos no dia, ausências e saídas antecipadas, exceto nos casos de compensação de horários ou quando devidamente autorizados ou justificados pela autoridade competente;

III - um 2/5 (dois quintos) da remuneração, quando afastado por motivo de prisão em flagrante ou preventiva enquanto perdurar a prisão, fazendo jus ao que deixou de perceber se absolvido por sentença definitiva;

IV - a remuneração total durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo;

§ 1º Não serão descontadas da remuneração do servidor as faltas ao serviço permitidas por lei.

§ 2º Nos casos de faltas sucessivas, será computado, para efeito do desconto, o domingo posterior.

Art. 106. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto no caso de decisão judicial.

CAPÍTULO III DAS VANTAGENS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 107. Por vantagem compreende-se todo estipêndio diverso do vencimento recebido pelo servidor e que represente efetivo proveito econômico.

Art. 108. São vantagens a serem pagas aos servidores:

I – gratificações;

II - adicionais;

III – indenizações; e

IV – auxílios pecuniários.

Art. 109. As vantagens de que trata este Capítulo não se incorporarão aos vencimentos dos servidores.

Art. 110. As vantagens previstas nesta Seção não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de acréscimos pecuniários ulteriores.

Parágrafo único – Em caso de aposentadoria, computar-se-á o acréscimo pecuniário a maior.

SEÇÃO II DAS GRATIFICAÇÕES E DOS ADICIONAIS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 111. Serão deferidas ao servidor, nas condições previstas legalmente, as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação de função;

II - adicional por serviço extraordinário;

III - adicional de férias;

IV - adicional pelo exercício de atividade penosa ou perigosa;

V – adicional pelo exercício de atividade insalubre;

VI - adicional noturno;

VII - gratificação por produtividade de desempenho fiscal;

VIII - o salário família, definido em Lei;

IX – décimo terceiro salário;

Parágrafo único - Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão somente farão jus à vantagem prevista nos incisos I, III e IX.

SUBSEÇÃO II DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 112. Ao servidor investido em função gratificada, exercida exclusivamente por servidor ocupante de cargo efetivo, para o desempenho das atribuições de direção, chefia e assessoramento para as quais não se tenha criado cargo em comissão, será devida uma gratificação, fixado na forma do plano de cargos, carreiras e vencimentos.

Parágrafo único - A vantagem paga pelo exercício de função gratificada não será incorporada em nenhuma hipótese ao vencimento

do cargo efetivo, após a destituição da função.

Art. 113. A vantagem continuará a ser devida durante as férias, afastamentos e concessões legais.

SUBSEÇÃO III DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art. 114. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, de segunda a sexta, e de 100% (cem por cento) quando executado aos sábados, domingos e feriados, exceto nos casos em que a escala de trabalho seja exigência do cargo que o servidor ocupa ou em que haja legislação específica.

§ 1º O cálculo da hora será efetuado sobre o vencimento-base do servidor.

§ 2º O serviço extraordinário realizado no horário previsto no art. 128 será acrescido do percentual relativo ao serviço noturno, em função de cada hora extra.

Art. 115. Havendo a compensação de horários prevista no art. 91, §§ 3º e 4º, não será concedida a gratificação de que trata esta Subseção.

Art. 116. O ocupante de cargo em comissão e exercente de função efetiva não faz jus à gratificação por serviço extraordinário.

Art. 117. É vedado conceder o adicional pela prestação de serviços extraordinários acima de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento-base do servidor, salvo quanto aos serviços realizados aos domingos e feriados.

Parágrafo único - O adicional por serviço extraordinário não será incorporado ao vencimento e será regulamentado mediante decreto.

Art. 118. A duração do trabalho dos servidores poderá, excepcionalmente, ser acrescida de horas extraordinárias, não se admitindo recusa do servidor em prestá-las, até o limite de duas horas diárias. Parágrafo único - O limite a que se refere este artigo poderá ser ampliado, havendo concordância expressa do servidor designado para a realização do serviço extraordinário.

Art. 119. Considerar-se-ão automaticamente autorizadas as horas extraordinárias ocorridas em virtude de acidente com o equipamento de trabalho, incêndio, inundação, missões oficiais sem tempo certo de duração e outros motivos de casos fortuitos, de força maior ou situação de emergência.

Art. 120. Não será submetido ao regime de serviço extraordinário: I - o servidor em gozo de férias ou licenciado; II - o ocupante de cargo beneficiado por horário especial em virtude do exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; III - em regime de turno ininterrupto

SUBSEÇÃO IV DO ADICIONAL DE FÉRIAS

Art. 121. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da média da remuneração percebida ao longo do período aquisitivo.

Parágrafo único - Será permitida a conversão do adicional de férias em pecúnia, mediante autorização do chefe do poder executivo, vedada qualquer outra hipótese conversão em pecúnia, sendo que neste caso, o servidor deverá utilizar 1/3 (um terço) de férias em gozo e o restante indenizado.

Art. 122. O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional de férias calculado sobre a remuneração do cargo cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo das férias.

Parágrafo único - O adicional de férias será devido em função de cada cargo exercido pelo servidor.

SUBSEÇÃO V DO ADICIONAL PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INSALUBRE, PERIGOSA OU PENOSA

Art. 123. O adicional de Insalubridade será pago aos servidores de acordo com os graus mínimo, médio e máximo, estabelecidos no laudo técnico pericial expedido por dois profissionais habilitados perante o Ministério do Trabalho e Emprego, empresa especializada, ou junta médica oficial do município, sendo os valores de acordo com os seguintes graus:

a) em nível mínimo: 20% (vinte por cento) do menor piso salarial municipal;

b) em nível médio: 30% (trinta por cento) do menor piso salarial municipal;

c) em nível máximo: 40% (quarenta por cento) do menor piso salarial municipal;

Parágrafo único - O laudo será renovado anualmente e determinará os locais, condições e atividades que farão jus aos adicionais de insalubridade.

Art. 124. Os servidores que trabalham em locais ou condições perigosas ou penosas farão jus, a um adicional remuneratório correspondente a 30% (trinta por cento) incidente sobre o vencimento básico do seu cargo.

§ 1º O adicional será concedido ao servidor à vista de laudo pericial emitido por médico ou engenheiro do trabalho, devidamente registrados no Ministério do Trabalho, elaborado por solicitação dos titulares das Secretarias Municipais ou órgãos equivalentes, a que estiverem lotados os servidores.

§ 2º Excepcionalmente em virtude do excesso de serviço ou da carência de profissionais habilitados para execução do laudo mencionado no parágrafo anterior, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante justificativa circunstanciada, celebrar convênio, contrato ou solicitar aos órgãos federais e estaduais competentes a realização e confecção do laudo ou credenciar médicos ou engenheiro do trabalho, devidamente registrados no Ministério do Trabalho.

Art. 125. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia elétrica em condições de risco acentuado, na forma prevista em regulamento.

Art. 126. Todo servidor exposto a condições de insalubridade, periculosidade ou penosidade deve ser submetido a exames médicos anuais e específicos.

Art. 127. Não poderá ser acumulado os adicionais, devendo o servidor optar por apenas um deles.

Art. 128. O direito ao adicional de insalubridade, periculosidade ou penosidade cessa com a eliminação das condições ou riscos que deram causa à sua concessão.

Art. 129. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos, ficando o Município obrigado a fornecer gratuitamente a esses servidores os equipamentos próprios exigidos pelas disposições legais específicas relativas à higiene e segurança do trabalho. Parágrafo único - Os equipamentos de que trata este artigo serão de uso obrigatório pelos servidores em referência, sob pena de suspensão, na forma do art. 203.

Art. 130. Os locais de trabalho e os servidores que operam com raio X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não

ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Art. 131. É vedado o trabalho da servidora gestante, ou lactante em atividades ou operações consideradas insalubres, perigosas e penosas, podendo ser readaptada, mediante recomendação médica, em novas funções, na forma prevista no art. 48 e art. 49.

SUBSEÇÃO VI DO ADICIONAL NOTURNO

Art. 132. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia a 05 (cinco) horas do dia seguinte terá o valor/hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52'(cinquenta e dois minutos).
§ 1º. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho, acrescido do percentual relativo à hora extraordinária.

§ 2º. Nos casos em que a jornada de trabalho diária compreender um horário entre os períodos diurno e noturno, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

SUBSEÇÃO VII DO ABONO POR PRODUTIVIDADE DE DESEMPENHO FISCAL

Art. 133. Por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, poderá ser concedido Abono por Produtividade de Desempenho Fiscal aos ocupantes do cargo de provimento efetivo, aprovados em concurso público, ocupante dos cargos de: auditor fiscal, fiscal de tributos, fiscal de obras posturas e meio ambiente, fiscal em vigilância sanitária e o fiscal geral, pelo desempenho de suas atividades específicas, de acordo com lei específica, que determinará os requisitos para a concessão, valor do abono e a forma de apuração do adicional.

SUBSEÇÃO VIII DO SALÁRIO FAMÍLIA

Art. 134. O salário família é devido ao servidor por dependente econômico, sendo observados os limites e valores impostos pela Legislação Federal.

SUBSEÇÃO IX 13º SALÁRIO

Art. 135. O 13º salário será pago, anualmente, a todo servidor municipal, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, independentemente da remuneração a que fizerem jus.

§ 1º O 13º vencimento corresponderá à média da remuneração percebida ao longo do período aquisitivo.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do § 1º deste artigo.

§ 3º O 13º salário poderá ser pago, a critério da administração municipal:

I - em 02 (duas) parcelas, a critério da Administração, sendo a 1ª parcela paga até o dia 20 de novembro e a 2ª parcela não podendo ultrapassar o dia 20 de dezembro, quando deverá estar pago integralmente.

II - em 02 (duas) parcelas, a critério da Administração, sendo a 1ª parcela paga até o dia 20 de junho e a 2ª parcela não podendo ultrapassar o dia 20 de dezembro, quando deverá estar pago integralmente.

III - em parcela única pago até o dia 20 de dezembro, quando deverá estar pago integralmente.

§ 4º O servidor que desejar receber o 13º salário conforme o item III do §3º do caput deste artigo, deverá protocolar até o dia 01 de junho, requerimento solicitando o pagamento em parcela única (até 20 de dezembro).

Art. 136. Caso o servidor deixe o serviço público municipal, o 13º

salário será pago proporcionalmente ao número de meses de efetivo exercício no ano, calculada sobre a remuneração devida até a data do desligamento.

SEÇÃO III DAS INDENIZAÇÕES

Art. 137. Constitui indenização paga ao servidor:

I – as diárias;

II – ajuda de custo;

III – transporte;

Parágrafo único – Os valores das indenizações assim como as condições para a sua concessão serão estabelecidos por lei específica ou regulamento fixado por decreto municipal.

SUBSEÇÃO I DAS DIÁRIAS

Art. 138. O servidor que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, do município, em objeto de serviço, fará jus a passagens e diárias para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

Art. 139. Lei específica tratará sobre a concessão de diária e seu valor.

§ 1º As diárias não sofrerão desconto de qualquer natureza, nem poderão ser computadas para percepção de quaisquer vantagens.

§ 2º O valor das diárias será anualmente atualizado, mediante Decreto Municipal.

§ 3º A concessão de diárias poderá ser regulamentado por ato do poder executivo.

SUBSEÇÃO II DA AJUDA DE CUSTO

Art. 140. Poderá ser concedido ajuda de custo ao servidor incumbido de missão fora do município.

§ 1º A ajuda de custo destina-se a compensação de despesa com viagem e instalação e só poderá ser atribuída nos casos de afastamento superior a 30 (trinta) dias, devidamente autorizado pelo chefe do poder executivo.

§ 2º A ajuda de custo será fixada e regulamentada por ato do chefe do poder executivo que, ao arbitrá-la, levará em conta as despesas de viagem e instalação a realizar, bem como as condições de vida no local da missão.

§ 3º Não se concederá ajuda de custo ao servidor posto a disposição de qualquer entidade.

§ 4º O servidor restituirá a ajuda de custo quando, antes de terminar a incumbência, regressar por sua iniciativa própria, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

§ 5º A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e será proporcional aos dias de serviço não prestados.

§ 6º Ao final da missão em até 5 (cinco) dias úteis, o servidor prestará contas a ajuda de custo disponibilizada, comprovando os dias em que esteve sob a ajuda de custo, sob pena de devolução ao erário público.

SUBSEÇÃO III DO TRANSPORTE

Art. 141. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, quando o município estiver impossibilitado de fornecer condução própria.

Parágrafo único – A indenização de que trata o caput deste artigo, será regulamentada por ato do chefe do poder executivo.

CAPÍTULO IV

DAS FÉRIAS

Art. 142. Todo servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, terá direito, após cada período de 12 (doze) meses de exercício, ao gozo de 1 (um) período de férias remuneradas de 30 (trinta) dias corridos.

§ 1º As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o servidor contar, no período aquisitivo, com mais de 5 (cinco) faltas não justificadas ao trabalho.

§ 2º Somente depois de 12 (doze) meses de exercício, o servidor terá direito a férias, com exceção ao magistério, que deverá obrigatoriamente coincidir com as férias escolares.

§ 3º Durante as férias, o servidor terá direito além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las.

Art. 143. As férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito.

Parágrafo único – A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior, ouvido o chefe imediato do servidor.

Art. 144. Excepcionalmente, a critério da Administração, as férias poderão ser concedidas em 02 (dois) períodos, sendo que nenhum poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Os servidores da mesma família, cônjuges, pais e filhos terão direito a gozar férias no mesmo período, desde que não resulte prejuízo para a Administração.

Art. 145. É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço, não podendo a acumulação, neste caso, abranger mais de dois períodos.

Art. 146. Em caso de acumulação de cargos ou funções, o servidor gozará férias, obrigatória e simultaneamente, nas suas distintas situações funcionais.

Art. 147. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para o júri, serviço militar ou eleitoral ou por imperiosa necessidade de serviço.

Art. 148. Durante as férias, o servidor terá direito, além do vencimento base do cargo correspondente, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las, acrescido do adicional de férias previsto no art. 117.

Art. 149. As férias dos servidores do magistério serão reguladas por normas específicas.

Art. 150. O servidor público que opere direta e permanentemente aparelhos de Raio X ou com substâncias radioativas gozará obrigatoriamente 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Art. 151. O servidor, ao entrar em período de férias, comunicará ao chefe imediato o seu endereço eventual.

**SEÇÃO I
DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS**

Art. 152. Poderão ser concedidos ao servidor, por decreto municipal, os seguintes auxílios pecuniários:

I – auxílio creche;

III – auxílio alimentação;

**SUBSEÇÃO I
DO AUXÍLIO CRECHE**

Art. 153. O servidor efetivo em atividade, que possuir filhos de até 7 (sete) anos de idade, terá preferência em vagas de creches mantidas ou conveniadas pelo município de Maracajá.

**SUBSEÇÃO II
DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

Art. 154. Aos servidores ativos do Município de Maracajá, poderá ser concedido auxílio alimentação, por cargo, proporcional à carga horária, em valor a ser fixado anualmente por Decreto.

§ 1º Quando não for concedido o auxílio previsto no caput deste artigo, e o servidor necessitar receber marmita fora de sua lotação, em razão da participação em frentes de trabalho determinadas pelo Município, bem como aos membros das respectivas equipes de apoio, mesmo que estes estejam momentaneamente na sede da respectiva unidade da Administração em que estejam lotados, fica autorizado o fornecimento de uma marmita por dia de trabalho.

I - Na ocorrência do citado neste parágrafo primeiro, deverá o órgão realizar rigoroso controle do fornecimento de marmita.

II - Para o controle do fornecimento de marmita, além de outros meios, deverá ser confeccionado, por dia efetivo de trabalho, relatório que contenha:

a) qual a obra ou serviço;

b) local de trabalho;

c) dia do trabalho;

d) lista nominal dos servidores envolvidos/beneficiados;

e) lotação do servidor;

f) quantidade de marmita;

g) assinatura do responsável pelo departamento/setor; e

h) assinatura do Secretário da referida pasta a que estiver subordinado o servidor favorecido.

III - O referido relatório deverá ser parte integrante e permanecer anexo à liquidação da despesa.

IV - Havendo ausência de relatório, por ocasião da liquidação da despesa, será responsabilizado o servidor, responsável pela falta, com o ressarcimento aos cofres públicos dos valores respectivos, além de outras penalidades administrativas e legais cabíveis.

Art. 155. O servidor perceberá o auxílio alimentação relativo aos dias trabalhados.

**CAPÍTULO V
DAS LICENÇAS****SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 156. Conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante, à lactante, à adotante e à paternidade;

III – por acidente em serviço ou por doença profissional;

IV – por motivo de doença em pessoa da família;

V – para o serviço militar;

VI – para concorrer a cargo eletivo;

VII – para trato de assuntos particulares.

§ 1º O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 12 (doze meses) meses, salvo no caso dos incisos I, III, V, VII.

§ 2º No caso do inciso VII a licença será sem remuneração.

§ 3º Fica vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I, II, III, IV deste artigo, sob pena de devolução do que foi percebido indevidamente em prejuízo aos cofres públicos.

§ 4º Ao servidor que se encontre no período de estágio probatório, só poderão ser concedidas as licenças previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo.

§ 5º Ao ocupante exclusivamente de cargo em comissão será concedida apenas as licenças previstas nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 6º O servidor ocupante de cargo em comissão e titular de cargo efetivo será exonerado do cargo comissionado e licenciado do cargo efetivo, sempre que a licença ultrapassar 15 (quinze) dias, salvo na hipótese do inciso II deste artigo.

§ 7º O servidor efetivo, investido em função gratificada, será dela destituído no momento em que se licenciar do cargo efetivo, sempre que a licença ultrapassar 15 (quinze) dias.

§ 8º Findo o período de licença, deverá o servidor retornar ao seu cargo no primeiro dia útil subsequente, sob pena de falta ao serviço neste e nos demais dias em que não comparecer, salvo justificativa prevista nesta Lei.

§ 9º As licenças previstas nos incisos I, II, III e IV deste artigo, deve sempre ser precedida de inspeção médica, que será realizada, sempre pela junta médica oficial do município de Maracajá.

Art. 157. Nas licenças dependentes de inspeção médica, expirado o prazo legal da concessão, o servidor será submetido à nova inspeção, que concluirá pela sua volta ao serviço, pela readaptação, ou pela aposentadoria por invalidez.

Art. 158. As licenças previstas nos incisos I, II e III do art. 148 serão autorizadas por inspeção médica, e pelo prazo indicado nos respectivos laudos ou atestados.

§ 1º Será facultado à autoridade municipal competente, em caso de dúvida, exigir nova inspeção médica, podendo inclusive, neste caso, designar junta médica.

§ 2º No caso de o laudo ou atestado não ser aprovado, o servidor será obrigado a reassumir imediatamente o exercício do cargo, a partir de sua ciência do despacho denegatório, sob pena de serem consideradas faltas ao serviço os dias de ausência do servidor.

§ 3º Na hipótese de ocorrer a falsa afirmativa por parte do médico atestante, o servidor e o médico serão submetidos a processo administrativo disciplinar, que apurará e definirá responsabilidades, e, caso o médico atestante não esteja vinculado ao Município, para fins disciplinares, o fato será comunicado ao Ministério Público e ao Conselho Regional de Medicina competente.

§ 4º Em casos excepcionais, serão aceitos laudos ou atestados de órgão médico de outra entidade pública ou ainda de origem particular, com firma reconhecida, sempre a critério da autoridade competente.

§ 5º No processamento das licenças dependentes de inspeção médica, será observado o devido sigilo sobre os respectivos laudos ou atestados.

Art. 159. Terminada a licença ou considerado apto, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência ao serviço, ressalvados os casos de prorrogação previstos neste Capítulo.

Parágrafo único – Se da inspeção médica ficar constatada simulação do servidor, as ausências serão havidas como faltas ao serviço e o fato será comunicado à Secretaria Municipal de Administração, para as providências disciplinares cabíveis.

Art. 160. A licença poderá ser prorrogada ex officio ou a pedido.
Parágrafo único – O pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença, sendo que ocorrendo o indeferimento, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a da publicação ou ciência do despacho pelo interessado.

Art. 161. O servidor licenciado comunicará ao chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

Art. 162. É vedada a negociação das licenças previstas neste Capítulo, inclusive quanto aos seus prazos, que são ininterruptos, não podendo qualquer licença, sob nenhuma hipótese, ser convertida em abono pecuniário.

SEÇÃO II DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 163. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Parágrafo único – O servidor gozará de licença para tratamento de saúde remunerada pelo Município até o 15º (décimo quinto) dia de afastamento, a partir do qual deverá requerer o auxílio-doença perante o órgão gestor do respectivo regime de previdência social, na forma da legislação previdenciária.

Art. 164. A concessão da licença para tratamento de saúde deve ser precedida de inspeção médica, que será realizada, sempre pela junta médica oficial do município de Maracajá.

Art. 165. O servidor não reassumirá o exercício do cargo sem nova inspeção médica, quando a licença concedida assim o tiver exigido; realizada essa nova inspeção, o respectivo laudo ou atestado médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela readaptação do servidor ou pela sua aposentadoria.

Art. 166. O servidor que se recusar à inspeção médica ficará impedido do exercício do seu cargo, até que se realize a inspeção.

Parágrafo único – Os dias em que o servidor, por força do disposto neste artigo, ficar impedido do exercício do cargo serão tidos como faltas ao serviço.

Art. 167. No curso da licença poderá o servidor requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

SEÇÃO III DA LICENÇA À GESTANTE, À LACTANTE, À ADOTANTE E À PATERNIDADE

Art. 168. Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do parto, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º A licença poderá ser concedida a partir do 8º (oitavo) mês de gestação, mediante recomendação médica.

§ 2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento a servidora, caso seja julgada apta por inspeção médica, reassumirá o exercício do cargo.

§ 4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado, findo o prazo, reassumirá o exercício do cargo, salvo se não for julgada apta por inspeção médica.

§ 5º É assegurado à servidora gestante, durante o período de gravidez, e exclusivamente por recomendação médica, o desempenho de funções compatíveis com a sua capacidade laborativa, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 169. A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança com até 30 (trinta) dias de nascimento terá direito a licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º A partir do 30º (trigésimo) dia de nascimento, a licença será concedida na seguinte proporção:

I – Do 31º (trigésimo primeiro) dia do nascimento até a idade de 01 (um) ano: 90 (noventa) dias de licença;

II – Acima de 1 (um) ano de nascimento até o limite máximo de 12 (doze) anos – 60 (sessenta) dias de licença.

§ 2º O prazo de que trata este artigo será de 08 (oito) dias, independentemente da idade da criança, se o servidor adotante for do sexo masculino.

§ 3º Se o adotante for o casal de servidores a licença será concedida à mulher.

§ 4º A licença-maternidade só será concedida mediante

apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Art. 170. A licença paternidade será concedida ao servidor pelo parto de sua esposa ou companheira, para fins de dar-lhe assistência, durante o período de 08 (oito) dias consecutivos a partir do nascimento do filho.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO OU DOENÇA PROFISSIONAL

Art. 171. O servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional fará jus à licença, sem prejuízo da remuneração.

Art. 172. Configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e relacionado mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo.

§1º Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II – sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

III – sofrido durante o percurso do trabalho para o local de refeição.

§ 2º O disposto nos incisos II e III não será aplicado, caso o servidor, por interesse pessoal, tenha interrompido ou alterado o percurso.

Art. 173. A prova do acidente será feita em processo regular, devidamente instruído, inclusive acompanhado de declaração das testemunhas do evento, cabendo à inspeção médica descrever o estado geral do acidentado, mencionando as lesões produzidas, bem como as possíveis consequências que poderão advir ao acidentado. Parágrafo único – Cabe ao chefe imediato do servidor adotar as providências necessárias para o início do processo regular de que trata este artigo, no prazo de 08 (oito) dias, contados do evento.

Art. 174. Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele verificados, devendo o laudo médico caracterizá-la detalhada e rigorosamente, estabelecendo o nexo de causalidade com as atribuições do cargo.

Art. 175. A licença poderá ser prorrogada, desde que mediante atestado médico.

SEÇÃO V

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 176. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa de sua família, cujo nome conste em seu assentamento individual, mediante comprovação médica.

§ 1º Por pessoa da família entende-se o cônjuge, companheiro ou companheira e descendente até o 1º grau em linha reta.

§ 2º A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, verificado por meio de parecer social.

§ 3º Não se considera assistência pessoal ao doente a representação, pelo servidor, dos seus interesses econômicos ou comerciais.

§ 4º A licença prevista nesta Seção será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante parecer da Junta Médica, e, excedendo estes prazos, a licença será sem remuneração, até a volta do servidor a suas funções.

Art. 177. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença de seu ascendente por prazo de até 180 dias, sem remuneração, devendo ser apresentado atestado de comprovação médica.

Art. 178. O município poderá solicitar avaliação médica

complementar por junta médica oficial, ou demais documentos, para comprovar as exigências para a concessão da licença desta seção.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Art. 179. Ao servidor convocado para o serviço militar obrigatório ou para outros encargos de segurança nacional será concedida licença, à vista de documento oficial que comprove a convocação, assegurado o direito de opção pela remuneração do cargo.

§ 1º Ao servidor desincorporado será concedido prazo não excedente a 5 (cinco) dias para assumir o exercício do cargo, findo o qual os dias de ausência serão considerados como de faltas injustificadas.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior terá início na data de desincorporação do servidor.

SEÇÃO VII

DA LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

Art. 180. O servidor que for candidato a cargo eletivo terá direito a licença, na forma da legislação eleitoral em vigor, assegurado os vencimentos do cargo efetivo pelo período determinado.

Parágrafo único – A partir do registro da candidatura e até o 5º (quinto) dia seguinte ao da eleição, o servidor afastar-se-á do exercício do cargo, emprego ou função como se em efetivo exercício estivesse sem prejuízo da remuneração.

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR

Art. 181. Ao servidor, poderá, após três anos de efetivo exercício e concluído o estágio probatório, ser concedida licença sem remuneração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, para o trato de interesse particular podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 182. O requerente aguardará, em exercício, a concessão da licença, configurando falta os dias que não trabalhar.

Art. 183. A licença excepcionalmente poderá ser interrompida, a pedido do servidor e por interesse da Administração.

Art. 184. Findo o prazo da licença, o servidor deverá, dentro de 02 (dois) dias, retornar ao exercício do cargo, configurando falta os dias que não trabalhar.

Art. 185. Após retorno ao trabalho, o servidor estável poderá solicitar nova licença sem remuneração.

CAPÍTULO VI

DAS CONCESSÕES

Art. 186. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por um dia:

a) a cada 6 (seis meses), para a doação de sangue;

b) para alistamento militar.

II – por 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de:

a) falecimento de sogro, sogra, tio, tia, sobrinho, sobrinha, avô, avó, cunhado, cunhada, neto, neta;

III – por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos, noras ou genros e pessoa declarada que viva em sua dependência econômica;

IV – para participação em júri, eleições e outras obrigações legais.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III, a compensação de dias aos quais terá direito o servidor deverá ser gozada de imediato e de

uma única vez.

§ 2º As ausências referidas neste artigo serão abonadas pela chefia imediata do servidor, que anexará o comprovante respectivo no boletim mensal de frequência.

§ 3º Se não for anexado o comprovante referido no parágrafo anterior no boletim mensal de frequência, a ausência será considerada como falta injustificada.

Art. 187. Poderá ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste artigo será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

CAPÍTULO VII DOS AFASTAMENTOS

Art. 188. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios da federação, nas seguintes hipóteses:

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II – em casos previstos em leis específicas.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o afastamento será sem ônus para o município.

§ 2º A cessão far-se-á mediante ato do chefe do poder, com anuência do servidor.

§ 3º No caso de disposição dentro dos poderes do município, o servidor poderá optar pela fonte pagadora.

SEÇÃO I DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art. 189. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato Federal ou Estadual, ficará afastado do cargo enquanto durar o mandato eletivo;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador:

a) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horários, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

SEÇÃO II DO AFASTAMENTO PARA ESTUDO OU MISSÃO NO EXTERIOR

Art. 190. O servidor não poderá ausentar-se do município para estudo ou missão oficial, sem autorização do Chefe do Poder correspondente.

§ 1º O afastamento do servidor para missão oficial junto a órgãos estaduais e federais dependerá da comprovação prévia da designação pela autoridade competente.

§ 2º O afastamento de que trata o Caput deste artigo não excederá a 4 (quatro) anos, sendo prorrogável por igual período a critério do Chefe do Poder correspondente.

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 191. É assegurado ao servidor, ativo ou inativo, requerer ao Poder Público em defesa de direito ou de interesse pessoal, independentemente de qualquer pagamento.

Art. 192. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a quem estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 1º O chefe imediato do requerente terá o prazo de 5 (cinco)

dias úteis, após o recebimento do requerimento, para remetê-lo à autoridade competente.

§ 2º O requerimento será decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo em casos que obriguem a realização de diligência ou estudo especial, quando o prazo máximo será de 90 (noventa) dias.

Art. 193. Caberá pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão denegatória.

§ 1º É de 15 (quinze) dias, contados, a partir da ciência do ato ou da decisão, o prazo para apresentação de pedido de reconsideração.

§ 2º O pedido de reconsideração deverá ser despachado no prazo de 10 (dez) dias e decidido dentro de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Não se admitirá mais de um pedido de reconsideração.

Art. 194. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões administrativas e dos recursos contra elas sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado, de imediato, por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 195. O prazo para interposição do recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art. 196. O recurso será decidido no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - Em caso de provimento de pedido de reconsideração ou recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 197. O direito de requerer prescreve:

I - em 05 (cinco) anos, quanto aos atos:

a) de demissão;

b) de cassação de aposentadoria;

c) que coloquem o servidor em disponibilidade ou;

d) que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes do vínculo institucional com a Administração;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

Parágrafo único - O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data de ciência pelo interessado.

Art. 198. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, suspendem a prescrição.

Art. 199. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada por nenhuma autoridade.

Art. 200. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, podendo ser extraídas cópias de atas e documentos do processo pelo servidor ou pelo procurador por ele constituído.

Art. 201. A administração pode rever seus atos, por conveniência ou oportunidade, e anulá-los a qualquer tempo quando eivados de ilegalidade.

CAPÍTULO IX DA BOLSA DE ESTUDO AOS SERVIDORES

Art. 202. Os servidores municipais do quadro efetivo, que estejam cursando ou venham a ingressar em curso de graduação ou pós graduação, que se comprometam a continuar prestando seus serviços profissionais ao Município de Maracajá, pelo prazo mínimo de dois anos após a conclusão do curso, terão direito a Bolsa de

Estudo na forma desta lei e observadas as regras deste Capítulo.
§1º Fica o chefe do poder executivo autorizado, por ato próprio, a definir o limite legal do orçamento para cumprir o caput deste artigo.

Art. 203. As Bolsas de Estudo serão concedidas da seguinte forma:
I - 70% (setenta por cento) do valor da matrícula e das mensalidades para os servidores que percebam vencimentos de até 04 (quatro) salários mínimos nacionais mensais;
II - 35% (trinta e cinco por cento) do valor da matrícula e das mensalidades para os servidores que percebam vencimentos superiores a 04 (quatro) salários mínimos nacionais mensais.

Parágrafo Único - Os valores de vencimentos citados neste artigo são entendidos como sendo para período integral de atividades de 40 horas semanais, sendo que no caso de servidor que trabalhar em período inferior, este fará jus a Bolsa proporcional a sua carga horária de atividades.

Art. 204. Os servidores que receberem bolsa que obtiverem aprovação na série do curso em que estiverem matriculados terão assegurada a bolsa para a série seguinte, dentro do mesmo curso.
Parágrafo Único - Para cada aluno somente será concedida uma única Bolsa, independente dos cursos que o servidor estiver cursando.

Art. 205. Os bolsistas que não obtiverem aprovação em todas as matérias cursadas no semestre anterior, farão jus apenas a bolsa relativa as matérias ainda não cursadas.

Art. 206. Deixará de gozar da Bolsa de estudo o servidor que se desligar da Prefeitura Municipal de Maracajá, ficando-lhe ainda a obrigação de reembolsar os valores recebidos, corrigidos monetariamente.

Art. 207. O servidor interessado em perceber a Bolsa de estudo deverá apresentar requerimento junto ao Gabinete do Prefeito.

TÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 208. São deveres do servidor:
I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II - ser leal às instituições a que servir;
III - observar as normas legais e regulamentares;
IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
V - atender com presteza, sem preferências pessoais:
a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
VI - guardar sigilo dos assuntos da Administração Pública sempre que exigido em lei;
VII - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo que exerce;
VIII - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X - ser assíduo e pontual no serviço, inclusive para convocação de serviços extraordinários;
XI - tratar com urbanidade as pessoas;
XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
XIII - testemunhar e compor até 2 (duas) comissões, quando convocado, em sindicâncias e processos administrativos;
XIV - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e

convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;
XV - seguir as normas de saúde, higiene e segurança do trabalho;
XVI - frequentar programas de treinamento ou capacitação instituídos ou financiados pela Administração;
XVII - colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços, sugerindo à Administração as medidas que julgar necessárias;
XVIII - tomar as devidas providências para que esteja sempre atualizado o seu assentamento individual, bem como sua declaração de família;
XIX - submeter-se à inspeção médica determinada por autoridade competente;

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 209. Ao servidor é proibido:
I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
III - recusar fé a documentos públicos;
IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou à execução de serviço;
V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
VI - atender a pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares;
VII - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;
VIII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuições que sejam de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
IX - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;
X - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
XI - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical ou a partido político;
XII - recusar-se ao uso de equipamento de proteção individual destinado à proteção de sua saúde ou integridade física, ou à redução dos riscos inerentes ao trabalho;
XIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais, quando solicitado;
XIV - ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário do trabalho ou apresentar-se ao serviço, habitualmente, sob sua influência;
XV - coagir outro servidor para receber favores de qualquer espécie;
XVI - constranger outro servidor, fornecedor ou contribuinte com o intuito de obter vantagem econômica, prevalecendo-se de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício do cargo ou função;
XVII - assediar, valendo-se do cargo que ocupa, sexualmente servidor de nível hierárquico inferior;
XVIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública;
XIX - participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer atividade empresarial, e nessa qualidade, contratar com o Município;
XX - atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas Municipais;
XXI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XXII - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XXIII - proceder de forma desidiosa;
XXIV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XXV – levar para repartição material, equipamentos ou objetos pessoais sem autorização expressa do superior hierárquico;
XXVI - exercer quaisquer atividades, inclusive manter conversas e fazer leituras, incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
XXVII – comercializar bebidas, comidas, roupas, joias e outros produtos, no local e horário de trabalho;
XXVIII - praticar atos de sabotagem contra o serviço público;
XXIX – acumular cargos na forma vedada no Capítulo III do Título IV desta Lei.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 210. Ressalvados os casos previstos no art. 37, XVI, a, b e c da Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções em Autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º. A acumulação, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 211. O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Art. 212. A acumulação proibida será verificada em processo administrativo.

§ 1º. Provada a má-fé, o servidor perderá os cargos ou as funções que exercia e será obrigado a restituir o que tiver percebido indevidamente, sem prejuízo do procedimento penal cabível.

§ 2º. Caso o servidor não tenha agido de má-fé, será concedido o direito de opção por um dos cargos ou funções.

§ 3º. Na hipótese do § 1º deste artigo, a demissão será comunicada ao órgão ou entidade em que o servidor exercer cargo, emprego ou função.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 213. O servidor responde administrativa, civil e penalmente pelo ato omissivo ou comissivo praticado no exercício irregular de suas atribuições.

Parágrafo único - As responsabilidades civis e penais serão apuradas e punidas na forma da Legislação Federal pertinente.

Art. 214. A indenização de prejuízo dolosamente causado pelo servidor ao erário será reparada de uma só vez, por meio de acordo administrativo onde o servidor assuma a responsabilidade pelos atos praticados.

§ 1º. Comprovada a falta de recursos para reparar os danos causados na forma do caput deste artigo, a indenização dar-se-á na forma prevista no art. 99, aplicando-se ao valor devido os índices oficiais de correção monetária.

§ 2º. Os prejuízos causados pelo servidor por culpa, negligência, imprudência ou imperícia serão indenizados na forma do art. 99.

§ 3º. Tratando-se de dano causado a terceiros, o servidor responderá em ação regressiva, no forma da lei civil.

§ 4º. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada até os limites da herança.

Art. 215. A responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria, hipótese em que os eventuais descontos remuneratórios indevidamente suportados pelo servidor serão restituídos.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 216. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI- destituição de função gratificada.

Parágrafo único - No caso de cassação de aposentadoria, a autoridade competente deverá comunicá-la ao órgão gestor da previdência social.

Art. 217. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como os antecedentes funcionais.

§ 1º. As penas impostas aos servidores serão registradas em seus assentamentos funcionais.

§ 2º. O ato de imposição da penalidade mencionará, sempre, o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 218. A advertência será aplicada, por escrito, nos casos de violação da proibição constante do art. 193, incisos I a XIII desta Lei, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentos ou normas internas, desde que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 219. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§ 1º. O servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica, determinada pela autoridade competente, será punido com suspensão de até 15 dias, cessando os efeitos da penalidade quando cumprida a determinação.

§ 2º. O servidor suspenso perderá, durante o período de suspensão, todas as vantagens e direitos do cargo.

Art. 220. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 03 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único - O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos para a fruição de quaisquer direitos e obtenção de vantagens.

Art. 221. A demissão, apurada em processo administrativo disciplinar, será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo, observado o art. 212 desta Lei;

III - inassiduidade habitual, observado o art. 213 desta Lei;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiro público;

IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, funções ou empregos públicos, inclusive de proventos deles decorrentes, quando eivados de má-fé, observado o disposto no Capítulo III do Título IV, desta Lei;

XIII - transgressão ao art. 193 incisos XIV a XXII, desta Lei;

XIV - reincidência de faltas punidas com suspensão.

Art. 222. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade que tiver

conhecimento do fato, notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata.

§1º O processo administrativo disciplinar previsto no caput deste artigo observará as seguintes fases:

I – instauração, com a publicação do ato que instituir o procedimento, a comissão terá a mesma composição da comissão do processo administrativo disciplinar.

II – instrução sumária que compreende indicição, defesa e relatório;

III – julgamento.

§ 2º A indicação da autoria de que trata o inciso I, do parágrafo anterior, dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 3º A comissão lavrará até 03 (três) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que terão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado ou a citação por edital, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar defesa escrita.

§ 4º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 5º No prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 6º O exercício do direito de opção pelo servidor, até o último dia de prazo para defesa, configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.

§ 7º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé aplicar-se-á a pena de demissão, cassação da aposentadoria ou destituição ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 8º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 9º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos V e VI desta Lei.

Art. 223. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar comprovado, em processo administrativo ou judicial, que não foram observados os requisitos legais para concessão.

Art. 224. A destituição de servidor comissionado, não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de demissão.

Art. 225. A demissão de cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII e X do art. 205 desta Lei, implica o ressarcimento ao erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 226. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão por infringência aos incisos I, IV e X do art. 205 desta Lei, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo único - Não poderá retornar ao serviço público municipal, como ocupante de cargo comissionado, o servidor que for destituído de cargo em comissão por infringência aos incisos XVII e XXI do

art. 193 e XI do art. 205 desta Lei.

Art. 227. A destituição de função gratificada poderá ser aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de suspensão.

Art. 228. Configura abandono de cargo a ausência intencional ou injustificada do servidor ao serviço por 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 229. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Art. 230. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 206 desta Lei, observando-se especialmente que:

I – a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço por 15 (quinze) dias consecutivos;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, pelo período de 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

II – após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará na hipótese de abandono de cargo, sobre a justificativa da ausência ao serviço superior a 15 (quinze) dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 231. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara Municipal;

II – pelos Secretários Municipais, Coordenadores ou Diretores de Departamento, por delegação, quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III – dirigentes de autoridades administrativas, por delegação, na forma dos respectivos regimentos e regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - pela autoridade que houver, por delegação, feito a nomeação ou a designação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão ou destituição de função gratificada.

Art. 232. A ação disciplinar prescreverá em:

I – 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - 01 (um) ano, quanto à suspensão e destituição de função gratificada;

III – 6 (seis) meses quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para iniciar o processo administrativo respectivo.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar suspende a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente.

TÍTULO V

DA SINDICÂNCIA, DO AFASTAMENTO PREVENTIVO E DO PROCESSO

ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 233. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância, ou se for o caso diretamente por processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

Parágrafo único - As providências de apuração terão início logo em seguida ao conhecimento dos fatos e iniciar-se-ão por relatório circunstanciado do ocorrido.

§ 2º A Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar será constituída por Decreto do Poder Executivo e sua composição deverá ser de no mínimo 03 (três) servidores, sendo: 02 (dois) servidores efetivos e 01 (um) servidor comissionado.

CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA

Art. 234. A sindicância será instaurada a fim de apurar o cometimento de infração e determinar a imposição da pena, mediante procedimento sumário, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 235. São competentes para instaurar sindicância:

I – o Prefeito ou os Secretários Municipais;

II - o Presidente da Câmara Municipal;

Art. 236. O procedimento sumário da sindicância será iniciado pela autoridade competente em aplicar a pena decorrente da tipificação do fato, com a expedição de decreto que indique:

I – a determinação de apuração pela Comissão de Sindicância;

II - o fato;

III - a tipificação;

IV - a determinação de intimação do servidor faltoso para exercer o direito de defesa escrita até 10 (dez) dias da data da intimação;

V - a determinação de prazo para a realização da audiência de conhecimento que não poderá exceder 10 (dez) dias do prazo para apresentação da defesa escrita;

VI – determinação de prazo para a decisão da Comissão de Sindicância, que não poderá exceder a 10 (dez dias) da audiência de conhecimento, admitida sua prorrogação por até 20 (vinte) dias.

§ 1º. A Comissão de Sindicância será composta por no mínimo 03 (três) servidores estáveis, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu Presidente.

§ 2º. Haverá dedicação exclusiva dos membros para exercerem as atividades inerentes à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

§ 3º. Os membros da Comissão de Sindicância terão servidores efetivos como suplentes designados pelo Prefeito Municipal, incumbidos de substituir os membros titulares nos impedimentos e afastamentos, fazendo jus a respectiva vantagem somente a partir da substituição.

§ 4º. Não poderá participar da Comissão de Sindicância, cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 2º (segundo) grau do acusado, ou que possuam, com este, relação de subordinação hierárquica ou de inimizade.

§ 5º. Os membros da Comissão de Sindicância não poderão possuir o grau de parentesco entre si mencionado no § 3º.

§ 6º. O acusado deverá indicar seu advogado ou valer-se de advogado dativo indicado pela seccional da OAB.

Art. 237. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento dos autos;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III – instauração de processo administrativo disciplinar, nos casos em que a infração importar na aplicação de pena de suspensão superior a 30 (trinta) dias ou de demissão.

Art. 238. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente

encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente de imediata instrução do processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO III DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 239. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens decorrentes do cargo.

Parágrafo único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 240. O processo administrativo é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Parágrafo único - O servidor em estágio probatório submete-se a processo administrativo sumário, assegurada a ampla defesa, na forma prevista no art. 187 e seguintes desta Lei.

Art. 241. O processo administrativo disciplinar precederá à aplicação das penas de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

Art. 242. O processo administrativo disciplinar será conduzido pelos membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser constituída por ato do poder executivo, sendo composta por no mínimo 03 (três) servidores estáveis, podendo a comissão solicitar assessoramento técnico e jurídico para elucidação de todos os atos e fatos levantados e omissos do parecer.

Parágrafo único - O decreto regulamentar a ser editado após a publicação desta Lei disciplinará a atuação da Comissão.

Art. 243. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§ 1º A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, não podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de processo administrativo, sindicância ou de inquérito: cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º As reuniões e as audiências da comissão terão caráter reservado.

§ 4º É proibido aos membros da comissão tornar públicas quaisquer opiniões a respeito do fato responsabilizado ao servidor, sob seus julgamentos, antes de concluído o processo disciplinar.

§ 5º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 244. O processo administrativo disciplinar desenvolve-se nas

seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que instaura o processo administrativo disciplinar;

II - instrução, que compreende interrogatório, produção de provas, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º A instauração do processo administrativo disciplinar compete às autoridades do art. 196.

Art. 245. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá a 90 (noventa) dias, contados da publicação do ato de indicição do servidor, admitida a sua prorrogação por até 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem, ou por prazo superior em razão da ocorrência de fatos que independam de ato ou decorram de omissão da Administração.

SEÇÃO II DA INSTRUÇÃO (INQUÉRITO)

Art. 246. A instrução do processo administrativo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 247. Os autos da sindicância, se ocorrida, integrarão o processo administrativo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Art. 248. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 249. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contra-provas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da Comissão poderá denegar o pedido considerado impertinente, meramente protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial do perito.

Art. 250. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo Presidente da Comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia, hora e local onde será prestado o depoimento.

§ 2º Caso a testemunha esteja em local incerto e não sabido, será procedida a citação mediante publicação no diário da imprensa oficial.

Art. 251. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, de modo a evitar que uma ouça o depoimento da outra.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes, quando necessária para o esclarecimento dos fatos.

Art. 252. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório,

bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquirir o acusado e as testemunhas através do presidente da comissão.

Art. 253. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que seja submetido a exame médico.

Parágrafo único - O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 254. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado, por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da citação, assegurando-lhes vista dos autos do processo na repartição.

§ 2º Havendo 2 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis, pela Comissão, ou a requerimento do indiciado.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação, com as assinaturas de 2 (duas) testemunhas.

Art. 255. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 256. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em órgão de imprensa oficial ou em jornal de grande circulação, para apresentar defesa.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Art. 257. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor efetivo, de preferência bacharel em Direito, como defensor dativo.

Art. 258. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório detalhado, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será preciso quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 259. O processo administrativo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

SEÇÃO III DO JULGAMENTO

Art. 260. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º O processo será encaminhado à autoridade competente para aplicar a pena proposta.

§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º Se a penalidade prevista for a de demissão ou cassação de

aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 196 desta Lei.

Art. 261. O julgamento será baseado no relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 2º Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade, ouvida a respectiva assessoria jurídica.

Art. 262. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para instauração de novo processo, observado o prazo prescricional.

Art. 263. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 264. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo administrativo disciplinar será remetido ao Ministério Público, para eventual instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.

Art. 265. O servidor que responde a processo administrativo disciplinar somente poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade acaso aplicada.

Art. 266. As decisões proferidas em processos administrativos constarão dos assentamentos individuais do servidor.

SEÇÃO IV DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 267. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, observado o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º Em caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º No processo revisional o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 268. A simples alegação da injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo original.

Art. 269. O requerimento da revisão do processo será encaminhado ao dirigente máximo de cada Poder ou entidade respectiva. Parágrafo único - Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma desta Lei.

Art. 270. A revisão correrá em apenso ao processo original.

Art. 271. A Comissão Revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 272. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e os procedimentos próprios da comissão do processo administrativo disciplinar.

Art. 273. O julgamento caberá à autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a penalidade apurada mediante processo administrativo disciplinar, exceto quando essa autoridade for o Prefeito.

Parágrafo único - O prazo para julgamento será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 274. Julgada procedente a revisão, a autoridade competente poderá, fundamentadamente, alterar a classificação da falta disciplinar, modificando a pena, absolver o servidor ou anular o processo.

§ 1º No caso de absolvição, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor.

§ 2º Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO VI DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 275. O plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam as seguintes finalidades: I – garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão; II – proteção à maternidade, à adoção e à paternidade; III – assistência à saúde;

Art. 276. Os benefícios do plano de seguridade social do servidor compreendem:

I – quanto ao servidor:

a) auxílio natalidade;

b) auxílio ao filho excepcional e/ou portador de deficiência, incapaz para o trabalho;

c) licença por acidente em serviço; e

d) licença para aleitamento materno;

II – quanto ao dependente:

a) auxílio funeral;

Art. 277. O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará na devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

SEÇÃO I DO AUXÍLIO NATALIDADE

Art. 278. O auxílio natalidade será concedido ao servidor em conformidade com a legislação federal vigente.

SEÇÃO II DO AUXÍLIO AO FILHO EXCEPCIONAL E/OU DEFICIENTE FÍSICO INCAPAZ PARA O TRABALHO

Art. 279. O município concederá auxílio ao filho excepcional ou deficiente incapaz para o trabalho do servidor público, em repasse mensal, em folha de pagamento, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo nacional, desde que comprovada a excepcionalidade ou deficiência, por Junta Médica Oficial, e que não recebe benefício de outra origem.

SEÇÃO III DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art. 280. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 281. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e que se relacione mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Art. 282. Equipara-se a acidente em serviço o dano:

- I – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do seu cargo;
- II – sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 283. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos, desde que inexistam meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 284. A comunicação do acidente será feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à autoridade competente, que procederá a abertura de sindicância com finalidade de verificar a ocorrência, a fim de cumprir o disposto na presente seção.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA ALEITAMENTO MATERNO

Art. 285. Para amamentar o nascituro até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

SEÇÃO V

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 286. O auxílio funeral é devido à família do servidor ativo falecido, no valor de 4 (quatro) salários mínimo.

§ 1º O auxílio será devido também ao servidor, por morte do cônjuge, companheiro(a) ou do filho menor ou inválido;

§ 2º O auxílio será pago no prazo de até 96 (noventa e seis) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, a pessoa da família que houver custeado o funeral, mediante comprovação.

Art. 287. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta dos recursos oficiais.

TÍTULO VII

DA JUNTA MÉDICA OFICIAL (JMO)

Art. 288. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a compor Junta Médica Oficial – JMO através de servidores ocupantes de cargos de médicos lotados no município ou por meio de contratação de empresa especializada para este fim.

Art. 289. Para todos os efeitos previstos nesta Lei e em leis do Município os exames de sanidade física e mental serão realizados pela junta médica oficial do Município.

§ 1º Médicos do Município ou contratação de empresa especializada, designados para comporem a Junta Médica Oficial, serão responsáveis também em atuar junto a processos administrativos e judiciais quando houver necessidade de profissional técnico para perícia ou elaboração de quesitos.

§ 2º Os atestados médicos concedidos aos servidores municipais terão sua validade condicionada, para fins de licença, a avaliação e abono da Junta Médica Oficial do município.

§ 3º O servidor que não comparecer a avaliação da Junta Médica Oficial do município, para abonar ou conceder licença, em dia e horário marcado pelo Setor de Pessoal do município, deverá retornar imediatamente a suas funções, ficando seu atestado sem validade ou apresentar justificativa que será aceita ou não.

Art. 290. Os serviços oferecidos pela JMO são os seguintes:

- a) Avaliação da aptidão dos candidatos ao ingresso no Serviço

Público Municipal;

b) Concessão de licença médica nos termos da legislação específica;

c) Fornecimento de laudo de aposentadoria;

d) Exame para readaptação funcional, quando necessária;

e) Avaliação para redução de Carga Horária nos casos previstos por lei;

f) Realização de visita domiciliar, hospitalar e institucional, médica e social;

g) Emissão de parecer médico em processos administrativos ou sindicâncias;

h) Fornecimento de laudos periciais solicitados pela administração municipal;

i) Abonos para até 15 dias de afastamento;

j) Emissão de laudos periciais para abonos acima de 15 dias de afastamento.

Parágrafo único – A pedido do chefe do poder executivo a JMO poderá desempenhar outros serviços não previstos no caput deste artigo, mas que tenha relação direta com o servidor público municipal.

Art. 291. Ao adoecer, o servidor que pretende requerer uma licença ou abono de atestado, deverá receber de seu médico assistente um atestado que comprove sua doença, com CID (Código da Doença) e diagnóstico por escrito. Sem estas informações o atestado não terá validade no serviço público municipal e não será analisado pela JMO.

Art. 292. Todo atestado será obrigatoriamente apresentado no Setor de Pessoal do Município, em até 24 horas, após o primeiro dia de ausência ao trabalho, onde o servidor assinará requerimento encaminhando seu atestado médico que será avaliado pela Junta Médica Oficial (JMO).

§ 1º O Setor de Pessoal não poderá conceder requerimento com data retroativa, pois não terá validade e nem será aceita pela Junta Médica.

§ 2º Após o preenchimento do requerimento, este juntamente com o atestado médico, deverá ser protocolado no setor de protocolos do município. Os requerimentos e/ou atestados protocolados fora do prazo determinado, perderá seu valor automaticamente, sendo os dias de ausência descontados no ponto do servidor.

Art. 293. O agendamento na JMO será realizado pelo Setor de Pessoal do município que informará ao servidor a data e horário de atendimento.

§ 1º A confirmação do agendamento na JMO se dará através do envio pelo município de documento confirmando o atendimento na Junta Médica Oficial.

§ 2º Ao comparecer à Junta Médica, o servidor deverá levar um documento de identificação, além de exames laboratoriais e/ou de radiodiagnóstico que comprovem, juntamente com o atestado médico assistente, sua doença.

§ 3º Após ser agendado atendimento pela JMO, o servidor fica descompromissado com os prazos legais até a emissão do laudo médico (não conclusivo ou conclusivo).

Art. 294. A JMO é composta de no mínimo três médicos peritos, sendo um considerado o chefe de junta médica.

§ 1º O abono de atestado pode ser realizado somente por um médico pertencente a JMO;

§ 2º Todo servidor em perícia pela JMO será avaliado pelos médicos da junta médica e sempre será emitido laudo não conclusivo ou conclusivo sobre a situação do servidor.

§ 3º O laudo conclusivo que recomendar aposentadoria do servidor, deverá ser avaliado e assinado por todos os médicos pertencentes a JMO.

§ 4º Ao ser atendido pela JMO o servidor não poderá escolher o médico que o atenderá.

Art. 295. O servidor que não puder comparecer à Junta Médica, por internação hospitalar ou impossibilidade física gerada pela doença, deve encaminhar em seu lugar familiar munido de documentos comprobatórios, ou solicitar visita médica hospitalar ou residencial, certificando-se, no entanto, de que realmente existe essa necessidade, pois sua licença corre o risco de ser negada pela equipe da visita.

§ 1º No caso de internação hospitalar deve ser apresentado documento hospitalar comprovando a situação e atestado médico com a CID.

Art. 296. O servidor que no prazo de 90 dias apresentar um ou mais atestados médicos cuja soma dos dias de afastamento seja igual ou inferior a 10 dias, estes atestados serão abonados pelo chefe imediato do servidor. Caso o chefe imediato julgue necessário, o atestado poderá ser encaminhado a JMO para abono, indiferente de quantidade de dias.

Parágrafo único - Para os atestados com quantidade de dias de afastamento superior a 10 dias será agendado data e horário na JMO para perícia e emissão de laudo pericial (não esquecendo o requerimento protocolado junto com o atestado médico no Setor de Pessoal, no prazo estabelecido nesta lei).

Art. 297. O atestado fornecido pelo médico assistente do servidor não lhe dá o direito de se ausentar do trabalho, antes de comparecer à Junta Médica Oficial. O servidor somente estará de licença, após a avaliação pericial na JMO e se não fizer isso, estará na realidade, apenas faltando ao trabalho.

Art. 298. Não serão concedidas licenças sem a apresentação dos exames comprobatórios da doença, principalmente quando se tratar de renovação de licença.

Art. 299. A renovação de licença somente será concedida após nova avaliação pela JMO e com a apresentação de históricos médicos detalhados da complicação da doença, exames laboratoriais, diagnósticos por imagem, entre outras formas de comprovação.

Parágrafo único - A renovação de licença poderá ser concedida dentro do prazo de validade de atestado emitido ou através de novo atestado fornecido pelo médico assistente, sendo sempre novamente encaminhado a Junta Médica.

Art. 300. O servidor que não comparecer no retorno a Junta Médica até a data e horário definido, fica automaticamente determinado o seu retorno ao trabalho e a Junta Médica enviará ao município um ofício e/ou laudo de "Alta por Abandono", salvo justificado pelo servidor até a data agendada.

§ 1º Em todos os laudos emitidos pela JMO concedendo licença ao servidor onde a junta necessitar o retorno do servidor em nova data para uma reavaliação antes de emitir o laudo conclusivo, é informado ao servidor que caso não compareça na data agendada, fica automaticamente determinado o retorno do servidor no primeiro dia útil subsequente a data determinada como retorno pela JMO.

§ 2º É de responsabilidade do Setor de Pessoal, localizar e comunicar ao servidor o resultado do seu laudo, suas implicações legais e a data de seu retorno, abonada pela JMO.

§ 3º É obrigação do município informar a Junta Médica a situação atual do servidor: falecimento, retorno espontâneo ao trabalho ou simples ausência de comparecimento, no tempo devido, para obter a nova licença.

§ 4º Pacientes que recebem alta por abandono somente serão atendidos pela Junta Médica se trouxerem novo atestado ao Setor de Pessoal, salvo se estiver justificado.

Art. 301. O servidor licenciado, que for flagrado em outro trabalho ou que não apresente a doença apresentada a JMO, após denunciado, será aberto Sindicância Interna ou Processo Administrativo para averiguação dos fatos denunciados que poderá resultar em

inocência, penalidade, advertência ou demissão do serviço público por justa causa.

Art. 302. Estará a disposição do servidor no Setor de Pessoal, a Cartilha da Junta Médica, que será homologada por ato do Poder Executivo e trará informações e regras de utilização da Junta Médica Oficial.

Parágrafo único – O Título VII (Da Junta Médica Oficial – JMO) de que trata esta Lei Complementar, poderá ser regulamento por Decreto Municipal.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 303. O dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao Servidor Público do Município de Maracajá, sendo ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais.

Art. 304. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o de vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 305. Nenhum servidor poderá ser de ofício removido, redistribuído ou cedido nos 6 (seis) meses anteriores às eleições Municipais, nem nos 3 (três) meses subsequentes.

Parágrafo único - O servidor eleito para desempenho de mandato eletivo que continue exercendo as atribuições do cargo efetivo não poderá ser removido, redistribuído ou cedido, desde a expedição do diploma eleitoral até o término do mandato.

Art. 306. É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta do Município.

Parágrafo único - É vedado o ajuste mediante designações recíprocas entre os Poderes Executivo e Legislativo Municipais.

Art. 307. É assegurada a estabilidade excepcional, na forma do art 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, àqueles servidores que tenham ingressado na administração pública municipal, sem concurso público, até 05 de outubro de 1983.

Art. 308. O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à fiel execução da presente Lei.

Art. 309. Para os efeitos deste Estatuto, consideram-se pertencentes à família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que, necessária e comprovadamente, vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único – Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, com mais de 5 (cinco) anos de vida em comum, ou por menor tempo, se houver prole.

Art. 310. Prêmios, honrarias e diplomas poderão ser concedidos, uma vez ao ano, aos servidores que elaborarem trabalhos ou projetos técnicos ou científicos de interesse do Município, mediante critérios a serem definidos em decreto, não podendo o prêmio, quando convertido em dinheiro, ultrapassar 30 (trinta) por cento do vencimento-base do respectivo cargo do servidor premiado.

Art. 311. Os benefícios previdenciários dos servidores serão concedidos nos moldes da Constituição da República e da legislação do regime de previdência social adotado pelo Município.

Art. 312. Lei municipal própria regulará o Plano de Cargos e Salários

dos servidores.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Art. 313. Ficam extintos todos os direitos e as vantagens, pecuniários ou de outra natureza, que não tenham sido previstos nesta Lei, assegurado o direito adquirido.

Art. 314. Os empregos públicos ficam transformados em cargos públicos, aplicando-se a partir da transformação as regras da presente Lei e o regime Estatutário.

§ 1º Os detentores de emprego público terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação desta Lei para, em não desejando, manifestarem opção expressa para se manterem no cargo público.

§ 2º Os empregados públicos que apresentarem manifestação para manterem seu emprego público na forma do parágrafo anterior, é assegurado o regime celetista, sendo estes empregos extintos quando vagarem, sem outras vantagens.

§ 3º A contar da portaria de conversão do emprego público para cargo público, os servidores serão automaticamente regidos pelo presente Estatuto.

Art. 315. Os servidores que obtiveram as vantagens financeiras por meio de direito adquirido na vigência de outras leis, como: Insalubridade, Periculosidade ou em Comissão, manterão as rubricas em suas folhas, com os valores nominais, tendo o acréscimo das reposições salariais a contar da presente Lei.

Art. 316. A ampliação da jornada de trabalho do membro dos quadros da Administração Municipal dar-se-á mediante a existência de vagas, devidamente justificadas pela Secretaria Municipal de Administração e/ou órgão equivalente e a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§1º A ampliação da jornada de trabalho de que trata o "Caput" deste artigo dar-se-á por processo seletivo interno entre todos os efetivos, sempre que houver a existência de vaga.

§2º A ampliação da carga horária, terá o tempo limite de 06 (seis) meses, sendo permitida a prorrogação por mais 6 (seis) meses, em caso de imperioso interesse público, devidamente justificado.

Art. 317. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios em cada exercício, observados os limites com despesa de pessoal previsto na LC nº 101/00.

Art. 318. Passa a denominar-se "Estatuto do Servidor Público do Município de Maracajá", a presente Lei Complementar.

Art. 319. A presente Lei Complementar poderá ser regulamentada por decreto municipal.

Art. 320. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as normas e disposições em contrário.

Art. 321. Revoga-se em especial a Lei Complementar nº 01 de 05 de Agosto de 1997.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 26 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada esta Lei Complementar na Secretaria de Administração em 26 de Agosto de 2015.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº3150 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº3150 DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Concede a permissão de uso das dependências da Escola Emílio Mosca para a Associação dos Moradores União das Comunidades - AMUC

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em especial pelos artigos 17 e 18 da Lei nº 1286/2011 e pela alínea J do artigo 70 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de Massaranduba autorizado a Conceder a permissão de uso das dependências da Escola Emílio Mosca para a Associação dos Moradores União das Comunidades – AMUC a ser utilizada como sede da Associação..

Art. 2º O prazo da permissão de uso será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º Todas as despesas incidentes sobre o referido imóvel são de responsabilidade da Permissionária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 27 de Agosto de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO LEILÃO Nº 050-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO N.º 050/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 21/09/2015, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de LEILÃO N.º 050/2015, objetivando a Venda de Bens Móveis Inservíveis, sendo a presente licitação do tipo Maior Lance por Item. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou por solicitação via e-mail.

Meleiro/SC, 28 de agosto de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/09/2015 às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2015, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL DO SAMAE DE MELEIRO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400.

Meleiro/SC, 31 de agosto de 2015.
ENIVALDO DUMINELLI
Diretor do SAMAE

PORTARIA Nº 314/2015

PORTARIA n.º 314/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT 1º DA PORTARIA Nº 313/2015, de 27 de Agosto de 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

Art. 1.º Dar nova redação ao caput do artigo 1º da Portaria nº

313/2015, de 27 de Agosto de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), de 28 de Agosto de 2015, edição 1816, pg 216, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONCEDER

“Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal THIAGO MANFREDINI ZANETTE – matrícula 1164, ocupante do cargo de Advogado, referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.”

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 03/08/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Agosto de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 315/2015

PORTARIA nº 315/2015
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal ALINI VIEIRA FISCHER – matrícula 10122, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 316/2015

PORTARIA nº 316/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JULIANO XAVIER DE MOURA – matrícula 1133, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 16/08/2014 a 15/08/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 317/2015

PORTARIA nº 317/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal MARCOS ANDRÉ FERNANDES – matrícula 10127, ocupante do cargo de Motorista do Samu, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 318/2015

PORTARIA nº 318/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal VALMIR MANENTI – matrícula 1360, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 319/2015

PORTARIA nº 319/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal DÉBORA SALVADOR CARDOSO – matrícula 10092 ocupante do cargo de Agente Administrativo- CRAS, referente ao período aquisitivo de 14/04/2014 a 13/04/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 320/2015

PORTARIA nº 320/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal REMIO MORAES DE SOUZA – matrícula 1301, ocupante do cargo de Engenheiro, referente ao período aquisitivo de 22/12/2013 a 21/12/2014.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0138/2015



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

PORTARIA Nº 0138/2015 DE 31.08.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE SETEMBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.906/2010, e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002, Portarias nº 0107/2015 e 0122/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0122/2015 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

- I – CH02: Jornada 02
- II – SM02: Jornada 02
- III – HEM01: Jornada 01
- IV – Normal01: Jornada 01
- V – VE03: Jornada 03
- VI – SA03: Sobreaviso/Jornada 03

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de setembro de 2015, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 31 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY
Diretora Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

ANEXO I**ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE SETEMBRO/2015**

DIA DA SEMANA	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
MOTORISTA/DIA	31/ago	1	2	3	4	5	6
MAURICIO RAUBER	-	SM02	SM02	SM02	SM02	-	-
PAULO SALVATORI	-	VE03	HEM01	VE03	HEM01	-	-
GLEISON DONIDA	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min
GILSON HISTER	-	CH02	CH02	CH02	CH02	-	-
ERI EVALDO SIMÃO	-						
DIA DA SEMANA	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
MOTORISTA/DIA	6	7	8	9	10	11	-
MAURICIO RAUBER	-	CH2	CH2	CH2	CH2	CH2	-
PAULO SALVATORI	-	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	-
GLEISON DONIDA	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	-
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min
ERI EVALDO SIMÃO	-						
DIA DA SEMANA	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
MOTORISTA/DIA	12	13	14	15	16	17	18
MAURICIO RAUBER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min
PAULO SALVATORI	-		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
GLEISON DONIDA	-		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
GILSON HISTER	-		HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01
ERI EVALDO SIMÃO	-						
DIA DA SEMANA	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
MOTORISTA/DIA	18	19	20	21	22	23	24
MAURICIO RAUBER	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01
PAULO SALVATORI	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min
GLEISON DONIDA	-	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
GILSON HISTER	-	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
ERI EVALDO SIMÃO	-						
DIA DA SEMANA	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira
MOTORISTA/DIA	24	25	26	27	28	29	30
MAURICIO RAUBER	-	CH02			CH5	CH6	CH7
PAULO SALVATORI	-	VE03			VE03	VE03	VE03
GLEISON DONIDA	-	SM02			SM02	SM02	SM02
GILSON HISTER	-	HEM01			HEM01	HEM01	HEM01
ERI EVALDO SIMÃO	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

LEGENDAS: **CH02:** Jornada 02 **SM02:** Jornada 02 **HEM01:** Jornada 01 **Normal01:** Jornada 01 **VE03:** Jornada 03 **SA03:** Sobreaviso – Jornada 03

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: _____

GILSON HISTER: _____

GLEISON DONIDA: _____

MAURICIO RAUBER: _____

PAULO SALVATORI: _____

Márcia Teresinha Jacoby
Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0138/2015 – Modelo/SC, aos 31 de agosto de 2015.

Rua do Comércio, 1304 – Centro – 89.872-000 – Modelo – SC – Fone: (49) 3365-3137 Fls. 3/3
www.modelo.sc.gov.br

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

CONTRATO Nº 30/2015

Aos trinta e um dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Chapecó inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.873.674/0001-26 neste ato representada por: NEIMAR ANDRÉ MALLMANN cpf nº 021.617.139-30 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Jan-eiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014 bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE BRITAGEM MOVEL POR MÊS PARA EFETUAR MELHORIAS EM VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 20 (vinte) dias..

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	4,00	MÊS	Locação de um (01) Conjunto de Britagem Móvel, usado, equipado com 01 (um) britador de mandíbulas de 500x300, montado sobre chassi em chapa "U" de 300x80mm de aço carbono SAE 1020, com 6000mm de comprimento e 1070mm de largura, na espessura de 3/8" com 2 (dois) eixos , 01 (um) de rodado duplo na traseira e 01 (um) simples na dianteira, sistema direcional de engate, acionado por motor, estacionário a diesel de 6 cilindros , com potência de 99CV, sistema elétrico, painel de controle, resfriamento a água, sistema de embreagem a seco, sistema hidráulico composto de bomba dupla, comandos independentes, canos e mangueiras, radiador de óleo, alimentador vibratório acionado hidráulicamente, com capacidade de armazenamento de 4m³, correia transportadora com dimensão de 6200x500mm de 20" acionada hidráulicamente, proteção para segurança operacional, com capacidade de produção de até 15m³ / hora.		12.000,00	48.000,00
			TOTAL :			48.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência do presente contrato, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no ITEM nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento

8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO 10.1 – O presente contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições do contrato;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, a saber:

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Órgão: 09 – Secretaria Infraestrutura

Unidade: 02 – Departamento de Obras Públicas

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Código Reduzido: 125

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 88/2015, Pregão Presencial nº 45/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade do presente termo será da data de assinatura até a data de 04 (quatro) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.2 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.3 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.4 – O prazo de garantia das peças e dos serviços prestados será de 06 (seis) meses ou, 20000 (vinte mil) quilômetros, sendo que durante o período de garantia, a contratante poderá exigir a abertura do motor para verificação dos serviços executados, na hipótese da ocorrência de falhas ou defeitos.

15.5 – Todos os encargos, traslado do veículo a partir deste Município até o local de prestação de serviços ou outro que tenha sido necessário ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive o traslado de devolução do veículo/máquina, montagem, desmontagem e segurança do veículo enquanto este permanecer em poder do contratado são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 31 de Agosto de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

C.C.M. COMÉR. DE MÁQ.SERVIÇOS EIRELI
NEIMAR ANDRÉ MALLMANN

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679-04

ADITIVO N. 01/2015 DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITAÇÃO Nº 92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
Rod. SC 452, Km 15, s/nº - Centro – Cep.: 89.618-000 – CNPJ 95.996.104/0001-04

ADITIVO N. 01/2015 DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO LICITAÇÃO Nº
92/2015 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

O **MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgãos participantes no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando a aquisição de pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e “**DOCUMENTAÇÃO**” deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. **Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 09 de setembro de 2015 até as 08:45 horas do dia 09 de setembro de 2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas.** A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO ITEM - JULGAMENTO POR ITEM**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES NOVOS ZERO KM, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VII DO PRESENTE EDITAL, E DA PROPOSTA DE TRANSFERENCIA Nº 0000015546-SDR.**

Onde se ler:

ANEXO - VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015 - DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

ITEM - 01			
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEÍCULO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Rod. SC 452, Km 15, s/nº - Centro – Cep.: 89.618-000 – CNPJ 95.996.104/0001-04

01	01	UN D	<p>Veículo automotor novo, ano/modelo 2015/2016, ou superior, zero km, para transporte de passageiros, tipo minibus, teto com altura interna de no mínimo 1.894 mm (teto alto); destinado ao transporte de passageiros, apto a trafegar em rodovias pavimentadas e não pavimentada, com as seguintes características mínimas: <u>AIR BAG DUPLO</u> – motorista e passageiros dianteiros; Freios ABS motor a diesel turbinado e interculado; injeção eletrônica, com no mínimo 130 CV NBR; direção hidráulica, capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros com o motorista; banco do motorista regulável em altura, bancos dos passageiros com assentos individuais reclináveis, revestidos em tecido navalhado e apoio para braço e cabeça (padrão executivo); espelho retrovisor externo com acionamento elétrico; equipado com ar condicionado, com duplo ar (frente e bancos traseiros), na parte traseira com o mínimo de 3 (três) saídas de ar de dois pontos para os passageiros, rodas aro 16; acionamento elétrico dos vidros dianteiros, faróis de neblina; porta pacotes junto ao teto, bagageiro elevado em baixo dos últimos assentos com capacidade mínima de 1000 lts; iluminação no compartimento de passageiros por duas lâmpadas embutidas; cortina em tecido para vidros laterais e porta traseira, caixa de cambio com 05 (cinco) marchas a frente e uma a ré, trava elétrica das portas; tapete de borracha; radio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; DVD com TELA 17"(opcional), com instalação de alto falantes no compartimento de passageiros. Veículo equipado com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT, homologado</p>
Valor Máximo do ITEM R\$: 134.300,00			

LEIA-SE:

ANEXO - VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2015 - DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO

ITEM - 01			
ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO VEICULO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Rod. SC 452, Km 15, s/nº - Centro – Cep.: 89.618-000 – CNPJ 95.996.104/0001-04

01	01	UN D	<p>Veículo automotor novo, ano/modelo 2015/2015, ou superior, zero km, para transporte de passageiros, tipo minibus, teto com altura interna de no mínimo 1.769mm (teto alto); destinado ao transporte de passageiros, apto a trafegar em rodovias pavimentadas e não pavimentada, com as seguintes características mínimas: AIR BAG DUPLO – motorista e passageiros dianteiros; Freios ABS motor a diesel turbinado e interculado; injeção eletrônica, com no mínimo 127 CV NBR; direção hidráulica, capacidade mínima para 16 (dezesesseis) passageiros com o motorista; banco do motorista regulável em altura, bancos dos passageiros com assentos individuais reclináveis, revestidos em tecido navalhado e apoio para braço e cabeça (padrão executivo); espelho retrovisor externo com acionamento elétrico; equipado com ar condicionado, com duplo ar (frente e bancos traseiros), na parte traseira com o mínimo de 3 (três) saídas de ar de dois pontos para os passageiros, rodas aro 16; acionamento elétrico dos vidros dianteiros, faróis de neblina; porta pacotes junto ao teto, bagageiro elevado em baixo dos últimos assentos; iluminação no compartimento de passageiros por duas lâmpadas embutidas; cortina em tecido para vidros laterais e porta traseira, caixa de câmbio com 05 (cinco) marchas a frente e uma a ré, trava elétrica das portas; tapete de borracha; rádio AM/FM com MP3/WMA, com porta USB; DVD com TELA 17"(opcional), com instalação de alto falantes no compartimento de passageiros. Veículo equipado com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CNT, homologado pelo DETRAN.</p>
Valor Máximo do ITEM R\$: 134.300,00			

1.2 – As outras cláusulas, regras e condições permanecem inalteradas na forma original do presente edital.

Monte Carlo, SC, 31 de Agosto de 2015.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
 PREFEITO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO FMS 034/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de CREDENCIAMENTO FMS 034/2015. Objeto: CREDENCIAMENTO DE CLINICAS, conforme anexo. Data: 30/09/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira – Secretário de Finanças.

LEI Nº. 1707

LEI Nº. 1707, de 28 de Agosto de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO A CELEBRAR PARCELAMENTO DE DÉBITO DO PASEP JUNTO À RECEITA FEDERAL, NA FORMA A SEGUIR ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica homologado o parcelamentodo débito de R\$ 722.306,40 (Setecentos e vinte e dois mil e trezentos e seis reais e quarenta centavos), incluídos neste valor a multa de Ofício de 75% (Setenta e Cinco por cento), em 60 meses, junto à Receita Federal, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - do Município de Morro da Fumaça, relativo ao período de 01/05/2010 até 31/12/2012, processo número 11516-721.656/15-61.

Art. 2º Para amortização do principal e acessório fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.

Parágrafo Único - Os valores das parcelas serão corrigidos pela Taxa Selic.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 28 de Agosto de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 129/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 50/2015. Data da entrega dos envelopes: 14/09/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 14/09/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 31 de agosto de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 171/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 171/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratado: SOFTPRO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 09.118.323/0001-59

Valor: R\$ 14.544,66.

Vigência : Início: 17/08/2015 Término: 17/08/2016.

Licitação : Pregão Presencial nº104/2015.

Recursos : Dotação: 2.138 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TERMINAL DE GERENCIAMENTO DE SENHAS DE ATENDIMENTO - TOTEM DE DISPENSA DE SENHA E MONITOR DE CHAMADOS DE SENHAS PARA ENCAMINHAMENTO AOS GUICHES DO SETOR DE IPTU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 104/2015.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 126/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE PMN 126/2015.

Processo: INEX. PMN 126/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO À AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Contratada: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA.

CNPJ: 00.070.408/0001-30.

Valor: R\$ 552.000,00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 27 de agosto de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015

PROCESSO Nº 085/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2015

Aos 27 dias do mês de agosto de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 27/08/2015 RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto é o Registro de Preços para aquisição parcelada de Recompositor de pista Usinado a Quente, para aplicação a Frio (asfalto frio), para manutenção de vias públicas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, conforme quantidades e especificações constantes deste edital, tipo menor preço por Item.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA – EPP (CNPJ Nº 18.375.607/0001-11)

Item	Unid.	ESPECIFICAÇÃO	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
1	Unid.	Recompositor de pista Usinado a Quente para aplicação a Frio (asfalto frio), c/ frete para entrega no município de Nova Trento. Embalados em sacos de 25kg.	3.000	27,90	83.700,00
TOTAL R\$					83.700,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 83.700,00 (Oitenta e três mil e setecentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 27 de agosto de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 016/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 016/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Marcos de Aguiar Pereira	17/04/1984	0,0	0,0	0,0
02	Simone Moraes Nunes	18/02/1988	0,0	0,0	0,0

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
NÃO OUVES INSCRITOS					

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA (PEDIATRA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
NÃO OUVES INSCRITOS					

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA (GINECOLOGISTA)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Zenildo Ribeiro de Souza	23/05/1950	0,0	4,0	4,0

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 01 de setembro de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO Nº 164/2015 - NOMEIA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO Nº 164, de 31 de agosto de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Alcir Danilo Tomazi	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais
Rosangela de Fatima Frizzo	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais
Lucimere Eduarda de Souza	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 31 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 166/2015 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO nº 166/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 –NONA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 02 de setembro a 16 de setembro 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;
VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
IX - Cópia Comprovante de Residência;
X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).
XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;
XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;
XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso
XVI - Inscrição no PIS/PASEP;
XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.
XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).
XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 166/2015)

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
9º	556	Claudemir Freitas Pereira

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
4º	32	Angelica Tatiane Furlan da Silva

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 166/2015)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº, Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº
002/2015, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho,
pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº, publicado
no Diário Oficial dos Municípios de//.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

DECRETO Nº 167/2015 - NOMEIA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002-2015

DECRETO Nº 167, de 31 de agosto de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Maristela Dutra	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais
Jamir Marchi	Operador de Máquinas	40 horas semanais

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 31 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

Origem: Edital de Licitação nº 084/2015. Dispensa de Licitação nº 010/2015. Fundamentação: Art. 24, Inciso X, Lei nº 8666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60 Contratado: PIERRE DEMITRIUS SARTORI, inscrito no CPF nº 767.100.689-10. Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, localizado na Rua Dona Cotinha, nº 49, Centro, cidade de Nova Trento/SC. O valor da locação é de R\$ 700,00 (Setecentos reais) mensais. Vigência do contrato: 12 meses.

Nova Trento, 03 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

PORTARIA Nº 841/2015

PORTARIA Nº 841 / 2015

Designar Servidor, como Diretor Substituto do SAMAE.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o Art. 2º da Lei nº 1.136 de 04/07/91, alterado pela Lei Complementar nº 005 de 13 de março de 2.001 e amparado nos artigos 17, inciso II e 19 da Lei Municipal nº 1.207 de 30/08/92 e C.F. artigo 37, inciso II;

RESOLVE:

DESIGNAR, ERNANI INACIO FACCHINI, matrícula 61, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Chefe do Departamento de Operação e Manutenção do quadro de Cargos Comissionados do SAMAE, para ocupar o cargo em comissão de Diretor do SAMAE – nível CC-01, pertencendo ao quadro de cargos comissionados da Administração Direta do SAMAE, (Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto), com 40 (quarenta) horas semanais, durante o impedimento do titular, Sr. Carlos Tarcisio Battisti, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 01 de setembro à 20 de setembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 31 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02-2014 CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2014

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Visoli Construtora LTDA EPP

O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 30 (trinta dias), a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 28/08/2015 a 27/09/2015.

Novo Horizonte-SC, 28 de agosto de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02-2012 CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2012

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : MPA Engenharia Ltda

DA VIGÊNCIA O prazo Contratual fica prorrogado por mais 1 (um) mês, com término em 27/09/2015.

Novo Horizonte-SC, 28 de agosto de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

Orleans

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA AMPLIAÇÃO DO PERIMETRO URBANO EM PINDOTIBA

Orleans, SC, 31 de agosto de 2015.

CONVITE

A Administração Municipal e o Conselho da Cidade (CONCID), convida V. Sra. para participar da Audiência Pública de Ampliação do Perímetro Urbano no Distrito de Pindotiba, a saber:

Dia: 17 de setembro de 2015

Local: Salão Paroquial de Pindotiba

Horário : 19h

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES	VALENTIM ZOMER RAMPINELI
Prefeito de Orleans	Presidente do CONCID

EDITAL DE CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014, mediante o qual fica CONVOCADO(a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 003/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 003/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 003/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
RUBIA FERNANDES BORGES	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	40 h

Orleans, 31 de agosto de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO N° 058/2015 DO PROCESSO LICITATÓRIO N 0037/2015 - PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2015

Processo Licitatório n 0037/2015

Modalidade de Pregão Presencial n. 0001/2015

CONTRATO N° 058/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu.

Valor total: R\$ 139.707,42(Cento e trinta e nove mil setecentos e sete reais e quarenta e dois centavos).

Data de assinatura: 31/08/2015

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO RET.CONCURSO

Estado De Santa Catarina

Município De Ouro Verde

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2015 (RETIFICADO). A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, Sra. ROSANE MINETTO SELIG, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto Concurso Público destinado ao provimento de vagas do Poder Executivo Municipal, aos cargos/funções de: Agente de Copa e Limpeza; Auxiliar de Serviços Gerais; Vigia; Agente de Manutenção e Construção; Motorista; Gestor de Licitações; Arquiteto e Urbanista; Operador de Trator Agrícola; Auxiliar Administrativo; Assistente Social; Psicólogo; Médico; Professor II; Agente Comunitário de Saúde; Enfermeiro; Agente de Defesa Civil; Monitor de Programas Sociais; Contador; Operador de Máquinas Rodoviárias; Professor II Educação Física.

INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas no período de 01 a 30 de setembro de 2015. Maiores informações constam do inteiro teor deste edital que se encontra publicado no Mural Oficial e no site do Município de Ouro Verde (www.ouroverde.sc.gov.br), bem como no site da empresa contratada para realizar referido serviço, Construir Concursos e Assessorias (www.construirconcursos.com.br)

Ouro Verde, 31 de agosto de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº132/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.132/2015, no dia 15 de Setembro de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Tereziinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº132/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza e desinfecção de caixas d'água, que serão prestados nas Unidades de Ensino do Município e demais setores que integram a Secretaria de Educação, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 31 de Agosto de 2015. Pregoeiro.

DECRETO Nº 1.890, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.890, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA ORDEM DE R\$ 128.000,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL REAIS)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), na dotações orçamentárias abaixo:

17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.145 – Gestão e Estruturação do SUS R\$ 128.000,00

Red. 384 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.020179 – Rec. De impostos – Saúde 15% R\$ 128.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
17.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2.145 – Gestão e Estruturação do SUS R\$ 128.000,00

Red. 361 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.020179 – Rec. De impostos – saúde 15% R\$ 128.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de agosto de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO Nº 017/2015.

TERMO DE ADOÇÃO Nº 017, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e Vilson Coelho.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Tereziinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no CPF/MF sob o nº 0045773569-79, doravante denominado MUNICIPIO, e, de outro lado, VILSON COELHO, brasileiro, portador do RG n. 101705 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n. 343.190.269-34, residente e domiciliado à Rua Mirasol, n. 135, Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP 88.132-085, doravante denominado ADOTANTE, resolvem celebrar o presente Termo de Adoção, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 1.030, de 09 de outubro de 1989 e no Decreto nº 1.623, de 11 de março de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a adoção da seguinte área pública: Rótula da Avenida Alexandre Coelho (Avenida da Integração) com a Avenida Atílio Pagani, situada no Bairro Pagani, neste Município, que será formalizada na modalidade de responsabilidade total do ADOTANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPENSAÇÃO À ADOÇÃO

2.1 O ADOTANTE fica autorizada, a afixar, na área adotada, placas padronizadas conforme previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº 1.623, de 11 de março de 2014 que regulamentou a Lei Municipal nº 1030/1989, nas seguintes proporções:

I – nas áreas com superfície inferior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderão ser colocadas 04 (quatro) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

II – nas áreas com superfície superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderá ser colocadas 08 (oito) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

III – nas áreas em que predomine o comprimento, nos casos de canteiros divisores e rótulas de vias públicas, poderá ser colocada 01 (uma) placa com dimensão de 0,50 x 0,35 metros, para cada 500 (quinhentos) metros de extensão das áreas.

2.2 O ônus com relação à elaboração das placas será de inteira responsabilidade do ADOTANTE observados os critérios e o padrão a ser fornecido pelo MUNICÍPIO em tempo e modo oportuno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 O ADOTANTE terá as seguintes obrigações para com área pública adotada:

- I – realizar pinturas em geral;
- II – efetuar a poda de árvores e o ajardinamento;
- III – executar pequenos reparos na área e/ou acessórios;
- IV – manter os canteiros da área, efetuando o plantio de flores;
- V – realizar demais atividades de conservação e manutenção da área pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO

4.1 Fica delegado à Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM e à Secretaria de Serviços Públicos – SESP as atribuições de fiscalizar as intervenções que desvirtuem o espaço ou causem prejuízos ao interesse público.

4.2 Caberá ao MUNICÍPIO, através dos órgãos competentes:

I – a aprovação dos projetos e urbanização de construção das praças públicas que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do Termo de Parceria estabelecido;

II – a fiscalização das obras e do cumprimento do presente Termo de Adoção.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

5.1 O ADOTANTE ficará responsável por todos os encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados para a execução dos trabalhos na área descrita na Cláusula Primeira deste Termo de Adoção.

5.2 Em hipótese alguma o MUNICÍPIO poderá ser responsabilizado pelas obrigações assumidas pelo ADOTANTE, mesmo que na forma solidária ou subsidiária.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Adoção terá o prazo de duração de 01 (um) ano, prorrogável, por iguais e sucessivos, com vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VEDAÇÃO

7.1 Fica vedada a exploração comercial da área pública a ser adotada, muito menos desvirtuar a natureza, uso e gozo da área.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Este Termo de Adoção poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO DO USO DA ÁREA

9.1 O MUNICÍPIO poderá utilizar a área descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, quando da oportunidade e conveniência, inclusive, podendo colocar placas e outros matérias, quando do uso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 O presente Termo de Adoção será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir as controvérsias resultantes do presente termo.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 20 de agosto de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

VILSON COELHO
Adotante

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA Nº 01/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015**

ERRATA Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2015

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que foi alterado o Anexo I, conforme nova especificação.

Onde se lia:

...

“ 1.2. Os sistemas deverão atender os seguintes requisitos técnicos:

a) Possuir total aderência à legislação Federal e Estadual, exigindo-se do fornecedor compromisso de imediata adequação às Legislações Federal e Estadual”;

....

“Anexo III

Minuta do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA configurar, parametrizar e instalar os sistemas objeto deste contrato, além de treinar os servidores indicados na sua utilização, e ainda, prestar Assistência Técnica apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos sistemas.

V) Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até dois dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco”.

Agora se lê:

...

“ 1.2. Os sistemas deverão atender os seguintes requisitos técnicos:

a) Possuir total aderência à legislação Federal e Estadual, exigindo-se do fornecedor compromisso de adequação às Legislações Federal e Estadual”;

....

“Anexo III

Minuta do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA configurar, parametrizar e instalar os sistemas objeto deste contrato, além de treinar os servidores indicados na sua utilização, e ainda, prestar Assistência Técnica apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos sistemas.

V) Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco”.

Palhoça, 31 de agosto de 2015.

CRISTIANE A. DA SILVA

Pregoeira

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 022/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 022/2015 de 09 de julho de 2015

"REVOGA A PORTARIA Nº 021/2015 DE 30 DE JUNHO DE 2015"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria Nº 021/2015 de 30 de junho de 2015 que "CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2013 À 21 DE JUNHO DE 2014".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 09 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 023/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 023/2015 de 09 de julho de 2015

"CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 134, A SENHORA NOELI CRISTINA DA SILVA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 17/09/2013 À 16/09/2014".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 134, a senhora NOELI CRISTINA DA SILVA, portadora do CPF nº. 842.758.809-78, no período de 10/07/2015 à 29/07/2015, referente período aquisitivo de 17/09/2013 à 16/09/2014, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 30 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 024/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 024/2015 de 09 de julho de 2015

"CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 120, A SENHORA ROSINHA SAVITSKI REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22/05/2014 À 21/05/2015".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 134, a senhora ROSINHA SAVITSKI, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, no período de 10/07/2015 à 29/07/2015, referente período aquisitivo de 22/05/2014 à 21/05/2015, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 09 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 025/2015 DE 10 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 025/2015 de 10 de julho de 2015

“ESTABELECE O RECESSO DAS SESSÕES PLENÁRIAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 18/07/2015 À 31/07/2015”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas nos artigos 7º e 27º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido o recesso das Sessões Plenárias no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva no período de 18/07/2015 à 31/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 026/2015 DE 10 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 026/2015 de 10 de julho de 2015

“SUSPENDE OS PRAZOS DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 18/07/2015 À 31/07/2015, EM VIRTUDE DO RECESSO DAS SESSÕES PLENÁRIAS.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas nos artigos 7º e 27º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, e em observância aos dispositivos da Portaria 025/2015 de 10 de julho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensos os prazos de todos os processos legislativos no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva, do período de 18/07/2015 à 31/07/2015.

Parágrafo único – A suspensão se faz necessária, em virtude do recesso das sessões plenárias, correspondente ao mesmo período do caput.

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 027/2015 DE 10 DE JULHO DE 2015

Portaria Nº 027/2015 de 10 de julho de 2015

“ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE 18/07/2015 À 31/07/2015”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - O funcionamento da Câmara Municipal de Papanduva, entre os dias 18/07/2015 à 31/07/2015, será de Segunda à Sexta-Feira das 08:00 horas às 12:00 horas.

§ 1º - Os servidores lotados nos cargos com 10 e 20 horas de serviço semanal, realizarão a jornada de trabalho proporcionalmente aos que estão lotados nos cargos com 40 horas de trabalho semanal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de julho de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO 147/2015-PMP AO CONTRATO 25/2015-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 147/2015-PMP
AO CONTRATO Nº 25/2015- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 07/2015 - PMP, modalidade Tomada de Preço nº 03/2015 - PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma do batalhão da Polícia Militar de Penha para a colocação dos equipamentos de monitoramento das câmeras de segurança

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 147/2015-PMP, ao Contrato Administrativo nº 25/2015-PMP, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a firma CONSTRUTORA NIEBUHR LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Josiane Girardi, nº 60, Bairro Centro, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.659.893/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luiz Niebühr, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 25/2015-PMP, fica prorrogado até 31.12.2015, a contar do dia 27/08/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 27 de Agosto de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

200

PORTARIA Nº 200/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 141/2015 (denúncias sobre a funcionária Helena de Almeida Magalhães), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2380/2015

DECRETO Nº.2380/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2777/2015.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas
.....R\$ 500.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Penha
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Penha
Programa de Trabalho: 01.031.0001
Atividade: 2.001 – Funcionamento e manutenção da Câmara municipal de Vereadores de Penha
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (001) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (002) – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (003) – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2381/2015

DECRETO Nº.2381/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2778/2015.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.017.000,00 (Um milhão, dezessete mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.057 – PAB Variável - Saúde da Família
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (025) – Aplicações Diretas
.....R\$ 70.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.063 – Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00(048) – Aplicações Diretas
.....R\$ 6.500,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.064 – Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(054) – Aplicações Diretas
.....R\$ 200.000,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008
Atividade: 2.071 – Proteção Social Especial de Média Complexidade
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(017) – Aplicações Diretas

..... R\$ 10.500,00

Órgão: 05 – Secretaria da Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.122.0004
Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (019) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Órgão: 05 – Secretaria da Administração
Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
Programa de Trabalho: 04.122.0004
Atividade: 2.010 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (030) – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.011 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(033) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 80.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Orçamento e Contabilidade
Programa de Trabalho: 28.845.0000
Operações Especiais: 0.005 – Contribuições ao Pasep
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (041) – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.365.0009
Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creches
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (082) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional
Programa de Trabalho: 15.451.0013
Atividade: 2.040 – Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (120) – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008
Projeto/Atividade: 2.071 – Proteção Social Especial de Média Complexidade
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(014) – Transferência à

Instituições Privadas sem fins lucrativos
R\$ 10.500,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.482.0008
Projeto/Atividade: 2.073– FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(025) – Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Projeto/Atividade: 2.074– Gestão Administrativa do FUMTUR – Sistema de Informações Turísticas
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(001) – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(002) – Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Projeto/Atividade: 2.077– Gestão Administrativa do FUMTUR – Eventos
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(001) – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Projeto/Atividade: 2.078– Gestão Administrativa do FUMTUR – Aprimoramento da Gestão do Turismo
Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(010) – Aplicações Diretas
R\$ 21.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(011) – Aplicações Diretas
R\$ 10.500,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município
Unidade Orçamentária: 02 – Casa da Cidadania
Programa de Trabalho: 04.061.0003
Atividade: 2.006 – Funcionamento e manutenção da Casa da Cidadania
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (015) – Aplicações Diretas
R\$ 21.000,00

Órgão: 05 – Secretaria da Administração
Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
Programa de Trabalho: 04.122.0004
Atividade: 2.010 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (031) – Aplicações Diretas
R\$ 21.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 28.843.0000
Operações Especiais: 0.004 – Pagamento da Dívida Pública Municipal
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.2.90.00.00.00.00.00(039) – Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00
Elemento: 4.6.90.00.00.00.00.00(040) – Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Tributação e Cadastro
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.013 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(044) – Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Órgão: 07 – Controladoria Interna
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.122.0006
Atividade: 2.015 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (050) – Aplicações Diretas
R\$ 14.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.365.0009
Atividade: 2.029 – Funcionamento e manutenção do PNAE – Ensino Creche
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (084) – Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.0304
Projeto: 1.008 – Construção de Quadras Poliesportivas
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (079) – Aplicações Diretas
R\$ 350.000,00

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional
Programa de Trabalho: 17.512.0307
Projeto: 1.014 – Construção de galerias para drenagem pluvial
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (133) – Aplicações Diretas
R\$ 89.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2382/2015

DECRETO Nº. 2382/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 11, 13 E 14 DA LEI MUNICIPAL 2734 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), conforme art.11, 12 e 14 da Lei Municipal nº 2734/14 de 10 de dezembro de 2014, destinado à suplementar a seguinte dotação:

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 06 – Departamento de Águas e Saneamento
Programa de Trabalho: 17.512.0016
Atividade: 2.049 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Águas e Saneamento
Fonte de Recursos: 0001 – Próprios
3.3.90.00.00.00.00.00/155 – Aplicações Diretas
..... R\$- 3.000.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados a arrecadação dos serviços de fornecimento de água.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2777/2015

LEI Nº.2777/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas
.....R\$ 500.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Penha
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores de Penha
Programa de Trabalho: 01.031.0001
Atividade: 2.001 – Funcionamento e manutenção da Câmara municipal de Vereadores de Penha
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (001) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (002) – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (003) – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2778/2015

LEI Nº.2778/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.017.000,00 (Um milhão, dezessete mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.057 – PAB Variável - Saúde da Família
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (025) – Aplicações Diretas
.....R\$ 70.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.063– Funcionamento e Manutenção das Ações Epidemiológicas
 Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00(048) – Aplicações Diretas
R\$ 6.500,00

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Programa de Trabalho: 10.301.0014
 Atividade: 2.064– Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
 Recurso: 0.1.0002 – Recursos de Impostos e de Transferências - Saúde
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(054) – Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Programa de Trabalho: 08.244.0008
 Atividade: 2.071– Proteção Social Especial de Média Complexidade
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(017) – Aplicações Diretas
 R\$ 10.500,00

Órgão: 05 – Secretaria da Administração
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.122.0004
 Atividade: 2.007 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (019) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Órgão: 05 – Secretaria da Administração
 Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
 Programa de Trabalho: 04.122.0004
 Atividade: 2.010 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (030) – Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.123.0005
 Atividade: 2.011 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(033) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 R\$ 80.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Orçamento e Contabilidade
 Programa de Trabalho: 28.845.0000
 Operações Especiais: 0.005 – Contribuições ao PASEP
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (041) – Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
 Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creches
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (082) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos
 Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional
 Programa de Trabalho: 15.451.0013
 Atividade: 2.040 – Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (120) – Aplicações Diretas
 R\$ 300.000,00
 Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Programa de Trabalho: 08.244.0008
 Projeto/Atividade: 2.071– Proteção Social Especial de Média Complexidade
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00(014) – Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos
 R\$ 10.500,00

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Programa de Trabalho: 08.482.0008
 Projeto/Atividade: 2.073– FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(025) – Aplicações Diretas
 R\$ 200.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
 Programa de Trabalho: 23.695.0015
 Projeto/Atividade: 2.074– Gestão Administrativa do FUMTUR – Sistema de Informações Turísticas
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(001) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(002) – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
 Programa de Trabalho: 23.695.0015
 Projeto/Atividade: 2.077– Gestão Administrativa do FUMTUR – Eventos
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(001) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo
 Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Turismo
 Programa de Trabalho: 23.695.0015
 Projeto/Atividade: 2.078– Gestão Administrativa do FUMTUR – Aprimoramento da Gestão do Turismo
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(010) – Aplicações Diretas
 R\$ 21.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(011) – Aplicações Diretas
 R\$ 10.500,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município

Unidade Orçamentária: 02 – Casa da Cidadania
 Programa de Trabalho: 04.061.0003
 Atividade: 2.006 – Funcionamento e manutenção da Casa da Cidadania
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (015) – Aplicações Diretas
 R\$ 21.000,00
 Órgão: 05 – Secretaria da Administração
 Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
 Programa de Trabalho: 04.122.0004
 Atividade: 2.010 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (031) – Aplicações Diretas
 R\$ 21.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 28.843.0000
 Operações Especiais: 0.004 – Pagamento da Dívida Pública Municipal
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.2.90.00.00.00.00.00(039) – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.6.90.00.00.00.00.00(040) – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Tributação e Cadastro
 Programa de Trabalho: 04.123.0005
 Atividade: 2.013 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(044) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 07 – Controladoria Interna
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.122.0006
 Atividade: 2.015 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (050) – Aplicações Diretas
 R\$ 14.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
 Programa de Trabalho: 12.365.0009
 Atividade: 2.029 – Funcionamento e manutenção do PNAE – Ensino Creche
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (084) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
 Programa de Trabalho: 12.361.0304
 Projeto: 1.008 – Construção de Quadras Poliesportivas
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (079) – Aplicações Diretas
 R\$ 350.000,00

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos
 Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional
 Programa de Trabalho: 17.512.0307
 Projeto: 1.014 – Construção de galerias para drenagem pluvial
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (133) – Aplicações Diretas
 R\$ 89.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2015.
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015 – PMP
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.
 VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.
 EMPRESA: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
 VALOR R\$: 1.585,50 (UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
 A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015 – PMP
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.
 VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.
 EMPRESA: COMERCIAL STORINNY LTDA-EEP
 VALOR R\$: 15.482,55 (QUINZE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)
 A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2015- PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

VALOR R\$: 16.331,80 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E TRINTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

VALOR R\$: 2.100,00 (DOIS MIL E CEM REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

VALOR R\$: 10.918,76 (DEZ MIL, NOVECENTOS E DEZOITO REAIS E SETENTA E SEIS REAIS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI LTDA ME

VALOR R\$: 22.495,60 (VINTE E DOIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO E SESSENTA CENTAVOS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR R\$: 7.768,34 (SETE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

EMPRESA: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME

VALOR R\$: 11.981,27 (ONZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)

A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRA-SE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO

AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE
WWW.PENHA.SC.GOV.BR
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 72/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.
VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.
EMPRESA: LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME
VALOR R\$: 1.080,00 (UM MIL E OITENTA REAIS)
A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRESE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 73/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.
VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.
EMPRESA: ASTROGILDO OJEDA-ME
VALOR R\$: 9.416,25 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)
A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRESE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015 – PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 – PMP, PROCESSO ADMINISTRATIVO N 41/2015-PMP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSINATURA DA ATA: 28/08/2015.

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.
EMPRESA: SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA
VALOR R\$: 17.430,00 (DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA REAIS)
A ATA COM OS PREÇOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES ENCONTRESE DISPONIBILIZADA PARA CONSULTA NESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SITO AVENIDA NEREU RAMOS, 190, CENTRO, PENHA/SC, OU NO SITE WWW.PENHA.SC.GOV.BR
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2013 ESF - ENFERMEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público – Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 10/09/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hs às 16:00hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013 - ESF.

Cargo: ENFERMEIRO
CLASSIFICAÇÃO CPF NOME
33º. 047.179.939-42 CHARLENE DEITOS DE BORBA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

Saída: _____ Penha (SC), _____, de _____,
de _____.
Assinatura
ANEXO 3
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2015.

ANEXO 4
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não me encontro em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2015.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

PP28/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 – PMP

Objeto: LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E PARA PROJETOS EXTRACURRICULARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega de Envelopes; 14/09/2015 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 15/09/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 31 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP29/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 14/09/2015 até às 17:00 horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 15/09/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 31 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 32ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e cinco de agosto de 2015. Ausentes os Senhores Vereadores Felipe Rebello Schmidt e Jesuel Francisco Capela devido a viagem à Brasília, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente em exercício Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 310, 311 e 312/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 313,314 e 315/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 316/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. – foi determinado a leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 28/2015 de autoria do Vereador SÉRGIO DE MELLO: - MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2003/2004 DE 20 DE SETEMBRO DE 2004. Leitura do Projeto de Resolução nº 12/2015 de autoria da Mesa Diretora: DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE ESPECIFICA - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 33/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, em Regime de Urgência - Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 34/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS em Regime de Urgência. REQUERIMENTOS: Nº 159/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 164/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI,: aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 165/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 166/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 167/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO aprovado por unanimidade dos presentes. MOÇÃO: Nº 53/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA: aprovado por unanimidade dos presentes. ORDEM DO DIA - ART. 131 R.I. - Em discussão e votação única o - Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 33/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, aprovado por unanimidade dos presentes - Em discussão e votação única o - Regime de Urgência ao Projeto de Lei Ordinária nº 34/2015 do Executivo: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS aprovado por unanimidade dos presentes - EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O Projeto de Lei Ordinária nº 20/2015 do Legislativo, de autoria da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro: DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS, AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - aprovado por unanimidade dos presentes, com ausência em Plenário do Vereador Jefferson Ademir Custódio. CONSIDERAÇÕES FINAIS ART.132 R.I. Fez uso da palavra, conforme convite por parte do Exmo. Sr. Presidente em exercício Clóvis Bergamaschi, o sub-tenente do Corpo de Bombeiros Ivan Carlos que veio através de seu discurso apontar a necessidade da capacitação e do preparo dos funcionários da rede municipal de ensino na área dos primeiros socorros. Em aparte, a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro a presença e a ótima qualidade no atendimento por parte do Corpo de Bombeiros. Assumindo a tribuna pelo tempo regimental, o Vereador Sérgio de Mello, antes da saída dos vereadores que receberam sua dispensa, trouxe à tona dois tópicos; a inauguração de um trapiche no município e o fato de que alguns vereadores estarem instigando a população contra os vereadores de oposição. Finalizando, falou sobre o não cumprimento dos prazos estipulados por parte do Poder Executivo. O Vereador Isac Hamilton da Costa pronunciando-se em tribuna fez seu pronunciamento com base na situação dos bombeiros nas

praias do município, apresentando questionamentos, relatos e demonstrando seu interesse em trazer futuramente um requerimento sobre esse mesmo assunto. Em aparte, a Vereadora Áurea Márcia apresentou a possibilidade de serem contratados guarda-vidas por concurso, para que possam estar exercendo a função durante todo o ano, e não somente em alta temporada. Ato contínuo, a Vereadora Maria Juraci Alexandrino iniciou seu discurso relatando sua ida a Brasília juntamente com os Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho e Édio Marquetti a fim de participar da décima terceira marcha dos vereadores. Falando sobre a Comissão Geral Nacional em Defesa do Pacto Federativo, ressaltou a importância da descentralização da arrecadação para que haja um melhor investimento por parte dos Estados e Municípios. Sobre o PMDB mulher, falou sobre o trabalho que vem sendo realizado regularmente com a coordenação da psicóloga Scheila no município. Anunciou uma proposta de emenda parlamentar proposta pela deputada Dirce que visa trazer ao município uma máquina pra realização do exame de mamografia e seu interesse em instaurar CPIs no município. Assumindo a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio discursou sobre os avanços feitos no município, que vão desde a obtenção de uma ambulância adequada para o transporte daqueles que necessitam até a construção de um Núcleo de Atendimento a Mulher e a Criança. Sobre os exames realizados no município, ressaltou a necessidade de suprir a necessidade que o município hoje apresenta. Em parte, a Vereadora Áurea Márcia demonstrou que pelos valores oferecidos pelo Município, são os profissionais que acabam por não ter interesse em trabalhar no sistema de saúde pública. Finalizando, falou sobre a necessidade de demonstrar os avanços feitos no município e não apenas se manter na crítica. Fazendo uso da tribuna pelo tempo regimental, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho falou sobre a situação dos médicos no sistema público de saúde e a falta de estrutura para o trabalho adequado dos guarda vidas no município. Sobre a situação de falta de medicamentos, o Vereador Jeferson se manifestou em aparte, assim como para abordar a questão do meio de pagamento dos médicos. Ao fim do último pronunciamento, após autorização o Exmo. Sr. Presidente em exercício, o Vereador Isac realizou um convite a todos para a Décima Quarta Festa do Pescador Artesanal a ser realizada no fim de semana subsequente, assim como a Vereadora Juraci para o Curso de Formação Política com foco na juventude no domingo a seguir. Nada mais havendo, o Exmo. Sr. Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão convocando a próxima reunião para o dia 27 de agosto do corrente, quinta-feira, às 09 horas da manhã. E, para constar, Eu, Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário. Sala das Sessões, 25 de agosto de 2015.

CLÓVIS BERGAMASCHI
Presidente e.e.

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

ATO Nº 006/2015

ATO 006/CMP/ED001/2015

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGA LOCAL E HORÁRIO DE PROVA
DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de acompanhamento do Concurso e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos listados no anexo I deste ato;

2. Ficam convocados os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 13 de Setembro de 2015, para realização da prova escrita objetiva, no seguinte local e horário:

2.1 Local:

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOÃO ANTONIO PINTO
RUA: TIJUCAS, Nº 126
LOCALIDADE OLARIA
PENHA - SC

2.2 Horário:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
Hora mínima de permanência em sala de prova	10 h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

Penha, 31 de Agosto de 2015
Felipe Rebello Schmidt
Presidente da Câmara

ANEXO I
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Advogado - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Fechamento Portão	Escola
1	105989	Adriana Petter Da Silva Fiorotto	25/02/1973	08:50	João Antonio Pinto
2	106314	Adriana Strenner	12/05/1990	08:50	João Antonio Pinto
3	107249	Alan Gregory Retkva	31/08/1988	08:50	João Antonio Pinto
4	104749	Alessandra Bento	10/10/1981	08:50	João Antonio Pinto
5	106304	Alessandra Schatzmann Fernandes	11/01/1975	08:50	João Antonio Pinto
6	104177	Alessandro Alves Leme	29/03/1975	08:50	João Antonio Pinto
7	107401	Alexander Pinto	19/04/1983	08:50	João Antonio Pinto
8	106445	Alexandra De Souza Caldeira	13/01/1992	08:50	João Antonio Pinto
9	101681	Alexandre Velame	28/09/1981	08:50	João Antonio Pinto
10	107399	Aliatan Ribeiro De Souza	03/09/1985	08:50	João Antonio Pinto
11	98590	Aline De Souza Zimmermann	28/04/1984	08:50	João Antonio Pinto
12	103952	Aloisio Alceu Henz Filho	24/02/1992	08:50	João Antonio Pinto
13	103603	Ana Paula Pereira	24/03/1990	08:50	João Antonio Pinto
14	106249	Ana Paula Silveira	13/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
15	99284	Andreia Kochella	11/11/1975	08:50	João Antonio Pinto
16	106188	Andressa Cicatto Longui	27/03/1988	08:50	João Antonio Pinto
17	105290	Andrey Gastaldi Da Silva	07/08/1990	08:50	João Antonio Pinto
18	105727	Angelita Fatima Ferracini	03/01/1970	08:50	João Antonio Pinto
19	98084	Antonio Roberto De Godoy Filho	06/09/1990	08:50	João Antonio Pinto
20	106349	Avenino Willian Reitz	09/10/1992	08:50	João Antonio Pinto
21	103944	Barbara Prochaska Lemos	12/12/1985	08:50	João Antonio Pinto

22	99233	Bianca Dalri Menestrina	02/06/1988	08:50	João Antonio Pinto
23	100423	Bruna Fernanda De Campos	14/08/1987	08:50	João Antonio Pinto
24	107236	Bruno Garcia Junior	13/02/1982	08:50	João Antonio Pinto
25	99401	Camila Gabriela Leal	14/07/1990	08:50	João Antonio Pinto
26	98354	Camila Novaes Castilho	18/06/1990	08:50	João Antonio Pinto
27	101378	Carina Testoni Greiffo	23/02/1993	08:50	João Antonio Pinto
28	107348	Carolina Marin	12/07/1991	08:50	João Antonio Pinto
29	99631	Carolina Sperotto Andrighetto Da Silva	28/06/1990	08:50	João Antonio Pinto
30	106586	Caroline Mryglod	26/07/1992	08:50	João Antonio Pinto
31	98704	Celio Cesar Sauer Junior	11/11/1988	08:50	João Antonio Pinto
32	106893	Charles Saint-clair Heil	19/11/1975	08:50	João Antonio Pinto
33	106919	Christiano Celmer Balz	23/04/1982	08:50	João Antonio Pinto
34	98454	Claudia Dos Santos	24/02/1976	08:50	João Antonio Pinto
35	98232	Claudia Roczanski Pinheiro	04/02/1984	08:50	João Antonio Pinto
36	106228	Cristiane Da Silva Coimbra Lira	21/05/1983	08:50	João Antonio Pinto
37	107174	Cristiane Villasanti Fagundes	27/04/1980	08:50	João Antonio Pinto
38	107296	Cristina Cecchele Madeira	09/08/1978	08:50	João Antonio Pinto
39	100206	Daniel Nilo Florindo	29/10/1979	08:50	João Antonio Pinto
40	105868	Daniela Fernanda Da Silva	17/11/1982	08:50	João Antonio Pinto
41	105142	Danubia Cereza	05/04/1991	08:50	João Antonio Pinto
42	106048	Dionathan Cesar Machado	04/09/1992	08:50	João Antonio Pinto
43	105070	Edivaldo Ubaldo Martins Da Silva	30/12/1979	08:50	João Antonio Pinto
44	104729	Eduardo Fernando Zaleski Teixeira	11/02/1989	08:50	João Antonio Pinto
45	107277	Eliezer Vanzella	22/11/1985	08:50	João Antonio Pinto
46	107353	Elizandreia Luzia	20/02/1979	08:50	João Antonio Pinto
47	106750	Erika Lana Lafin De Lacerda	15/08/1979	08:50	João Antonio Pinto
48	97682	Fabiana Arend Branco	04/10/1991	08:50	João Antonio Pinto
49	99777	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	26/09/1980	08:50	João Antonio Pinto
50	105493	Fabio Joao Jovita	21/05/1987	08:50	João Antonio Pinto
51	101586	Fabio Kammer	06/09/1982	08:50	João Antonio Pinto
52	107114	Fabricio Luiz Baldanca	20/11/1982	08:50	João Antonio Pinto
53	104760	Felipe De Castro Mucelin	16/08/1981	08:50	João Antonio Pinto
54	106658	Fernanda Vargas Weis	17/10/1987	08:50	João Antonio Pinto
55	107431	Filipe Rocha Ricardo	06/01/1990	08:50	João Antonio Pinto
56	98389	Francinet Cirilo Silva	21/07/1986	08:50	João Antonio Pinto
57	107052	Francielle Dos Santos	25/08/1992	08:50	João Antonio Pinto
58	100967	Gabriela Soldatelli Schneider	16/01/1990	08:50	João Antonio Pinto
59	100452	Gelson Margotti Pra	16/03/1988	08:50	João Antonio Pinto
60	106354	Gilliard Mariano Horongozo	07/07/1982	08:50	João Antonio Pinto
61	99835	Giovane Glesias Feldhaus	20/07/1984	08:50	João Antonio Pinto
62	99287	Giseli Schmidt Decker	22/09/1985	08:50	João Antonio Pinto
63	106742	Glycellen Jussiani De Freitas Da Silva	23/10/1986	08:50	João Antonio Pinto
64	101048	Gustavo Francisco Reis	06/06/1988	08:50	João Antonio Pinto
65	99640	Gustavo Rauh Schroeder	06/03/1989	08:50	João Antonio Pinto
66	98812	Humberto Carlos Borges	04/10/1966	08:50	João Antonio Pinto
67	106106	Jaqueline Cardoso Novais	10/08/1978	08:50	João Antonio Pinto
68	104918	Jaqueline Gurzynski Da Silva	02/02/1990	08:50	João Antonio Pinto
69	107347	Jean Carlos Pontes Schulze	09/05/1991	08:50	João Antonio Pinto
70	106130	Joana Sotopietra Sedrez	17/07/1990	08:50	João Antonio Pinto
71	104659	Joanita Maria Alves	24/11/1981	08:50	João Antonio Pinto
72	98139	Jonatha Vilarino	15/02/1982	08:50	João Antonio Pinto
73	99387	Jordy Felipe Schweitzer	10/08/1993	08:50	João Antonio Pinto
74	105219	Jose Grava Neto	15/03/1985	08:50	João Antonio Pinto

75	107245	Josias Dias De Camargo Filho	28/07/1970	08:50	João Antonio Pinto
76	106055	Juliana Maria Miniuki	14/07/1987	08:50	João Antonio Pinto
77	97866	Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin	05/01/1991	08:50	João Antonio Pinto
78	98033	Julio Cesar Nunes	07/06/1992	08:50	João Antonio Pinto
79	104138	Katia Regina Loss Coletti	18/04/1973	08:50	João Antonio Pinto
80	99312	Laila Rodrigues Mussi	25/06/1987	08:50	João Antonio Pinto
81	98172	Larissa Fernanda Cugnier	17/07/1977	08:50	João Antonio Pinto
82	106716	Laurence Tedeski Costa Petters Sardagna	04/05/1989	08:50	João Antonio Pinto
83	102939	Leandro Foster	23/10/1977	08:50	João Antonio Pinto
84	106864	Leandro Vinicius Hahn	22/06/1977	08:50	João Antonio Pinto
85	101211	Leticia Bellincanta Souza	22/04/1989	08:50	João Antonio Pinto
86	103820	Leticia Helena Zendron Range	03/09/1992	08:50	João Antonio Pinto
87	98053	Leticia Tavares	01/06/1988	08:50	João Antonio Pinto
88	106888	Lilian Germano Toyama	27/10/1974	08:50	João Antonio Pinto
89	100175	Liliane Almeida Mello	26/03/1987	08:50	João Antonio Pinto
90	106638	Luana Freitas Da Rosa	21/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
91	107152	Lucas Henrique Tschoeke Steidel	04/08/1992	08:50	João Antonio Pinto
92	98026	Luciana Garrozzi	28/12/1983	08:50	João Antonio Pinto
93	106855	Luciana Pucci Silva	04/08/1985	08:50	João Antonio Pinto
94	103745	Luis Eduardo Ravedutti	10/03/1990	08:50	João Antonio Pinto
95	106517	Luis Irapuan Campelo Bessa Neto	02/07/1992	08:50	João Antonio Pinto
96	105891	Maira Da Rocha Bressanini	14/01/1983	08:50	João Antonio Pinto
97	107305	Manuela Moreira Barreto	05/09/1979	08:50	João Antonio Pinto
98	100195	Marcelo Wormsbecker	23/06/1967	08:50	João Antonio Pinto
99	97707	Marciela	13/06/1981	08:50	João Antonio Pinto
100	106785	Maria Eduarda Berg Gayoso Neves	01/07/1987	08:50	João Antonio Pinto
101	105571	Maria Laura Santos Labes	13/07/1987	08:50	João Antonio Pinto
102	106966	Mariana Mioranza Koppe Pereira	05/10/1988	08:50	João Antonio Pinto
103	106844	Mariana Pelandre	15/12/1975	08:50	João Antonio Pinto
104	104042	Mariane Nascimento Mendes	12/01/1983	08:50	João Antonio Pinto
105	107390	Marina Cardoso Ferreira Fornasaro	05/08/1984	08:50	João Antonio Pinto
106	101238	Matheus Zimmermann Freitas	31/03/1992	08:50	João Antonio Pinto
107	106441	Maura Maravilha Dos Santos	22/05/1991	08:50	João Antonio Pinto
108	106944	Mauricio Comini	20/09/1982	08:50	João Antonio Pinto
109	107241	Maxine Ethel Bueno Netto	19/03/1976	08:50	João Antonio Pinto
110	98285	Maycson Trevisan	04/03/1993	08:50	João Antonio Pinto
111	98815	Melina De Fatima Catapan	26/05/1987	08:50	João Antonio Pinto
112	97425	Michael Ricardo Beck	10/01/1985	08:50	João Antonio Pinto
113	102957	Miraci Severo Vieira	30/06/1962	08:50	João Antonio Pinto
114	101663	Natasha Batista Rosa	11/02/1988	08:50	João Antonio Pinto
115	102338	Nathalia Da Rocha Fabre	03/03/1990	08:50	João Antonio Pinto
116	102563	Nelson Jose Karam Althoff	05/12/1976	08:50	João Antonio Pinto
117	103065	Pamela Raissa Pereira	15/11/1992	08:50	João Antonio Pinto
118	102784	Patricia Cardoso Martins	19/08/1981	08:50	João Antonio Pinto
119	107071	Paula Roberta Mello	16/12/1981	08:50	João Antonio Pinto
120	98044	Peterson Walter Scabury De Oliveira	16/07/1981	08:50	João Antonio Pinto
121	98618	Phillipe Guilherme Pereira	04/06/1991	08:50	João Antonio Pinto
122	105990	Priscila Pimont Berndt	14/02/1986	08:50	João Antonio Pinto
123	99618	Priscilla Macuco Ferreira	02/04/1986	08:50	João Antonio Pinto
124	104342	Rafael Alberto Da Silva	03/01/1985	08:50	João Antonio Pinto
125	106737	Rafael Buchmann	07/06/1985	08:50	João Antonio Pinto
126	106880	Rafael Dorval Da Costa	18/02/1984	08:50	João Antonio Pinto
127	97690	Rafael Hendrigo Godoy	18/11/1981	08:50	João Antonio Pinto

128	106631	Rafael Luiz Dalagnolo	18/04/1973	08:50	João Antonio Pinto
129	104822	Rafael Pimentel Pereira	23/01/1981	08:50	João Antonio Pinto
130	106576	Rafaela Berger De Souza Batschauer	15/07/1982	08:50	João Antonio Pinto
131	98424	Raphael Ruggeri Artner	19/01/1989	08:50	João Antonio Pinto
132	107438	Raymundo Witte Lins	26/10/1970	08:50	João Antonio Pinto
133	107175	Renan Lopes Araujo	02/11/1990	08:50	João Antonio Pinto
134	102075	Renata Pacheco	14/08/1984	08:50	João Antonio Pinto
135	102911	Renato Beirao Schmitz	26/05/1980	08:50	João Antonio Pinto
136	100216	Ricardo Matiello	20/06/1991	08:50	João Antonio Pinto
137	100977	Ricardo Wippel	27/10/1991	08:50	João Antonio Pinto
138	102028	Rosineia De Fatima Bianchessi Sauer	18/09/1964	08:50	João Antonio Pinto
139	106413	Rubens Emilio Stenger	31/03/1962	08:50	João Antonio Pinto
140	99139	Sabrine Santos De Souza Besen Floriani	23/08/1983	08:50	João Antonio Pinto
141	106544	Samir Leonardo Hallack Mokdisse	14/03/1990	08:50	João Antonio Pinto
142	101011	Sheila Goncalves Florentino Miranda	10/05/1988	08:50	João Antonio Pinto
143	99851	Shemersom Spader	22/04/1991	08:50	João Antonio Pinto
144	106637	Shirlene Reichert	14/11/1991	08:50	João Antonio Pinto
145	100732	Soraia Santos Cruz	11/12/1978	08:50	João Antonio Pinto
146	99006	Tatiana C Dos Reis Filagrana	02/07/1981	08:50	João Antonio Pinto
147	106766	Tatiana Maes Trentini	17/06/1985	08:50	João Antonio Pinto
148	97987	Thiago Moura Furtado	06/05/1989	08:50	João Antonio Pinto
149	102557	Tiago Murilo De Souza	13/01/1990	08:50	João Antonio Pinto
150	107433	Uwer Gerson Ikert	10/03/1980	08:50	João Antonio Pinto
151	101343	Vanio Bolan Darella	28/10/1985	08:50	João Antonio Pinto
152	99823	Veridina Tombini Bedin	15/10/1990	08:50	João Antonio Pinto
153	104644	Victor Hugo Ossowsky	19/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
154	98745	Wesley Bormann	19/01/1983	08:50	João Antonio Pinto
155	106323	William Geraldo Azevedo	11/02/1990	08:50	João Antonio Pinto
156	102941	William Ribeiro Goulart	28/09/1981	08:50	João Antonio Pinto

Jornalista - Ensino Superior

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Fechamento Portão	Escola
1	107402	Airton Norbal Ramos Neto	19/02/1988	08:50	João Antonio Pinto
2	107160	Albanir Buzzi Junior	30/12/1988	08:50	João Antonio Pinto
3	107439	Alexandre Silva Brandao	26/04/1978	08:50	João Antonio Pinto
4	100462	Amanda Elisa Weber	07/10/1986	08:50	João Antonio Pinto
5	102574	Ana Paula Bazi	10/09/1985	08:50	João Antonio Pinto
6	101650	Anelise Araujo Durlo	04/02/1989	08:50	João Antonio Pinto
7	101088	Bianca Oliveira Jardim Da Silva De Souza	11/12/1981	08:50	João Antonio Pinto
8	98193	Breno Tavares Nunes	19/10/1986	08:50	João Antonio Pinto
9	99971	Bruna Werle De Oliveira	20/02/1990	08:50	João Antonio Pinto
10	106421	Camila Batista Tibes	03/02/1991	08:50	João Antonio Pinto
11	105944	Camila Raymundi	15/08/1987	08:50	João Antonio Pinto
12	105371	Cesar Laus Simas	10/06/1957	08:50	João Antonio Pinto
13	106745	Claudia Cristina Batschauer	10/10/1973	08:50	João Antonio Pinto
14	101281	Daniela Da Rosa Pacheco	07/07/1978	08:50	João Antonio Pinto
15	106458	Daniela Suemi Aguenta	04/07/1991	08:50	João Antonio Pinto
16	105150	Danilo Matheus Kossoski	20/02/1983	08:50	João Antonio Pinto
17	107171	Danubia Vieira Davila	10/10/1984	08:50	João Antonio Pinto
18	99962	Ellen Anny Konopka Colombo	30/12/1989	08:50	João Antonio Pinto
19	105072	Emerson Dos Santos De Oliveira	04/07/1987	08:50	João Antonio Pinto
20	102715	Fagner Da Rosa	18/12/1990	08:50	João Antonio Pinto

21	102162	Gabriela Piske	16/06/1991	08:50	João Antonio Pinto
22	104836	Glaucir Ferreira Borges	14/01/1983	08:50	João Antonio Pinto
23	98092	Ismail Emiliano Pereira Filho	02/07/1994	08:50	João Antonio Pinto
24	107255	Jonathan Mendo Da Silva	10/09/1986	08:50	João Antonio Pinto
25	98790	Joyce Guiselli Cavalli	14/07/1984	08:50	João Antonio Pinto
26	106823	Juliana Galliano Vieira	01/09/1987	08:50	João Antonio Pinto
27	106043	Leda Regina De Souza Limas	04/12/1961	08:50	João Antonio Pinto
28	99896	Leticia Guimaraes Povoas	16/05/1982	08:50	João Antonio Pinto
29	102824	Luis Gustavo Varela	28/05/1993	08:50	João Antonio Pinto
30	104145	Luiza Gutheil Bayer	19/07/1993	08:50	João Antonio Pinto
31	98775	Marcia Gabrielle Ravasco Da Costa	06/10/1986	08:50	João Antonio Pinto
32	99587	Maria Do Carmo Pasquali Falchi	08/02/1994	08:50	João Antonio Pinto
33	107306	Maria Stella Priscila Martinez Mafra	26/03/1992	08:50	João Antonio Pinto
34	99263	Marilucia Pereira	03/01/1972	08:50	João Antonio Pinto
35	106719	Mario Estevam Malschitzky	25/10/1982	08:50	João Antonio Pinto
36	101721	Mateus Pereira Silveira	20/01/1993	08:50	João Antonio Pinto
37	105757	Mauricio Andre Daleffe	07/07/1983	08:50	João Antonio Pinto
38	101738	Mayara Dalla Libera Brenner	13/04/1990	08:50	João Antonio Pinto
39	103268	Paula Ribeiro Leitao	26/12/1978	08:50	João Antonio Pinto
40	106114	Paulo Roberto Missfeldt	05/09/1984	08:50	João Antonio Pinto
41	100825	Pedro Luis Ribeiro Augusto	12/06/1990	08:50	João Antonio Pinto
42	100660	Pricilla De Kassia Back	10/07/1984	08:50	João Antonio Pinto
43	107196	Pricilla Tiane Vargas	05/07/1993	08:50	João Antonio Pinto
44	100124	Priscila Gilinski Machado	10/07/1983	08:50	João Antonio Pinto
45	106175	Ricardo Jose Torres	20/02/1987	08:50	João Antonio Pinto
46	103946	Ricardo Paulino Martins Portelinha	27/07/1979	08:50	João Antonio Pinto
47	104736	Roberta Locatelli Ramos Schaefer	21/08/1982	08:50	João Antonio Pinto
48	106329	Sammia Ingreed Pereira Santos	31/05/1986	08:50	João Antonio Pinto
49	105032	Siliana Dalla Costa	09/03/1983	08:50	João Antonio Pinto
50	106925	Sofia Viero	30/07/1990	08:50	João Antonio Pinto
51	97625	Tatiane Alves Vila Machado	27/05/1986	08:50	João Antonio Pinto
52	107211	Thiago Pedro Malkowski	07/10/1986	08:50	João Antonio Pinto
53	106430	Tierri Rafael Ribeiro Angeluci	17/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
54	103308	Victor Oliveira De Miranda	20/04/1979	08:50	João Antonio Pinto

Motorista - Ensino Fundamental

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Fechamento Portão	Escola
1	106700	Abelardo Zeverino	10/01/1962	08:50	João Antonio Pinto
2	101728	Ademiir Albino	11/09/1964	08:50	João Antonio Pinto
3	105895	Adriano Bressanini	02/04/1982	08:50	João Antonio Pinto
4	97827	Alan Osvaldo Da Silva	12/02/1992	08:50	João Antonio Pinto
5	103534	Alex Da Silva Cardoso Fonseca	05/04/1985	08:50	João Antonio Pinto
6	99710	Alvaro De Oliveira Gomes	27/05/1974	08:50	João Antonio Pinto
7	100267	Amarildo Vicente Zorrer	25/09/1963	08:50	João Antonio Pinto
8	106763	Andre Elias Gomes Muniz	04/09/1981	08:50	João Antonio Pinto
9	97807	Andre Felipe Soares Sell	13/12/1983	08:50	João Antonio Pinto
10	105570	Angelo Antonio Sebastiao	22/06/1974	08:50	João Antonio Pinto
11	105839	Angelo Gustavo Duarte Silva	06/03/1978	08:50	João Antonio Pinto
12	97935	Anselmo Ferreira	13/03/1976	08:50	João Antonio Pinto
13	106360	Antonio Carlos Salles Ribeiro	03/09/1968	08:50	João Antonio Pinto
14	105337	Artur Ricardo Da Silva Khorouzian	15/02/1980	08:50	João Antonio Pinto
15	104912	Axel Miguel Volani	08/05/1994	08:50	João Antonio Pinto

16	107021	Camila Luiza Carmesini Dutra	10/08/1988	08:50	João Antonio Pinto
17	107076	Carlos Alberto Coutinho Filho	14/09/1965	08:50	João Antonio Pinto
18	103657	Carlos Alberto Patel	27/10/1964	08:50	João Antonio Pinto
19	106885	Carlos Alexandre Garcia Diaz	28/08/1981	08:50	João Antonio Pinto
20	98143	Carlos Cezar Matias De Lima	31/03/1976	08:50	João Antonio Pinto
21	99700	Cedenir Joao Domeciano	20/02/1985	08:50	João Antonio Pinto
22	101419	Celia Lucia Miranda Lindner	10/03/1969	08:50	João Antonio Pinto
23	97582	Charles Westphal	25/06/1982	08:50	João Antonio Pinto
24	99465	Cleber Chaves Konstantino	20/10/1979	08:50	João Antonio Pinto
25	105214	Cleberson Damy Bezerra	08/08/1979	08:50	João Antonio Pinto
26	105316	Cristiano Guessi Petry	25/06/1976	08:50	João Antonio Pinto
27	102611	Daniel Robin Kanzler Foerster	27/06/1980	08:50	João Antonio Pinto
28	100023	David Alexandre Farias	10/02/1979	08:50	João Antonio Pinto
29	99775	Diego Do Nascimento	23/07/1985	08:50	João Antonio Pinto
30	99105	Diogo Rafael Fuchter Vieira	03/09/1985	08:50	João Antonio Pinto
31	99504	Diogo Roesler	01/11/1982	08:50	João Antonio Pinto
32	99478	Donald Goncalo Bento	19/11/1988	08:50	João Antonio Pinto
33	105195	Douglas Silva Argenta	05/04/1971	08:50	João Antonio Pinto
34	102520	Duran Baqueti Braga Da Silveira	16/03/1996	08:50	João Antonio Pinto
35	98426	Edenilson Da Costa	04/03/1972	08:50	João Antonio Pinto
36	107312	Edgard Da Silva Leite	14/04/1994	08:50	João Antonio Pinto
37	101680	Edmund Krause	05/09/1957	08:50	João Antonio Pinto
38	99462	Elias Tiago Correia	16/10/1971	08:50	João Antonio Pinto
39	106964	Elton Pauli Nascimento	06/05/1994	08:50	João Antonio Pinto
40	106641	Emerson Severo Langendorf	27/12/1974	08:50	João Antonio Pinto
41	98833	Evandro Fabricio Alves Lourenco	03/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
42	100703	Evandro Marcos Rohr	30/03/1985	08:50	João Antonio Pinto
43	100283	Felinto Antonio Jaco Filho	27/04/1968	08:50	João Antonio Pinto
44	105887	Felipe Cavalcanti Goncalves E Silva	15/04/1985	08:50	João Antonio Pinto
45	106520	Felipe Cervo	14/08/1991	08:50	João Antonio Pinto
46	104778	Felipe Ricardo Macaneiro Trein	13/10/1992	08:50	João Antonio Pinto
47	98305	Fellipe Ruan Ferreira Da Silva	16/06/1992	08:50	João Antonio Pinto
48	98565	Fernando Adilson Da Silva	12/12/1983	08:50	João Antonio Pinto
49	99593	Fernando Andre Candido	13/02/1991	08:50	João Antonio Pinto
50	107032	Fernando Narciso Felizardo	20/11/1983	08:50	João Antonio Pinto
51	107429	Flavio Gomes	22/02/1966	08:50	João Antonio Pinto
52	105447	Francisco Pedro Da Silva	11/04/1987	08:50	João Antonio Pinto
53	106697	Gabriel Cervo	13/08/1996	08:50	João Antonio Pinto
54	106443	Gamariel Pacheco De Lima	11/05/1991	08:50	João Antonio Pinto
55	107162	Gerson Francez	22/09/1968	08:50	João Antonio Pinto
56	100819	Gilmar Jose Da Silva	04/07/1977	08:50	João Antonio Pinto
57	105847	Gilmar Labes	30/04/1965	08:50	João Antonio Pinto
58	106320	Guilherme Cristiano Da Costa	17/09/1979	08:50	João Antonio Pinto
59	103099	Guilherme Reiter Variza	13/12/1991	08:50	João Antonio Pinto
60	104358	Gustavo Caleo Milani	10/03/1997	08:50	João Antonio Pinto
61	104888	Helder Valdir Baldanca	13/08/1984	08:50	João Antonio Pinto
62	103421	Helio Jose Hess	15/10/1979	08:50	João Antonio Pinto
63	100329	Hellison Thomas Hess	18/04/1990	08:50	João Antonio Pinto
64	97875	Hudson Ney Rita	23/03/1972	08:50	João Antonio Pinto
65	107108	Hugo Vicente Tomazi Fontana	05/10/1992	08:50	João Antonio Pinto
66	97647	Ivan Maschio	17/03/1971	08:50	João Antonio Pinto
67	100650	Jackson Luiz Severiano Dos Santos	01/06/1979	08:50	João Antonio Pinto
68	104394	Jaime Milani	05/04/1966	08:50	João Antonio Pinto

69	106559	Jean Alexandre Chiquetti	05/03/1972	08:50	João Antonio Pinto
70	99897	Jean Almir Nascimento	17/06/1974	08:50	João Antonio Pinto
71	99211	Jean Carlos Herdt	18/12/1986	08:50	João Antonio Pinto
72	107300	Jean Carlos Nilsen	28/08/1989	08:50	João Antonio Pinto
73	104518	Jean Roberto Schelter	23/06/1981	08:50	João Antonio Pinto
74	101153	Jean Rogerio Flores	20/12/1986	08:50	João Antonio Pinto
75	101083	Jhefferson Carlos Costa De Azevedo	23/03/1984	08:50	João Antonio Pinto
76	106973	Joao Maria Ribeiro	07/08/1970	08:50	João Antonio Pinto
77	106148	Joao Myszka Junior	10/06/1979	08:50	João Antonio Pinto
78	105203	Jonnata Sidney Kis	21/01/1981	08:50	João Antonio Pinto
79	97813	Jorge De Souza Teodoro	10/09/1967	08:50	João Antonio Pinto
80	98636	Jorge Luis Mira	24/11/1964	08:50	João Antonio Pinto
81	106860	Jose Antonio Vecchiatti Neto	12/08/1995	08:50	João Antonio Pinto
82	102253	Jose Benassi Filho	20/07/1966	08:50	João Antonio Pinto
83	107375	Jose Odair De Jesus	11/05/1969	08:50	João Antonio Pinto
84	98125	Jose Valdecir Kuchinski	09/08/1973	08:50	João Antonio Pinto
85	105911	Josue Dorval Vieira	01/05/1964	08:50	João Antonio Pinto
86	99967	Juliano Moreira	25/12/1978	08:50	João Antonio Pinto
87	99485	Kaue Alexandre Olsen Ferreira	21/05/1991	08:50	João Antonio Pinto
88	99264	Leonardo Ubirajara Montibeller De Souza	13/09/1979	08:50	João Antonio Pinto
89	101739	Leonel Jose Chemim	06/12/1965	08:50	João Antonio Pinto
90	99039	Luciane Lemes De Quadros	17/01/1975	08:50	João Antonio Pinto
91	105410	Luis Carlos Rodrigues Varela	11/09/1965	08:50	João Antonio Pinto
92	107389	Luis Paulo Zellner De Almeida	31/08/1985	08:50	João Antonio Pinto
93	102716	Luiz Carlos Dos Santo	22/12/1962	08:50	João Antonio Pinto
94	104258	Luiz Fernando Lima	27/06/1963	08:50	João Antonio Pinto
95	100328	Luiz Gustavo Remor	09/07/1992	08:50	João Antonio Pinto
96	106537	Luiz Kodric	09/06/1968	08:50	João Antonio Pinto
97	100747	Luiz Roberto Cunha	18/08/1976	08:50	João Antonio Pinto
98	105796	Maikel Cardozo Lopes	27/11/1983	08:50	João Antonio Pinto
99	101296	Maikon Diehl Bueno	01/03/1991	08:50	João Antonio Pinto
100	107280	Marcelo Bento Da Silva	15/02/1981	08:50	João Antonio Pinto
101	106781	Marcelo Cordeiro	14/05/1983	08:50	João Antonio Pinto
102	98948	Marcelo Cristiano Pardo	10/05/1977	08:50	João Antonio Pinto
103	103014	Marcelo Pereira Da Silva	01/06/1966	08:50	João Antonio Pinto
104	97783	Marcelo Ravache Abreu Lima	09/06/1980	08:50	João Antonio Pinto
105	102676	Marcelo Vicenzi	09/02/1984	08:50	João Antonio Pinto
106	98903	Marcio De Bulhoes Gomes	18/09/1976	08:50	João Antonio Pinto
107	101938	Marco Ronaldo Cavalcante De Oliveira	10/09/1969	08:50	João Antonio Pinto
108	107384	Marcos Cesar Pereira	02/10/1969	08:50	João Antonio Pinto
109	101265	Margarete Maximiliano Cordova	21/03/1966	08:50	João Antonio Pinto
110	99721	Maria Aparecida Ricobom	22/11/1962	08:50	João Antonio Pinto
111	99558	Mauricio Froelich	25/04/1974	08:50	João Antonio Pinto
112	105176	Mayckon De Souza	29/08/1981	08:50	João Antonio Pinto
113	105271	Maykon Francisco Lele	16/03/1990	08:50	João Antonio Pinto
114	107436	Merlin De Oliveira Pickler	30/09/1984	08:50	João Antonio Pinto
115	99200	Michael Alexandre De Azevedo	16/11/1981	08:50	João Antonio Pinto
116	103706	Nelson Ferreira Goncalves	23/01/1965	08:50	João Antonio Pinto
117	107037	Nelson Lopes Dos Santos	29/03/1959	08:50	João Antonio Pinto
118	107083	Nelson Vicente De Souza Neto	03/02/1988	08:50	João Antonio Pinto
119	104359	Nilson Eduardo De Sousa Alves	01/10/1987	08:50	João Antonio Pinto
120	101648	Nilto Azevedo	29/03/1958	08:50	João Antonio Pinto
121	102536	Norival Gamba	23/11/1977	08:50	João Antonio Pinto

122	99458	Orion Santos Da Silva	10/07/1971	08:50	João Antonio Pinto
123	104327	Oscar Andre Filho	23/03/1986	08:50	João Antonio Pinto
124	99022	Paulo Roberto Wöhlke Filho	22/09/1983	08:50	João Antonio Pinto
125	100776	Rafael De Bastos Salim	20/09/1988	08:50	João Antonio Pinto
126	99815	Rafael Fernandes Garcia	10/06/1991	08:50	João Antonio Pinto
127	99325	Rafael Pscheidt	14/06/1979	08:50	João Antonio Pinto
128	100745	Rafael Severino	06/02/1985	08:50	João Antonio Pinto
129	100378	Rafael.mattos Correia	17/02/1982	08:50	João Antonio Pinto
130	98848	Ramon Gabriel De Morais	31/12/1993	08:50	João Antonio Pinto
131	100641	Rayana Leticia Silveira De Andrade	12/06/1997	08:50	João Antonio Pinto
132	105792	Renato Gilnei Tibes De Freitas	23/08/1987	08:50	João Antonio Pinto
133	105229	Renato Mauricio Suave	13/09/1966	08:50	João Antonio Pinto
134	106049	Richard William Ilg	15/09/1988	08:50	João Antonio Pinto
135	99907	Richard Wilston Zonta	13/07/1974	08:50	João Antonio Pinto
136	106819	Robson Carvalho De Lima	15/10/1990	08:50	João Antonio Pinto
137	101695	Rodnei Cavalieri	22/02/1974	08:50	João Antonio Pinto
138	98034	Rodrigo Dos Santos Franchini	29/03/1987	08:50	João Antonio Pinto
139	106655	Rogério Correia	26/12/1957	08:50	João Antonio Pinto
140	97882	Ronaldo Manoel Anacleto	08/01/1982	08:50	João Antonio Pinto
141	106476	Sander Silverio Suavi	09/01/1981	08:50	João Antonio Pinto
142	101090	Sergio De Almeida Coelho	22/05/1966	08:50	João Antonio Pinto
143	98167	Sidnei Alves Moreira	17/10/1980	08:50	João Antonio Pinto
144	105178	Sidney Fabio Silva Marcondes De Aquino	02/09/1972	08:50	João Antonio Pinto
145	98421	Stefanes Tormena Agostinho Peiter	08/03/1984	08:50	João Antonio Pinto
146	106579	Thiago Augusto Chaves	21/06/1983	08:50	João Antonio Pinto
147	107344	Thomas Pires Pereira	01/07/1974	08:50	João Antonio Pinto
148	104143	Ubiratan Morlo Barreto	28/05/1960	08:50	João Antonio Pinto
149	101112	Valdeci Rodrigues Dos Santos	06/07/1990	08:50	João Antonio Pinto
150	98419	Valdemar Fritzke	25/12/1959	08:50	João Antonio Pinto
151	104380	Vanderlei Roberto Clemes	20/04/1969	08:50	João Antonio Pinto
152	101745	Wagner Castorino De Brito	27/02/1981	08:50	João Antonio Pinto
153	104057	William Jose Correa	15/12/1988	08:50	João Antonio Pinto
154	105597	Wilson Silva Stolf	08/06/1977	08:50	João Antonio Pinto

Técnico de Informática - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Fechamento Portão	Escola
1	100067	Jeferson Siqueira Balelo	03/09/1993	08:50	João Antonio Pinto
2	100181	Lucas Matheus Maria	02/07/1996	08:50	João Antonio Pinto
3	106617	Maicon Jeferson Da Silva	10/05/1986	08:50	João Antonio Pinto
4	106610	Murilo Juliano Souza	29/07/1986	08:50	João Antonio Pinto
5	98160	Ney Mario Ferreira	23/02/1981	08:50	João Antonio Pinto
6	97551	Priscila Flores Da Luz	12/08/1986	08:50	João Antonio Pinto
7	99187	Renato Do Nascimento Lara	28/12/1986	08:50	João Antonio Pinto
8	107253	Ricardo Bressan Tasca	28/09/1989	08:50	João Antonio Pinto
9	105208	Rodrigo Da Silva Dantas Soares	05/06/1983	08:50	João Antonio Pinto
10	106760	Silas Lourenco Da Silva	14/02/1990	08:50	João Antonio Pinto
11	99355	Tiago Marques Garcia	17/08/1992	08:50	João Antonio Pinto
12	107330	Vinicius Machado De Souza	25/01/1979	08:50	João Antonio Pinto

Vigia - Ensino Fundamental

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Fechamento Portão	Escola
1	107319	Cleire Rosa E Silva	30/09/1968	08:50	João Antonio Pinto
2	100488	Fabiano Andre	16/03/1989	08:50	João Antonio Pinto
3	102732	Joao Henrique Osorio Coutinho	07/10/1966	08:50	João Antonio Pinto
4	104165	Jose Leonardo Assuncao Loretto	11/12/1975	08:50	João Antonio Pinto
5	98201	Luciano Marcio Da Silva	30/06/1968	08:50	João Antonio Pinto
6	107341	Marcelo Luiz De Oliveira	28/02/1980	08:50	João Antonio Pinto
7	99456	Orli Joao Da Silveira Junior	10/12/1982	08:50	João Antonio Pinto
8	98378	Sergio Mendes	12/11/1969	08:50	João Antonio Pinto
9	102669	Valdery Rodrigues Dos Santos	25/02/1988	08:50	João Antonio Pinto

Petrolândia

PREFEITURA

decreto nº. 048/2015

DECRETO Nº. 048, de 13 de Julho de 2015.

cria CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 8.060,33 (Oito mil, sessenta reais e trinta e três centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.023 – Manutenção do Ensino Infantil

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (158) Aplicações Diretas Recursos - 00.03.0374 – Recursos Outros Convênios com a União R\$ 8.060,33

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 00.0374 – Recursos Outros Convênios com a União, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$. 8.060,33, (Oito mil, sessenta reais e trinta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 13 de Julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 049/2015

DECRETO Nº. 049, de 07 de Julho de 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Será facultativo o "Ponto" no dia 07 de Agosto de 2015, nas repartições Públicas Municipais de Petrolândia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 07 de Julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 050/2015

DECRETO Nº. 050, de 08 de Julho de 2015.

CONVOCAÇÃO PARA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Conferência Municipal de Assistência Social ao Município de Petrolândia tendo como tema "Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026." e Lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Art. 2º A Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no Município de Petrolândia no dia 03 de agosto de 2015, no período das 13h às 17h30min horas, tendo como local a sede do Grupo da Amizade Perimbó.

Art. 3º. A organização e desenvolvimento da Conferência Municipal de Assistência Social do município de Petrolândia serão realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Fica instituída as seguintes atribuições à comissão organizadora:

I - Promover a realização da Conferência Municipal, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos, através de Coordenação Geral;

II - Orientar o processo de organização da análise dos subtemas temáticos, bem como, elaborar os documentos técnicos decorrentes do debate e/ou dos grupos de trabalho;

III - Aprovar critérios e modalidades de participação na Conferência Municipal, bem como, o local de sua realização;

IV - Elaborar e aprovar a programação da Conferência Municipal e a sua divulgação.

Art. 5º. Os casos omissos e os conflitos deverão ser decididos pela comissão organizadora municipal.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 08 de julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

CRETO Nº. 051/2015

DECRETO Nº. 051, de 15 de Julho de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS
..... R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0154 – Recursos CRAS, na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 052/2015

DECRETO Nº. 052, de 17 de Julho de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (10) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União

..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0155 – Recursos Outros Convênios com a União, na importância de R\$ 7.000,00 (Seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 17 de Julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 053/2015

DECRETO Nº. 053, de 21 de Julho de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (2) Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 21 de Julho 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 054/2015

DECRETO Nº. 054, de 29 de Julho de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (65) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0137 – Recursos Transporte Escolar do Estado
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0132 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 29 de Julho de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 046/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/09/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 046/2015, visando a AQUISIÇÃO DE ÓLEO TIPO "ARLA", PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS DE PINHEIRO PRETO, EXERCÍCIO 2015.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 15/09/2015, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site WWW.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE AGOSTO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 261/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 261/2015
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REFORMA DA COZINHA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE TANGARÁ- SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 153/2015.
EMPRESA CONTRATADA: ANDERSON MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.382,05 (dois mil trezentos e oitenta e dois reais e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 26 de agosto de 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 262/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 262/2015
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONserto DA RETROSCAVADEIRA N 3 -SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 154/2015.
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 2.193,78 (dois mil cento e noventa e três reais e setenta e oito centavos.)

DATA DO CONTRATO: 25 de agosto de 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

..

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 264/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 264/2015
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONserto CAMINHÃO PLACA LZM-0956- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 106/2015.
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA. EPP
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 1.796,73 (um mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 25 DE AGOSTO DE 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 265/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 265/2015
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE AQUISIÇÃO DE TRÓFEUS E MEDALHAS PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 107/2015.
EMPRESA CONTRATADA: COMERCIAL DIRLEI LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais).

DATA DO CONTRATO: 26 de agosto de 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 266/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 266/2015
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A 42 HORAS DE SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 157/2015.
EMPRESA CONTRATADA: DEON TERRAPLANAGENS LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço, no valor de R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais)

DATA DO CONTRATO: 26 DE AGOSTO DE 2015.
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 267/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 267/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REFORMA DE CAMINHÃO PLACA LZM-0956- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 158/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA. EPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.936,23 (dois mil novecentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos).

DATA DO CONTRATO: 26 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 268/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 268/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CALÇAMENTO COM PAVER PARA CRECHE MUNICIPAL-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 159/2015.

EMPRESA CONTRATADA: BRITAGEM VANZ LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.028,44 (dois mil e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 27 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

DECRETO Nº 4.267, DE 28 DE AGOSTOS 2015.

DECRETO Nº 4.267, DE 28 DE AGOSTOS 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 4.042, DE 22 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 422, de 05/12/1986 (Código Tributário Municipal) e Lei nº 1.775, de 10 de junho de 2014 (que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e),

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 4.042, de 22 de julho de 2014, fica renumerado para parágrafo primeiro (§ 1º), acrescido dos §§ 2º e 3º:

§ 1º Efetuada a opção e desde que autorizada a emissão, deverá o contribuinte emitir exclusivamente a NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização dos antigos talonários de Notas Fiscais de Serviços autorizados pelo Município, os quais deverão ser entregues à Administração Tributária para inutilização no prazo de 60 (sesenta) dias contados do deferimento da autorização para emissão.

§ 2º A Guia para Pagamento disponibilizada pelo programa gerador terá o valor mínimo de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos percentuais) do Valor de Referência Municipal – VRM, sendo que quando o total do ISS apurado no mês for menor que o valor mínimo da Guia, o mesmo ficará acumulado para os meses seguintes até atingir o

valor mínimo de que trata este parágrafo.

§ 3º Em casos específicos, poderá o fisco municipal gerar ou autorizar a geração de guia em valor menor que o indicado no parágrafo anterior.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de agosto de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 294 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA N. 294 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE EQUIPAMENTO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Edital de Licitação nº 021/2015 Modalidade Pregão Presencial;

Considerando a necessidade de revisão do equipamento adquirido, para fins de emitir o termo de recebimento definitivo,

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão para fins de vistoria do equipamento Rolo Compactador de Solo, adquirido através da Licitação nº 021/2015 nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Valdemar Bogoni – Secretário de Transportes;

II – Ângela Perdoncini – Secretária de Administração e Finanças;

III – Amilton Cividini – Operador de Rolo Compactador.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE AGOSTO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 301, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 301, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 041/2015 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 041/2015, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a aquisição de merenda escolar, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - Empresa MERCEARIA TIA LORENA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.220.564/0001-92, nos lotes nº 06 e 08, pelo preço total de R\$ 6.353,00 (seis mil, trezentos e cinquenta e três reais);

II – Empresa FRANCIS BREZOLIN BOGONI ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.950.027/0001-07, nos lotes nº 01, pelo preço total de

R\$ 22.202,00 (vinte e dois mil, duzentos e dois reais);

III – Empresa MERCADO RZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.373.157/0001-15, nos lotes nº 02, 03 e 07, pelo preço total de R\$ 18.939,40 (dezoito mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos);

IV – Empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ – ME, inscrito no CNPJ 20.235.235/0001-70, nos lotes nº 04, 05, 09, 10, 11 e 12, pelo preço total de R\$ 17.767,38 (dezessete mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE SETEMBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

PORTARIA Nº. 300, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 300, DE 31 DE agosto DE 2015.

EXONERA Nelson Antônio dos Santos DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE operário braçal.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, Nelson Antônio dos Santos, brasileiro, inscrito no CPF n.º 786.026.619-91, da função temporária de “operário braçal”, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, nomeado através da Portaria 174, de 28 de abril de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 31 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001 /2015 – DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO nº 001 /2015 – DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

“AUTORIZA OS SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRANTES DO QUADRO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO A ADERIREM AO SISTEMA MÉDICO HOSPITALAR E AMBULATORIAL – SIMASPP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Poder Legislativo do Município de Pinheiro Preto – SC, através da Mesa da Câmara, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 208/2014 de 09 de dezembro de 2014, submete para a apreciação e deliberação do Plenário, para posterior promulgação pelo Presidente da Câmara, o presente Projeto de Resolução:

Artigo 1º. Ficam autorizados os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e em comissão do Poder Legislativo do Município de Pinheiro Preto a aderirem ao Sistema de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial – SIMASPP, conforme disposto no artigo 1º e seguintes da Lei Complementar nº 208/2014 de 09 de dezembro de 2014.

Parágrafo único: Os servidores interessados em aderirem ao Plano de Saúde, oferecido pelo Sistema de Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial – SIMASPP, deverão formalizar seu pedido junto à secretaria da Câmara através de requerimento escrito, observado procedimento previsto no art. 8º e seguintes da referida Lei.

Artigo 2º. O setor de Contabilidade da Câmara Municipal deverá providenciar todos os atos administrativos necessários à efetivação da adesão dos servidores.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Resolução serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam se as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 01 De Setembro de 2015.

IVAN BOGONI
Presidente

ALDIR RECH
Vice-Presidente

MAURO NEY OSMARIN
1º Secretário

ODAIR VAILATTI
2º Secretário

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.970 DE 14 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 2.970 DE 14 DE AGOSTO DE 2015
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 5.500,00 (cinco mil quinhentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 5.500,00

TOTAL R\$ 5.500,00

Art 2º - Os valores resultantes das transposições do Art. 1º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 5.500,00

TOTAL R\$ 5.500,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut. da Secr. de Saúde Recursos SUS

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 – Pmaq R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 14 de agosto de 2015.

ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 2.974 DE 21 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 2.974 DE 21 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E POR EXCESSO DE ARRECADACÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv. da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03100000 – Convênio de Trânsito – Militar R\$ 5.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03110000 – Convênio de Trânsito – Civil R\$ 5.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 5.200,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

TOTAL R\$ 28.200,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 65.100.00 (sessenta e cinco mil cem reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014,

Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito
Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 03.000 – PROCURADORIA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 02.001 – Procuradoria Municipal
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal
Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 1.700,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022 – Manutenção dos Serviços Públicos
Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 28.400,00
TOTAL R\$ 65.100,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 03.000 – PROCURADORIA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 02.001 – Procuradoria Municipal
Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 1.700,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022 – Manutenção dos Serviços Públicos
Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 28.400,00
TOTAL R\$ 65.100,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 200,00
TOTAL R\$ 200,00

BRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2065 – Programa de Farmácia Básica
Elemento 339300.00 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03670201 – PSF Estadual R\$ 74.000,00
TOTAL R\$ 74.000,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 21 de agosto de 2015.
ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER
Prefeito Municipal Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008 / 2015

Processo Administrativo n.º 080/2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA EXPLORAR COM EXCLUSIVIDADE A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM POSSIBILIDADE DE EFETUAR EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, ATRAVÉS DE CONCESSÃO ONEROSA, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES.
Valor da Concessão – R\$550.000,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).
Prazo de vigência: 60 meses.
Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso VIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 31 de Agosto de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 071/2015 Dispensa de Licitação nº 019/2015.

OBJETO: contratação de empresa especializado para prestação de consultoria na realização de estudos sobre a folha de pagamento do município com a finalidade de identificar contribuições cuja incidência foram e estão sendo indevidas, exclusivamente no que tange a não incidência das contribuições previdenciárias sobre as verbas salariais de caráter indenizatório/compensatório a fim de promover ação judicial com o objetivo de recuperar os valores pagos indevidamente nos últimos cinco anos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: BOTTIN CONSULTORIA LTDA

Endereço: CHAPECÓ – Santa Catarina

CNPJ 08.286.542/0001-84

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: de 26 de agosto á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 26 de agosto de 2015

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

GABINETE DO PREFEITO

Rua Madre Maria Theodora, 264 – Centro – Ponte Serrada – SC –

CEP: 89.683-000 – Fone: 49 3435-0122 – Fax: 49 3435-0090

PORTARIA 010/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR IRREGULARIDADES, NOMEIA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

- O teor do Ofício nº 0128/2015 o qual comunica que o funcionário público municipal Sr. Vanderlei Ribeiro está praticando condutas que não são condizentes com o Estatuto dos Servidores Municipais;
- O Decreto nº222/2010, o qual regulamenta a licença para tratamento de saúde, estabelecendo prazos e condições para a apresentação de atestados médicos e demais documentos, em especial, para o presente caso, o art. 1º, §1º, §2º e §3º do referido Decreto, o qual remete possíveis penalidades à aplicação das constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 022/2003);
- Que a conduta do servidor, em tese, configura infração aos deveres do servidor público, nos termos no art. 119, da Lei Complementar nº 022/2013, em especial os incisos: III – observar as normas legais e regulamentares e X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- Que configura dever da Administração Pública investigar e punir eventual servidor pela prática de infração disciplinar, desde que mediante processo administrativo disciplinar no qual será observado os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa,

em obediência ao disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar as possíveis irregularidades praticadas, conforme objeto da Requisição;

Artigo 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Sindicância será composta pelos servidores: GILBERTO FRIGUETTO, que a presidirá, MARILENE FÁTIMA RIBACK DALLA VECCHIA e JANICE DE FÁTIMA FARIAS, respectivamente secretária e membro, todos servidores da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada-SC.

Artigo 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Artigo 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

Ponte Serrada-SC, 25 de Agosto de 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.370-2015 - UFM-PB SETEMBRO 2015

DECRETO Nº 1.370, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário, DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,62% (zero virgula sessenta e dois por cento), considerando o IPCA do mês de julho de 2015, que passa a vigorar a partir de 1º de setembro de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,4740.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer, doravante denominada CONVENIENTE e GILMAR CASTRO MOURA, doravante denominado apenas como CONVENIADO, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.660.105-25, residente e domiciliado na Rua Manoel Felipe da Silva Neto, nº 594, Centro, Porto Belo – SC.

OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Conveniente, a saber: O Retrato do Homem Açoriano.

VALOR: Para execução do objeto deste convênio será repassado ao Conveniado o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em uma única parcela, na data de 02 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2015.

Fabiana Kretzer

Presidente da Fundação de Cultura

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 016/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 016/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer, doravante denominada CONVENIENTE e CLÁUDIO JOSÉ DADAM, doravante denominado apenas como CONVENIADO, inscrito no CPF sob o nº 987.212.169-91, residente e domiciliado na Servidão Valmor Guerreiro, nº 26, Centro, Porto Belo – SC.

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Conveniente, a saber: Enluarada Alma.

VALOR: Para execução do objeto deste Convênio será repassado ao Conveniado o valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em uma única parcela, na data de 02 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2015.

Fabiana Kretzer

Presidente da Fundação de Cultura

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 017/2015

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 017/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo – SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer, doravante denominada CONVENIENTE e ÂNGELO CESAR DA SILVA, doravante denominado apenas como Conveniado, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.257.739-06, residente e domiciliado na Rua Hermógenes da Silva, nº 63, Centro, Porto Belo – SC.

OBJETO: O presente Convênio tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Conveniente, a saber: Musica Orgânica.

VALOR: Para execução do objeto deste Convênio será repassado ao Conveniado o valor total de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), em uma única parcela, na data de 02 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2015.

Fabiana Kretzer

Presidente da Fundação de Cultura

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 764/2015

DECRETO Nº 764, de 28 de agosto de 2015.

Dispõe sobre Conversão de Aposentadoria Voluntária em Pensão por Morte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do Artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e na Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, devidamente combinado com o art. 61, inc. I e art. 64, inc. I, alínea 'a', da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º A Aposentadoria Voluntária concedida ao servidor LUIZ BUGENSKI SOBRINHO, por força do Decreto nº 546, de 20 de dezembro de 2004, fica CONVERTIDA em Pensão por Morte à Sra. TEREZINHA DE JESUS RODRIGUES BUGENSKI, diante do falecimento do Segurado Sr. LUIZ BUGENSKI SOBRINHO, portador do RG nº 1.481.205 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 071.083.389-04, em 18 de julho de 2015, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de julho de 2015.

Porto União (SC), 28 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 022/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 022/2015 – FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Ivone Marli Glaner – ME.

Objeto: Prestação de serviços de desmontagem e montagem e conserto de pneus de caminhão (pneus 900 e 1000 R20).

Valor Total: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 070/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 28 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Ivone Marli Glaner – ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 057/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 057/2015 – EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Ivone Marli Glaner – ME.

Objeto: Prestação de serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus de ônibus (pneus 900 e 1000 R20).

Valor Total: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 070/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 28 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Ivone Marli Glaner – ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 057/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 057/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Francis Anselmo Burgath – ME.

Objeto: Prestação de serviços gráficos.

Valor Total: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Francis Anselmo Burgath – ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 058/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 058/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Gabriel Lucas Richartz – EPP.

Objeto: Prestação de serviços gráficos.

Valor Total: R\$ 15.137,00 (quinze mil cento e trinta e sete reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Gabriel Lucas Richartz – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 059/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Gráfica e Editora BS Ideal Ltda – ME.
Objeto: Prestação de serviços gráficos.
Valor Total: R\$ 5.101,00 (cinco mil cento e um reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 035/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 18 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Gráfica e Editora BS Ideal Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 160/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 160/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Oliveira Terraplanagens Ltda – ME.
Objeto: Execução de pavimentação em bloco sextavado de concreto de uma área de 562,20 m2 da Rua Emílio Pedro Weise, Bairro Santa Rosa, drenagem, sinalização vertical, incluindo material e mão-de-obra.
Valor Total: R\$ 85.044,92 (oitenta e cinco mil e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 012/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 17 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Oliveira Terraplanagens Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 173/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 173/2015 – PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Ivone Marli Glaner – ME.
Objeto: Prestação de serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus diversos.
Valor Total: R\$ 28.450,00 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 070/2015 - CARONA, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de agosto de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Ivone Marli Glaner – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 050/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 050/2015 – EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 136/2014 - Educação.
Partes: Município de Porto União e L E Z Comércio E Instalações Elétricas LTDA.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Glosar o valor de R\$ 1.527,87 (um mil quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos) referente as instalações subterrâneas, aditivar o valor de R\$ 4.523,85 (quatro mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos) referente as instalações aéreas, sendo portanto acrescido o valor de R\$ 2.995,58 (dois mil novecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 18 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 015/2015 - FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática para equipar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 22 de setembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 31 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 002/2015 - AMASPU

Extrato de Termo Aditivo nº 002/2015 ao Contrato 001/2014 IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União
Partes: AMASPU e BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.
Base legal: artigo 22, III, da Lei 8.666/93.
Porto União, SC, 24 de agosto de 2015.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU
BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 004/2015 - AMASPU

Extrato de Termo Aditivo nº 004/2015 ao Contrato 006/2014
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União
Partes: AMASPU e BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.
Base legal: artigo 22, III, da Lei 8.666/93.
Porto União, SC, 24 de agosto de 2015.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU
BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 005/2015 - AMASPU

Extrato de Termo Aditivo nº 005/2015 ao Contrato 008/2014
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União
Partes: AMASPU e MARCELA BANISKI CAUS
Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.
Base legal: artigo 22, III, da Lei 8.666/93.
Porto União, SC, 24 de agosto de 2015.
MARGARETH FLISSAK
Presidente AMASPU
MARCELA BANISKI CAUS
Contratada

RESCISÃO DE CONTRATO 003/2015 - PREFEITURA

RESCISÃO DE CONTRATO 003/2015
CONTRATO 172/2014

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Prestação de Serviços nº 172/2014, datado de 28 de outubro de 2014 entre o Município de Porto União e Lucas Pereira Construtora - ME, inscrito no CNPJ 18.978.770/0001-79 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 085/2014, Modalidade de Tomada de Preços nº 010/2014, ficam liberadas as partes signatárias.

Porto União SC, 18 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 052/2015 – SAÚDE
Pregão Presencial 035/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Francis Anselmo Burgath – ME,
Gabriel Lucas Richartz – EPP e
Gráfica e Editora BS Ideal Ltda – ME.
Porto União SC, 18 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 070/2015 - CARONA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 120/2015 – CARONA
Pregão Presencial 070/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Ivone Marli Glaner – ME.
Porto União SC, 28 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 012/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 092/2015 – PREFEITURA
Tomada de Preços 012/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Oliveira Terraplanagens Ltda – ME.
Porto União SC, 17 de agosto de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1471/2015

LEI Nº 1471/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS COM AS "COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (07 DE SETEMBRO)" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas com as comemorações do "DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL – 07 DE SETEMBRO" no município de Presidente Nereu – SC, até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 31 de agosto de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1472/2015

LEI N.º 1472/2015, de 31 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS DE CONSUMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar bens de consumo caracterizado abaixo, conforme avaliação efetuada pela Comissão criada através do Decreto Municipal 54/2015 de 18 de agosto do corrente, que estabeleceu a quantidade máxima e o valor mínimo para alienação, sendo:

I - Gaze hidrófila, não estéril, 7,5 cm x 7,5 cm, 8 camadas com 5 dobras, 13 fios, lote 112013, data de fabricação 25/11/2013, marca Gazetex, mês de validade julho de 2018;

VALOR MÍNIMO PARA ALIENAÇÃO: R\$ 6,74 (seis reais, setenta e quatro centavos) por pacote;

QUANTIDADE MÁXIMA PARA ALIENAÇÃO: 1.200 (mil e duzentos) pacotes.

Art. 2.º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 31 de agosto de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 316/2015

PORTARIA Nº. 316, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o que estabelece o Art. 27 da Lei Complementar nº. 11, de 01 de Setembro de 2011, que Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional dos Servidores Públicos e, ainda em concordância com a Lei Complementar Nº. 001 de 18/02/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Titulação a servidora ROSELI MANNRICH RESINE, concursado no cargo de RECREADORA, pela conclusão de Curso de Ensino Superior conforme Certificado em anexo.

Parágrafo Único – O "caput" acima refere-se à progressão horizontal da referência Nível II-1 para a referência Nível II-4, conforme tabela de vencimentos do Quadro de Pessoal do Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 11 de Agosto de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 317/2015

PORTARIA N.º 317 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

INTERROMPE LICENÇA DE SERVIDOR.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o Art. 137, § 3º da Lei Complementar Nº. 001/2002, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica interrompida a partir desta data, Licença para cuidar da pessoa da família concedida a servidora LENARA POPENGA LYRA, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se a Portaria Nº. 306 de 18/08/2015.

Presidente Nereu, 18 de Agosto de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 318/2015

PORTARIA Nº. 318 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a ELITON BRAND, MOTORISTA, pelo período de 19 de agosto de 2015 a 17 de setembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/04/2013 à 15/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 18 de agosto de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 319/2015

PORTARIA Nº. 319 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a SCHIRLEI VANDERLINDE, ENFERMEIRA pelo período de 19 de agosto de 2015 a 17 de setembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/04/2013 à 15/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 18 de agosto de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 320/2015

PORTARIA Nº. 320 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LAERCIO JÖNCK, fiscal de tributos, pelo período de 20 de Agosto de 2015 a 29 de Agosto de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/07/2013 a 15/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 20 de Agosto de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 321/2015

PORTARIA Nº. 321 DE 20 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção III, Art. 129, § 2º, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido licença por motivo de doença em pessoa da família ao (a) Servidor (a) MARLENE FRANCISCO RACHADEL, conforme atestado médico do familiar em anexo, pelo período de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º. - Esta Portaria tem efeitos retroativos entrando em vigor em 18 de Agosto de 2015.

Presidente Nereu, 20 de Agosto de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 322/2015

PORTARIA Nº. 322, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

PORTARIA

Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 191, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 004/2015 em desfavor do servidor: MAYCON SEBASTIAN BUNN, matrícula nº. 3747.8-00, ocupante do cargo Efetivo de Motorista, em decorrência de insubordinação por não desempenhar suas atividades no local solicitado.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores: Claudia Aparecida da Silva, Agente Administrativo, matrícula nº. 985.7-01, Carla Schaufelberger, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 899.0-03, e Marcos Aurelio Junior Pinto, Agente de Serviços Gerais, matrícula nº. 4452.0-00 para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo de conclusão será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 21 de Agosto de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 323/2015

PORTARIA Nº. 323 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a PRISCILA APARECIDA ALVES, Assessor Especial, pelo período de 24 de Agosto de 2015 a 07 de Setembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2014 à 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 24 de Agosto de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 324/2015

PORTARIA Nº. 324 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a CLEIA HILDA BELEGANTE, Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 24 de Agosto de 2015 a 22 de Setembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 07/05/2014 à 06/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 24 de Agosto de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 01/09/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, VII e V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Matemática, com jornada de 40 horas semanais, sendo 10 horas a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em substituição a Margarete Poffo Nau, que está afastada em licença especial; 30 horas a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Willy Schleumer, sendo 10 horas em substituição a Maristela Luiza Fronza Marconsini, que está designada para ocupar cargo comissionado e 20 horas em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/08/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CAROLINE FRIEDEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2015

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 31/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER portador(a) do CPF nº 040.772.519-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo,

que a partir de 01/09/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Ciências, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Roberto Machado, em substituição a Maristela Fronza Marconsini, que está designada em cargo comissionado.

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 067/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/09/2015 e encerrando-se em 18/12/2015.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/08/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

DECRETO Nº 4872, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4872, de 20 de agosto de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 082/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 082/2015, de 29.07.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: - PRESIDENTE INDL IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

20 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4872/2015

CARTA CONVITE Nº 082/2015 de 29.07.2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA CONSERTO DA CAIXA DE CÂMBIO E EMBREAGEM DA VOLTURA ABTR-17 VW 17.120 ANO 2005 DO CORPO DE BOMBEIRO DO RIO DO SUL.

Empresas Convidadas:

- W. BREITKOPF COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA;
- SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA EPP;
- PRESIDENTE INDL IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- PRESIDENTE INDL IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

DECRETO Nº 4881, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4881, de 27 de agosto de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 086/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 086/2015, de 10.08.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante: - NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA – EPP.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

27 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4881/2015

CARTA CONVITE Nº 086/2015 de 10.08.2015

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PREVISÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO E ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO FINANCEIROS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Empresas Convidadas:

- BONIN ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES SS;
- NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA;
- LART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA;
- SANEAN CONSULTORIA LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA - EPP

DECRETO Nº 4882, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4882, de 31 de agosto de 2015.

"NOMEIA RODRIGO DUARTE"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear, o servidor municipal RODRIGO DUARTE, para a partir de 01/09/2015, exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4885, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4885, de 31 de agosto de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 223.302,69 (duzentos e vinte e três mil, trezentos e dois reais e sessenta e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência SUAS - União	R\$	21.945,91
1.072	Piso Básico Variável - Pbv		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência SUAS - União	R\$	45.114,11
1.074	Igdbf – Bolsa Família		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência SUAS - União	R\$	37.804,21
1.108	Igdsuas – Índice de Gestão		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência SUAS - União	R\$	7.788,71
50.03	PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência SUAS - União	R\$	65.343,10
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
1.112	Co-financiamento Estadual		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03615550	Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	929,22
2.103	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03615550	Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	1.275,27
2.116	Proteção Especial de Média Complexidade		
3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03615550	Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	19.249,39
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03615550	Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	5.455,62
2.132	Proteção Social Básica Estadual		

3.0.00.00	Despesa Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03615550	Transferência de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	18.397,15
	TOTAL	R\$	223.302,69

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4886, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 4886, de 31 de agosto de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	250.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	250.000,00
		R\$	500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4887, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4887, de 31 de agosto de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do Funrebom		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01800022	FUNREBOM	R\$	160.000,00
	Total	R\$	160.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do Funrebom		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01800022	FUNREBOM	R\$	160.000,00
	TOTAL	R\$	160.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4888, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4888, de 31 de agosto de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/2014.

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	36.000,00
	Total	R\$	36.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01010000	Recursos Educação	R\$	36.000,00
	Total	R\$	36.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

EXTRATO DE RESCISÃO PARCIAL DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05/2013

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE RESCISÃO PARCIAL de TERMO DE CESSÃO DE USO AO TERMO DE CESSÃO DE USO nº 05/2013, datado de 28 de novembro de 2013, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Rio do Sul. OBJETO: Em conformidade com a Cláusula oitava do TCU mencionado, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 05/2013, datado de 28 de novembro de 2013.

VEÍCULOS A SEREM RECINDIDOS Item I – Um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire, 1.0, tipo automóvel, combustível gasolina, ano de fabricação e modelo 2003, cor vermelho, chassi nº 9BD17103232326464, placas MBW 9744, com todos os equipamentos obrigatórios. Item II – Um veículo marca Fiat, modelo Palio Week HLX flex, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2006 e modelo 2007, cor vermelho, chassi nº 9BD17306T74179429, placas MDF 9463, com todos os equipamentos obrigatórios. Item IV – Um Veículo Marca Yamarra, modelo XT 225, tipo motocicleta, combustível gasolina, ano de fabricação e modelo 2002, cor vermelha chassi nº 9C6KG009020017134, PLACA MCM 1172, com todos os equipamentos obrigatórios. DATA: Rio do Sul, 09 de Julho de 2015 SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Garibaldi Antônio Ayroso, pelo Município.

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 03/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 234/2015, iniciando-se a prorrogação em 04/08/2015 e encerrando-se em 10/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.632

LEI Nº 5.632, de 26 de agosto de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul a celebrar Termo de Convênio com o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, objetivando a prestação de serviços educacionais para execução do Projeto Portas Abertas ao Mundo do Trabalho, Emprego e Renda.
----------	---

Art. 2º-	As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Convênio correrão a conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.
----------	--

Art. 3º-	O Termo de Convênio de que trata esta Lei, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne materialmente inexecutável, ou, ainda, mediante prévio aviso.
----------	---

Art. 4º-	As normas e condições que regerão o Termo de Convênio são aquelas constantes da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.
----------	---

Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2015.
----------	--

Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

26 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.633

LEI Nº 5.633, de 26 de agosto de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULOS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, no prazo de 05 (cinco) anos, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC, para utilização exclusiva no 13º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, sediado no Município de Rio do Sul, os seguintes veículos:
----------	--

	I - 01 (um) veículo marca Volkswagen, modelo Novo Gol 1.6, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2012 e modelo 2013, cor branca, chassi nº 9BWAB45U8DP108631, Renavam nº 485167000, placas MKB 0596, com todos os equipamentos obrigatórios;
--	---

	II - 01 (um) veículo marca Volkswagen, modelo Spacefox Trend GII, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2012 e modelo 2013, chassi nº 9BWPB45Z3D4074184, Renavam nº 485165376, placas MKB 0536, com todos os equipamentos obrigatórios;
--	--

	III - 01 (um) veículo marca Honda, modelo XRE 300, tipo motocicleta, combustível gasolina, ano de fabricação e modelo 2012, cor branca, chassi nº 9C2ND0920CR000651, Renavam nº 461276828, placa MKE 9942, com todos os equipamentos obrigatórios.
--	--

	Parágrafo único - Os veículos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços prestados pelo 13º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, sediada no município de Rio do Sul, ficando responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desses equipamentos.
--	---

Art. 2º-	As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, correrão à conta do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC.
----------	---

Art. 3º-	A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.
----------	--

Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

26 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.635

LEI Nº 5.635, de 26 de agosto de 2015.

"DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL SABORES E TRADIÇÕES DO ANO DE 2015 E 2016, COM PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o "Festival Sabores E Tradições" atendidos os ditames estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Em 2015 o evento ocorrerá do dia 01 a 04 de outubro e em 2016 será definida a data oportunamente. Ambas edições ocorrerão no Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen.
----------	---

	§ 1º- Para a consecução do evento haverá a contratação de bandas musicais, decoração, serviço de segurança, serviço de limpeza, estrutura de tendas, fechamentos em lata, som, iluminação, palco, gerador, banheiros químicos, mídia, alugueis de trajes para as candidatas a rainhas da festa e mestre cerimônia.
--	--

	§ 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar permissão de uso de espaço público, a título precário, para a exploração de gêneros alimentícios e bebidas.
--	---

Art. 2º-	O Edital de licitação deverá definir os critérios para que as propostas sejam elaboradas de forma a escolher a proposta mais vantajosa para o Município de Rio do Sul.
----------	--

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

26 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.636

LEI Nº 5.636, de 26 de agosto de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 529.380,02 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:
----------	---

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.421	Contrapartida Construção de 6 ESF's		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	29.380,02
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	529.380,02

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 529.380,02 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:
----------	---

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
1.422	Contrapartida Construção da UPA		
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	500.000,00
2.078	Manutenção do Fundo de Saúde		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	685,72
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	12.694,30
2.098	Consórcio Intermunicipal de Saúde		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.3.1.71.00	Transferências a consórcios públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.250,00
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.71.00	Transferências a consórcios públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.500,00
3.4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
3.4.4.00.00	Investimentos		
3.4.4.71.00	Transferências a consórcios públicos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	5.250,00
	TOTAL	R\$	529.380,02

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
26 de agosto de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PEDIDO DE ISENÇÃO - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 002/2015

RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. PEDIDOS DE ISENÇÃO DEFERIDOS:

Nome do Candidato	Cargo	Número de Identificação Social
Alexandra da Silva Ribeiro	Cozinheiro – Adm. Direta	13755234725
Alexandra Rafaela Bohn Lohmann	Fiscal do Procon – Adm. Direta	20682689046
Alexandra Rafaela Bohn Lohmann	Agente Administrativo – Adm. Direta	20682689046
Ana Maria Raulino dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13190659728
Andrea Aparecida Reinherdt	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12418044981
Andrea Aparecida Reinherdt	Agente Administrativo – Adm. Direta	12418044981
Andrea Cristina Hausmann Batista	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12418504176
Andreia Stegemann	Assistente Social – Adm. Direta	13480721728
Andreia Stegemann	Educador Social – Adm. Direta	13480721728
Augusto Nunes	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	10743660304
Bruna Medeiros	Agente Administrativo – Adm. Direta	20359127864
Bruno Braatz	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	16020384560
Cenira Tertuliano de Paula Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino	12527112899
Cláudia Leal de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	23630923956
Claudia Sezerino Swolinski	Agente Administrativo – Adm. Direta	13192848722
Cleusa Silva Martinez	Agente Administrativo – Adm. Direta	13074714726
Cristiano França	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	16471613424
Darciele Buscoscky Perkovski	Fiscal do Procon – Adm. Direta	16037981060
Darciele Buscoscky Perkovski	Agente Administrativo – Adm. Direta	16037981060
Delvan Araújo da Silva	Agente Administrativo – Adm. Direta	21210975973
Denise Aparecida Coninck Monteiro	Assistente Social – Adm. Direta	12320485238
Diana Aparecida Rocha Gomes	Cozinheiro – Adm. Direta	20113530166
Edgar Duarte Pratl	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	23719106809
Eliane da Aparecida Pereira	Cozinheiro – Adm. Direta	20918070400
Elizabete Sampaio Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12560199728
Eva Scheila Mariani Esser	Desenhista – Adm. Direta	16014513788
Eva Scheila Mariani Esser	Engenheiro Civil – Adm. Direta	16014513788
Fernanda Schoeninger	Agente Administrativo – Adm. Direta	20962825195
Franciane Costa Paes	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13034197720
Franciane Dieterich de Souza Machado	Psicólogo – Adm. Direta	23667155170

Nome do Candidato	Cargo	Número de Identificação Social
Genoir Floriano	Motorista de Caminhão – Adm. Direta	12749285722
Gilmar Bridarolli	Pedreiro – Adm. Direta	12078505902
Giovane Glesias Feldhaus	Fiscal do Procon – Adm. Direta	13973117720
Gisela Stoll	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	23622518614
Iris Alves Beschinnock	Telefonista – Adm. Direta	12330467135
Iris Alves Beschinnock	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	12330467135
Janaina Fidelis	Agente Administrativo – Adm. Direta	20927188338
Janaina Martinez Magdalena	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13923663721
Jhonatan Duarte Prantl	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	20380081576
João Luis Suppi Rodrigues	Assistente Social – Adm. Direta	20082847538
João Maria Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	10076896703
Jorge Alberto Aguiar	Fiscal de Tributos – Adm. Direta	20661284144
José Wilson Carvalho	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	12452328938
Julio Cesar Martinez dos Santos	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	20380069185
Julita Andrade Nerghebom	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	12189589462
Katiana Patricia Ribeiro Schneider	Cozinheiro – Adm. Direta	13407766725
Keiter Sane Kuhnen	Agente Administrativo – Adm. Direta	19015735967
Keiter Sane Kuhnen	Psicólogo – Adm. Direta	19015735967
Leonice Cunha	Auxiliar de Serviços Feminino – Adm. Direta	12549129816
Letícia Alves Martins	Agente Administrativo – Adm. Direta	16352536027
Luci Terezinha Machado	Cozinheiro – Adm. Direta	12451883830
Luciana Backes	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13078470899
Luciana Milani	Fiscal do Procon – Adm. Direta	12840863679
Luiz Eduardo Suppi dos Santos	Motorista de Veículo Leve – Fundação Cultural	13327742722
Mara Lucia Lemos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12421992585
Marcela Costa de Sales	Agente Administrativo – Adm. Direta	20145031653
Marcos Cesar Martinez dos Santos	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	14031507727
Maria Helena Antônio	Telefonista – Adm. Direta	16416226708
Maria Neli Schelter	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12543612555
Maria Rosalina Leite	Auxiliar de Serviços Feminino – Adm. Direta	12052939298
Maria Zenita Cardoso de Lima	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12320605004
Mario Nei Branco Farias Junior	Técnico em Informática – Adm. Direta	16480305923
Marlene Estegue	Auxiliar de Serviços Feminino – Adm. Direta	12759149503
Marlete Barbino	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13797198727

Nome do Candidato	Cargo	Número de Identificação Social
Marli Simão	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12452147976
Mauricio de Oliveira Souza	Agente Administrativo – Adm. Direta	19010461087
Mirian Granado	Agente Administrativo – Adm. Direta	12501264306
Miriliane Franco Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	20414556229
Moacir Sebastião Domingos Ferreira	Pedreiro – Adm. Direta	10645376288
Morgana Martins	Auxiliar de Serviços Gerais – Adm. Direta	16550338604
Morgana Raquel Alexandre Domingos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12660376729
Neuri Rodrigues da Silva	Turismólogo – Adm. Direta	13005963720
Nilva Terezinha Correia Ferreira	Cozinheiro – Adm. Direta	12452481655
Norimar Souza da Luz	Auxiliar de Serviços Feminino – Adm. Direta	12439489702
Orandina Ruas	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	10879995073
Osvanir Becker	Agente Administrativo – Adm. Direta	12285973227
Osvanir Becker	Auxiliar de Serviços Masculino – Adm. Direta	12285973227
Patricia Becker	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	20322489665
Robson da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta	16558374464
Rosa Maria Theiss	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12439614604
Rosane Beatriz Ferreira da Cunha	Técnico em Enfermagem – Adm. Direta	20768600833
Rosane Schelter	Agente Administrativo – Adm. Direta	16070718756
Roseli Aparecida Bueno	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	12375931906
Rudinei da Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	13663521728
Rudolfo Herley Maciel Borges	Operador de Equipamento – Adm. Direta	12927538729
Sabrina Mendes dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	20319295219
Scheila Aparecida de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	20661274904
Simone de Mattos	Motorista de Veículo Leve – Adm. Direta	13571189727
Suzana Silveira de Paula	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	23606642136
Tania Mara Barbosa Postai	Auxiliar de Serviços Feminino – Adm. Direta	12347673515
Teresinha Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta	16538360948
Tuana Barbosa Maciel Borges	Educador Social – Adm. Direta	20654924222
Tuana Barbosa Maciel Borges	Psicólogo – Adm. Direta	20654924222
Zenaide Ferreira	Cozinheiro – Adm. Direta	10764358429

2. PEDIDOS DE ISENÇÃO INDEFERIDOS

Nome do Candidato	Cargo/ NIS	Motivo do Indeferimento:
Ariane Aparecida de Campos	Agente Administrativo – Adm. Direta / 20472238447	Não foi encontrado registro junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com o Número de Identificação Social (NIS) informado.
Cleusa Salete Macedo do Nascimento	Assistente Social – Adm. Direta / 22806216000	Dados do pedido de isenção divergem com o informado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
Elias Rodriguesa Costa	Pintor – Adm. Direta / 13034061721	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização 18/06/2007.
Géssica Gonçalves da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino / Adm. Direta 16176153337	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 22/05/2012.
Géssica Gonçalves da Silva	Agente Administrativo – Adm. Direta / 16176153337	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 22/05/2012.
Janaina Lemes	Agente Administrativo – Adm. Direta / 21283372411	Não foi encontrado registro junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com o Número de Identificação Social (NIS) informado.
Jonas Lino de Oliveira	Farmacêutico – Adm. Direta / 16316356987	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 10/07/2007.
José Roberto Coelho de Aquino Filho	Agente Administrativo – Adm. Direta / 21033811906	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 27/09/2012.

Nome do Candidato	Cargo/ NIS	Motivo do Indeferimento:
José Roberto Coelho de Aquino Filho	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino – Adm. Direta / 21033811906	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 27/09/2012.
Juliete Junge	Auxiliar de Serviços Gerais – Adm. Direta / 22016131259	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 21/06/2013.
Loevi Lopes	Educador Social – Adm. Direta / 12353692801	Não existe nenhuma inscrição realizada para o Concurso no CPF informado.
Luciana Martio- nez Alves Martins Zeferino	Desenhista – Adm. Direta / 12895014452	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização 10/05/2013.
Lucilene dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta / 1332148672401	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização 04/06/2013
Lucineide Cassia da Silva Braatz	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino – Adm. Direta / 1243660834402	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização 31/07/2013.
Márcio Antônio de Souza	Enfermeiro – Adm. Direta / 12488254675	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 13/10/2011.
Maria Flávia Verdi	Agente Administrativo – Adm. Direta / 15640710245	Não foi encontrado registro junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com o Número de Identificação Social (NIS) informado.

Nome do Candidato	Cargo/ NIS	Motivo do Indeferimento:
Marileia Franco	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino - Adm. Direta / 12286065561	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 18/06/2007.
Paulo Roberto Vargas Borges	Agente Administrativo – Adm. Direta / 13459757727	O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) está desatualizado, tendo como sua última atualização em 22/07/2013.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 0665/2015

PORTARIA N.0665/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º. Exonera a pedido, a partir de 31/08/2015, o servidor MICHEL RESENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ipm

PORTARIA Nº 0666/RH

PORTARIA Nº. 0666/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, a partir de 01/09/2015, a servidora abaixo relacionada pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano 2015, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina Origem	Unidade Origem	Carga Horária	Disciplina Destino	Unidade Destino
MARISTELA LUIZA FRONZA MAR- CONSINI	Matemática	CE Willy Schleumer	20h	Ciências	CE Roberto Machado

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Rio dos Cedros

PREFEITURA

HABILITAÇÃO AO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RIO DOS CEDROS -SC

Edital CMDCA nº 04/2015

Dispõe sobre habilitação dos candidatos (as) ao processo de escolha unificada do Conselho Tutelar no Município de Rio dos Cedros/SC.

Art. 1º A Comissão Especial do Processo Escolha ao cargo do Conselho Tutelar após análise de documentação e cumpridos os prazos de Recursos, habilita os candidatos (as) listados a concorrer a Gestão 2016-2020 do Conselho Tutelar.

Art. 2º O número dos (as) candidatos (as) corresponde ao número de inscrição conforme disposto no artigo 3.6.1.2 do Edital 01/2015.

Art. 3º A campanha eleitoral poderá ser realizada pelos candidatos (as), no período de 31/08/2015 a 02/10/2015, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente emitirá um comunicado com recomendações aos candidatos (as).

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Escolha ao cargo do Conselho Tutelar.

Número	
01	CHARLES ROMERTO FLORIANI
02	JOANITA BUSARELLO FELIPI
03	MARLENE TAFNER
04	MILENE MENESTRINA DO CARMO
05	PAULO CAMPESTRINI
06	ALBERTINA ZANELLA
07	CARLA ANDREIA BUSARELLO
08	DANIELA BEYER SPIESS LONGO
09	RAFAEL VALANDRO SANCHES SILVA
10	NEUSA MARIA BUSARELLO
11	LUCIMAR DOS SANTOS PEREIRA

Rio dos Cedros-SC, 31 de agosto de 2015

Angela Aparecida Barbosa

Presidente CMDCA

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 076/2015-DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 076/2015 - Dispensa de Licitação 076/2015

Do Objeto: Contratação de empresa para compra emergencial de 02 pneus 275/80R22,5 FR 85 LISO, ao VEICULO JMW-9902, Setor de Educação.

PROPRIETÁRIO: JM PNEUS E RECAPAGENS LTDA.

CNPJ: 08.729.688/0001-57

Valor: R\$ 2.880,00(Dois mil, oitocentos e oitenta reais)

Da Justificativa do Preço: É dispensada a licitação, tendo em vista a urgência da aquisição, sendo que o ônibus é o transporte de alunos que faz o trajeto interior do município, não havendo outro para substituí-lo, o que implica na dispensa de licitação, no entanto está sendo providenciada nova licitação para este e demais itens. O amparo legal para a dispensa da licitação consta no Parágrafo IV, Art. 24 da Lei nº 8.666/93, incluindo a Lei nº 8.883/94.

Homologação: 28/08/2015

Joelson Farias Pereira

Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 147/2015 EXONERA ALDERI VIDAL

PORTARIA Nº 147/2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Alderi Vidal , matricula nº12483/01, CPF 460.262.749-87, ocupando o cargo de Assessor de Planejamento , 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração , a partir de 31 de Agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 31 de Agosto de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº148/2015 EXONERA ROSELI M. BRESSLER

PORTARIA Nº 148/2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Servidora Pública Municipal Sra. Roseli Maria Bressler , matricula nº10804/01, CPF 038.125.799-10, ocupando o cargo de Diretor de Informatica , 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação , a partir de 31 de Agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 31 de Agosto de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº149/2015 EXONERA ELIAS JOSE WANTZ

PORTARIA Nº 149/2015
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. Elias Jose Wantz , matricula nº1214901, CPF 006.042.610-12, ocupando o cargo de Técnico em Agropecuária , 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura , a partir de 31 de Agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 31 de Agosto de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1061/2015

DECRETO Nº 1061, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

(76) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

(77) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Inden. e Restituições Trabalhistas R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIAS Nº 9809/2015, Nº 9812/2015

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 9809/2015 no DOM nº 1811, de 21 de agosto de 2015, pág. 671, no local que se lê "SILVIA CRISTINA HOMENCHEN SILVA" leia-se "SILVIA CRISTIANE HOMENCHEN SILVA".

Na publicação da Portaria nº 9812/2015 no DOM nº 1816, de 28 de agosto de 2015, pág. 460, no local que se lê "SILVIA CRISTINA HOMENCHEN SILVA" leia-se "SILVIA CRISTIANE HOMENCHEN SILVA".

PORTARIA Nº 9829/2015

PORTARIA Nº 9829, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Consolida Portaria nº 3655/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3655, de 25 de outubro de 2013, que concedeu aposentadoria à ANGELA MARIA GONÇALVES DA SILVEIRA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00779508, através da Decisão GASNI - 586/2015, de 18 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9830/2015

PORTARIA Nº 9830, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 25 de agosto de 2014, Abono de Permanência à servidora JUCELI KOLENEZ, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 5201, de 11 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 56/2015**

Pregão Presencial nº 56/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 56/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 15 de setembro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal – SMP, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de até 25 (vinte e cinco) códigos de acesso, com o fornecimento de até 23 (vinte e três) estações móveis, devidamente ativadas, associadas a um plano pós-pago, com franquia global, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento (consulta de resumos de minutos e detalhamentos de faturas de cada acesso) por meio da internet.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(74) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Saneamento Geral – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 190, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 190, de 31 de agosto de 2015.

“ESTABELECE SISTEMA DE COORDENAÇÃO DE PLANTÕES PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE EMERGÊNCIA E DE URGÊNCIA.”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecido o Sistema de Coordenação dos Serviços de Plantão do SAMAE, vigente das 17:00 horas das sextas-feiras às 08:00 horas das segundas feiras e das 18 horas do dia anterior a feriados às 08:00 horas dos dias seguintes aos feriados e que será exercido pelos chefes dos seguintes cargos: Diretor de Operações Técnicas, Chefe de Divisão de Distribuição de Água, Chefe de Divisão de Coleta de Esgoto Sanitário, Chefe de Divisão Suporte Técnico, Chefe de Divisão de Tratamento de Água e Assessor Técnico.

Art. 2º. Caberá à Chefia da Diretoria Técnica o estabelecimento de tabelas periódicas de designação dos coordenadores plantonistas.

Art. 3º. Caberá ao Coordenador dos Serviços de Plantão supervisionar o trabalho dos servidores em regime de plantão para prestação dos serviços de emergência, mediante disponibilização de número de telefone e de atendimento urgente aos consumidores durante os fins de semana e nos dias feriados.

Art. 4º. Pelo exercício da coordenação a que se refere esta Portaria, os servidores designados não farão jus a horas extras, mas tão somente terão direito a um dia de folga por cada período de plantão, a ser gozado em data definida em comum acordo com seu superior e em dia que não implique em prejuízo ao SAMAE.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2015.

.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

LEI N.1774/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1774/2015, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CRIA NO MUNICÍPIO O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NAS MODALIDADES FAMÍLIA ACOLHEDORA E FAMÍLIA EXTENSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de São Carlos o Serviço Acolhimento Familiar nas modalidades Família Acolhedora e Família Extensa, para crianças e adolescentes, afastados da família de origem por medida de proteção, como parte integrante da política de atendimento para a população infanto-juvenil, com previsão até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.

§ 1º O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e suas famílias de origem.

§ 2º O serviço deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras orientações que tratem do tema.

Art. 2º - Para efeitos desta lei entende-se por:

I - Família Extensa - aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;

II - Família Acolhedora - qualquer pessoa ou família que se propõe a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de promover a adoção, em conformidade com os critérios descritos nos art. 6º desta lei;

III - Subsídio financeiro - per capita mensal por criança ou adolescente inserido em família extensa ou acolhedora, que visa apoiar a família com as despesas decorrentes da inserção do novo membro.

Art. 3º - O Programa fica vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, gestora e articuladora da Política de Assistência Social no Município, tendo por objetivos:

I - promover o acolhimento de crianças e adolescentes residentes em São Carlos, afastados temporariamente de sua família de origem, em família acolhedora ou extensa, visando garantir a proteção integral;

II - favorecer o fortalecimento dos vínculos familiares, facilitando a reintegração na família de origem, sempre que possível;

IV - articular recursos públicos e comunitários visando a potencialização das famílias, através da inserção na rede socioassistencial;

V - prover o repasse de subsídio financeiro por criança ou adolescente acolhido através do Programa.

CAPITULO I - DAS MODALIDADES

Art. 4º - Entende-se por acolhimento em Família Extensa aquele que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade conforme art. 25, parágrafo único do ECA.

§ 1º a faixa etária para inclusão de crianças e adolescentes nesta modalidade é de 0 a 18 anos incompletos;

§ 2º para inclusão de crianças e adolescentes na família extensa é necessário avaliação da equipe multidisciplinar do programa e regulamentação da guarda junto ao Juizado da Infância e Juventude.

§ 3º residir no município de São Carlos.

§ 4º o tempo para a permanência da criança ou adolescente na família extensa é de 6 (seis) meses, sendo que por análise da Equipe de Referência este tempo pode ser prorrogado por igual período

§ 5º passará por avaliação pela Equipe de Referência do Programa, com posterior encaminhamento do parecer para Juizado da Infância e Juventude.

Art. 5º - Entende-se por acolhimento em Família Acolhedora, famílias previamente cadastradas e capacitadas para a qual criança ou adolescente serão encaminhados de maneira excepcional por medida de proteção.

§ 1º Famílias interessadas serão cadastradas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através da equipe de referência do serviço de acolhimento em família acolhedora, recebendo após análise, orientação e seleção por equipe interdisciplinar, habilitação para acolher crianças e adolescentes, na forma da lei.

§ 2º Famílias residente ou não no município de São Carlos – SC, que tenha condições de receber e manter condignamente, oferecendo os meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento de Equipe vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude.

§ 3º A faixa etária das crianças e adolescentes atendidos será de 0 a 18 anos incompletos.

§ 4º Cada família acolhedora atenderá apenas uma criança ou adolescente, com exceção de grupo de irmãos ou em casos excepcionais, pela demanda apresentada.

Art. 6º - A criança ou adolescente atendido no serviço de acolhimento gozarão de prioridades de atendimento nos serviços públicos municipais, na forma do previsto no Art. 4º, par. Único, letra “b” do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário e sem vínculo empregatício com o Município, sendo requisitos para participar do Programa:

I - pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II - residir no município de São Carlos;

III - não ter cadastro de intenção de adoção no Juizado da Infância e Juventude;

IV - não fazer uso de álcool e/ou outras drogas;

V - concordância dos membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI - condições favoráveis de saúde física e mental;

VII - não apresentar pendências com a Justiça e Conselho Tutelar;

VIII - ter estabilidade financeira - no mínimo 1 (um) dos membros deve ter renda estável e comprovada;

IX - apresentar estabilidade na convivência familiar;

X - não ter passado por luto ou perdas recentes de descendentes ou ascendentes diretos;

XI - parecer psicológico e social favoráveis, emitido pela equipe responsável pelo Programa.

Art. 8º O Juizado da Infância e Juventude, a Promotoria de Justiça e o Conselho Tutelar, manterão acompanhamento constante e fiscalização do Serviço de Acolhimento Familiar.

CAPITULO II - DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I - DO SERVIÇO

Art. 9º - A Secretaria de Assistência Social ficará responsável pela divulgação, em conjunto com os parceiros, do Serviço de Acolhimento Familiar nas modalidades Família Extensa e Família Acolhedora, cabendo à equipe técnica:

I - cadastrar, selecionar e capacitar à família acolhedora;

II - avaliar, identificar e definir os casos para encaminhamento à família extensa ou acolhedora;
III - acompanhar a família extensa ou acolhedora selecionada, e orientar a sua conduta, perante a criança ou adolescente, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente;
IV - assegurar a convivência das crianças e adolescentes com sua família de origem;
V - favorecer uma interação positiva entre a família de origem, a criança ou adolescente e a família extensa ou acolhedora, por meio de trabalho em grupo e outras estratégias;
VI - monitorar as famílias extensa ou acolhedora e de origem, por meio de visitas domiciliares;
VII - encaminhar as famílias para os atendimentos socioassistenciais necessários;
VIII - informar ao setor competente o rol de famílias com direito a receber subsídio financeiro;
IX - inserir, gradativamente, a família extensa na rede socioassistencial, para continuidade do seguimento, transcorrido os 6 (seis) meses iniciais do acolhimento.

SEÇÃO II - DAS FAMÍLIAS

Art. 10 - Cabe à família extensa ou acolhedora:

I - garantir à criança e ao adolescente sob a sua guarda, a efetivação de seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
II - atender as crianças e adolescentes quanto as suas necessidades básicas e de formação pessoal e social;
III - possibilitar a participação das crianças e adolescentes em atividades educativas, recreativas e de lazer, condizentes com a faixa etária;
IV - viabilizar para as crianças e adolescentes a participação nos espaços da comunidade;
V - garantir afetividade, amparo, conforto e dignidade às crianças e adolescentes atendidos, quanto a sua acolhida e permanência na família;
VI - favorecer a aproximação entre a criança ou adolescente e a sua família de origem;
VII - informar ao Serviço, situações que a impeçam, temporariamente, de receber crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV – DO SUBSÍDIO FINANCEIRO

Art. 11 - As despesas, na forma do serviço de que trata esta Lei, legitimada pelo Art. 260, inciso 2º do ECA, será suportado por dotações orçamentárias a ser consignadas nos orçamentos do Departamento Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Parágrafo Único - O subsídio financeiro, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos.

Art. 12 - A família acolhedora ou extensa cadastradas no Serviço de Acolhimento Familiar, independente de sua condição econômica, tem a garantia do recebimento do subsídio financeiro por criança ou adolescente acolhidos, nos seguintes termos:

I - o pagamento do subsídio financeiro será realizado mensalmente à família extensa ou acolhedora após a criança ou adolescente estar sob seus cuidados, sendo documento necessário para ambas as famílias o Termo de Encaminhamento e/ou Guarda emitido pelo Juizado da Infância e Juventude;
II - o pagamento para a família extensa será realizado por período de até 6 (seis) meses, sendo que transcorrido este período, ainda que a criança ou adolescente permaneça com a família extensa, será suspenso o pagamento, salvo com expressa indicação da necessidade de continuidade do pagamento pela avaliação da Equipe de Referência do Serviço de Acolhimento;
III - nos casos em que o acolhimento for inferior a 1 (um) mês, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;
IV - subsídio financeiro será repassado através de depósito em conta bancária da família guardiã da criança ou adolescente;
V - o valor do subsídio financeiro a ser repassado por criança ou

adolescente acolhido, será de 01 (um) salário mínimo vigente por mês, por criança ou adolescente atendido;
VI - a família acolhedora poderá receber, além do subsídio financeiro, item como: fraldas, leite, tratamentos médicos e odontológicos não cobertos pelo SUAS, material escolar, vestuário, de acordo com a necessidade da criança ou adolescente acolhido e expressamente amparado através de Estudo Social emitido por profissional habilitado da Equipe de Referência.

Parágrafo Único - A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica na suspensão do pagamento do subsídio financeiro.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 664, de 07 de novembro de 1997.

São Carlos/SC, em 31 de Agosto de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se

São Domingos

PREFEITURA

ATA AMPLIAÇÃO IRINEU PL PREFE 85/2015

No dia 31 de agosto de 2015, às 10:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 85/2015, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 006/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA AVENIDA IRINEU BORNHAUSEN - TRECHO ENTRE A RUA PAULO MARQUES A PARTIR DA ESTACA 1 + 8 METROS ATÉ A ESTACA 4 + 5 METROS. O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados ao processo. Todavia, realizou visita técnica e apresentou envelopes de n. 01 e n. 02 somente a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28, a qual credenciou representante porém esse não permaneceu na sessão. A empresa não comprovou sua condição de Microempresa, item n. 5.9 do Edital. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que o mesmo foi igualmente rubricado pela Presidente e membros da Comissão. Ato contínuo, foi constatado pela Comissão Permanente de Licitações que a licitante Terramax Construções e Obras Ltda cumpriu integralmente com os requisitos editalícios, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 09 de setembro de 2015, às 09:30, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. O envelope de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerá em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

ATA AMPLIAÇÃO NEREU PL PREFE 086/2015

No dia 31 de agosto de 2015, às 08:30 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 86/2015, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 007/2015 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DA RUA NEREU RAMOS - TRECHO ENTRE A RUA SETE DE SETEMBRO E A RUA 15 DE NOVEMBRO - objeto do Contrato de Repasse n. 1013891-99/2013/MTUR/CAIXA. O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados ao processo. Todavia, realizou visita técnica e apresentou envelopes de n. 01 e n. 02 somente a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28, credenciado o Sr. Anderson Colombo, CPF n. 043.828.859-90. A empresa não comprovou sua condição de Microempresa, item n. 5.9 do Edital. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que o mesmo foi igualmente rubricado pela Presidente, membros da Comissão e credenciado. Ato contínuo, foi constatado pela Comissão Permanente de Licitações que a licitante Terramax

Construções e Obras Ltda cumpriu integralmente com os requisitos editalícios, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 09 de setembro de 2015, às 08:30, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. O envelope de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerá em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

DEC 2050 DE 31 08 15 NOMEIA SILVIA DE BRITO BAGGIO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

DECRETO Nº 2050, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar Municipal nº 0045, de 26/11/12, Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12 e Art. 37 incisos II e V da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Silvia Rozani de Brito Baggio, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, neste Município de São Domingos (SC), sob Regime Jurídico Estatutário, enquadrado no Anexo III, Quadro Geral de Cargos Comissionados – Tabela de Cargos, Código 71.00, nível AP-01 da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação São Domingos (SC), 31 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECIMO CHAMAMENTO PARA MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001 2014

DECIMO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

Em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada;

Pela Lei Complementar nº 0043 de 26/07/12;

Pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12 atualizada;

· Considerando o Edital 008/2015, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014;

· Considerando a necessidade de substituir servidor nomeado em cargo em comissão, licença legalmente concedida, inclusive nos casos de afastamento por motivos de férias, atestado médico, licenças para tratamento de saúde, prêmio por assiduidade, à gestante ou outra, conforme necessidade do Município ante a sua imprevisibilidade;

· Considerando a nomeação da Servidora Pública Municipal Silvia Rozani de Brito Baggio, ocupante do cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil) 40 horas semanais, para o cargo de Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Decreto nº 2050, de 31 de agosto de 2015;

· Considerando Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município e o Ministério Público da Comarca de São Domingos SC; REALIZA CHAMAMENTO:

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2014, de 05 de novembro de 2014, para Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o Edital de homologação do resultado de classificação nº 008, de 30/01/2015, sendo: De acordo com o acima mencionado, fica aberta para a admissão de professor em caráter temporário (ACT), sendo 01 vaga no cargo de Professor de Educação Infantil (40 horas semanais);

Do Chamamento e demais disposições:

Chamamento: Conforme ordem de classificação;

Dia da Chamada: 04 de setembro de 2015 – sexta - feira;

Horário da Chamada: 10:30 horas;

Local da Chamada: Secretaria de Educação Cultura e Esportes do Município de São Domingos;

Vencimento: Conforme Lei Municipal;

Vagas: 01 vaga no cargo de Professor de Educação Infantil (40 horas semanais).

Área de atuação: Professor de Educação Infantil.

Observação: Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis.

Fica estabelecida a data de até 04 de setembro de 2015, sexta-feira até as 17h30m, para a apresentação no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,
- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,
- Título de Eleitor e do voto na última eleição,
- Cadastro de Pessoa Física (CPF),
- Número de Inscrição no PIS/PASEP,
- Cédula de Identidade,
- 01 foto 3x4 recente,
- Número da Conta Bancária,
- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,
- Endereço Oficial e Dados Pessoais,
- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
- Comprovante de Escolaridade e Habilitação;
- Comprovante de Residência com data atualizada de até 60 dias;
- Alvará de folha corrida judicial para fins empregatícios, fornecido pelo foro da Cidade;
- Certidão de Quitação Eleitoral, fornecida pelo Cartório Eleitoral;
- Certificado Reservista;
- Declaração de Bens;

- Demais documentos, que o Setor de Pessoal julgar necessário Fica estabelecido que o início das atividades será até dia 08 de setembro de 2015, terça-feira, no horário e local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Quanto aos prazos de admissão, estes são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/12, conforme o caso pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 31 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE – EXTRATO DE CONVÊNIO
ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 12/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e a Associação Recreativa e Cultural De Beato Roque. OBJETO: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros a título de auxílio/contribuição visando atender despesas correntes ou de capital, para a realização de reformas ou ampliações das instalações de sua sede própria, bem como para aquisição de equipamentos, que ocorrerá no decorrer do ano em exercício, mediante solicitação da Associação. VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) de acordo com a solicitação formulada pela Sociedade. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Órgão: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; Unidade Orçamentária: 06– Setor de Esportes; Projeto Atividade: 2.033 – Contribuições/auxílios a Entidade Desportiva; Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0001 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Tem fundamentação legal na Lei Municipal nº 1.647/15 PRAZO DE VIGÊNCIA: 24 de Agosto de 2015, a contar da data da assinatura do presente convênio. DATA: São João do Oeste, 24 de Agosto de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen– Prefeito Municipal do Município de São João do Oeste e Elo Sehn Presidente Da Associação Recreativa e Cultural De Beato Roque.

Visto Jurídico: Moacir Biasi – 17.930-B – Município

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 13/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE – EXTRATO DE CONVÊNIO
ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 13/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural dos Colaboradores Das Empresas Hammes De São João Do Oeste. OBJETO: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros a título de auxílio/contribuição visando atender despesas correntes ou de capital, bem como para aquisição de equipamentos, que ocorrerá no decorrer do ano em exercício, mediante solicitação da Associação. VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com a solicitação formulada pela Sociedade. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; Unidade Orçamentária: 06– Setor de Esportes; Projeto Atividade: 2.033 – Contribuições/auxílios a Entidade Desportiva; Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0001 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Tem fundamentação legal na Lei Municipal nº 1.647/15 PRAZO DE VIGÊNCIA: 23 de Agosto de 2015, a contar da data da assinatura do presente convênio. DATA: São João do Oeste, 23 de Agosto de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen– Prefeito Municipal do Município de São João do Oeste e Marcelo Hammes Representante da Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Dos Colaboradores Das Empresas Hammes de São João Do Oeste

Visto Jurídico: Moacir Biasi – 17.930-B – Município

PP 62/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2015 – Exclusivo para empresas MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 14 de setembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 31 de agosto de 2.015.

SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.912/2015

DECRETO Nº 4.912/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
DAIANA PFLEGER KREMER	Professor-M	40 Horas	18/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.926/2015

DECRETO Nº 4.926/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015, datado de 26 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
SOLANGE COSTA	Auxiliar de Ensino	20 Horas	18/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.927/2015

DECRETO Nº 4.927/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
JULIANA FARIAS DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	30 Horas	19/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.928/2015

DECRETO Nº 4.928/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015, datado de 26 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
MARIA JOSE MELO REGO BURLE	Professor-H	27 Horas Aulas	19/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.930/2015

DECRETO Nº 4.930/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015, datado de 26 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
KARLA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA	Auxiliar de Ensino	20 horas	20/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.938/2015

DECRETO Nº 4.938/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015, datado de 26 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
LILIAN MIGUEL	Professor-M	20 Horas	21/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.949/2015

DECRETO Nº 4.949/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ANA PAULA COSTA	Auxiliar de Sala	40 Horas	24/08/2015
DAIANE CATARINA CIPOLATO GOMES	Auxiliar de Sala	40 Horas	24/08/2015
JULIANA MATILDE VIEIRA CARMINATTI	Auxiliar de Sala	40 Horas	24/08/2015
LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR	Professor-M	40 Horas	24/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.950/2015

DECRETO Nº 4.950/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
SORAIA JACQUELINE REBELO	Auxiliar de Sala	40 Horas	25/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.951/2015

DECRETO Nº 4.951/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada s para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ELIZETE SCHMIDT DOS SANTOS	Professor-M	40 Horas	26/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.952/2015

DECRETO Nº 4.952/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
ANDREA ADRIANO BUCHELE	Professor-M	40 Horas	27/08/2015
TATIANA GICELI NASCIMENTO DE ESPINDOLA	Professor -M	40 Horas	27/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 27/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.959/2015

DECRETO Nº 4.959/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2015, datado de 26 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
FRANCISCA MARIA NASCIMENTO GOMES	Auxiliar de Ensino	40 Horas	28/08/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 28/08/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4.961/2015

DECRETO Nº 4.961/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
ELAINE DELATORRE	Professor-H	24/08/2015

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/08/2015.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 4957/2015

DECRETO Nº 4957/2015

ERRATA DO DECRETO 4872 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 4872/2015 que dispensa servidor contratado em processo seletivo que passa a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores, admitidos em Caráter Temporário -ACT.

NOME	CARGO	DATA	LOTAÇÃO
ALINE SIMAS	Psicólogo	18/08/2015	Assistência Social
DAYANA KRUGER	Assistente social	18/08/2015	Assistência Social
MARGARETE QUINT	Assistente social	18/08/2015	Assistência Social
ALEXANDRE DOS ANJOS	Psicólogo	18/08/2015	Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4963/2015

DECRETO Nº 4963/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada VIVIANA CORRÊA RAMOS para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo – CCM4, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4964/2015

DECRETO Nº 4964/2015

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal N.º 5.339 de 21 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor como membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2015, os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- I. LEONARDO WIETHORN RODRIGUES;
- II. REJANE MAGALI DOS SANTOS MEDEIROS;
- III. KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER;
- IV. RAMON DE SOUZA CAMPOS MARTINS;
- V. PAULO DUTRA.

§ 1º - Como Membros Suplentes:

- I. VERA SUELY DE ANDRADE;
- II. HUMBERTO ALCINO DA SILVA;
- III. ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS.

Art. 2º – Fica concedido à Comissão Permanente de Licitação, poderes de assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitação, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de agosto de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 3764/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4966/2015

DECRETO Nº 4966/2015

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM – DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro na Lei Municipal N.º 3.313 de 17 de maio de 1999 alterada pela Lei Municipal N.º 5.392 de 28 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Titular: Norma Warmling;
- b) Suplente: Rita de Cassia Faversani Furtado.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Titular: Suzana Senna Bousfield;
- b) Suplente: Georgeana Darius Avila Bayer.

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Titular: Méri Terezinha de Melo Hang;
- b) Suplente: Angela Gonçalves.

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito:

- a) Titular: Andréa Irany Pacheco Rodrigues;
- b) Suplente: Keila Mary da Silva Theiss.

V - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

- a) Titular: Kátia Regina Pereira;
- b) Suplente: Dayane Schroeder dos Santos.

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

- a) Titular: Graziela Besen Petry Mariot;
- b) Suplente: Márcia Regina Trema.

VII - Representantes da OAB Mulher na esfera Regional:

- a) Titular: Magda Gasterin;
- b) Suplente:

VII – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores:

- a) Titular: Ivonilda Maria Xavier da Silva;
- b) Suplente:

IX - Representantes do Fórum Municipal de Mulheres:

- a) Titular: Maria Antônia Werlang;
- b) Suplente: Jurema Ramos dos Santos .

X - Representante de Grupos ou Associações Comunitárias do Município:

- a) Titular: Rosimeire Clarete da Luz;
- b) Titular: Mariléia Venturella Koerich;
- c) Suplente
- d) Suplente:

XI - Representantes do Movimento de Etnias e Raças:

- a) Titular: Giana de Souza
- b) Suplente:

XII - Representante de Associações ou de Núcleos de Estudos atuantes com a temática “mulher” no âmbito do Município de São José:

- a) Titular: Jane Philippi;
- b) Suplente:

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL CMDCA Nº 003/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – PUBLICAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA DE CONHECIMENTO APÓS RECURSOS – RELAÇÃO DE CANDIDATOS APTOS A REALIZAÇÃO À REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Editais CMDCA nº 003/2015

Dispõe sobre a publicação das notas da Prova de conhecimento, após deliberação sobre recursos interpostos, bem como da relação de candidatos que obtiveram média a partir da nota 6 (seis) aptos à realização da avaliação psicológica no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de agosto de 2015, em sua sede localizada Rua Coronel Américo, nº. 25, neste Município e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução CONANDA nº 170/2014 e no art. 64 e seguintes da Lei Municipal nº 5.482 de 11/05/2015, torna publica a relação das notas da Prova de Conhecimento, após deliberação sobre recursos interpostos, bem como da relação de candidatos que obtiveram média a partir da nota 6 (seis) aptos à realização da avaliação psicológica no Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São José/SC. prevista no art. 57, IX da Lei Municipal em referência.

I – RELAÇÃO CANDIDATOS E RESPECTIVAS NOTAS APÓS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Nº INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTAS
001	Paulo Cesar Kovacs	003.398.159-06	7,75
002	Lunardi dos Santos Moraes	046.996.759-56	7,00
004	Diogo Luiz Filippi	043.442.299-16	9,25
005	William Habyeutter Kaleski	041.457.819-88	6,00
006	Viviane Nunes Santos	011.681.090-43	8,50
007	Danielle Silva Castro	050.760.529-28	9,75
008	Sayonara da Luz da Silva	986.988.009-63	7,25
011	Ozana Matzembacher da Silva	697.594.059-20	8,75
012	Sandra Regina Costa da Rocha	398.667.699-68	5,00
013	João Maria da Costa	856.753.189-68	4,50
014	Diego de Lima Bueno	082.780.419-97	7,25
015	Adriana Silveira Ruiz Diaz	076.076.119-16	7,25
017	Fabíola Horácio	062.312.789-05	7,50
019	Andrea da Costa Santos	014.331.629-03	6,25
020	Soraia Moraes Vicente	020.346.829-55	7,25
021	Juliana Silveira da Silva Leffer de Jesus	037.965.029-03	6,50
022	Laura Denoti Queiroz	012.709.082-78	6,50
023	Hiago Lucas Caetano	084.092.159-42	7,75
024	Ana Goreti Medeiros	454.806.309-97	7,00
025	Hugo Martins Pinto	301.194.216-15	8,00
027	Gian Carla Medeiros Andrade dos Santos	172.329.748-84	5,50
028	Fernanda Péres	006.830.029-88	9,50
029	Roberta Cardoso Farias	031.181.619-30	8,00
030	Ronaldo de Oliveira	044.656.069-31	8,50
031	Caroline Nienchotter Goedert Gebauer	058.973.589-66	9,50
032	Suêlen Martins	048.938.309-29	7,75
033	Jackson Cristiano de Oliveira	023.422.539-40	9,75
034	Daiana Vera Souza	048.513.019-01	6,25
035	Noemi Clara Manoel	044.195.869-90	5,50
036	Nayani Hames da Rosa Mafra	053.311.499-36	6,50
037	Ana Lucia Teixeira	987.191.309-53	7,75
039	Ieda Marques de Menêzes de Moraes	424.050.921-15	8,00
040	Adriana Kincheski Bunn	539.518.759-68	7,25
041	Juliana Izilda da Silva de Oliveira	051.369.279-76	8,25
042	Natasha Ariel Coelho	064.631.689-39	5,25
043	Gilson Gonzaga dos Santos	292.275.429-49	7,75

II – Na forma do item 3.3.7 foram interpostos Recursos Administrativos de questões da Prova de Conhecimentos, sendo anuladas pelo Conselho Pleno do CMDCA as questões 3, 15, 17, 25, 32 e 36 e deliberada decisão por intermédio da Resolução CMDCA 023/2015.

III – Os candidatos que obtiveram média a partir de 6,0 (seis) estão aptos à realização do Exame Psicológico previsto no item 3.4 do Edital CMDCA 001/2015, o qual será aplicado dia 03/09/2015, com início às 09h, no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), localizado à Avenida Acioni de Souza Filho (Beira-Mar de São José), s/n, Praia Comprida, São José/SC (próximo ao Supermercado Bistek).

IV – Na forma do item 3.4.3 do Edital em referência, a avaliação psicológica será realizada mediante o uso de instrumentos de avaliação psicológica, capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes à função.

V – Na forma do item 3.4.4 do mesmo Edital, o resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “apto” ou “inapto”, no dia 08/09/2015, no Mural Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José e no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de São José (www.pmsj.sc.gov.br).

São José, 31 de agosto de 2015.
Cesar Maximiliano Simões
Conselheiro Presidente do CMDCA

EDITAL Nº 011 /2015

Edital nº 011 /2015 abre inscrições e define normas para bolsa de estudos através da Lei nº 4.110, para Educação Básica, no Município de São José - SC.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4.110 de 06 de janeiro de 2004, RESOLVE tornar público os critérios de inscrição para obtenção de bolsa de estudo para a Educação Básica, na forma da mencionada Lei, com validade para o ano letivo de 2016, para os candidatos que atendam os seguintes critérios:

- a) Residir no Município de São José - SC;
- b) Comprovar renda per capita familiar igual ou menor que 3 (três) salários mínimos.

As inscrições serão realizadas no Conselho Municipal de Educação de São José - SC, sito a Rua Delamar José da Silva, nº 95 – sobreloja, Kobrasol, São José, do dia 21 de setembro a 16 de outubro, das 13h30min às 17 horas do corrente ano.

1 – Documentos necessários relativo a todos os membros do grupo familiar:
(Entende-se por grupo familiar, todos os que moram na mesma residência).

a) Carteira de identidade ou certidão de nascimento (no caso de menores) de todos os membros do grupo familiar, incluindo o aluno/requerente, declarados no formulário de inscrição.

b) Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar no grupo familiar do requerente;

Caso o pai ou a mãe do requerente não faça parte do grupo familiar e não tenha comprovante de dissolução de casamento ou união estável via judicial, apresentar uma declaração justificando que não convive com o pai ou mãe do requerente, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

c) Carteira de trabalho de todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos:

Cópia das seguintes páginas: página com foto, página da qualificação civil, página com o último contrato de trabalho e a página em branco após o último contrato de trabalho.

d) C.P.F de todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos.

e) Comprovante de renda bruta do grupo familiar:

• Empregado com carteira assinada:

Carteira de trabalho atualizada, recibo de salário completo, holerite ou contracheque referente ao mês de julho, agosto ou setembro do corrente ano.

• Trabalhador sem carteira assinada:

Carteira de trabalho;

Declaração do INSS que não possui vínculo empregatício;

Declaração informando a renda mensal e a atividade exercida, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

• Autônomos:

Declaração do INSS que não possui vínculo empregatício;

Decore (expedido por profissional de contabilidade habilitado), ou no caso de renda informal, declaração informando a renda mensal e a atividade exercida, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

• Agricultor ou pescador:

Apresentar declaração de renda média mensal, emitida pelo sindicato da categoria.

• Micro e Pequenos Empresários:

Declaração do INSS que não possui vínculo empregatício;

Cópia do contrato social e balanço financeiro da empresa;

Declaração Completa do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - ano calendário 2014;

Declaração Completa do Imposto de Renda da Pessoa Física - ano calendário 2014;

Decore (expedido por profissional de contabilidade habilitado) ou declaração informando a renda mensal e a atividade exercida, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

• Pensionistas e Aposentados:

Comprovante de recebimento da pensão, aposentadoria ou outro benefício;

Declaração emitida pelo INSS que não possui vínculo empregatício; Declaração que conste outra fonte de renda, com valor e atividade desempenhada, ou declaração que não possui outra fonte de renda com assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

• Desempregados ou do lar:

Se desempregado com data inferior a 180 (cento e oitenta) dias apresentar comprovante de seguro desemprego;

Declaração de que está desempregado ou é do lar, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF;

Declaração emitida pelo INSS comprovando que não possui vínculo empregatício e que não recebe benefício.

f) Renda agregada (Pensão Alimentícia):

Cópia e original da sentença judicial que explicita o valor estipulado da Pensão de

Alimentos;

Para quem não tem a sentença judicial, apresentar uma declaração informando o valor recebido, com assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como a assinatura de duas testemunhas, com nome completo e CPF;

Se NÃO recebe Pensão de Alimentos, apresentar uma declaração com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

g) Imposto de Renda – Ano Calendário 2014:

Original e cópia da declaração Completa do Imposto de Renda de TODOS, acima de 18 anos;
Se for isento apresentar declaração de isenção do Ano Calendário 2014, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, CPF e assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF (esta declaração deve ser feita pelo declarante, a Receita Federal não fornece).

Pessoa Jurídica apresentar também a declaração do imposto de renda completa - ano calendário 2014;

h) Comprovante de Residência (válido somente comprovante de luz):

Cópia e original do comprovante de luz, do mês de julho, agosto ou setembro de 2015;

Obs.: Se o comprovante de luz NÃO ESTIVER em nome do responsável pelo (a) requerente ou de algum membro do grupo familiar, apresentar também uma declaração justificando o fato, com a assinatura do declarante reconhecida em cartório, data atual, nome completo, bem como a assinatura de duas testemunhas com nome completo e CPF.

2 - Critérios de Avaliação:

- Cabe à Comissão Técnica criada no âmbito da Prefeitura Municipal de São José, constituída conforme anexo da Lei nº 4.110/04, avaliar o grau de carência dos estudantes e a classificação dos beneficiados para as bolsas de estudo;
- Os requerentes serão beneficiados de acordo com a renda per capita da família comprovada através dos documentos apresentados pelo requerente, de acordo com a legislação vigente e com o convênio firmado com as Instituições de Ensino em condições estabelecidas no presente Edital;
- A comissão poderá realizar visita domiciliar na residência do requerente;
- A comissão poderá solicitar quaisquer outros documentos que julgar necessário à comprovação das informações prestadas pelo requerente;
- A relação oficial dos requerentes beneficiados com a bolsa de estudos será divulgada após a homologação pela Senhora Prefeita Municipal, no site da Prefeitura Municipal de São José e no Diário Oficial do Município (<http://www.pmsj.sc.gov.br/>);
- O requerente que tiver interesse em solicitar revisão do processo, poderá entrar com recurso, impreterivelmente até 15 (quinze) dias corridos, a partir da divulgação oficial da homologação.

3 - Dos impedimentos para participação do processo

Caracterizam-se como motivos suficientes para exclusão dos estudantes inscritos, e sua consequente desclassificação, a ocorrência de quaisquer das seguintes situações:

- Não residir em São José;
- Ter renda per capita familiar maior que 3 (três) salários mínimos;
- Não entregar documentos comprobatórios, conforme estipulado no edital;
- Apresentar incoerência entre os dados informados e os documentos apresentados;
- Não assinar o requerimento de inscrição;
- Apresentar dados falsos ou incompletos no preenchimento do formulário de inscrição.

4 - Das disposições gerais:

- O requerente abrigado por via judicial terá preferência na classificação, e serão respeitados os documentos encaminhados pelo Ministério Público e/ou CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente);

- Informamos que as despesas extras como: material didático, uniforme, alimentação, transporte e outras, ficam ao encargo dos pais e/ou responsável;
- O valor do benefício concedido ao estudante economicamente carente será de 100% do valor da anuidade, referente ao ano de 2016;
- O prazo de duração da bolsa de estudo é de 1 (um) ano letivo, ou seja, será válida somente para o ano 2016, os alunos interessados na continuidade do benefício deverão inscrever-se nos anos seguintes e respeitar as condições que serão estabelecidas;
- A ficha de inscrição juntamente com os documentos obrigatórios deverá ser entregue, impreterivelmente, até o dia 16 de outubro de 2015, no Conselho Municipal de Educação, até às 17 horas, conforme organização pré-estabelecida;
- Somente será aceita uma inscrição por requerente, em apenas uma instituição de Ensino de sua escolha. Caso apareçam duas inscrições com o mesmo nome, para instituições diferentes, ambas serão indeferidas;
- Antes de preencher a ficha de inscrição, certifique-se junto a Escola Particular de seu interesse, se a mesma firmará convênio de bolsas de estudo através da Lei Municipal Nº 4110 de 6 de janeiro de 2004, e se haverá vaga para a turma pretendida do (a) requerente no ano letivo de 2016;
- As cópias dos documentos exigidos serão conferidas com as originais e anexadas em definitivo à ficha de inscrição. Toda declaração deve ter a assinatura do declarante reconhecida em cartório. A assinatura das testemunhas não precisa ser reconhecida em cartório.
- Para que o processo tenha eficácia, contamos com a colaboração de todos no sentido de identificar situações que não sejam merecedoras do benefício, através de denúncia formalizada a qualquer tempo no Conselho Municipal de Educação de São José;
- O responsável pelo beneficiado que falsificar documentos ou falsear informações, além de perder o benefício que lhe foi concedido, ficará automaticamente impedido de pleitear futuras inscrições.

TODOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS DEVERÃO SER APRESENTADOS OS ORIGINAIS E UMA FOTOCÓPIA PARA AUTENTICAÇÃO PELO REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ;

São José (SC), 31 de agosto de 2015.

Méri Terezinha de Melo Hang
Secretária de Educação

Ana Maria Laguna Schütz
Presidente do Conselho de Educação

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 34/2015/FUNESJ

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 34/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Maio do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de convênio (Eventos)

Edital: 01/2015/FUNESJ

Número: 34/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92. Conveniente: confederação brasileira de judô (cbj), com sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/n, Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, TPS 1, 3º andar, nível 22, 69 Entre Eixos 47 – 51/C, Bairro Ilha do Governador, Rio de Janeiro (RJ), CEP 21.941-570, inscrita

no CNPJ sob nº 42.136.804/0001-62.

Resumo do Objeto do Termo Aditivo: O Termo de Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Apoio e Patrocínio a Eventos de Esporte e Lazer da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, mediante custeio do Desafio Internacional de Judô a ocorrer na Arena Multiuso de São José, no mês de Junho de 2015.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.405

Elemento de despesas: 3.3.90.39.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 12/05/2015 a 25/06/2015.

São José, 12 de Maio de 2015.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

Paulo Wanderley Teixeira

Presidente da Conveniente

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 36/2015/FUNESJ

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 36/2015/FUNESJ

Aos três dias do mês de Junho do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebra Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de convênio (Rendimento)

Edital: 02/FUNESJ/2015

Número: 36/2015/FUNESJ

Valor do Termo de Convênio: R\$ 59.273,00 (cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e três reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: PRIME ESPORTE CLUBE, com sede na Rua Frederico Afonso, 5764, Bairro Fazenda Santo Antonio, São José, (SC), inscrita no CNPJ sob Nº 14.787.283/0001-78.

Resumo do Objeto do Termo de Convênio: O presente Convênio tem por objeto a manutenção do Programa de Desporto de Rendimento e Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos treinamentos e participação em campeonatos na modalidade de Voleibol, no naipe masculino, como os Joguinhos Abertos de Santa Catarina e outras competições de interesse da FUNESJ, com contrapartida obrigatória de manutenção de escolinhas nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.404

Elemento de despesas: 33.3.3.50.41.00.00.00.00.0080

Prazo de Vigência: 03/06/2015 a 31/12/2015.

São José, 03 de Junho de 2015.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

Marcos Roberto Silva

Presidente da Conveniente

RESOLUÇÃO Nº. 023/2015

RESOLUÇÃO Nº. 023/2015.

TORNA PÚBLICA A DECISÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, DOS RECURSOS FUNDAMENTADOS NO ITEM 3.3.7 DO EDITAL CMDCA N. 001/2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº. 8.069/90 c/c a Lei Municipal nº. 5.482/2015 e, conforme deliberado em Assembléia Extraordinária ocorrida dia 31 de agosto de 2015 e;

CONSIDERANDO a Resolução CMDCA N. 016/2015, a qual criou a Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de São José/SC e, CONSIDERANDO a interposição de Recursos fundamentados no item 3.3.7 do Edital CMDCA N. 001/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Na forma do item 3.3.8 do Edital CMDCA n. 001/2015, anular as questões recomendadas no Parecer da Comissão criada através da Resolução CMDCA N. 016/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 31 de agosto de 2015.

CÉSAR MAXIMILIANO SIMÕES

Conselheiro Presidente

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2015 - Processo nº 253/2015. Fornecedor: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU/SJ E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 247.920,00 – duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015 - Processo nº 031/2015. Fornecedores: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; GRANMEYER MÓVEIS E EQUIP. P/ ESCRITORIO LTDA; SUPRIMO-VEIS EIRELI – EPP; PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA – ME; TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP; RIGEL COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME; OLIMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA – ME; VALDECIR TEIXEIRA MOTA ME; FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI; E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO CAPS II, CAPS AD, CAPS I E POLICLÍNICA DE BARREIROS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 191.335,35 – cento e noventa e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS PREF. MÊS 08-15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 99.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA

EPP

Valor : 17.180,60 (dezessete mil cento e oitenta reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 13/08/2015 Término: 13/10/2015

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 71/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR

PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL, DE TRECHOS NA RUA SALETE ULIANA E RUA ARNILDO SCHNOOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.

Aditivo Nº : 100.2015 - Contrato Nº: 17.2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor : 31.171,74 (trinta e um mil cento e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 17/08/2015 Término: 17/08/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : De acordo com o presente instrumento, fica suprimido do

Contrato n. 17/2013, os serviços prestados conforme item 13, pelos

motivos elencados no Ofício n.22/2015 (anexo) a este contrato, encaminhado pela Secretaria da Educação.

O presente termo de "rescisão" do "item 13", é de comum acordo entre as

partes e possui fundamentação legal, previsto no art. 73, inciso XII, da Lei

8.666 de 21 de junho de 1993.

Contrato Nº.: 101.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada....: ANDREI ROSSETTI

Valor : 83.490,00 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 31/08/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE POSSUA RESPONSÁVEIS TÉCNICOS HABILITADOS, PARA FINS DE PROVIDENCIAR AS LICENÇAS EXIGIDAS PARA A UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE LAVRA E BENEFICIAMENTO, QUE SERÁ UTILIZADA NA EXTRAÇÃO DE BRITAS e PARA PROVIDENCIAR AS LICENÇAS E ENCAMINHAMENTOS EXIGIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL, DENOMINADO "SANTA RITA 2", LOCALIZADO NA LINHA SANTA RITA, PERÍMETRO URBANO DE

SÃO JOSÉ DO CEDRO.

EXTRATO HOMOLOGADOS FMS MÊS 08-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.658,25 (oito mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.198,53 (onze mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: M.F SCHOFFEN ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.944,00 (seis mil novecentos e quarenta e quatro reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15
HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.985,40 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15
HOMOLOGAÇÃO: 10/08/15

CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DE PADRE RÉUS E DE MARIFLOR, CONFORME EXIGÊNCIA DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA N.20125533829/15.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/15

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/15

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/15
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/15

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TV, NOTEBOOKS E SUPORTES PARA TV, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PUBLICIDADE AUDIOVISUAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AÇÕES DE SAÚDE EM REDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/15
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/15

CONTRATADO: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TV, NOTEBOOKS E SUPORTES PARA TV, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PUBLICIDADE AUDIOVISUAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AÇÕES DE SAÚDE EM REDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/15
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/15

CONTRATADO: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.596,00 (três mil quinhentos e noventa e seis reais)

DATA: 31/08/15 - FERNANDO JULIO WILL - Secretário Interino - Fms.

EXTRATO HOMOLOGADOS PREF MÊS 08-15

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15
HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15
HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO

CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.658,25 (oito mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.198,53 (onze mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: M.F SCHOFFEN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.944,00 (seis mil novecentos e quarenta e quatro reais)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/15

HOMOLOGAÇÃO: 03/08/15

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.985,40 (dois mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.029,30 (dois mil e vinte e nove reais e trinta centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.739,50 (vinte e três mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.278,80 (três mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: CASA DAS CARNES SPIRONELLO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.438,80 (quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: M.F SCHOFFEN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.488,65 (seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)

DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/15
HOMOLOGAÇÃO: 04/08/15
CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.460,75 (dois mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.206,43 (nove mil duzentos e seis reais e quarenta e três centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: NIEDERMAIER & NIEDERMAIER LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.194,75 (quinze mil cento e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.817,00 (dez mil oitocentos e dezessete reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: MEOTTI BOLDRIN INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TONER RECARREGADO, CARTUCHO DE TINTA COMPATÍVEL, CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL E BOBINA DE RELÓGIO PONTO, PARA USO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.002,50 (sete mil e dois reais e cinquenta centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TONER RECARREGADO, CARTUCHO DE TINTA COMPATÍVEL, CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL E BOBINA DE RELÓGIO PONTO, PARA USO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.232,50 (sete mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/15
HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TONER RECARREGADO, CARTUCHO DE TINTA COMPATÍVEL, CARTUCHO DE TINTA ORIGINAL E BOBINA DE RELÓGIO PONTO, PARA USO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.207,00 (onze mil duzentos e sete reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/15
CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DURANTE AS ATIVIDADES COM OS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA (RECURSO DO IGD-M), e para CONSUMO DURANTE AS ATIVIDADES COM OS BENEFICIARIOS DO SERCIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS(RECURSO DO SCFV).
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.039,00 (quatro mil e trinta e nove reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/15
HOMOLOGAÇÃO: 06/08/15
CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DURANTE AS ATIVIDADES COM OS BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA (RECURSO DO IGD-M), e para CONSUMO DURANTE AS ATIVIDADES COM OS BENEFICIARIOS DO SERCIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS(RECURSO DO SCFV).
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.780,40 (um mil setecentos e oitenta reais e quarenta centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/15
CONTRATADO: SUPERMERCADO MASSAIA LTDA-ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 40.325,80 (quarenta mil trezentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/15
CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.810,00 (vinte e oito mil oitocentos e dez reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/15
HOMOLOGAÇÃO: 07/08/15
CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, PRÉ-ESCOLA E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. RECURSOS PROVENIENTES DO PNAE E PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 37.196,85 (trinta e sete mil cento e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15
HOMOLOGAÇÃO: 10/08/15
CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DE PADRE RÉUS E DE MARIFLOR, CONFORME EXIGÊNCIA DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA N.20125533829/15.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/15
CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DIVERSOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PROJEÇÃO, AR CONDICIONADO E OUTROS, PARA FINS DE MOBILIAR E ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.717,00 (cinco mil setecentos e dezessete reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/15
CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DIVERSOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PROJEÇÃO, AR CONDICIONADO E OUTROS, PARA FINS DE MOBILIAR E ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.057,00 (dois mil e cinquenta e sete reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/08/15
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DIVERSOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PROJEÇÃO, AR CONDICIONADO E OUTROS, PARA FINS DE MOBILIAR E ESTRUTURAR O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.737,00 (quatro mil setecentos e trinta e sete reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

CONVITE Nº 71/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/15
HOMOLOGAÇÃO: 13/08/15
CONTRATADO: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL, DE TRECHOS NA RUA SALETE ULIANA E RUA ARNILDO SCHNOOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.180,60 (dezessete mil cento e oitenta reais e sessenta centavos)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/15
CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO

CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/15
HOMOLOGAÇÃO: 21/08/15
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/15
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/15
CONTRATADO: JACKSON UBIATAN VARGAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TV, NOTEBOOKS E SUPORTES PARA TV, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PUBLICIDADE AUDIOVISUAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AÇÕES DE SAÚDE EM REDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/15
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/15
CONTRATADO: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TV, NOTEBOOKS E SUPORTES PARA TV, PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PUBLICIDADE AUDIOVISUAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AÇÕES DE SAÚDE EM REDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/15
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/15
CONTRATADO: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, OS PACIENTES TRANSPORTADOS, O PATRIMONIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.596,00 (três mil quinhentos e noventa e seis reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/15
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15
CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA O VEÍCULO GM/SPIN DE USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.530,00 (dois mil quinhentos e trinta reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/15
HOMOLOGAÇÃO: 31/08/15
CONTRATADO: ANDREI ROSSETTI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE POSSUA RESPONSÁVEIS TÉCNICOS HABILITADOS, PARA FINS DE PROVIDENCIAR AS LICENÇAS EXIGIDAS PARA A UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE LAVRA E BENEFICIAMENTO, QUE SERÁ UTILIZADA NA EXTRAÇÃO DE BRITAS e PARA PROVIDENCIAR AS LICENÇAS E ENCAMINHAMENTOS EXIGIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL, DENOMINADO "SANTA RITA 2", LOCALIZADO NA LINHA SANTA RITA, PERÍMETRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 83.490,00 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa reais)
DATA: 31/08/15 - ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.160, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.160, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Altera o Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, com a alteração dada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea 'a', do inciso VII, do art. 1º, do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, que "nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, e dá outras providências", para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I

VII

a) Josiane Carla Kotz Peron - inscrita no CPF sob o nº 022.817.479-13 - titular;
..... " (NR)

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 5.154, de 20 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.161, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.161, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18-01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	01	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.162, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.162, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
02-01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	03	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
18-01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 1º de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 56/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de material de consumo e material permanente para Municipalidade, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 14/09/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. S

ão Miguel da Boa Vista (SC), 31 de agosto de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 03/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – RESOLUÇÃO 03/2015 – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/01, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, e alterações da Lei n.6.678/2012; e lei 7.135/2015; Considerando a reforma promovida pelo Governo do Estado de Santa Catarina no Ginásio Adroaldo Licks, sito à Rua Rui Barbosa, s/n., Centro São Miguel do Oeste;

Considerando que tal reforma não será concluída até a data prevista para a eleição unificada para escolha dos Conselheiros Tutelares; O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente RESOLVE alterar o item 3.4.1, do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC.

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 8 às 17 horas, no nas dependências da Escola de Educação Básica São Miguel, sito rua La Salle, 1824, centro, São Miguel do Oeste, SC; no 1º andar nas salas 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e no térreo na sala 16.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 31 de agosto de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

Presidente Comissão Eleitoral

Processo de Escolha Unificado

DECRETO Nº 8.406/2015

DECRETO Nº 8.406/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Canela, em frente ao Centro de Educação de Jovens e Adultos– CEJA, localizada na Rua John Kenedy, nº 1405, Centro, neste Município, pelo fato de estar seca, podendo causar risco eventual de queda.

Art. 2º Como medida compensatória, a Instituição deverá proceder ao plantio de 01 (uma) muda de árvore de espécie nativa, a ser plantada no passeio em frente à instituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 28 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.407/2015- DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE EDIFICAÇÃO NO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 40.378 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.407/2015

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE EDIFICAÇÃO NO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 40.378 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e

CONSIDERANDO a apresentação da documentação legal exigida para a pretendida aprovação do projeto de edificação;

CONSIDERANDO que a consulta de viabilidade técnica de construção previa faixa não edificável de 6,00m a partir do eixo da estrada vicinal e que tal faixa se encontra averbada no álbum imobiliário.

CONSIDERANDO a que a alteração legislativa deu-se após a expedição da consulta de viabilidade previa, sendo que alteração da faixa não edificável deu-se após a consulta de viabilidade previa.

CONSIDERANDO o parecer jurídico da lavra do Advogado Assessor Geral, opinou pela aprovação do projeto, eis que de acordo com normas vigente na época da consulta prévia de viabilidade.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de edificação no imóvel objeto da matrícula imobiliária nº 40.738, de propriedade de Miguel do Amarante, devendo ser expedido o competente alvará de construção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 31 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

JULIO ANTONIO BAGETTI

Advogado Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Eliane Teixeira da rosa

Técnico Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2015 - AUTORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ATRAVÉS DO PROGRAMA "LAR LEGAL", DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2015

AUTORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ATRAVÉS DO PROGRAMA "LAR LEGAL", DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a regularização fundiária, mediante doação aos beneficiários, dos imóveis integrantes da transcrição imobiliária nº 19.397, referente aos lotes nº 91, 78 e 51 e parte dos lotes nº 14 e 15, matriculados no CRI/SMO sob o n. 18.460, todos localizados no Bairro Andreatta, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste.

§1º O bem será utilizado com o fito exclusivo de regularização dos terrenos em favor dos possuidores, vez tratar-se de situação consolidada, notadamente pelo fato de que a natureza das edificações existentes dentre outras situações peculiares indicam a irreversibilidade da posse.

§2º O imóvel público será submetido à intervenção do Poder Público, através de regularização fundiária no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária - Projeto "Lar Legal", em conformidade com as orientações da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A justificação judicial da posse será acompanhada de todos os documentos que fundamentarem o processo administrativo e, se procedente, constituirá título apto ao registro imobiliário, bem como à abertura de nova matrícula para as áreas destacadas, a ser promovido de ofício pelo Registro de Imóveis competente.

Art. 3º Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal, por meio do Departamento de Tributação, autorizado a conceder isenção do imposto sobre a transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI, em relação ao imóveis referidos no artigo primeiro, dê que tenha como fato gerador as operações de registro ou averbamento de imóveis provenientes de sentença judicial no âmbito do Projeto "Lar Legal", para os imóveis dos beneficiários que possuírem apenas um imóvel e que estejam enquadrados nesse programa.

Art. 4º Ficam as áreas descritas no art. 1º, desafetadas na forma da Lei.

Art. 5º Fica autorizado ao Município a proceder aos registros de baixas no setor patrimonial e contábil.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no que couber, serão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 28 de agosto de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Pedro Jose de Conto
Secretário de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de lavagens dos veículos vinculados na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 15 de setembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de agosto de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO
Secretário da Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N. 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de cortinas e persianas destinados para a Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Guilherme José Missen nº 289, Centro do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 15 de setembro de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de agosto de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO
Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 283/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 283/2015

NOMEIA, DÁ POSSE e determina o início do EXERCÍCIO de JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomeia-se JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo III, Atividade de Administração Geral – AAG, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.262,54 (um mil duzentos e sessenta dois reais e cinquenta quatro centavos), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 01 no Concurso Público Municipal – Edital n.º 001/2015, homologado em 17 de julho de 2015.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE ao servidor acima nomeado.

Parágrafo único. O servidor aqui nomeado e empossado entre em exercício neste dia 01/09/2015.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

TERMO DE POSSE DO SR. JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE do Sr. JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu o Sr. JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, brasileiro, união estável, residente e domiciliado no Município de Palhoça/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem em razão de sua aprovação na classificação n.º 01, no Concurso Público n.º 001/2015.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investido, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS
Empossado

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2015-PMS
PROCESSO Nº. 170/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 31 de agosto de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a aquisição de móveis, eletrodomésticos e demais itens necessários para cozinha e lavanderia para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC. O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 87/2015-PMS, realizar-se-á em 22 de setembro de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h. A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2015-PMS
PROCESSO Nº. 183/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em sonorização de eventos, incluindo serviço técnico e locação de equipamentos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de setembro de 2015 às 14h.
Abertura do Processo: 15 de setembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2015-PMS
PROCESSO Nº. 184/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aluguel de painel de led para cobertura do evento "Concerto Musical" durante a Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de setembro de 2015 às 14h.
Abertura do Processo: 16 de setembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de setembro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.404/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 3.404/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO – CLÍNICO GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter

temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 074/2015 - SMS, datado de 19 de agosto de 2015, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO – CLÍNICO GERAL para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a vaga é em caráter de substituição do servidor, Sr. Emerson Machado, que teve o contrato de trabalho por prazo determinado extinguido em 12 de agosto de 2015;

Considerando que o Concurso Público nº 002/2011 ainda está vigente, porém, a lista de candidatos já foi exaurida;

Considerando que no Processo Seletivo nº 001/2014 foi disponibilizada vaga, onde 1 candidato foi aprovado, porém já assinou o termo de desistência;

Considerando que já está em andamento a realização de novo Concurso Público, conforme Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1798, de 04 de agosto de 2015, p. 573 e seguintes, com o intuito de suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO – CLÍNICO GERAL para atuar na Unidade Básica de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 31 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.405/2015 DE 31 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 3.405/2015 de 31 de agosto de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 225.490,00 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 34.330,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 48.550,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0037 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 86.100,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0037 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 56.510,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 212/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 212/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 127/2015 - PMS - Modalidade Pregão Presencial nº. 59/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottkar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados para aquisição, remoção, instalação de luminárias LED para iluminação pública, compreendendo as atividades de instalação e fornecimento de materiais para modernização do sistema de iluminação pública do município de Schroeder para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Instalação de conector perfurante ou tipo cunha em rede aérea	444	Unid.	7,47	3.316,68
02	Instalação de luminária fechada, ornamental de LED e braço de comprimento maior que 1 metro	222	Unid.	67,50	14.985,00
03	Remoção de luminária aberta ou fechada	222	Unid.	13,00	2.886,00
04	Serviço técnico - elaboração de Projetos Croquis (poste)	222	Unid.	6,39	1.418,58
05	Arruela quadrada 38 X 3 mm para parafuso m 16 - padrão Celesc	37	Unid.	0,51	18,87
06	Braço especial de IP em aço galvanizado afogo, diâmetro 49 X 3000 mm, com sapata - padrão Celesc	67	Unid.	69,87	4.681,29
07	Cabo de cobre flexível tipo PP450/750 2 X 1,5 mm quadrado	888	Metro	1,50	1.332,00
08	Cinta para poste circular diâmetro 150 mm a 200 mm - padrão Celesc	2	Unid.	11,70	23,40
09	Cinta para poste circular diâmetro 210 mm a 250 mm - padrão Celesc	16	Unid.	12,91	206,56
10	Cinta para poste circular diâmetro 260 mm a 300 mm - padrão Celesc	10	Unid.	14,77	147,70
11	Cinta para poste circular diâmetro 310 mm a 400 mm - padrão Celesc	2	Unid.	16,73	33,46
12	Conector cunha de BT, tipo A - padrão Celesc	150	Unid.	4,88	732,00
13	Conector cunha de BT, tipo B - padrão Celesc	49	Unid.	5,05	247,45
14	Conector cunha de BT, tipo III (vermelho) - padrão Celesc	150	Unid.	1,95	292,50
15	Conector cunha de BT, tipo IV(azul) - padrão Celesc	48	Unid.	1,43	68,64
16	Conector de perfuração 16 X 70 - 1,5 X 10 mm quadrado	47	Unid.	5,36	251,92
17	Fita isolante - rolo de 20 metros	20	Unid.	3,83	76,60
18	Luminária pública LED - bivolt automático: fonte de energia com controle de corrente em malha fechada, consumo nominal de 150W, alto fator de potência superior a 0,96, sistema integrado de acionamento e desligamento em função da luminosidade ambiente dispensado a fotocélula, sistema de aterramento. Proteção contra surtos de tensão na rede elétrica, fusível de proteção, funcionamento com luminosidade total imediata após retorno de funcionamento de energia - super LED (COB-LED), com fluxo de luminosidade 16.200 lúmen, temperatura média de cor 4000 a 6000K (branco frio) led com vida útil de 50.000 hs. Estrutura em alumínio injetado com pintura epóxi resistentes a intemperes, IP 66, lente batwin de borossilicato, sistema de encaixe adaptável a postes pré-existentis com diâmetro entre 35 a 60 mm. Cor a definir	222	Unid.	1.530,69	339.813,18
19	Parafuso cabeça abaulada 16 X 70 X 60 mm com porca	30	Unid.	2,54	76,20
20	Parafuso cabeça abaulada 16 X 200 X 300 mm com porca	17	Unid.	6,50	110,50
21	Parafuso cabeça abaulada 16 X 350 X 270 mm com porca	20	Unid.	7,63	152,60
VALOR TOTAL R\$					370.871,13

Valor: R\$ 370.871,13 (trezentos e setenta mil, oitocentos e setenta e um reais e treze centavos).

Data da Assinatura: 31/08/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.174/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.174/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Tatiana Regina de Sant'Anna dos Santos, com efeitos retroativos a partir de 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK	ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal	Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015-PMS, SEQUENCIA 03

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 153/2015 Data do Processo: 22/07/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 133/2015 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação da Creche Cristiane Inês Zerbin, com área da edificação a construir de 140,31m², neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se após transcorrido prazo de recurso e contrarrecurso da fase de habilitação. Foi recebido o recurso impetrado pela empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME e Parecer da Procuradoria nº 083/2015-PROJUR. O Parecer da Procuradoria nº 083/2015-PROJUR traz na sua conclusão o indeferimento do recurso impetrado pela empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, mantendo regular o andamento do certame. A comissão de acordo Parecer da Procuradoria nº 083/2015-PROJUR, mantém sua decisão de inabilitar a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, conforme Ata nº 116/2015, sequência 01, de 13 de agosto de 2015. Fica marcado para dia 01 de setembro de 2015, às 10h30min, a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do Parecer da Procuradoria nº 083/2015-PROJUR às empresas participantes.

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egídio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

ATA PREGÃO PRESENCIAL 87/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 87/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 170/2015 Data do Processo: 05/08/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 132/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de móveis, eletrodomésticos e demais itens necessários para cozinha e lavanderia para atender as necessidades da Diretoria de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brummüller	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 08/2015-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 148/2015 Data do Processo: 17/07/2015
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 133/2015 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de gerador de energia com potência mínima de 84kva, dotado de painel de transferência e entrada automática quando ocorre falta de energia na rede, projeto elétrico e execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de casa de abrigo, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos

A comissão reuniu-se após transcorrido prazo de recurso e contra recurso da fase de habilitação. Foram recebidos o recurso e contra recurso impetrados pelas empresas NEMA ELETROTÉCNICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o no. 80.756.893/0001-39 e LB ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o no. 08.621.772/0001-52 e Parecer da Procuradoria nº 82/2015-PROJUR. O Parecer da Procuradoria nº 82/2015-PROJUR traz na sua conclusão o indeferimento do recurso da empresa NEMA ELETROTÉCNICA LTDA., mantendo o regular andamento do certame. A comissão de acordo Parecer da Procuradoria nº 82/2015-PROJUR, mantém sua decisão em inabilitar a empresa NEMA ELETROTÉCNICA LTDA. conforme consta na Ata 115/2015 (sequência 01) de 13 de agosto de 2015. Fica marcado para dia 02 de setembro de 2015, às 10h30min, a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do Parecer da Procuradoria nº 82 /2015-PROJUR às empresas participantes.

Schroeder, 31 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Ivandira de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Walter Egidio Mukai	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- - Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 08/2015-PMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ABACAXI		300,000	5,9900	1.797,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ABÓBORA COMUM		100,000	3,4500	345,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AIPIM CONGELADO		180,000	4,4500	801,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	ALHO		10,000	22,0000	220,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	AVEIA EM FLOCOS FINOS		15,000	2,8000	42,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BANANA DA TERRA		400,000	1,7400	696,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BANANA PRATA		400,000	3,9800	1.592,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BATATA DOCE		150,000	3,1500	472,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BATATA INGLESA		300,000	3,5000	1.050,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	BETERRABA		200,000	3,9500	790,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CEBOLA		150,000	7,3000	1.095,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CENOURA		200,000	3,9500	790,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	CHUCHU		130,000	2,9800	387,40
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	FARINHA LACTEA COM CEREAL INTEGRAL		20,000	14,8000	296,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO		300,000	4,4800	1.344,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	LARANJA		400,000	2,9000	1.160,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL		800,000	4,7400	3.792,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MAMÃO FORMOSA		300,000	4,6000	1.380,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MAMÃO PAPAIA		80,000	7,9000	632,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MANGA		300,000	4,7500	1.425,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MELADO DE CANA		50,000	13,9900	699,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	MELÃO DOCE		300,000	3,9500	1.185,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	OIVOS		350,000	5,3000	1.855,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	REPOLHO BRANCO, NOVO		100,000	3,6500	365,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME	TOMATE		200,000	6,1000	1.220,00
GENOIR BAMPI & CIA LTDA - ME	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO: ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27		8,000,000	4,5600	36.480,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABACAXI		50,000	4,9800	249,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AÇÚCAR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS		25,000	7,6500	191,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AIPIM CONGELADO		50,000	3,4000	170,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA		100,000	2,3000	230,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ALHO		5,000	22,3000	111,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO		30,000	9,0000	270,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA DA TERRA		100,000	1,4000	140,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA DOCE		20,000	3,2000	64,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA		80,000	2,2900	183,20
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BETERRABA		50,000	2,8000	140,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BRÓCOLIS		20,000	4,8700	97,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO		15,000	7,3000	109,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.		5,000	0,7900	3,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 2/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CEBOLA		30,000	5,9800	179,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CENOURA		20,000	2,9000	58,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHOCOLATE EM PÓ, INGREDIENTES BÁSICOS: AÇÚCAR E CACAU EM PÓ		10,000	9,9000	99,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU		40,000	1,9800	79,20
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA		30,000	2,3500	70,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE MANTEIGA		20,000	3,7500	75,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		100,000	5,0000	500,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CRAVO DA ÍNDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.		5,000	2,5000	12,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:		15,000	3,5900	53,85
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS		15,000	7,9000	118,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FELIÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		20,000	2,5000	50,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		10,000	4,9800	49,80
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO		100,000	8,0000	800,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO		100,000	4,4800	448,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LARANJA		150,000	2,6500	397,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		200,000	2,2500	450,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LENTILHA		10,000	6,9800	69,80
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL		150,000	3,4900	523,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MACARRÃO PARA SOPA (CABELO DE ANJO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		20,000	3,6500	73,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAMÃO FORMOSA		100,000	4,0000	400,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		60,000	3,0500	183,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OVOS		50,000	4,3900	219,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		30,000	5,5000	165,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PÃO FRANCES		150,000	6,9800	1.047,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		100,000	13,2600	1.326,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERDE		5,000	5,1000	25,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REPOLHO		50,000	2,8000	140,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAGU		10,000	2,0000	20,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SUCO DE UVA INTEGRAL		20,000	8,2000	164,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)		20,000	2,4900	49,80
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE		80,000	3,9800	318,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	VINAGRE DE MAÇÃ		30,000	2,1900	65,70
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	AÇÚCAR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS		60,000	9,5500	573,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	AÇÚCAR MASCADO		30,000	8,5200	255,60
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:		50,000	4,6000	230,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ BRANCO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		40,000	11,6000	464,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO		40,000	11,6000	464,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO CASEIRO		60,000	16,3000	978,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 3/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO CASEIRO		50,000	16,5000	825,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL		100,000	5,5700	557,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL		80,000	3,8000	304,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:		180,000	3,8500	693,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:		80,000	2,7000	216,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO		30,000	11,0800	332,40
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.		10,000	1,9000	19,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		250,000	19,9900	4.997,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		60,000	13,4000	804,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA		400,000	15,6700	6.268,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA		70,000	11,7000	819,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE SUÍNA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		250,000	14,0000	3.500,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CARNE SUÍNA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		60,000	11,2000	672,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO		70,000	12,5000	875,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CHOCOLATE EM PÓ. INGREDIENTES BÁSICOS: AÇÚCAR E CACAU EM PÓ		70,000	14,5000	1.015,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA		50,000	3,3000	165,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		300,000	6,3700	1.911,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CRAVO DA ÍNDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.		10,000	2,8200	28,20
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	DOCE DE FRUTAS (chimier) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA		100,000	3,2500	325,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	DOCE DE FRUTAS (chimier) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA		20,000	2,2000	44,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:		40,000	5,1500	206,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		80,000	1,9500	156,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS		30,000	1,1000	33,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS		40,000	10,7000	428,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		100,000	3,9500	395,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FEIJÃO VERMELHO		80,000	7,9000	632,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		35,000	5,6500	197,75
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FILE DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO		250,000	11,5000	2.875,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:		60,000	11,5000	690,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:		20,000	9,7000	194,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		2.000,000	2,8000	5.600,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MACARRÃO MIÚDO P/ SOPA (ARGOLA/ARGOLINHA/AVE MARIA/CONCHINHA		100,000	3,8500	385,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS		50,000	4,0900	204,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS		10,000	2,9000	29,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS CASEIRA - TIPO ESPAGUETE		100,000	3,4200	342,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MEL EMBALAGEM PLÁSTICA COM 700GR		10,000	15,9900	159,90
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		120,000	3,5000	420,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	OREGANO		10,000	2,6000	26,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Página: 4/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, INGREDIENTES:		180,000	22,8000	4.104,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, INGREDIENTES:		30,000	18,4000	552,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	SAGU		100,000	2,9000	290,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	SAL MARINHO IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		60,000	3,0000	180,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	SAL MARINHO IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:		20,000	1,7000	34,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	SUCO DE UVA INTEGRAL		50,000	11,8000	590,00
SCS COMÉRCIO LTDA-ME	VINAGRE DE MAÇÃ		100,000	2,6500	265,00
SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIM	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS A LASER PARA ATENDER		800.000,000	0,0210	16.800,00
SUPRIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIM	MANUTENÇÃO TÉCNICA E FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS (EXCETO		800.000,000	0,0210	16.800,00
Total Geral do Mês —>					152.025,50

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 128/2015

DECRETO N.º 128 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 129/2015

DECRETO N.º 129 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundação Municipal da Cultura
UNIDADE	01	Fundação Municipal da Cultura
FUNÇÃO	13	Cultura
PROGRAMA	04	Gestão de Apoio a Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
RECURSO	5.064	Transferências de Convênios – Estados/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	2.022	Organização de Eventos e Festas Tradicionais do Município
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	10	

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Convênio nº 2015TR001024 celebrado entre o Município e a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 130/2015

DECRETO N.º 130 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5.019	Transferências do FUNDEB – 40 %
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do FUNDEB – 40 %, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 131/2015

DECRETO N.º 131 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.028	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Agentes Comunitários de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.029	Manutenção do Bloco Atenção Básica – Saúde da Família
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	25	

VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica

RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	32	

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar Ambulatorial
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 132/2015

DECRETO N.º 132 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundação Municipal de Cultura
UNIDADE	01	Fundação Municipal de Cultura
FUNÇÃO	13	Cultura
PROGRAMA	04	Gestão de Apoio a Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.021	Manutenção da Fundação de Cultura
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	04	

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 133/2015

DECRETO N.º 133 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte

FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
PROGRAMA	09	Gestão de Incentivo aos Esportes
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.003	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Espaços Esportivos
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	37	

VALOR: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 134/2015

DECRETO N.º 134 DE 27 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundação Municipal de Cultura
UNIDADE	01	Fundação Municipal de Cultura
FUNÇÃO	13	Cultura
PROGRAMA	04	Gestão de Apoio a Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.021	Manutenção da Fundação de Cultura

ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	06	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de julho de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de julho de 2015.

DECRETO Nº 135/2015

DECRETO N.º 135, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº009/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 009/2015 do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente que aprova a inscrição dos Candidatos para a Eleição do Conselho Tutelar.

Art. 2º - A referida Resolução, na íntegra, passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de agosto de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 136/2015

DECRETO N.º136, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

ESTABELECE O NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE das REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado novo horário de funcionamento nas repartições públicas municipais a partir de 26/08/2015, conforme descrito abaixo:

I - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Setor de Topografia, Engenharia e Setor Administrativo da Secretaria de Saúde, de segunda à sexta-feira, das 7h às 13h;

II - Secretaria de Saúde (exceto Setor Administrativo), CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e CAPS permanecerão com expediente de segunda à sexta-feira em horário normal (08h às 12h e das 13h às 17h);

III - Paço Municipal "Antônio Feltrin" passará a ter funcionamento de segunda a sexta-feira com expediente interno das 07h às 8h e expediente externo das 08h às 13h;

IV- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos passará a ter funcionamento das 06h às 12h, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 21 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 137/2015

DECRETO Nº 137, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Nomeia OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.820/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

a) Dois representantes indicado pelo Poder Executivo Municipal, sendo um da Secretaria de Educação:

Titular: Alan Olivo – CPF: 059.907.119-21

Suplente: Tiago José de Souza – CPF: 057.210.379-46

Titular: Nalzoir Niotti – CPF: 077.565.009-97

Suplente: Karina Bernaldo Teixeira – CPF: 048.025.339-00

b) Um representante dos Diretores de Escolas Básicas Públicas:

Titular: Dalvani Baesso Nola – CPF: 522.175.079-15

Suplente: Jucinéia Nunes – CPF: 021.943.659-23

c) Um representante de Professores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Rosa Susana Salvaro Fernandes – CPF: 743.776.809-78

Suplente: Tatiana Rodrigues de Souza – CPF: 032.420.369-13

d) Um representante dos servidores Técnico-Administrativo das Escolas Públicas:

Titular: Eliana Damiani Marini Remor – CPF: 032.093.439-00

Suplente: Maria Luiza Lorenzon – CPF: 015.849.599-32

e) Dois representantes de pais de alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Erlaine Cristina Pereira Bettiol – CPF: 016.507.819-70

Suplente: Juliani Scussel Consoni – CPF: 032.651.699-95

Titular: Terezinha Costa Mazzuco Bianco – CPF: 838.644.909-87

Suplente: Daniela Somariva Trento – CPF: 990.770.519-53

f) Dois representantes dos estudantes da Educação Básica Pública de estudantes secundários:

Titular: Alessandra Cristina De Barros – CPF: 709.523.701-82

Suplente: Larissa Aparecida Pedroso Da Silva – CPF: 102.058.089-56

Titular: Cleiton Martins – CPF: 070.393.399-00

Suplente: Airan Feltrin Lack – CPF: 056.059.301-50

g)- Um representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Marlei Elisete Valdatti Souza – CPF: 037.953.139-96

Suplente: Helena Seika Tanabe do Livramento – CPF: 088.759.948-62

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de Agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Agosto de 2015.

DECRETO Nº 138/2015

DECRETO N.º 138, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA A PEDIDO RODRIGO DISNER GAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, RODRIGO DISNER GAVA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 052.577.119-07, do cargo de cargo de Assessor I – C2, a contar de 21/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 24 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 247/2015

PORTARIA Nº 247, DE 04 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA A PEDIDO MARISTELA BRIGNOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, MARISTELA BRIGNOLI, brasileiro (a), CPF sob nº518.008.889-53, ocupante do cargo de Enfermeira, do Quadro Permanente do Município, a partir de 05/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de Agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Agosto de 2015.

PORTARIA Nº 248/2015

PORTARIA Nº 248, DE 04 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO PEDRO JESUÍNA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário PEDRO JESUÍNA, Auxiliar de Serviços Gerais, CPF Nº 854.930.159-00, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA Nº 249, DE 04 DE AGOSTO DE 2015

CONTRATA MARINA FELTRIN DAMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARINA FELTRIN DAMBROS, brasileiro, CPF/MF sob nº 070.975.359-46, para ocupar a função de Assistente Social, 20h, na Secretaria de Saúde, a contar 03/08/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 04 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA Nº 250, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Concede Licença POR MOTIVO DE DOENÇA DO CÔNJUGE a servidorA ADAIR MARIA FERNANDES e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 9º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença com vencimentos, por motivo de doença do cônjuge, a servidora ADAIR MARIA FERNANDES, CPF/MF nº 715.646.919.34, Técnica de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, a partir de 07/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de agosto de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de agosto de 2015.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 181/2015

DECRETO Nº 181, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Revoga o Decreto 179/2015 e designa comissão de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Servidora Municipal LORENI LISTON MARTINS, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – JOSÉ REZENDE;

II – VALDECIR TOSETTO;

III – DIEGO GUSTAVO KIRCH.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº179/2015 e disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 27 de agosto de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 158/2015

PORTARIA Nº. 158/2015. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. JANIR LUIZ BACH E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal Comissionado Sr. JANIR LUIZ BACH, Secretário Municipal da Saúde, 40 horas semanais, cadastrado sob matrícula nº 405/01, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 28 de Agosto de 2015, nos termos do art. 107 da Lei Municipal nº. 012 de 06 de janeiro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), conforme Atestado Médico apresentado e deferido. Lei Municipal nº 12/1997

Art. 107. Ao servidor que, por motivo de saúde, esteja impossibilitado de exercer seu cargo, será concedida licença remunerada a pedido ou de ofício, mediante inspeção do órgão médico oficial, até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE AGOSTO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta e um de agosto de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 159/2015

PORTARIA Nº. 159/2015. CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL SRA. REGINA ZACHARCZUCK GATELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica CONCEDIDA Progressão Salarial por Nova Habilitação – Vertical a Servidora Municipal Sra. REGINA ZACHARCZUCK GATELLI, cargo de Professor II, matrícula nº 498/01, pela obtenção da Graduação em Licenciatura Plena, na área específica de atuação, a incorporação ao salário base, o percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme apresentação de Certificado de Conclusão do curso de Pedagogia, emitido pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, Estado do Paraná, preenche os requisitos legais previstos no artigo 47, § 1º da Lei Complementar nº. 014/2010 - PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE TIGRINHOS.

Art. 47 O membro do Magistério Público Municipal poderá obter as seguintes incorporações ao salário base.

§1º - Pela obtenção da graduação em Licenciatura Plena, na habilitação específica de sua efetivação no percentual de 50% (cinquenta por cento), sobre o salário base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em primeiro de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 160/2015

PORTARIA Nº. 160/2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA A SERVIDORA SRA. VERA LÚCIA BACZINSKI, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida Licença Prêmio a pedido da Servidora Pública Sra. VERA LÚCIA BACZINSKI, referente ao Cargo Efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, 40 (quarenta) horas semanais, cadastrada na matrícula nº. 83/01, relativo ao período de Junho 2002/2008, sendo convertida em Abono Pecuniário o percentual de 100%, de acordo com o Art. 126, § 3º da Lei Municipal 779/2014, conforme requerimento da mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 161/2015

PORTARIA Nº. 161/2015. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e no Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Senhora LAURETE TERESINHA WRZESINSKI WISSMANN, para exercer o Cargo Comissionado de ASSESSOR ESPECIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, para auxiliar nas atividades administrativas na Prefeitura Municipal de Tigrinhos, a partir de 01 de Setembro de 2015, percebendo a remuneração prevista na Legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO SANTA CATARINA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVENIO 05/2015

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Convenio nº 05/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Associação Estudantil de Timbé do Sul - AETS

Objeto: Ajuda financeira, por parte da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul/SC, à Associação Estudantil de Timbé do Sul - AETS, objetivando auxiliar no custeio de despesas de transporte coletivo de acesso e retorno à cidade de Criciúma/SC.

Valor: R\$ 37.00,00 (trinta e sete mil reais).

Vigência: de 03/08/2015 até 31/12/2015.

Timbó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12/2015

Portaria Nº 12/2015

Exonera Clara Weiss Roncalio do cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art.16, III da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, II do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º Exonerar Clara Weiss Roncalio do cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar – CPC-AP.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor dia 1º de setembro de 2015.

Timbó, 31 de Agosto de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 038/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015

Vigência: 27/07/2015 até 31/12/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Ivete Schermack Bueno.

CPF nº. 015.002.329-47.

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL situado à Av. Rigesa, nº 1.072, sala 02, composto de uma sala comercial com aproximadamente 25m² (vinte e cinco metros quadrados), para desenvolvimento das ações de geração de renda e emprego no município, servindo como “incubadora” para instalação de empresa de pequeno porte a ser definida pela municipalidade, locação a ser efetuadas pelo LOCADOR, e que responsabiliza-se o LOCATÁRIO em atender as exigências referenciadas, por prazo certo.

Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 28 Agosto de 2015.

TERMO ADITIVO Nº 032/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2014

Processo Licitatório nº 058/2014

Tomada de Preços nº 08/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 069/2014, prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e vigência do item 4.2 para até 29 de setembro de 2015, prazo máximo para a execução, entrega da obra e realização dos pagamentos.

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 31 de Agosto de 2015.

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE.

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015 FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE.

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 28/08/2015, onde se lê : "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015 Edital de Pregão Presencial nº 30/2015, referente "A presente licitação tem por objeto aquisição de PEÇAS E MÃO DE OBRA COM RETIFICA para o conserto do MOTOR dos veículo Renault, Master, Placa MHD 8166, e Doblo 1.8 8l 2008 Flex, Placa MDX 8124, do Fundo Municipal da Saúdeleia –se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015 Edital de Pregão Presencial nº 30/2015, Referente " aquisição de PEÇAS E MÃO DE OBRA COM RETIFICA para o conserto do MOTOR, Revestimento e Restauração dos assentos do veículo Renault Master, Placa MHD 8166, e conserto do motor do veículo Doblo 1.8 8l 2008 Flex, Placa MDX 8124, do Fundo Municipal da Saúde.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 31 de agosto de 2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

União do Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N. 90

LEI COMPLEMENTAR Nº 90, de 27 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído por esta Lei, o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do município, destinado a organizar os cargos e a remuneração de seus ocupantes, conforme Anexos I e II.

Art. 2º Os cargos de provimento efetivo estão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

- I. Serviços Gerais – SEG;
- II. Serviços Operacionais – SOP;
- III. Serviços Auxiliares – SAU;
- IV. Técnico Profissional – TEP;
- V. Técnico Científico – TEC.

Art. 3º O Regime Jurídico dos servidores desta Prefeitura é o Estatutário, com os cargos e número de vagas descritos no Anexo I desta Lei.

Art. 4º A carga horária será de 40 horas semanais, exceto para os cargos de Fisioterapeuta, uma vaga de Psicólogo, Monitor Desportivo, Nutricionista e uma vaga de Odontólogo, que serão de 20 horas semanais.

Art. 5º As condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo VI desta Lei e as atribuições de cada cargo definidas no anexo VIII.

Art. 6º Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 7º Os servidores vinculados ao Magistério Público Municipal terão Plano de Cargos e Remuneração próprio.

Art. 8º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - Grupo Profissional: é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza, complexidade das atribuições e do nível de escolaridade;
- II - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.
- III - Vencimento: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo e fixado em Lei.
- IV – Vencimentos: é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;
- V - Remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

CAPÍTULO II

DO INGRESSO E VENCIMENTO

Art. 9º Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos que preencham os requisitos básicos para investidura, previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e nesta Lei, após aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

Art. 10. O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo III, de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto no Anexo I, desta lei.

Parágrafo único. É vedada a passagem do servidor de um nível para outro, salvo aprovação em concurso público.

Art. 11. Aplica-se aos ocupantes de cargos em comissão de que trata o art. 6º, o vencimento constante do Anexo II, sendo que, a gratificação de representação de que trata o referido Anexo, demonstrado na 6ª coluna do mesmo, terá sua concessão submetida a livre vontade do poder executivo.

Art. 12. A nomeação para exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá optar pela remuneração.

§ 1º Caso opte pela remuneração do cargo efetivo, o servidor percebe como gratificação o vencimento de cargo em comissão.

§ 2º O servidor efetivo nomeado para cargo de Secretário, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO POR MÉRITO

Art. 13. Os servidores municipais estáveis serão submetidos a avaliações de desempenho, a serem realizadas por comissão municipal de avaliação, mediante o preenchimento de formulário de desempenho próprio, levando-se em conta os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e Pontualidade
- II – Produtividade
- III - Criatividade
- IV – Responsabilidade
- V - Disciplina
- VI – Dedicção ao Serviço Público
- VII – Cooperação, Organização e Planejamento
- VIII – Qualidade do Trabalho

Art. 14. No mês de março de cada ano, o Poder Executivo constituirá uma comissão de avaliação, com pelo menos 5 (cinco) membros, 3 (três) dos quais deverão ser estáveis.

§ 1º Os membros da comissão de avaliação poderão realizar levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem a justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais.

§ 2º A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

CAPÍTULO IV DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 15. O Poder Executivo Municipal, observada a dotação orçamentária, possibilitará à participação dos servidores públicos, em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras ou encontros, que visem a modernização, reaparelhamento e racionalização dos serviços públicos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos.

Parágrafo único. O tempo dispensado à participação nos eventos a que se refere o caput poderá, a critério da Administração, ser considerado para os fins previstos no art. 17, mediante apresentação do certificado de participação, fornecido pela entidade promotora ou declaração da Administração Municipal, quando promovidos por esta.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I Adicional de Titulação

Art. 16. O servidor ocupante de cargo efetivo e que apresentar título superior àquele exigido para o cargo, para o qual foi concursado, terá direito ao adicional correspondente, estabelecido no Anexo V, desta Lei.

§ 1º O percentual será calculado sobre o vencimento básico do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento sob a denominação Adicional de Titulação, na percentagem constante do mesmo Anexo.

§ 2º A concessão do adicional de que trata o caput deste artigo, dar-se-á após a apresentação do novo título, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de requerimento, junto à Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º É vedado o acúmulo de adicional de titulação sob a mesma denominação.

Seção II Progressão por Mérito

Art. 17. O servidor municipal ocupante de cargo efetivo e estável que obter percentual igual ou superior a 80% (oitenta por cento) na avaliação de desempenho e de que apresentar, no mínimo, 16 (dezesesseis) horas de cursos de aperfeiçoamento, realizados de janeiro a dezembro do ano anterior, dentro da área de atuação ou afim, fará jus, no mês de maio de cada ano, a 1% (um por cento) de Progressão por Mérito.

§ 1º Os cursos de aperfeiçoamentos mencionados no art. 17, caput deste artigo poderão ser realizados por pessoas físicas ou jurídicas desde que sejam habilitados e reconhecidos por instituição competente da área que atuam.

§ 2º O percentual de que trata o caput será aplicado sobre o vencimento base do servidor e pago em verba própria sob a denominação de "Progressão por Mérito".

Seção III Funções de Confiança

Art. 18. As funções de confiança, tratada no anexo IV serão exercidas por servidores efetivos e estáveis, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19. Aplica-se aos ocupantes das funções de confiança, de que trata o artigo anterior, os percentuais constantes do Anexo IV.

CAPÍTULO VI DOS VENCIMENTOS

Art. 20. O vencimento de cada servidor conforme grupo, código, cargo e nível, estão descritos nos anexos II e III desta mesma Lei.

Art. 21. O menor vencimento base do Município é o estabelecido no Anexo III, Grupo I, Nível 10, da presente Lei.

Art. 22. Os servidores que desempenharem serviços em locais insalubres ou perigosos, identificados por Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, farão jus ao adicional de insalubridade ou periculosidade de acordo com laudo elaborado por técnicos habilitados.

Art. 23. O vencimento do servidor, constante no Anexo III, servirá de referencial para concessão das vantagens previstas nesta Lei, sendo vedado progredir no referido Anexo.

Art. 24. Os valores constantes dos Anexos II e III serão revistos no mês de março de cada ano, utilizando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) relativo ao período.

Art. 25. Os servidores efetivos ou estáveis descritos no artigo 3º, parágrafo segundo desta Lei, serão enquadrados conforme dispõe o Anexo IX, da presente Lei.

Art. 26. Esta poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares Municipais Nº 061, de 23 de dezembro de 2010, Nº 67 de 10 de outubro de 2011, Nº 69 de 07 de dezembro de 2011, Nº 71 de 14 de março de 2012, Nº 73 de 22 de março de 2012 e Nº 84 de 29 de setembro de 2014.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 27 de agosto de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicação em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

ANEXO I QUADRO DE CARGOS E VAGAS

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS
1-SERVIÇOS GERAIS (SEG)				
	11001	Auxiliar de Serviços Gerais	16	30
	11002	Atendente de Saúde Pública	14	02
	11003	Merendeira Servente	17	03
	11004	Agente Comunitário de Saúde	18	08
2-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)				
	21001	Agente Administrativo	23	05
	21002	Agente de Manutenção E Conservação	23	05
	21003	Mecânico	28	01
	21004	Motorista	27	10
	21005	Operador de Máquinas	28	12
	21006	Borracheiro Lubrificador Lavador	27	01
	21007	Telefonista	27	03
	21008	Encanador	25	01
	21009	Motorista de Ambulância	27	01
3-SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)				
	31001	Assistente Administrativo	37	03
	31002	Auxiliar de Enfermagem	35	04
	31003	Auxiliar Administrativo da Agricultura	35	01
	31004	Auxiliar Consultório Dentário	35	01
	31005	Auxiliar Administrativo da Saúde	38	03
4-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)				
	41001	Técnico Em Agropecuária	43	02
	41002	Técnico Em Tributação	47	01

	41003	Técnico Em Controle Interno	46	02
	41004	Fiscal de Tributos, Obras E Vig. Sanitária	46	03
	41005	Tesoureiro	47	01
	41006	Técnico Em Enfermagem	41	06
	41007	Técnico Em Projetos	40	02
	41008	Técnico em Finanças	49	01
	41009	Técnico em Manutenção de computadores e redes	43	01
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)				
	51001	Assistente Social	56	02
	51002	Enfermeiro	56	02
	50003	Fisioterapeuta (20 Horas)	51	01
	50004	Farmacêutico	55	01
	50005	Psicólogo (20 Horas)	51	01
	50006	Engenheiro Civil	56	01
	51007	Odontólogo (20 Horas)	55	01
	51008	Engenheiro Agrônomo	56	01
	51009	Contador	57	01
	50010	Auditor de Controle Interno	58	01
	50011	Médico Veterinário	56	01
	50012	Advogado	59	01
	50013	Médico Clínico Geral	59	02
	50014	Odontólogo	58	01
	50015	Monitor Desportivo	51	02
	50016	Nutricionista (20 Horas)	51	01
	50017	Assessor em Comunicação	54	01
	50018	Psicólogo	56	01

ANEXO II –
QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSÍDIOS
DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENT	TOTAL
61001	SECRETÁRIO MUNICIPAL	-	7			
61002	CONTADOR GERAL	CC-11	1	3.268,79	1.634,92	4.903,71
61003	CHEFE DE GABINETE	CC-10	1	2.766,05	1.382,79	4.148,84
61004	ASSESSOR ESPECIAL EM ASSUNTOS COMUNITÁRIOS	CC-9	3	2.539,22	1.269,43	3.808,65
61005	ASSESSOR DE IMPRENSA	CC-8	1	2.194,69	1.097,15	3.291,84
61006	CHEFE DE OFICINA	CC-7	1	1.879,06	1.092,02	2.971,08
61007	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-7	12	1.879,06	1.092,02	2.971,08
61008	CHEFE DE DEPARTAMENTO	CC-6	11	1.627,12	738,56	2.365,68
61009	ASSESSOR EM INFORMÁTICA	CC-5	1	1.437,68	719,02	2.156,70
61010	COORDENADOR DAS ATIVIDADES CULTURAIS	CC-5	1	1.437,68	719,02	2.156,70
61011	COORDENADOR DE SAÚDE	CC-5	3	1.437,68	719,02	2.156,70
61012	ASSESSOR EM EDUCAÇÃO	CC-3	4	1.058,17	529,02	1.587,19
61013	ASSESSOR EM ESPORTES	CC-3	2	1.058,17	529,02	1.587,19
61014	COORDENADOR DE ATIVIDADES URBANAS	CC-2	3	1.029,04	529,79	1.558,83
61015	CHEFE DE SETOR	CC-1	11	717,14	358,47	1.075,61

ANEXO III –

TABELA DE VENCIMENTOS									
GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV		GRUPO V	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR

10	715,85	20	710,51	30	920,82	40	1.473,26	50	2.353,81
11	756,76	21	765,01	31	994,46	41	1.598,09	51	2.542,06
12	818,10	22	829,80	32	1.074,06	42	1.734,37	52	2.770,90
13	832,71	23	860,53	33	1.159,94	43	1.844,11	53	3.048,00
14	852,14	24	945,85	34	1.260,05	44	1.997,61	54	3.383,28
15	867,27	25	1.123,99	35	1.339,96	45	2.329,45	55	3.841,58
16	936,67	26	1.148,36	36	1.461,21	46	2.458,64	56	4.148,95
17	1.011,60	27	1.213,94	37	1.578,11	47	3.000,81	57	4.994,52
18	1.095,70	28	1.476,04	38	1.704,34	48	3.450,90	58	6.267,35
19	1.179,94	29	1.771,29	39	1.840,65	49	4.008,14	59	7.683,16
								60	15.392,58

ANEXO IV QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES	% S/O VALOR DO NÍVEL 11 DO GRUPO I
Chefe de Unidade Sanitária	FC-3	1	100
Designação para Outras Atividades	FC-3	3	100
Coordenador de Atividades Administrativas	FC-2	1	50
Coordenador das Atividades Agropecuárias	FC-2	1	50
Coordenador Atividades Financeiras	FC-2	1	50
Coordenador Atividades Educacionais	FC-2	1	50
Encarregado de Setor	FC-2	6	50
Coordenador das Atividades de Serv.Gerais	FC-1	5	45
Total		19	

ANEXO V ADICIONAL DE TITULAÇÃO

	DENOMINAÇÃO DA VERBA	% S/O VENCIMENTO DO SERVIDOR
1º GRAU	ADICIONAL DE 1º GRAU	05
2º GRAU	ADICIONAL DE 2º GRAU	05
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	10
ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	10
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	20%

ANEXO VI
CONDIÇÕES E DIRETRIZES PARA INGRESSO

GRUPO 1 – SERVIÇOS GERAIS
CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar de Serviços Gerais: Alfabetizado
Atendente de Saúde Pública: Ensino Fundamental Completo
Merendeira Servente: Alfabetizado
Agente Comunitário de Saúde: Ensino Fundamental Completo

GRUPO 2 – SERVIÇOS OPERACIONAIS
CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente Administrativo: Ensino Médio completo.
Agente de Manutenção e Conservação: Alfabetizado.
Mecânico: Ensino Fundamental Completo, com experiência profissional da área de atuação.
Motorista: Alfabetizado e portador da carteira nacional de habilitação profissional.
Operador de Máquinas: Alfabetizado e portador de carteira Nacional de Habilitação Profissional.
Borracheiro Lubrificador Lavador: Alfabetizado.
Telefonista: Ensino Médio Completo.
Encanador: Alfabetizado.
Motorista de Ambulância: Alfabetizado e portador de Carteira Nacional de Habilitação

GRUPO 3 – SERVIÇOS AUXILIARES
CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Assistente Administrativo: Ensino Médio completo
Auxiliar de Enfermagem: Ensino Médio Completo
Auxiliar Administrativo da Agricultura: Ensino Médio completo.
Auxiliar de Consultório Dentário: Ensino Médio completo.
Auxiliar administrativo da Saúde: Ensino Médio completo.

GRUPO 4 – TÉCNICO PROFISSIONAL
CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Técnico em Agropecuária: Portador do Certificado de Ensino Médio na área de Agropecuária.

Técnico em tributação: Portador de certificado de Ensino Médio de técnico em contabilidade.
Técnico em Controle Interno: Portador de certificado de Ensino Médio de técnico em contabilidade.
Fiscal de Tributos, Obras e Vig. Sanitária: Portador do Certificado de Ensino Médio.
Tesoureiro: Portador de Certificado de Ensino Médio.
Técnico em Enfermagem: Portador de Certificado de Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem.
Técnico em Projetos: Portador do Certificado de Ensino Médio.
Técnico em Finanças: Portador do Certificado de Ensino Médio.
Técnico em Manutenção de Computadores e Redes: Portador de Certificado de Ensino Médio e Curso Técnico na área.

GRUPO 5 – TÉCNICO CIENTÍFICO
CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.
Assistente Social: Portador de Diploma de Assistente Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Enfermeiro: Portador de Diploma de Enfermeiro, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Fisioterapeuta: Portador de Diploma de Fisioterapeuta, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Farmacêutico: Portador de diploma de farmacêutico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Psicólogo: Portador do Diploma de Psicólogo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Engenheiro Civil: Portador de Diploma de Engenheiro Civil, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Odontólogo: Portador de Diploma de Cirurgião Dentista, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Engenheiro Agrônomo: Portador de Diploma de engenheiro Agrônomo, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Contador: Portador de Diploma de Contador, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Auditor de Controle Interno: Portador de Diploma de Contador, Administrador, Economia ou Tecnólogo em Processos Gerenciais.
Médico Veterinário: Portador de Diploma de Médico Veterinário, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Advogado: Portador de Diploma de Advogado, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Médico Clínico Geral: Portador de Diploma de Medicina, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Nutricionista: Portador de Diploma de Nutrição, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Monitor Desportivo: Portador de Diploma de Educação Física, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Assessor em Comunicação: Bacharel em Comunicação Social ou Jornalismo e ou Tecnologia em Marketing.

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

6.1 NÍVEIS: CC-01 a CC-11.

6.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores compreendidos neste Grupo dirigem e coordenam órgãos ou unidades específicas da Administração Superior; processam, executam e opinam sobre assuntos legais e jurídicos do Poder Público Municipal, assessoram na realização das políticas governamentais a nível municipal e institucional, além da participação de grupo e/ou comissões de nível estratégica.

6.3 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA:

Estatutário/Dedicação integral ou semi-integral.

6.4 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Nomeação pela autoridade competente, nos termos desta lei.

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 1 - SERVIÇOS GERAIS (SEG)

1.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, recepção, duplicação de documentos, operar aparelhos telefônicos, além de outras atividades correlatas, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, assim como visitas domiciliares por parte dos agentes comunitários de saúde passando as orientações decorrentes de seu cargo.

1.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Dar assistência nos trabalhos desenvolvidos pelos operadores de máquinas, motoristas e a outros cargos e agentes quando necessário.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA

- Desenvolver serviços de recepção e encaminhamento de pacientes ao profissional competente;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;

- Administrar medicamentos, mediante a prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergencial;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários as suas atividades;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do ambiente;
- Executar outras tarefas afins;

MERENDEIRA SERVENTE

- Atender a merenda escolar nas repartições públicas onde se fixar necessário.
- Executar serviços de cozinha praticar tarefas afins;
- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;
- Requisitar material necessário aos serviços;
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- Relatar as anormalidades verificadas;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral, conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- Cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, condução e transporte de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários agrícolas, também desenvolvem tarefas de atividades de ordem administrativa, de manutenção e conservação, além de outras atividades que requeiram fundamentalmente trabalho manual.

2.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AGENTE ADMINISTRATIVO

- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- Proceder controle de provimento e vacância de cargos;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Atender usuários da biblioteca;
- Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, Ipesc, INSS.
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
- Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

- Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;
- Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
- Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
- Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
- Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
- Executar serviços de eletricidade em geral;
- Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
- Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
- Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;
- Executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes;
- Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas;
- Executar trabalhos simples e complementares gráfico-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
- Executar serviços de serralheria, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
- Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
- Executar serviços simples de hidráulica;
- Executar serviços simples de pedreiro;
- Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
- Desempenhar outras tarefas afins.

MECÂNICO

- Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.
- Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento.
- Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.
- Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.
- Desmontar, reparar e montar distribuidores.
- Desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível.
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas.
- Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas.
- Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.
- Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relês, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos.
- Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros.
- Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas.
- Executar outras tarefas afins.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais de qualquer porte, leves ou pesados, de simples ou de carga.
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;

- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Dirigir com a maior prudência possível;
- Não usar o veículo em proveito próprio ou de outrem em especial, de maneira de manter o benefício sempre em proveito certo e sob ordenamento competente.
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Dirigir máquinas de qualquer porte;
- Providenciar a lavação, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas, tratores com pás, carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Manter bom senso se os trabalhos designados forem em local de riscos ambientais físicos e humanos, que envolva própria segurança, a segurança de outras pessoas.
- Executar outras tarefas afins.

BORRACHEIRO LUBRIFICADOR LAVADOR

- Executar serviços de concertos e troca de pneus e câmeras de qualquer máquina ou veículo de pneus;
- Executar serviços de Lubrificação, troca de óleo, limpeza de filtros, dos veículos e máquinas do quadro operacional;
- Controlar e programar novas trocas de óleo e lubrificações em qualquer tipo de máquina ou veículo do quadro patrimonial;
- Executar serviços de lavagem e limpeza dos veículos e máquinas em geral;
- Guardar e controlar ferramentas;
- Controlar e guardar estoques de óleos, lubrificantes, detergentes e qualquer outro produto de seu uso;
- Comunicar ao responsável qualquer problema encontrada nos veículos ou máquinas agindo de forma preventiva;
- Executar qualquer serviços afins a estes mencionados.

TELEFONISTA

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
- Executar qualquer serviços afins a estes mencionados.
- Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;
- Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligações a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesas;
- Fornecer dados para a elaboração de expedientes à empresas concessionárias dos serviços telefônicos, a respeito de mudanças, instalações, retiradas, defeitos, etc;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamentos;
- Executar serviços de envio e recepção de fax;
- Executar tarefas semelhantes.

ENCANADOR

- Executar serviços de encanamentos;
- Executar serviços de concertos quando necessários em qualquer encanamento o qual a prefeitura seja responsável;
- Executar serviços de tratamento de água para o consumo da população;
- Fiscalizar poços e reservatórios de água potável;
- Zelar pelo funcionamento correto da rede de água potável do município;
- Informar rapidamente os responsáveis em caso de qualquer indicio de contaminação da água potável usada pela população;
- Fiscalizar o funcionamento de bombas ou motores usados na distribuição de água;
- Zelar pelas ferramentas e estoques de materiais que lhe são confiados;
- Estar sempre a disposição em qualquer dia da semana no caso de emergência de concertos ou trabalhos semelhantes necessários para que assegurem o bom funcionamento da rede de água do município;
- Executar tarefas semelhantes.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

- Guiar veículos que fazem transportes de pacientes ou pessoas enfermas que necessitem ser encaminhadas a outras cidades para

atendimento médico;

- Auxiliar quando necessário em embarques e desembarques de pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com enfermidades que tenham dificuldade em fazê-lo sozinho, desde que não coloque em risco a saúde do motorista;
- Manter o veículo sempre limpo;
- Cuidar para que sejam realizadas as manutenções mecânicas e elétricas do veículo periodicamente;
- Colaborar para que sejam realizados os controles de combustível, quilometragem percorrida, trocas de óleos e outros custos gerados pelo veículo;
- Comunicar a chefia imediata quando se fizer presente qualquer anormalidade relacionada ao seu afazer, que prejudique a entidade pública ou terceiros;
- Não discriminar qualquer passageiro e sempre manter uma postura igualitária para com todos os beneficiados;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Não usar o veículo em proveito próprio ou de outrem em especial, de maneira de manter o benefício sempre em proveito certo e sob ordenamento competente.
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Zelar pela conservação do veículo;
- Dirigir com a maior prudência possível;
- Desenvolver tarefas afim.

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 3 - SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)

3.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de apoio a administração no que se refere as atividades administrativas e outras atividades a fins e apoio a saúde nos serviços auxiliares e atividades da agricultura.

3.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência ;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários as suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA AGRICULTURA

- Executar serviços de emissão de bloco de notas de produtor rural e de controles relacionados;
- Controlar e requerer blocos de notas de produtor rural anteriormente emitidos para as respectivas baixas;

- Controlar a entrega de qualquer produto de distribuição gratuita, identificando o beneficiado, seu endereço, requerendo documentação exigida e a análise de outras imposições legais;
- Auxiliar e executar qualquer atividade relacionada à administração da secretária da agricultura do município;
- Desenvolver trabalhos de digitação, encadernação e emissão de cópias;
- Redigir ofícios, cartas e qualquer outro documento quando necessário;
- Executar serviços de recepção e auxílio de pessoal quando se fizerem presente em seu recinto para requerer informações ou documentos;
- Prestar contas quando solicitado de seus trabalhos realizados;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Zelar pelos equipamentos os quais lhe são conferidos;
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

- Executar trabalhos de auxílio aos odontólogos na limpeza e higiene de equipamentos;
- Segurar, repassar, fornecer os materiais e equipamentos quando solicitado;
- Ajudar quando necessário na postura do paciente para melhor desenvolvimento das atividades dos odontólogos;
- Comunicar imediatamente, qualquer anormalidade que prejudique a administração ou terceiros;
- Executar serviços que agilize os serviços dos odontólogos e proporcione o melhor atendimento aos pacientes;
- Zelar pelos equipamentos e materiais os quais lhe são conferidos;
- Desenvolver outras atividades afins.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE

- Desenvolver trabalhos administrativos que envolvam a Secretaria de Saúde e Promoção Social.
- Auxiliar nos controles de entrada e saída (controle de estoque) de medicamentos e produtos ou materiais de consumo;
- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos que envolvam a Séc. da Saúde e Promoção Social;
- Auxiliar em projeções orçamentárias e planos de trabalho da administração;
- Auxiliar nos controles de encaminhamentos de pacientes para atendimento médico em outros municípios que envolvam reserva do veículo, data da realização, reserva da consulta e toda a operacionalização administrativa para o encaminhamento.
- Executar serviços de digitação, registro, encadernações e emissão de cópias de documentos em geral.
- Prestar contas de qualquer evento desenvolvido e que seja de sua responsabilidade quando solicitado;
- Operacionalizar, facilitar, registrar e organizar os atendimentos médicos, odontológicos, fisioterápicos, psicológicos, de assistência social, farmacêuticos das unidades de saúde e promoção social.
- Operacionalizar programas de informática específicos de prestação de informações entidades federais e estaduais sobre a área da saúde e social.
- Informar a chefia imediata sobre qualquer anormalidade que venha a prejudicar a entidade e a terceiros;
- Zelar pelos equipamentos que lhe são confiados;
- Desenvolver serviços afins.

4.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 4 – TÉCNICO PROFICIONAL (TEP)

4.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de administração, contabilidade, agropecuária e veterinária, tributação, tesouraria, controle interno, fiscalização de obras, tributos e vigilância sanitária, e outras atividades afins.

4.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

- Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
- Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
- Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
- Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
- Prestar serviços de veterinária quando necessário, no tratamento de doenças, no processos de inseminações, partos de animais e atividades semelhantes.
- Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
- Orientar a produção, administração e planejamento agropecuária.
- Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
- Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
- Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
- Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
- Orientar trabalhos de conservação do solo.

- Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
- Participar de previsões de safras.
- Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
- Orientar a produção de sementes e mudas.
- Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO

- Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;
- Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar;
- Efetuar o lançamento da receita orçamentária;
- Expedir documentos de lançamento de receita;
- Processar os documentos de controle da receita orçamentária;
- Propor medidas visando alteração da legislação tributária.
- Participar na atualização da Planta Genérica de valores;
- Operar aparelhos de processamento de dados;
- Conferir relatórios de controle da receita;
- Desempenhar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

- Acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município;
- Classificar a despesa dentro dos padrões exigidos pela legislação que trata do orçamento público;
- Executar trabalhos de processamento dos empenhos de despesas, com fornecimento de demonstrativos mensais;
- Elaborar e processar a folha de pagamento do pessoal do poder executivo municipal;
- Efetuar a escrituração e digitação dos diversos expedientes relacionados com a contabilidade pública;
- Emitir balancetes mensais e trimenstrais;
- Emitir o balanço anual;
- Participar da elaboração da proposta da Lei de orçamento, anualmente;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.
- Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais.

TESOUREIRO

- Efetuar com autorização transações que envolvam dinheiros;
- Receber dinheiros;
- Efetuar cobranças;
- Efetuar pagamentos;
- Controlar contas bancárias;
- Controlar cobranças e recebimentos de Impostos, taxas, multas e tributos de qualquer natureza;
- Realizar controles de caixas se existentes;
- Assinar cheques, e documentos se ordenado;
- Desenvolver suas funções respeitando as normas legais existentes e que serão inseridas no ordenamento vigente;
- Agir com ética e apreço a sua função;
- Auxiliar o setor administrativo no desenvolvimento de seus trabalhos.
- Auxiliar na atualização da legislação tributária municipal;
- Desenvolver outros trabalhos semelhantes aos citados.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos Enfermeiros ou médicos;
- Desenvolver quando necessárias atividades de orientação e supervisão e assistência na execução dos programas de saúde;
- Executar serviços de avaliação e reorientação do plano de cuidados à pacientes que apresentam alterações clínicas (cárdio-respiratório,

gastro-intestinal, genito-urinário, endócrino, neurológico)

- Estar em contato direto com os médicos sobre o quadro clínico dos pacientes;
- Aplicar medicamentos a pacientes os quais foram prescritos pelo médico competente;
- Auxiliar na recepção e encaminhamento dos pacientes ou enfermos aos ambulatórios, consultórios e ambulâncias quando necessário;
- Prestar cuidados integrais à mulher durante o parto, no pós-parto e também ao recém-nascido;
- Desenvolver atividades que proporcione o melhor atendimento aos pacientes;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
- Efetuar visita domiciliar a pacientes quando necessário;
- Desenvolver outros trabalhos semelhantes aos citados.

TÉCNICO EM PROJETOS

- Executar trabalhos relacionados projeção de gastos em obras, em aquisição de materiais e equipamentos;
- Analisar dotações orçamentárias para aquisição de qualquer bem ou serviço;
- Trabalhar em conjunto e no auxílio a engenheiros e pessoal especializado nos projetos para aquisição de equipamentos ou construção e ampliação de obras.
- Redigir e encaminhar declarações e documentos necessários para aquisição de convênios federais e estaduais;
- Controlar gastos em investimentos de capital;
- Efetuar planejamentos e orçamentos para investimentos de capital;
- Informar qualquer anormalidade principalmente aquelas que poderão ocasionar prejuízos, perdas e problemas judiciais a administração pública ou a terceiros;
- Desenvolver outras atividades afins.

TÉCNICO EM FINANÇAS

- Preparar documentos financeiros e de desembolso;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Efetuar registro de movimentação bancária e orçamentária;
- Elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento;
- Relacionar notas de empenho, sub-empenho e de anulação emitidas no mês;
- Classificar a receita e a despesa;
- Manter a guarda do numerário e valores municipais;
- Assinar cheques e demais documentos correlatos na forma autorizada;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos;
- Registrar os bens móveis e imóveis e manter atualizado e cadastro do órgão;
- Realizar recebimentos, pagamentos e retenções;
- Efetuar movimentação de recursos financeiros na forma autorizada;
- Realizar o controle de contas bancárias e prestar contas na forma legal e contábil;
- Elaborar o relatório de desembolso diário, semanal e mensal; executar demais atribuições semelhantes a descrição acima.

TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDES

- Prestar assistência técnica aos usuários do sistema de banco de dados e da rede de microcomputadores, instalando softwares e hardwares nos diversos setores da Prefeitura e realizar a manutenção dos mesmos;
- Executar a manutenção das redes de computadores; interagir entre a Prefeitura e empresas de telecomunicações, com a finalidade de manter a comunicação de dados entre as Secretarias que utilizam as redes externas (modem, linhas privadas, link de acesso via rádio - Wireless);
- Providenciar a manutenção de atualização do suporte de software e hardware da máquina que suporta o banco de dados;
- Executar cópia de segurança do banco de dados, diariamente, ao final do expediente normal;
- Contatar com as empresas que prestam serviços de instalação e manutenção das redes elétricas para os computadores (nobreaks);
- Analisar informações para desenvolvimento e implantação de sistemas de processamento de dados, testar e instalar o sistema;
- Solucionar possíveis problemas e treinar os usuários, para a utilização do mesmo; fornecer suporte para softwares, como Sistema Operacional (Windows, Linux), processadores de texto e acessórios, planilhas de cálculo, correio eletrônico, banco de dados, browser, apresentação, documentos eletrônicos, antivírus, backup, compactador, orientar os usuários quanto a sua instalação;
- Configurar equipamentos (microcomputadores, impressoras e outros);
- Analisar o funcionamento de softwares desenvolvidos por terceiros e utilizados pelo Município,
- Verificar o funcionamento de equipamentos, como microcomputadores, impressoras e outros, providenciar possíveis soluções como manutenção de hardware, instalação e configuração dos mesmos; instalação, desinstalação e reinstalação de softwares, encaminhando, se necessário, para assistência técnica; utilizar a Internet para enviar e receber e-mail, atualizar a página do Município junto ao provedor da Internet;
- Consultar informações sobre produtos, softwares e outros, atualizar softwares e drivers de equipamentos;
- Executar outras tarefas afins.

5.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 5 – TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)

5.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se e desenvolvem das atividades que necessitam de formação de grau superior relacionadas às áreas de assistência social, enfermagem, bioquímica, fisioterapia, farmácia, odontologia, psicologia, direito, veterinária, medicina, administração, agronomia, contabilidade e auditoria em controle interno.

5.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ASSISTENTE SOCIAL

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação de saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ENFERMEIRO

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Facilitar a relação entre os profissionais da Unidade Básica de Saúde e ACS, contribuindo para a organização da demanda referenciada;
- Realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade;
- Solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos ACS;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS;
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD;

- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.
- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição;
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- Desempenhar outras funções afins.

FISIOTERAPEUTA

- Trabalhar com intermédio de agentes físicos na terapia física de pacientes por meio de recursos naturais da medicina, através de processos terapêuticos na reabilitação dos mesmos;
- Trabalhar na correção de anomalias de posturas ou de acidentes físicos ocorridos;
- Executar serviços de prevenção e reabilitação de problemas físicos de qualquer natureza e que sua habilitação profissional permitir;
- Desenvolver seus trabalhos de acordo com a ética de sua profissão;
- Assinar qualquer documento que esteja relacionado a sua área e competência;
- Coordenar e desenvolver atividades semelhantes que sejam do interesse dos indivíduos do mesmo município;
- Manter sempre atualizado seus documentos que habilitam a sua profissão.

FARMACÊUTICO

- Viabilizar o tratamento orientado pelos médicos;
- Gerenciar e organizar farmácias ou postos de medicamentos;
- Executar serviços de manipulação de medicamentos;
- Controlar e saídas de medicamentos em relação aos medicamentos sempre respeitando receituário prescrito pelo médico competente;
- Trabalhar de acordo com a ética estabelecida a sua profissão;
- Auxiliar no acompanhamento de eventuais epidemias;
- Desenvolver qualquer atividade que sua habilitação profissional permitir e que for de interesse do município;
- Aviar, classificar e arquivar receitas;
- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas.
- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;
- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;
- Executar outras atividades semelhantes.

PSICÓLOGO

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- Participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;

- Executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Desempenhar outras tarefas afins.

ODONTÓLOGO - 20 horas

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização;
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las;
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo;
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade;
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

ODONTOLOGO – 40 HORAS

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização;
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las;
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo;
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade;
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
- Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;
- Realizar supervisão técnica do THD e ACD;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutículas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- Nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- Biologia, química e física do solo;
- Emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- Organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- Participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- Planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
- Investigações sobre o valor fito sanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- Execução de serviços de desinfecção fito sanitária;
- Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fito sanitária;
- Resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- Programas de investimentos no setor agrícola;
- Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- Mecanização agrícola;
- Avaliação agrícola;
- Construções rurais;
- Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- Topografia e foto-interpretção;

- Irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- Exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor.
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

CONTADOR

- Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa.
- Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
- Participar na elaboração de propostas orçamentárias.
- Classificar a receita.
- Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques.
- Relacionar notas de empenho, subempenhos e estornos emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
- Efetuar balanço e balancete.
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo.
- Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos.
- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes.
- Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
- Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão.
- Manter atualizada as fichas de despesa e arquivo de registros contábeis.
- Conferir boletim de caixa.
- Elaborar guias de recolhimento, ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho.
- Controlar a execução orçamentária.
- Relacionar restos a pagar.
- Reparar recursos financeiros.
- Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.
- Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título.
- Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação.
- Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro.
- Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.
- Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão.
- Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
- Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão.
- Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis.
- Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.
- Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.
- Assinar balanços e balancetes.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

- Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;
- Verificar a legalidade e reavaliar os resultados, quanto a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de direito privado, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Exercer o controle externo das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
- Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo;
- Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei complementar nº 101/2000, caso haja necessidade;
- Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº. 101/2000;
- Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;

- Acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nº. 14/1998 nº. 29/2000, respectivamente;
- Acompanhar para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, executadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;
- Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;
- Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;
- Cientificar a(s) autoridade(s) responsável(eis) quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na administração municipal.

MÉDICO VETERINÁRIO

- Executar serviços de clínica médica, clínica cirúrgica, patológica, toxicológica e de reprodução animal;
- Gerar e difundir tecnologias para a exploração de animais de interesse econômico e social do município;
- Executar e desenvolver atividades de medicina veterinária preventiva de doenças animais e em pesquisas genéticas e de produção de vacinas;
- Realizar quando solicitado inspeções de produtos animais quanto a sua sanidade;
- Aplicar e receitar medicamentos tanto para prevenção tanto para a cura de doenças diagnosticadas;
- Realizar visitas em propriedades quando solicitado;
- Desenvolver projetos de produção animal;
- Fazer acompanhamentos dos projetos quando implantados e em funcionamento objetivando efetivação positiva do investimento;
- Estar disponível para atender emergências com animais que necessitem auxilia veterinário em partos e em doenças repentinas.
- Realizar toda e qualquer atividade que sua área profissional e de atuação permitir;
- Manter registro em órgão competente que autoriza o exercício de suas atividades profissionais.

ADVOGADO

- Acompanhamento e assessoria jurídica nos processos licitatórios.
- Emitir o parecer jurídico em todos os processos licitatórios acusando e apontando solução para qualquer irregularidade encontrada;
- Avaliação e prestação de informações buscando fazer com que a entidade administrativa siga os princípios básicos da administração pública, os quais são: o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Revisão, operacionalização e desenvolvimento de projetos de lei relacionados a base legal do município.
- Executar e operacionalizar todas as defesas ou causas jurídicas efetivadas contra o município e a administração pública (entidade);
- Realizar toda e qualquer atividade que sua área profissional e de atuação permitir e que se fizer necessária;
- Manter registro em órgão competente que autoriza o exercício de suas atividades profissionais.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD;
- Participar a executar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

- Realizar atendimento ambulatorial;
- Participar dos Programas de atendimento a população atingida por calamidade pública;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde;
- Emitir laudos e pareceres quando solicitado;
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam aos interesses da instituição;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias, educação sanitária;
- Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- Desempenhar outras atividades afins.

NUTRICIONISTA

- Elaborar o cardápio da merenda para as escolas públicas municipais;
- Fornecer lista dos produtos e alimentos a serem utilizados no preparo da merenda escolar;
- Prestar acompanhamento e orientações às merendeiras no preparo da merenda escolar;
- Ministras cursos e palestras aos professores, alunos e aos demais servidores das escolas públicas municipais e à população em geral;
- Orientar os setores de compra e licitação da Prefeitura na aquisição de alimentos;
- Planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição;
- Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de estudos dietéticos;
- Planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo e preparo.
- Auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética;
- Assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos;
- Elaborar e/ou controlar programas e projetos específicos de assistência alimentar a grupos vulneráveis da população;
- Assistência e dietoterapia hospitalar/ambulatorial, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para sadios e/ou enfermos;
- Avaliação do estado nutricional do paciente, a partir do diagnóstico clínico e nível de assistência em nutrição;
- Orientação e educação nutricional junto ao paciente e familiares;
- Participação e inspeção sanitária relativa a alimentos;
- Controle de qualidade na área de alimentação e nutrição;
- Integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada ao cliente.
- Exercer outras atividades correlatas.

MONITOR DESPORTIVO

- Promover a prática da ginástica e outros exercícios físicos;
- Organizar escolinhas de jogos em geral;
- Treinar grupos de crianças, adolescentes e jovens;
- Desenvolver atividades desportivas e de lazer, com crianças, jovens, adultos e idosos, orientando a execução das mesmas e a importância de uma alimentação saudável, para possibilitar-lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção de boas condições físicas e mentais;
- Estudar as necessidades e a capacidade física dos usuários, atentando para a compleição orgânica dos mesmos, aplicando exercícios de verificação do tônus respiratório e muscular ou examinando fichas médicas, para determinar um programa esportivo adequado;
- Elaborar programas de atividades desportivas, baseando-se na comprovação de necessidades e capacidade e nos objetivos visados, para ordenar a execução dessas atividades;
- Instruir os usuários sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, fazendo demonstrações e acompanhando a execução dos mesmos pelos usuários, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios;
- Efetuar testes de avaliação física, cronometrando, após cada série de exercícios e jogos executados pelos usuários, os problemas surgidos, as soluções encontradas e outros dados importantes, para permitir o controle dessas atividades e avaliação de seus resultados;
- Desempenhar outras tarefas afins.

ASSESSOR EM COMUNICAÇÃO

- Planejar, supervisionar, orientar, executar e avaliar as atividades relacionadas com assessoria de imprensa e comunicação da Prefeitura Municipal de União do Oeste;
- Criar um plano de comunicação (estabelecer a importância deste instrumento tanto no relacionamento com a imprensa como os demais públicos internos e externos);
- Contribuir para a compreensão da sociedade do papel da organização;
- Estabelecer uma imagem comprometida com os seus públicos;
- Criar canais de comunicação internos e externos que divulguem os valores da organização e suas atividades;
- Detectar o que é de interesse público e o que pode ser aproveitado como material jornalístico;
- Desenvolver uma relação de confiança com os veículos de comunicação;
- Preparação de textos, sinopses, súmulas e artigos;
- Clipping de notícias (impressos, Internet e eletrônicos)
- Arquivo do material jornalístico

- Participação na definição de estratégias de comunicação.
- Elaborar roteiros de vídeos e textos para televisão e rádio;
- Responsabilizar-se pelo atendimento a representantes da imprensa;
- Coordenar eventos relativos a atividades da imprensa;
- Elaborar e coordenar campanhas e o uso estratégico de canais de comunicação visando a divulgação dos trabalhos da Prefeitura;
- Manter atualizado o "Site" da Prefeitura Municipal de União do Oeste;
- Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 1 - SERVIÇOS GERAIS (SEG)

1.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, recepção, duplicação de documentos, operar aparelhos telefônicos, além de outras atividades correlatas, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, assim como visitas domiciliares por parte dos agentes comunitários de saúde passando as orientações decorrentes de seu cargo.

1.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Dar assistência nos trabalhos desenvolvidos pelos operadores de máquinas, motoristas e a outros cargos e agentes quando necessário.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA

- Desenvolver serviços de recepção e encaminhamento de pacientes ao profissional competente;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante a prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência a comunidade em situações de calamidade e emergencial;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários as suas atividades;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do ambiente;
- Executar outras tarefas afins;

MERENDEIRA SERVENTE

- Atender a merenda escolar nas repartições públicas onde se fixar necessário.
- Executar serviços de cozinha praticar tarefas afins;
- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão;
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão;
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos;

- Requisitar material necessário aos serviços;
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão;
- Relatar as anormalidades verificadas;
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral, conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente; e
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- Cadastrar todas as pessoas de sua micro-área e manter os cadastros atualizados;
- Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;
- Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 2 - SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, condução e transporte de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários agrícolas, também desenvolvem tarefas de atividades de ordem administrativa, de manutenção e conservação, além de outras atividades que requeiram fundamentalmente trabalho manual.

2.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AGENTE ADMINISTRATIVO

- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- Proceder controle de provimento e vacância de cargos;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Atender usuários da biblioteca;
- Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, Ipesc, INSS.
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
- Executar outras tarefas correlatadas às descrições acima.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

- Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;
- Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
- Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
- Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
- Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
- Executar serviços de eletricidade em geral;
- Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
- Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
- Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;
- Executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes;
- Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas;
- Executar trabalhos simples e complementares gráfico-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
- Executar serviços de serralheria, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
- Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
- Executar serviços simples de hidráulica;
- Executar serviços simples de pedreiro;
- Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
- Desempenhar outras tarefas afins.

MECÂNICO

- Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.
- Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento.
- Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.
- Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.
- Desmontar, reparar e montar distribuidores.
- Desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível.
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas.
- Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas.
- Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.
- Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relês, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos.
- Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros.
- Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas.
- Executar outras tarefas afins.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais de qualquer porte, leves ou pesados, de simples ou de carga.
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Dirigir com a maior prudência possível;
- Não usar o veículo em proveito próprio ou de outrem em especial, de maneira de manter o benefício sempre em proveito certo e sob ordenamento competente.
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Dirigir máquinas de qualquer porte;
- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas, tratores com pás, carregadeiras e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;

- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Manter bom senso se os trabalhos designados forem em local de riscos ambientais físicos e humanos, que envolva próprio segurança, a segurança de outras pessoas.
- Executar outras tarefas afins.

BORRACHEIRO LUBRIFICADOR LAVADOR

- Executar serviços de concertos e troca de pneus e câmeras de qualquer maquina ou veículo de pneus;
- Executar serviços de Lubrificação, troca de óleo, limpeza de filtros, dos veículos e máquinas do quadro operacional;
- Controlar e programar novas trocas de óleo e lubrificações em qualquer tipo de maquina ou veículo do quadro patrimonial;
- Executar serviços de lavagem e limpeza dos veículos e máquinas em geral;
- Guardar e controlar ferramentas;
- Controlar e guardar estoques de óleos, lubrificantes, detergentes e qualquer outro produto de seu uso;
- Comunicar ao responsável qualquer problema encontrada nos veículos ou máquinas agindo de forma preventiva;
- Executar qualquer serviços afins a estes mencionados.

TELEFONISTA

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
- Executar qualquer serviços afins a estes mencionados.
- Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;
- Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligações a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesas;
- Fornecer dados para a elaboração de expedientes à empresas concessionárias dos serviços telefônicos, a respeito de mudanças, instalações, retiradas, defeitos, etc;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamentos;
- Executar serviços de envio e recepção de fax;
- Executar tarefas semelhantes.

ENCANADOR

- Executar serviços de encanamentos;
- Executar serviços de concertos quando necessários em qualquer encanamento o qual a prefeitura seja responsável;
- Executar serviços de tratamento de água para o consumo da população;
- Fiscalizar poços e reservatórios de água potável;
- Zelar pelo funcionamento correto da rede de água potável do município;
- Informar rapidamente os responsáveis em caso de qualquer indicio de contaminação da água potável usada pela população;
- Fiscalizar o funcionamento de bombas ou motores usados na distribuição de água;
- Zelar pelas ferramentas e estoques de materiais que lhe são confiados;
- Estar sempre a disposição em qualquer dia da semana no caso de emergência de concertos ou trabalhos semelhantes necessários para que assegurem o bom funcionamento da rede de água do município;
- Executar tarefas semelhantes.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

- Guiar veículos que fazem transportes de pacientes ou pessoas enfermas que necessitem ser encaminhadas a outras cidades para atendimento médico;
- Auxiliar quando necessário em embarques e desembarques de pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com enfermidades que tenham dificuldade em fazê-lo sozinho, desde que não coloque em risco a saúde do motorista;
- Manter o veículo sempre limpo;
- Cuidar para que sejam realizadas as manutenções mecânicas e elétricas do veículo periodicamente;
- Colaborar para que sejam realizados os controles de combustível, quilometragem percorrida, trocas de óleos e outros custos gerados pelo veículo;
- Comunicar a chefia imediata quando se fizer presente qualquer anormalidade relacionada ao seu afazer, que prejudique a entidade pública ou terceiros;
- Não discriminar qualquer passageiro e sempre manter uma postura igualitária para com todos os beneficiados;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Não usar o veículo em proveito próprio ou de outrem em especial, de maneira de manter o benefício sempre em proveito certo e sob ordenamento competente.
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Zelar pela conservação do veículo;
- Dirigir com a maior prudência possível;
- Desenvolver tarefas afim.

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 3 - SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)

3.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de apoio a administração no que se refere as atividades administrativas e outras atividades a fins e apoio a saúde nos serviços auxiliares e atividades da agricultura.

3.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência ;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários as suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA AGRICULTURA

- Executar serviços de emissão de bloco de notas de produtor rural e de controles relacionados;
- Controlar e requerer blocos de notas de produtor rural anteriormente emitidos para as respectivas baixas;
- Controlar a entrega de qualquer produto de distribuição gratuita, identificando o beneficiado, seu endereço, requerendo documentação exigida e a análise de outras imposições legais;
- Auxiliar e executar qualquer atividade relacionada à administração da secretária da agricultura do município;
- Desenvolver trabalhos de digitação, encadernação e emissão de cópias;
- Redigir ofícios, cartas e qualquer outro documento quando necessário;
- Executar serviços de recepção e auxílio de pessoal quando se fizerem presente em seu recinto para requerer informações ou documentos;
- Prestar contas quando solicitado de seus trabalhos realizados;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Zelar pelos equipamentos os quais lhe são conferidos;
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

- Executar trabalhos de auxílio aos odontólogos na limpeza e higiene de equipamentos;
- Segurar, repassar, fornecer os materiais e equipamentos quando solicitado;
- Ajudar quando necessário na postura do paciente para melhor desenvolvimento das atividades dos odontólogos;
- Comunicar imediatamente, qualquer anormalidade que prejudique a administração ou terceiros;
- Executar serviços que agilize os serviços dos odontólogos e proporcione o melhor atendimento aos pacientes;

- Zelar pelos equipamentos e materiais os quais lhe são conferidos;
- Desenvolver outras atividades afins.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE

- Desenvolver trabalhos administrativos que envolvam a Secretaria de Saúde e Promoção Social.
- Auxiliar nos controles de entrada e saída (controle de estoque) de medicamentos e produtos ou materiais de consumo;
- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos que envolvam a Séc. da Saúde e Promoção Social;
- Auxiliar em projeções orçamentárias e planos de trabalho da administração;
- Auxiliar nos controles de encaminhamentos de pacientes para atendimento médico em outros municípios que envolvam reserva do veículo, data da realização, reserva da consulta e toda a operacionalização administrativa para o encaminhamento.
- Executar serviços de digitação, registro, encadernações e emissão de cópias de documentos em geral.
- Prestar contas de qualquer evento desenvolvido e que seja de sua responsabilidade quando solicitado;
- Operacionalizar, facilitar, registrar e organizar os atendimentos médicos, odontológicos, fisioterápicos, psicológicos, de assistência social, farmacêuticos das unidades de saúde e promoção social.
- Operacionalizar programas de informática específicos de prestação de informações entidades federais e estaduais sobre a área da saúde e social.
- Informar a chefia imediata sobre qualquer anormalidade que venha a prejudicar a entidade e a terceiros;
- Zelar pelos equipamentos que lhe são confiados;
- Desenvolver serviços afins.

4.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 4 – TÉCNICO PROFICIONAL (TEP)

4.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de administração, contabilidade, agropecuária e veterinária, tributação, tesouraria, controle interno, fiscalização de obras, tributos e vigilância sanitária, e outras atividades afins.

4.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

- Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
- Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
- Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
- Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
- Prestar serviços de veterinária quando necessário, no tratamento de doenças, no processos de inseminações, partos de animais e atividades semelhantes.
- Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
- Orientar a produção, administração e planejamento agropecuária.
- Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
- Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
- Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
- Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
- Orientar trabalhos de conservação do solo.
- Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
- Participar de previsões de safras.
- Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
- Orientar a produção de sementes e mudas.
- Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO

- Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;
- Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar;
- Efetuar o lançamento da receita orçamentária;
- Expedir documentos de lançamento de receita;
- Processar os documentos de controle da receita orçamentária;
- Propor medidas visando alteração da legislação tributária.
- Participar na atualização da Planta Genérica de valores;
- Operar aparelhos de processamento de dados;
- Conferir relatórios de controle da receita;
- Desempenhar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

- Acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município;
- Classificar a despesa dentro dos padrões exigidos pela legislação que trata do orçamento público;
- Executar trabalhos de processamento dos empenhos de despesas, com fornecimento de demonstrativos mensais;
- Elaborar e processar a folha de pagamento do pessoal do poder executivo municipal;
- Efetuar a escrituração e digitação dos diversos expedientes relacionados com a contabilidade pública;
- Emitir balancetes mensais e trimenstrais;
- Emitir o balanço anual;
- Participar da elaboração da proposta da Lei de orçamento, anualmente;
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.

FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.
- Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais.

TESOUREIRO

- Efetuar com autorização transações que envolvam dinheiros;
- Receber dinheiros;
- Efetuar cobranças;
- Efetuar pagamentos;
- Controlar contas bancárias;
- Controlar cobranças e recebimentos de Impostos, taxas, multas e tributos de qualquer natureza;
- Realizar controles de caixas se existentes;
- Assinar cheques, e documentos se ordenado;
- Desenvolver suas funções respeitando as normas legais existentes e que serão inseridas no ordenamento vigente;
- Agir com ética e apreço a sua função;
- Auxiliar o setor administrativo no desenvolvimento de seus trabalhos.
- Auxiliar na atualização da legislação tributária municipal;
- Desenvolver outros trabalhos semelhantes aos citados.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos Enfermeiros ou médicos;
- Desenvolver quando necessárias atividades de orientação e supervisão e assistência na execução dos programas de saúde;
- Executar serviços de avaliação e reorientação do plano de cuidados à pacientes que apresentam alterações clínicas (cárdio-respiratório, gastro-intestinal, genito-urinário, endócrino, neurológico)
- Estar em contato direto com os médicos sobre o quadro clínico dos pacientes;
- Aplicar medicamentos a pacientes os quais foram prescritos pelo médico competente;
- Auxiliar na recepção e encaminhamento dos pacientes ou enfermos aos ambulatórios, consultórios e ambulâncias quando necessário;
- Prestar cuidados integrais à mulher durante o parto, no pós-parto e também ao recém-nascido;
- Desenvolver atividades que proporcione o melhor atendimento aos pacientes;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
- Efetuar visita domiciliar a pacientes quando necessário;
- Desenvolver outros trabalhos semelhantes aos citados.

TÉCNICO EM PROJETOS

- Executar trabalhos relacionados projeção de gastos em obras, em aquisição de materiais e equipamentos;
- Analisar dotações orçamentárias para aquisição de qualquer bem ou serviço;
- Trabalhar em conjunto e no auxílio a engenheiros e pessoal especializado nos projetos para aquisição de equipamentos ou construção e

ampliação de obras.

- Redigir e encaminhar declarações e documentos necessários para aquisição de convênios federais e estaduais;
- Controlar gastos em investimentos de capital;
- Efetuar planejamentos e orçamentos para investimentos de capital;
- Informar qualquer anormalidade principalmente aquelas que poderão ocasionar prejuízos, perdas e problemas judiciais a administração pública ou a terceiros;
- Desenvolver outras atividades afins.

TÉCNICO EM FINANÇAS

- Preparar documentos financeiros e de desembolso;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Efetuar registro de movimentação bancária e orçamentária;
- Elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento;
- Relacionar notas de empenho, sub-empenho e de anulação emitidas no mês;
- Classificar a receita e a despesa;
- Manter a guarda do numerário e valores municipais;
- Assinar cheques e demais documentos correlatos na forma autorizada;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos;
- Registrar os bens móveis e imóveis e manter atualizado e cadastro do órgão;
- Realizar recebimentos, pagamentos e retenções;
- Efetuar movimentação de recursos financeiros na forma autorizada;
- Realizar o controle de contas bancárias e prestar contas na forma legal e contábil;
- Elaborar o relatório de desembolso diário, semanal e mensal; executar demais atribuições semelhantes a descrição acima.

TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDES

- Prestar assistência técnica aos usuários do sistema de banco de dados e da rede de microcomputadores, instalando softwares e hardwares nos diversos setores da Prefeitura e realizar a manutenção dos mesmos;
- Executar a manutenção das redes de computadores; interagir entre a Prefeitura e empresas de telecomunicações, com a finalidade de manter a comunicação de dados entre as Secretarias que utilizam as redes externas (modem, linhas privadas, link de acesso via rádio - Wireless);
- Providenciar a manutenção de atualização do suporte de software e hardware da máquina que suporta o banco de dados;
- Executar cópia de segurança do banco de dados, diariamente, ao final do expediente normal;
- Contatar com as empresas que prestam serviços de instalação e manutenção das redes elétricas para os computadores (nobreaks);
- Analisar informações para desenvolvimento e implantação de sistemas de processamento de dados, testar e instalar o sistema;
- Solucionar possíveis problemas e treinar os usuários, para a utilização do mesmo; fornecer suporte para softwares, como Sistema Operacional (Windows, Linux), processadores de texto e acessórios, planilhas de cálculo, correio eletrônico, banco de dados, browser, apresentação, documentos eletrônicos, antivírus, backup, compactador, orientar os usuários quanto a sua instalação;
- Configurar equipamentos (microcomputadores, impressoras e outros);
- Analisar o funcionamento de softwares desenvolvidos por terceiros e utilizados pelo Município,
- Verificar o funcionamento de equipamentos, como microcomputadores, impressoras e outros, providenciar possíveis soluções como manutenção de hardware, instalação e configuração dos mesmos; instalação, desinstalação e reinstalação de softwares, encaminhando, se necessário, para assistência técnica; utilizar a Internet para enviar e receber e-mail, atualizar a página do Município junto ao provedor da Internet;
- Consultar informações sobre produtos, softwares e outros, atualizar softwares e drivers de equipamentos;
- Executar outras tarefas afins.

5.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO 5 – TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)

5.1 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se e desenvolvem das atividades que necessitam de formação de grau superior relacionadas às áreas de assistência social, enfermagem, bioquímica, fisioterapia, farmácia, odontologia, psicologia, direito, veterinária, medicina, administração, agronomia, contabilidade e auditoria em controle interno.

5.2 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ASSISTENTE SOCIAL

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação de saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.

- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

ENFERMEIRO

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Facilitar a relação entre os profissionais da Unidade Básica de Saúde e ACS, contribuindo para a organização da demanda referenciada;
- Realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade;
- Solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;
- Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos ACS;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS;
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;
- Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;
- Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.
- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição;
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- Desempenhar outras funções afins.

FISIOTERAPEUTA

- Trabalhar com intermédio de agentes físicos na terapia física de pacientes por meio de recursos naturais da medicina, através de processos terapêuticos na reabilitação dos mesmos;
- Trabalhar na correção de anomalias de posturas ou de acidentes físicos ocorridos;
- Executar serviços de prevenção e reabilitação de problemas físicos de qualquer natureza e que sua habilitação profissional permitir;
- Desenvolver seus trabalhos de acordo com a ética de sua profissão;
- Assinar qualquer documento que esteja relacionado a sua área e competência;
- Coordenar e desenvolver atividades semelhantes que sejam do interesse dos indivíduos do mesmo município;
- Manter sempre atualizado seus documentos que habilitam a sua profissão.

FARMACÊUTICO

- Viabilizar o tratamento orientado pelos médicos;
- Gerenciar e organizar farmácias ou postos de medicamentos;
- Executar serviços de manipulação de medicamentos;
- Controlar e saídas de medicamentos em relação aos medicamentos sempre respeitando receituário prescrito pelo médico competente;
- Trabalhar de acordo com a ética estabelecida a sua profissão;
- Auxiliar no acompanhamento de eventuais epidemias;
- Desenvolver qualquer atividade que sua habilitação profissional permitir e que for de interesse do município;
- Aviar, classificar e arquivar receitas;
- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas.
- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;
- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;
- Executar outras atividades semelhantes.

PSICÓLOGO

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- Participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas;
- Planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- Executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes; participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Desempenhar outras tarefas afins.

ODONTÓLOGO - 20 horas

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização;
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;

- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las;
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo;
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade;
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

ODONTOLOGO – 40 HORAS

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários;
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço;
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas;
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado;
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização;
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados;
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las;
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo;
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil;
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental;
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade;
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle;
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos;
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública;
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;
- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;
- Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;
- Realizar supervisão técnica do THD e ACD;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;

- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutículas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxionomia vegetal;
- Nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- Biologia, química e física do solo;
- Emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- Organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- Participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- Planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;
- Investigações sobre o valor fito sanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- Execução de serviços de desinfecção fito sanitária;
- Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fito sanitária;
- Resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- Programas de investimentos no setor agrícola;
- Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- Mecanização agrícola;
- Avaliação agrícola;
- Construções rurais;
- Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- Topografia e foto-interpretação;
- Irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- Exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor.
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

CONTADOR

- Promover a execução orçamentária dos órgãos da estrutura administrativa e dos registros contábeis da receita e da despesa.
- Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
- Participar na elaboração de propostas orçamentárias.
- Classificar a receita.
- Emitir empenhos de despesas, ordens bancárias e cheques.
- Relacionar notas de empenho, subempenhos e estornos emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
- Efetuar balanço e balancete.
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo.
- Registrar todos os bens e valores existentes nos órgãos públicos.

- Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
- Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes.
- Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
- Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão.
- Manter atualizada as fichas de despesa e arquivo de registros contábeis.
- Conferir boletim de caixa.
- Elaborar guias de recolhimento, ordens de pagamento e rescisão de contrato de trabalho.
- Controlar a execução orçamentária.
- Relacionar restos a pagar.
- Reparar recursos financeiros.
- Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.
- Elaborar demonstrativo da despesa de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título.
- Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação.
- Coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro.
- Fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.
- Inventariar anualmente, o material e os bens móveis pertencentes ao órgão.
- Expedir, termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
- Organizar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis do órgão.
- Controlar os valores arrecadados, bem como conferir, diariamente extratos contábeis.
- Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da administração Municipal.
- Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
- Desempenhar outras tarefas semelhantes.
- Assinar balanços e balancetes.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

- Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;
- Verificar a legalidade e reavaliar os resultados, quanto a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de direito privado, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Exercer o controle externo das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
- Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo;
- Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei complementar nº 101/2000, caso haja necessidade;
- Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº. 101/2000;
- Controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;
- Acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nº. 14/1998 nº. 29/2000, respectivamente;
- Acompanhar para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, executadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;
- Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;
- Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações;
- Cientificar a(s) autoridade(s) responsável(eis) quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na administração municipal.

MÉDICO VETERINÁRIO

- Executar serviços de clínica médica, clínica cirúrgica, patológica, toxicológica e de reprodução animal;
- Gerar e difundir tecnologias para a exploração de animais de interesse econômico e social do município;
- Executar e desenvolver atividades de medicina veterinária preventiva de doenças animais e em pesquisas genéticas e de produção de vacinas;
- Realizar quando solicitado inspeções de produtos animais quanto a sua sanidade;
- Aplicar e receitar medicamentos tanto para prevenção tanto para a cura de doenças diagnosticadas;
- Realizar visitas em propriedades quando solicitado;
- Desenvolver projetos de produção animal;
- Fazer acompanhamentos dos projetos quando implantados e em funcionamento objetivando efetivação positiva do investimento;
- Estar disponível para atender emergências com animais que necessitem auxílio veterinário em partos e em doenças repentinas.

- Realizar toda e qualquer atividade que sua área profissional e de atuação permitir;
- Manter registro em órgão competente que autoriza o exercício de suas atividades profissionais.

ADVOGADO

- Acompanhamento e assessoria jurídica nos processos licitatórios.
- Emitir o parecer jurídico em todos os processos licitatórios acusando e apontando solução para qualquer irregularidade encontrada;
- Avaliação e prestação de informações buscando fazer com que a entidade administrativa siga os princípios básicos da administração pública, os quais são: o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Revisão, operacionalização e desenvolvimento de projetos de lei relacionados a base legal do município.
- Executar e operacionalizar todas as defesas ou causas jurídicas efetivadas contra o município e a administração pública (entidade);
- Realizar toda e qualquer atividade que sua área profissional e de atuação permitir e que se fizer necessária;
- Manter registro em órgão competente que autoriza o exercício de suas atividades profissionais.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

- Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;
- Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;
- Participar das atividades de educação permanente;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;
- Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD;
- Participar a executar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.
- Realizar atendimento ambulatorial;
- Participar dos Programas de atendimento a população atingida por calamidade pública;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde;
- Emitir laudos e pareceres quando solicitado;
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam aos interesses da instituição;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias, educação sanitária;
- Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- Desempenhar outras atividades afins.

NUTRICIONISTA

- Elaborar o cardápio da merenda para as escolas públicas municipais;
- Fornecer lista dos produtos e alimentos a serem utilizados no preparo da merenda escolar;
- Prestar acompanhamento e orientações às merendeiras no preparo da merenda escolar;
- Ministras cursos e palestras aos professores, alunos e aos demais servidores das escolas públicas municipais e à população em geral;
- Orientar os setores de compra e licitação da Prefeitura na aquisição de alimentos;
- Planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição;

- Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de estudos dietéticos;
- Planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo e preparo.
- Auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética;
- Assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos;
- Elaborar e/ou controlar programas e projetos específicos de assistência alimentar a grupos vulneráveis da população;
- Assistência e dietoterapia hospitalar/ambulatorial, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para sadios e/ou enfermos;
- Avaliação do estado nutricional do paciente, a partir do diagnóstico clínico e nível de assistência em nutrição;
- Orientação e educação nutricional junto ao paciente e familiares;
- Participação e inspeção sanitária relativa a alimentos;
- Controle de qualidade na área de alimentação e nutrição;
- Integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada ao cliente.
- Exercer outras atividades correlatas.

MONITOR DESPORTIVO

- Promover a prática da ginástica e outros exercícios físicos;
- Organizar escolinhas de jogos em geral;
- Treinar grupos de crianças, adolescentes e jovens;
- Desenvolver atividades desportivas e de lazer, com crianças, jovens, adultos e idosos, orientando a execução das mesmas e a importância de uma alimentação saudável, para possibilitar-lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção de boas condições físicas e mentais;
- Estudar as necessidades e a capacidade física dos usuários, atentando para a compleição orgânica dos mesmos, aplicando exercícios de verificação do tônus respiratório e muscular ou examinando fichas médicas, para determinar um programa esportivo adequado;
- Elaborar programas de atividades desportivas, baseando-se na comprovação de necessidades e capacidade e nos objetivos visados, para ordenar a execução dessas atividades;
- Instruir os usuários sobre os exercícios e jogos programados, inclusive sobre a utilização de aparelhos e instalações de esportes, fazendo demonstrações e acompanhando a execução dos mesmos pelos usuários, para assegurar o máximo aproveitamento e benefícios advindos desses exercícios;
- Efetuar testes de avaliação física, cronometrando, após cada série de exercícios e jogos executados pelos usuários, os problemas surgidos, as soluções encontradas e outros dados importantes, para permitir o controle dessas atividades e avaliação de seus resultados;
- Desempenhar outras tarefas afins.

ASSESSOR EM COMUNICAÇÃO

- Planejar, supervisionar, orientar, executar e avaliar as atividades relacionadas com assessoria de imprensa e comunicação da Prefeitura Municipal de União do Oeste;
- Criar um plano de comunicação (estabelecer a importância deste instrumento tanto no relacionamento com a imprensa como os demais públicos internos e externos);
- Contribuir para a compreensão da sociedade do papel da organização;
- Estabelecer uma imagem comprometida com os seus públicos;
- Criar canais de comunicação internos e externos que divulguem os valores da organização e suas atividades;
- Detectar o que é de interesse público e o que pode ser aproveitado como material jornalístico;
- Desenvolver uma relação de confiança com os veículos de comunicação;
- Preparação de textos, sinopses, resumos e artigos;
- Clipping de notícias (impressos, Internet e eletrônicos)
- Arquivo do material jornalístico
- Participação na definição de estratégias de comunicação.
- Elaborar roteiros de vídeos e textos para televisão e rádio;
- Responsabilizar-se pelo atendimento a representantes da imprensa;
- Coordenar eventos relativos a atividades da imprensa;
- Elaborar e coordenar campanhas e o uso estratégico de canais de comunicação visando a divulgação dos trabalhos da Prefeitura;
- Manter atualizado o "Site" da Prefeitura Municipal de União do Oeste;
- Executar outras tarefas correlatas.

LEI COMPLEMENTAR N. 91

LEI COMPLEMENTAR Nº 91, de 27 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação, vinculado ao Direito Administrativo, compreendendo os cargos de:

- I – Professor;
- II – Professor Adjunto;
- III - Assistente Técnico Pedagógico;
- IV– Consultor em Educação Básica;
- V – Monitor Escolar.

§ 1º. A descrição dos cargos, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo II desta Lei, observadas as alterações introduzidas nos parágrafos que segue:

§ 2º. Ficam criados os cargos de Professor Adjunto, Consultor em Educação Básica e Monitor Escolar, dispostos no Anexo I, vencimento estabelecido no Anexo III e com atribuições contidas no Anexo II da presente Lei.

§ 3º. Extingui-se os cargos de Professor Auxiliar, Especialista em Assuntos Educacionais e Monitor com habilidade em informática.

Art. 2º. O Plano de Carreira e Remuneração, destina-se a organizar os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I, desta Lei.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Profissionais da Educação: conjunto de professores, assistente técnico pedagógico, consultor em educação básica e monitor escolar, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério Público Municipal.

II - Professor: Docentes que atuam na educação básica, compreendendo: educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental.

III – Professor Adjunto: Docentes que atuam na educação básica, compreendendo: educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental, como auxiliar do Professor.

IV - Assistente Técnico Pedagógico: Desempenha Atividades de natureza técnica como pesquisa, estudos, adequação de legislação, método e técnicas de trabalho para o melhoramento do processo ensino-aprendizagem.

V – Consultor em Educação Básica: Desenvolve as atividades administrativas pedagógicas da Educação Básica.

VI – Monitor Escolar: Desenvolve atividades de atendimento a comunidade escolar.

VII - Vencimento: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.

VIII - Remuneração: é o vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

CAPÍTULO II**DO INGRESSO NA CARREIRA**

Art. 4º. Os cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos do Estatuto do Servidor Público Municipal, após atendidos os requisitos de habilitação e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O ingresso dos profissionais da educação, contratados a partir da publicação desta Lei, dar-se-á em conformidade com o disposto no Anexo III da presente Lei.

Art. 5º. O professor que possuir título de nível médio, na modalidade magistério está habilitado para atuar nas áreas de ensino 1 e 2, e o de nível superior em curso de licenciatura de graduação plena, nas áreas de ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, conforme estabelece o Anexo IV, desta Lei.

Art. 6º. Os profissionais da educação serão lotados na Secretaria de Educação do Município.

CAPÍTULO III**DA CARGA HORÁRIA SEMANAL**

Art. 7º. A carga horária semanal dos profissionais da educação, serão de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta), ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a área de ensino para cada cargo e conforme constante no anexo II.

Art. 8º. O professor da Educação Básica (Creche, Pré escola, Ensino Fundamental), com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, que usufruirá de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) de horas-atividades, conforme necessidade pedagógica da Unidade Escolar, destinadas ao planejamento pedagógico e avaliação dos alunos, as quais deverão ser cumpridas na escola.”

Parágrafo único. O Professor Adjunto não usufruirá do percentual de horas atividades descritas no caput do artigo 8º, uma vez que o mesmo não fará planejamento pedagógico e avaliação dos alunos.

CAPITULO IV DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO POR MÉRITO

Art. 9º. A avaliação de desempenho dos profissionais da educação, será realizada por uma comissão de avaliação, designada pelo Prefeito Municipal, no mês de março de cada ano, onde será avaliado o desempenho referente o ano letivo imediatamente anterior.

§ 1º A Comissão de Avaliação de que trata o caput do artigo deverá ter a participação dos segmentos abaixo relacionados:

- I - Um representante da Secretaria Municipal da Educação;
- II - Um representante dos Profissionais da Educação;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- IV – Um representante do Conselho Municipal de Educação;
- V – Um representante da APP.

Art. 10. A avaliação se dará mediante o preenchimento de formulário específico, levando-se em conta os seguintes fatores:

- I – Assiduidade e Pontualidade;
- II – Produtividade;
- III - Criatividade;
- IV – Responsabilidade;
- V - Disciplina;
- VI – Dedicação ao Serviço Público;
- VII – Cooperação, Organização e Planejamento;
- VIII – Qualidade do Trabalho;
- IX - Cumprimento das horas-atividades;
- X - Participação Extra-Classe;
- XI – Desempenho nas atividades pedagógicas.

Art. 11. A comissão de avaliação, deverá elaborar e encaminhar ao Setor de Pessoal, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E VANTAGENS

SEÇÃO I ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO

Art. 12. O Profissional da Educação que apresentar título superior àquele exigido para o cargo, dentro da área de ensino ou disciplina de atuação, terá direito ao adicional correspondente, estabelecido no Anexo V, desta Lei.

§ 1º Para fazer jus ao adicional de titulação o interessado deverá encaminhar requerimento, ao Prefeito Municipal, acompanhado do novo título, devidamente registrado no órgão competente.

§ 2º O percentual do adicional a que se refere o caput será calculado sobre o vencimento básico do servidor e discriminado, separadamente, na folha de pagamento, de acordo com a denominação da verba, constante do Anexo IV.

Art. 13. É vedado o acúmulo de adicional de titulação, sob a mesma denominação, mesmo que o título tenha sido realizado na área de ensino ou disciplina de atuação.

Art. 14. Será observado os casos de direito adquirido daqueles servidores que comprovarem o preenchimento das condições da Lei anterior até a publicação desta Lei, ficando autorizado o Prefeito Municipal ao deferimento dos benefícios nos moldes da Lei revogada

SEÇÃO II REGÊNCIA DE CLASSE

Art. 15. O professor fará jus a gratificação de incentivo à regência de classe, equivalente a 20% (vinte por cento), aplicado sobre o vencimento base.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo será suspensa no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo, salvo no caso de licença para tratamento de saúde, licença maternidade, licença paternidade, licença à adotante, férias e faltas justificadas.

SEÇÃO III FUNÇÃO GRATIFICADA

Art. 16. Ao profissional da educação, efetivo e estável, exercendo o cargo de Diretor ou Secretário de Escola fará jus ao percentual constante do Anexo VI desta Lei, calculados sobre seu vencimento base.

SEÇÃO IV DA PROGRESSÃO POR MÉRITO

Art. 17. O servidor municipal ocupante de cargo efetivo e estável que obter percentual igual ou superior a 70% (setenta por cento) na avaliação de desempenho e apresentar, no mínimo, 60 (sessenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, realizados de janeiro a dezembro do ano anterior, dentro da área de atuação ou afim fará jus, no mês de maio de cada ano, a 1% (um por cento) de Progressão por Mérito.”
Parágrafo único. O percentual de que trata o caput será aplicado sobre o vencimento base do servidor e pago em verba própria sob a denominação de “Progressão por Mérito”.

Art. 18. Os cursos de aperfeiçoamento a que se refere o art. 17, deverão ser realizados dentro da área de atuação ou afim, considerados aqueles com carga horária igual ou superior a 08 (oito) horas.

CAPÍTULO VI DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Art. 19. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação, facilitará o acesso dos profissionais da educação à cursos, palestras, seminários, congressos e em outros eventos que visem o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mesmos.

§ 1º Para participação em cursos de aperfeiçoamento não promovidos pelo Poder Executivo, o interessado deverá encaminhar expediente formal à Secretaria Municipal de Educação, solicitando sua liberação e a remuneração dos dias de afastamento, informando ainda:

- I - Nome do curso;
- II - Entidade promotora;
- III - Palestrante;
- IV - Local, data e carga horária

§ 2º Cabe ao Secretário Municipal de Educação, após o recebimento do requerimento, proceder a análise do conteúdo programático, custos e demais dados sobre o curso solicitado.

§ 3º O requerimento do interessado, acompanhado da análise e das recomendações do Secretário de Educação, deverão ser enviados ao Prefeito Municipal, para deferimento ou indeferimento do mesmo, observado o interesse público.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20. A complementação de carga horária do profissional da educação, poderá ocorrer mediante a existência de vaga, precedido de edital público expedido para essa finalidade.

Parágrafo único. A redução da carga horária, poderá ser concedida a qualquer tempo, mediante requerimento do interessado, podendo ser indeferido diante da conveniência administrativa e o interesse público envolvido.

Art. 21. Os valores fixados nos níveis do anexo III, representam o vencimento dos servidores e referencial para concessão das vantagens previstas nesta Lei.

Art. 22. Os valores constantes no Anexo III serão revistos no mês de março de cada ano, utilizando-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) relativo ao período”.

Art. 23. Os Profissionais da Educação, em exercício na data de Publicação desta lei, que encontram-se efetivos ou estáveis no serviço público municipal, serão enquadrados no anexo III, no vencimento correspondente ao cargo, área de ensino e habilitação.

Art. 24. Fica a cargo dos Departamentos de Pessoal e da Educação, a coordenação e implantação do presente Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 25. Esta poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº. 062 de 23 de dezembro de 2010, Lei Complementar n. 63, de 16 de março de 2011, Lei Complementar n. 68 de 1º de dezembro de 2011, Lei Complementar n. 70 de 07 de dezembro de 2011,

Lei Complementar n. 80 de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 27 de agosto de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicação em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES DO

MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO	ÁREA DE ENSINO	TOTAL DE VAGAS
PROFESSOR	1 - Educação Infantil	08
	2 – Ensino Fundamental (Anos Iniciais 1º a 5º ano)	
	3 – Ensino Fundamental (Anos Finais 6ª a 9ª série)	12
	4 - Sala Informatizada	12
	5 – Educação Física	02
	6 – Artes	04
	7 – Língua Estrangeira	02
	8 – Professor Adjunto (Educação Infantil ou Ensino fundamental)	02
	9 – Professor Adjunto para Educação Especial (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Educação Especial)	04
	10 – Linguagem Artística e Natural	02
ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	Educação Básica	04
CONSULTOR EM EDUCAÇÃO BÁSICA	Educação Básica	02
MONITOR ESCOLAR	Educação Básica	01

ANEXO II

DESCRIÇÃO DE CARGOS

CARGO: PROFESSOR

Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
2. Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
3. Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
4. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
5. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
6. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
7. Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
8. Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
9. Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
10. Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
11. Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Educação Infantil (creche e pré-escola): nível médio, na modalidade magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia de Educação Infantil.

De 1º a 5º ano (anos iniciais) do ensino fundamental: Nível Médio, na modalidade Magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia de Séries Iniciais.

PROFESSOR de Artes, Educação Física e Língua Estrangeira: Nível superior (licenciatura de graduação plena), na área específica.

CARGO: PROFESSOR ADJUNTO

Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

1. Auxiliar os professores da unidade escolar nas suas tarefas educacionais, de acordo com as orientações da equipe técnica- pedagógica da escola.

2. Participar das reuniões pedagógicas, Conselhos, comemorações e demais eventos programados pela escola.

3. Substituir os docentes titulares das classes da escola em suas faltas eventuais.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível médio na modalidade magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Séries Iniciais.

CARGO: PROFESSOR ADJUNTO PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

1 Auxiliar os professores da unidade escolar que possuam alunos com necessidades especiais nas suas tarefas educacionais, de acordo com as orientações da equipe técnica- pedagógica da escola.

2 Participar das reuniões pedagógicas, Conselhos, comemorações e demais eventos programados pela escola.

3 Substituir os docentes titulares das classes da escola em suas faltas eventuais.

4 Auxiliar os professores a promover a educação de alunos com necessidades especiais, expressar-se, resolver atividades da vida diária, desenvolvendo habilidades, atitudes e valores, para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível médio na modalidade magistério ou Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial, Educação Infantil ou Séries Iniciais.

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

1. Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;

2. Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho pedagógicos;

3. Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;

4. Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;

5. Selecionar, classificar e arquivar documentação;

6. Participar na execução de programas e projetos educacionais;

7. Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;

8. Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;

9. Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;

10. Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;

11. Participar do planejamento curricular;

12. Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;

13. Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;

14. Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;

15. Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;

16. Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;

17. Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;

18. Administrar os laboratórios existentes na escola;
19. Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares; e
20. Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível Superior com Licenciatura Plena na área.

JORNADA DE TRABALHO: 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CARGO: PROFESSOR DE SALA INFORMATIZADA

Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
2. Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
3. Executar atividades de instrução para as crianças e adolescentes com noções gerais de informática, abrangendo conhecimento de hardware, sistema operacional, editor de textos, planilhas eletrônicas;
4. Servir de suporte ao ensino em sala de aula;
5. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
6. Auxiliar os alunos da disciplina trabalhada, tirando dúvidas e os conceitos envolvidos na mesma;
7. Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
8. Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
9. Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
10. Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
11. Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal;
12. Propor atividades práticas avaliativas e executar atividades correlatas;
13. Apoiar os educadores nas atividades com os alunos;
14. Organizar atividades na sala de informática e explorar os recursos técnicos oferecidos pelos equipamentos.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA O INGRESSO: Habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível Superior com licenciatura Plena em Pedagogia e Curso de Capacitação em Informática Básica de no mínimo de 80 horas, com data de certificação não superior a 03 anos contados a partir da publicação do Edital de Concurso Público, ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema, ou Tecnologia em Redes de Computadores.

CARGO: CONSULTOR EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Área de atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

01. Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários pertinentes a Secretaria Municipal de Educação;
02. Redigir instruções, minutas de cartas, ofícios, memorandos, atas e assuntos relativos a Secretaria Municipal de Educação;
03. Colaborar na elaboração de relatórios anuais ou parciais relacionadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação;
04. Expedir atestados de vagas, históricos escolares, declaração de transferência de acordo com as necessidades e demandas apresentadas;
05. Realizar registro em geral, auxiliar no gerenciamento dos programas competentes a Secretaria Municipal de Educação;
06. Sugerir métodos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação de registro, tramitação e conservação de documentos, bem como publicações, processos e papéis em geral da Secretaria Municipal de Educação;
07. Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de plano de ação voltados a educação, bem como auxiliar na fiscalização e controle da execução destes;
08. Colaborar no estudo e análise dos programas e projetos em harmonia com as diretrizes educacionais estabelecidas;
09. Acompanhar projetos e convênios, bem como o procedimento da contratação de estagiários.
10. Planejar e dirigir, avaliar e controlar as atividades da Secretaria Municipal de Educação em consonância com a diretoria da escola;
11. Manter o cadastro atualizado dos alunos matriculados na rede de ensino municipal;
12. Proceder com digitação de fichas e demais documentos que se refiram as notas e média dos alunos, efetuando em época hábil os cálculos de apuração dos resultados finais;
13. Auxiliar nos trabalhos de aquisição dos materiais de consumo ou permanente, mediante tomada de preço e registro de fornecedores, bem como requisitar e manter os suprimentos dos materiais necessários para o bom funcionamento da referida secretaria.
14. Realizar o controle da distribuição e recolhimento dos diários de classe.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA O INGRESSO: Habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Nível Superior em Licenciatura Plena na área da Educação Básica.

CARGO: MONITOR ESCOLAR
Área de Atuação: Educação Básica

ATRIBUIÇÕES:

01. Auxiliar no atendimento e na organização dos educandos, nas áreas de circulação interna ou externa, nos horários de entrada, recreio e saída;
02. Prestar assistência aos educandos nas atividades desenvolvidas fora da sala de aula;
03. Auxiliar no atendimento dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais;
04. Auxiliar no preparo e distribuição de refeições e merenda aos educandos;
05. Auxiliar nos serviços de limpeza, higiene, conservação, manutenção do prédio escolar e de suas instalações, equipamentos e materiais;
06. Desempenhar as atividades de portaria, atender telefone e outros;
07. Prestar atendimento ao público interno e externo, com habilidade no trato e transmissão de informações;
08. Prestar o atendimento e organizar a Biblioteca escolar conforme demanda;
09. Auxiliar nas atividades pedagógicas em geral, conforme orientação da Direção Escolar.

REGIME DE TRABALHO: Regime Jurídico Único (Estatutário)

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais.

CONDIÇÕES PARA O INGRESSO: Habilitação em concurso público de provas.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Médio.

ANEXO III –

TABELA DE VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

GRUPO	CARGOS	ÁREA DE ENSINO	CARGA HORÁRIA SEMANAL VENCIMENTO BASE			
			40 hs	30 hs	20 hs	10 hs
I	- Professor de Educação Infantil - Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais - Professor Adjunto	1 e 2	1.805,72	1.354,30	902,86	464,08
II	- Professor de Educação Infantil - Professor do Ensino Fundamental Anos Iniciais - Professor do Ensino Fundamental anos finais - Professor de Sala Informatizada - Professor de Educação Física - Professor de Artes - Professor de Língua Estrangeira - Professor Adjunto - Professor Adjunto para Educação Especial - Professor de Linguagem Artística e Natural	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	2.528,01	1.896,00	1.264,01	632,00
III	*Professor		2.783,71	2.399,04	1.391,14	695,58
IV	Assistente Técnico Pedagógico		2.780,82	-	-	-
V	Consultor em Educação Básica		2.780,82	-	-	-
VI	Monitor Escolar		1.131,82	-	-	-

* Os Professores pertencentes ao Grupo III são os que adquiriram o direito por meio da Lei Complementar N.º 047/2007, em atendimento ao art. 14 da presente Lei.

ANEXO IV

ÁREAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA DE ENSINO	HABILITAÇÃO
1- Professor de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Licenciatura Plena de Pedagogia em Educação Infantil.
2 – Professor do Ensino Fundamental (anos Iniciais 1º a 5º)	Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Licenciatura Plena de Pedagogia em Séries Iniciais.
3 – Professor do Ensino Fundamental (Anos Finais 6º a 9º)	Licenciatura Plena com Habilitação na Área Específica.

4- Professor Sala Informatizada	Licenciatura Plena em Pedagogia e Curso atualizado na área de Informática Básica, ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ou Tecnologia em Redes de Computadores.
5- Professor de Educação Física	Licenciatura Plena com habilitação na Área Específica.
6 - Professor de Artes	Licenciatura Plena com habilitação na Área Específica.
7 – Professor de Língua Estrangeira	Licenciatura Plena com habilitação na Área Específica.
8 – Professor Adjunto	Nível Médio na Modalidade Magistério e/ou Licenciatura Plena de Pedagogia em Educação Infantil ou em Séries Iniciais.
9 – Professor Adjunto para Educação Especial	Nível Médio na Modalidade Magistério e/ou Licenciatura Plena de Pedagogia com Habilitação em Educação Especial, Educação Infantil ou em Séries Iniciais.
10 – Professor de Linguagem Artística e Natural	Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Licenciatura Plena de Pedagogia em Educação Infantil Ou Séries Iniciais
11 – Assistente Técnico Pedagógico	Licenciatura Plena na área da Educação Básica
12 – Consultor em Educação Básica	Licenciatura Plena na área da Educação Básica
13 – Monitor Escolar	Ensino Médio.

ANEXO V ADICIONAL DE TITULAÇÃO

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	%
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	30%
ESPECIALIZAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	10%
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	20%

ANEXO VI FUNÇÃO GRATIFICADA

	PERCENTUAL POR NÚMERO DE ALUNOS - %		
FUNÇÃO	Até 400 alunos	De 401 a 750 alunos	Acima de 750 alunos
Diretor de Escola	40%	45%	50%
Secretário de Escola	20%	30%	40%

LEI COMPLEMENTAR N. 92

LEI COMPLEMENTAR Nº 92, de 27 DE AGOSTO DE 2015.

“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE UNIÃO DO OESTE - REFIS - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste – SC, no uso das atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de União do Oeste - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, parcelados administrativa ou judicialmente ou a parcelar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Art. 2º A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, até a data improrrogável de 21 de dezembro de 2015.

§ 1º O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento em parcela única, dentro do prazo definido no Documento de Arrecadação Municipal - DAM, anexo a notificação.

§ 2º A opção estabelecida no caput deste artigo implica a inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Art. 4º O parcelamento não poderá exceder 06 (seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, observado o limite do artigo 6º desta Lei Complementar.

Art. 5º O REFIS abrangerá todos os débitos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante inclusive os acréscimos legais relativos a multa e juros previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos as parcelas vincendas e os débitos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º Fica autorizado à inclusão no REFIS, o contribuinte inadimplente de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta Lei Complementar, sendo restrita a aplicação do benefício sobre as parcelas inadimplidas.

§ 2º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 3º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 5º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário ou despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias, se houverem.

§ 6º Fica o Procurador Geral do Município autorizado a conceder anistia de 100% dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFIS nos moldes do inciso I do artigo 8º desta Lei Complementar.

Art. 6º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 7º Nos casos em que o contribuinte possuir débito de mais de um tributo, será emitido parcelamento unificado, ficando o mesmo sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no artigo 5º desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

- I - anistia de 100% (cem por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única, no ato;
- II - anistia de 90% (noventa por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais em 30 (trinta) dias e assim sucessivamente;
- III - anistia de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas para o contribuinte que requerer o REFIS e pagar o débito em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais em 30 (trinta) dias e assim sucessivamente;

Parágrafo Único: Os contribuintes que parcelaram seus débitos nos termos do art. 138 da Lei Complementar 025/2001 – Código Tributário Municipal – e não usufruíram da anistia de que trata este artigo, poderão solicitar novo parcelamento nos termos desta Lei Complementar.

Art. 9º. A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte a:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;
- II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;
- III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

Art. 10. O não pagamento de três parcelas consecutivas implicará o cancelamento automático do benefício independente de aviso prévio ou notificação,

Art. 11. Os prazos de vencimento para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 12 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 13 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 27 de agosto de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrada e Publicação em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO N. 209/2015 E 210/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 209/2015/FMAS

Data de assinatura: 31/08/2015

Processo de Licitação: 05/2015/FMAS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMAS

Contratado: CRISTAL COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 08.164.240/0001-33

Objeto: fornecimento parcelado de divisórias em Eucatex.

Valor Global: R\$ 7.621,00

Extrato do Contrato: 210/2015/FMAS

Data de assinatura: 31/08/2015

Processo de Licitação: 05/2015/FMAS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMAS

Contratado: PILAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 78.621.315/0001-43

Objeto: fornecimento parcelado de material de construção.

Valor Global: R\$ 11.402,72

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.347/15

DECRETO Nº 12.347/15, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 12.292/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14792/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.292/15, que nomeou ANGELA MARIA SCHMIDT SOARES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.348/15

DECRETO Nº 12.348/15, DE 28 DE AGOSTO DE 2015.
Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Pessoal,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI, do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, admitida pela Portaria nº 1265/98.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.502/15.

Videira, 28 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 067/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 067/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. MARTA VERONICA BUSS	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.330/15, DE 25/08/2015
2. GREICI BERGAMO	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	12.331/15, DE 25/08/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 28 de Agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 068/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 068/15

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionadas para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. LORECI APARECIDA MUNARI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2. MARISTELA RIBEIRO	ENFERMEIRO

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 31 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2015 – PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2015-PMV, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FORD/FIESTA DE PLACA MLL 4170 DA POLICIA CIVIL, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 28 de Agosto de 2015.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0033/15

Extrato do Contrato n. 0033/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ELIZANDRO MARTINS DE MELLO

CPF: 070.950.949-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A DIRCEU CENDRON QUE SE ENCONTRA CEDIDO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.093,32 (dois mil, noventa e três reais e trinta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0101/15

Extrato do Contrato n. 0101/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LETICIA THOMAZI

CPF: 078.649.489-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARLI REGINATO ZONTA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSORA – ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0160/15

Extrato do Contrato n. 0160/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MONALISA APARECIDA BATISTA

CPF: 015.938.299-81

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A GRAZIELA PERONDI RIBEIRO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2015 a 22 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0273/15

Extrato do Contrato n. 0273/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE

CPF: 933.502.799-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E ATÉ SEJA REALIZADO O PROCESSO SELETIVO

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 a 30 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0274/15

Extrato do Contrato n. 0274/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA AMALIA LOCATELLI
CPF: 714.887.669-91
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E ATÉ SEJA REALIZADO O PROCESSO SELETIVO
VIGÊNCIA: de 18 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0322/15

Extrato do Contrato n. 0322/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLELIA ESTER DOS SANTOS MARTINS
CPF: 029.595.031-55
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR, ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2015 a 30 de setembro de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0334/15

Extrato do Contrato n. 0334/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA ALVES DE BORBA
CPF: 678.999.199-91
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR, ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 08 de julho de 2015 a 31 de outubro de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0340/15

Extrato do Contrato n. 0340/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIELE FRANCINE ZWIEREWICZ
CPF: 095.264.449-57
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARIA ELVIRA ZAGO BELXIOR QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA
VIGÊNCIA: de 21 de julho de 2015 a 06 de novembro de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0003/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0003/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI DE LIMA STRAUSS
CPF: 564.413.989-15
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0010/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0010/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSENILDA DOMINGUES DE SOUZA
CPF: 064.957.669-12
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0024/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0024/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAMILA RIBEIRO DE DEUS
CPF: 079.164.569-07
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0032/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0032/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: INES RODRIGUES
CPF: 006.555.589-93
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0048/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0048/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: REGIANE MACIEL
CPF: 043.320.019-74
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0062/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0062/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MICHELE TÁSSILA DE OLIVEIRA SILVA
CPF: 071.585.329-50
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0078/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0078/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TACIANY RIBEIRO ALVES
CPF: 006.147.849-05
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 até 10 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0093/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0093/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GILVANI APARECIDA RAMOS DE SOUZA BUSANELLO
CPF: 947.183.429-53
VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0116/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0116/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARISSE TERESINHA DONABEL POGGERE
CPF: 445.570.949-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0124/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0124/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE SOUZA
CPF: 032.559.849-55
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0127/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0127/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA DAL MOLIN PEROSA
CPF: 509.625.829-72
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 até 10 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0137/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0137/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADILES NATALIA SCHONS
CPF: 468.865.759-53
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0140/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALICE APARECIDA DA ROSA
CPF: 694.473.309-91
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 14 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0143/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0143/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE SCHUCK
CPF: 054.114.099-00
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0155/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SANDRA MARIA MARTINS
CPF: 057.398.409-37
VIGÊNCIA: de 19 de fevereiro de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0166/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0166/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIVANIR APARECIDA FERREIRA
CPF: 034.909.629-58
VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0178/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0178/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LARISSA RIBEIRO DA SILVA
CPF: 095.865.949-47
VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0195/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0195/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: AMANDA DE ARAÚJO
CPF: 091.109.229-38
VIGÊNCIA: de 19 de março de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0202/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0202/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PRISCILA DE CASSIA ALVES
CPF: 074.930.489-83
VIGÊNCIA: de 24 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0213/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0213/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: THAIS PERETTI PERONDI
CPF: 086.258.399-32
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0219/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0219/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIANA MEERHOLZ
CPF: 007.526.319-00
VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0220/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0220/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54
VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2015 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0230/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0230/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANA APARECIDA MORAES
CPF: 036.265.159-07
VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0236/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0236/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA DE BARROS
CPF: 064.373.329-99
VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2015 até 15 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0240/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI
CPF: 010.400.039-23
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 02 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0245/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0245/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDIMARINA REOLON
CPF: 006.760.259-27
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0247/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0247/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SABRINA DO AMARAL
CPF: 081.844.409-60
VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0250/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0250/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LOIRI DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SALGADO
CPF: 020.675.149-46
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0251/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISA CARDOSO VENDAUSEN
CPF: 056.886.529-42
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0256/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0256/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KATIANE ROBERTI
CPF: 006.886.619-47
VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2015 até 04 de dezembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0260/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0260/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA PINTO
CPF: 079.789.149-84
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0263/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0263/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA
CPF: 004.679.159-03
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0265/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0265/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARGARIDA DE FÁTIMA CORREA
CPF: 056.039.059-99
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0275/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0275/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LAIDE MOREIRA
CPF: 762.983.889-15
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0290/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0290/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA SPIERING PEREIRA
CPF: 039.485.319-94
VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 até 20 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0293/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0293/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA TEIXEIRA CHAVES
CPF: 051.928.639-10
VIGÊNCIA: de 03 de junho de 2015 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0308/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0308/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
CPF: 045.861.499-81
VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2015 até 31 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0312/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0312/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS
CPF: 064.061.429-93
VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 até 01 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0361/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0361/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANI DO NASCIMENTO
CPF: 433.578.490-20
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0401/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0401/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALESSANDRA RIBEIRO PONTES
CPF: 017.726.999-00
VIGÊNCIA: de 25 de março de 2014 até 30 de setembro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0455/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0455/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARINES DA SILVA
CPF: 894.423.429-91

VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2014 até 10 de outubro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0473/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0473/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSILENE APARECIDA RIBEIRO
CPF: 023.895.009-35
VIGÊNCIA: de 02 de junho de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0638/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0638/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE FRENZEL
CPF: 066.312.789-02
VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2014 até 31 de agosto de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0222/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0222/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0309/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KAROLYNE DE OLIVEIRA
CPF: 092.564.089-10
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 07 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0226/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0226/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0047/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY
CPF: 057.865.539-06
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 13 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0227/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0227/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0390/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FERNANDA ZANIVAN
CPF: 065.636.959-06
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 13 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0228/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0228/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0003/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI DE LIMA STRAUSS
CPF: 564.413.989-15
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 14 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0229/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0229/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0078/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TACIANY RIBEIRO ALVES

CPF: 006.147.849-05

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 17 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0232/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0232/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0342/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DILONETE LIBARDONI

CPF: 025.379.509-50

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 19 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0233/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0233/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0122/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLENE MARIA TURCO SCHULTE

CPF: 665.740.809-91

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 19 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0235/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0235/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0275/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAIDE MOREIRA

CPF: 762.983.889-15

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0236/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0236/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0166/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVANIR APARECIDA FERREIRA

CPF: 034.909.629-58

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0237/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0237/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0293/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA TEIXEIRA CHAVES

CPF: 051.928.639-10

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de agosto de 2015.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 027/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 027/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

O município de VITOR MEIRELES, SC, com sede na Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, na cidade de Vitor Meireles, CEP 89.148/000, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.520/0001-85, Telefone (47) 3258 0211, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09h 30 min do dia 18 de SETEMBRO de 2015, tendo como local o auditório DA PREFEITURA, na Rua Santa Catarina, Nº 2.266, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 CAMIONETA GM/BLAZER, ano/modelo 2001, Placas MBT4116, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.900,00. LOTE 02: 01 CAMINHÃO M. BENZ/L 1313 CARROCERIA FECHADA, ano/modelo 1983, Placas MAQ 0518, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 14.900,00. LOTE 03: 01 KIT CAÇAMBA BASCULANTE MANOS, sem caminhão, fabricação 23/03/2012. LANCE INICIAL R\$ 14.900,00. LOTE 04: 01 IMPRESSORA, COPIADORA E FAX SAMSUNG; 03 MONITORES; 03 CPU's; 01 IMPRESSORA E COPIADORA SHARP. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 05: 01 TELEVISOR COLORIDO 20 POL SEMP TOSHIBA. LANCE INICIAL R\$ 50,00. BENS IMÓVEIS: LOTE 06: O TERRENO URBANO + CASA, situado na Estrada Geral, localidade de Ribeirão Palmitos, Vitor Meireles, SC, a 18 km da sede do município de Vitor Meireles, formado de parte do lote de terras n. 2.181-A, da linha Caminho do Campo, contendo a área de 2.080,41 m² (dois mil e oitenta metros e quarenta e um centímetros quadrados), Edificado com uma sala de alvenaria medindo 15,98 x 6,05 metros, totalizando 96,68 m², com piso, reboco e pintura, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro nº 2-RG, sob nº 4.954. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.ERMO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3258 0211, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

VITOR MEIRELES (SC), 01 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

PORTARIA Nº 196/2015

PORTARIANº. 196/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: HELENA DE SOUZA

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 20 (vinte) dias de férias, pelo período de 14/09/2015 a 03/10/2015, referentes ao período aquisitivo de 17/04/2014 a 16/04/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 31 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0045/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: CASVIG–Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda.
Fica transferido de local os serviços de monitoramento eletrônico 24 horas, do Pronto Atendimento 24 horas (Rua Coronel Santos Marinho, s/n – Centro), passando para o Cesex Cantinho Feliz (Rua Padre Pedro Dirgerauts, nº 247 – Bairro Bortolon).
Xanxerê-SC, 25 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2015

Processo nº 0119/2015 – Dispensa de Licitação nº 0021/2015

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Locação de uma casa de alvenaria para acomodar o Programa Central de Doações da Secretaria Municipal de Assistência Social no valor mensal de R\$ 1.050,00, de propriedade da Sra. Eulalia Maria Argenton. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X.

Xanxerê/SC, 31 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0095/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0095/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Noar Turismo LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições de passagens aéreas de todas as companhias de transportes aéreo, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Reservas, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Aéreas Nacionais em Vãos regulares.

Item: 01 – Valor estimado: R\$ 150.000,00

Percentual de desconto ofertado: 80%

Vigência: 01 ano

Xanxerê-SC, 14 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0066/2015

Extrato Contrato de Locação nº 0066/2015

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Locadora: Eulalia Maria Argenton.

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria para acomodar o Programa Central de Doações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Valor mensal: R\$ 1.050,00

Prazo: 1 (um) ano.

Xanxerê-SC, 31 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0065/2015

Extrato de Contrato nº 0065/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Aldivino Angelo Michelichen - ME.

Objeto: Serviços de Demolição e Retirada de Entulhos do Ginásio Municipal Ivo Sguissardi no Município de Xanxerê.

Valor: R\$ 22.040,00

Prazo: 30 dias após Ordem de Serviços.

Xanxerê-SC, 25 de agosto de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 183/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 183/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 28.08.2015 a 26.09.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora IRENE MARIA DRESCH BAO, nacionalidade brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. Portadora da CI nº 4.336.573 e CPF Nº 611.994.359-53, nomeada conforme Decreto nº BLB 079/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 3198, datado de 31.08.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2012 até 07.06.2015 (30 dias).

Esta portaria entra em vigor nesta data retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir de 28.08.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 31-2015 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 31/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa XAVANTINA MADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.262.968/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. MAURO CESAR SUZANA, portador do CPF nº 493.950.179-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 31/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte objetivando a aquisição de madeira para utilização de atividades gerais e para possíveis construções e ou reformas de pontes.

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	200,00	UND	PRANCHA DE 04CM X 30CM X 3,60M DE EUCALIPTO SERRADO	38,50
2	300,00	UND	PRANCHA DE 06CM X 30CM X 3,00M DE EUCALIPTO SERRADO	47,60
3	300,00	UND	PRANCHA DE 07CM X 30CM X 4,50M DE EUCALIPTO SERRADO	83,80
4	20,00	UND	VIGA DE 50CM X 50CM X 6,00M DE EUCALIPTO	985,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 31/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 31 de agosto de 2015.

XAVANTINA MADEIRAS LTDA Mauro Cesar Suzana	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
---	---

Xaxim

PREFEITURA

LEI 4106/2015 PRORROGA PRAZO PARA INÍCIO PARA CONSTRUÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES

LEI Nº 4106/2015 de 25 de agosto de 2015.

PRORROGA PRAZO PARA INÍCIO PARA CONSTRUÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES EM LOTE URBANO DOADO PARA ORGANIZAÇÃO AUM ESPAÇO LUZ - XAXIM - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo estabelecido na letra “a” do Artigo 2º da Lei Municipal nº 3863, de 25 de junho de 2013.

§ 1º. A prorrogação é de 02 (dois) anos para construção e início das atividades.

§ 2º. O início do prazo do novo prazo se inicia em 26 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 26 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 28 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Associações

GRANFPOLIS

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA GRANFPOLIS CIS - GRANFPOLIS/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA GRANDE

FLORIANOPOLIS – CIS - GRANFPOLIS

Edital nº 01/2015

O Presidente da Associação dos Municípios da Granfpolis convoca Vossa Excelência para a 1ª Reunião Ordinária do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Granfpolis CIS-GRANFPOLIS/SC a realizar-se em:

Data: 03 de Setembro de 2015

Local: Auditório da Associação dos Municípios da Granfpolis

Rua Candido Ramos, 250 – Capoeiras Fpolis/SC.

Hora: 09:00 horas

Itens de Pauta

1. Revisão do Protocolo de Intenções Ratificado e Sancionado pelos Prefeitos;
2. Eleição da Diretoria do CIS-GRANFPOLIS/SC;
3. Eleição do Conselho Fiscal CIS-GRANFPOLIS/SC;
4. Assuntos Gerais

ANTONIO DA SILVA

Presidente da Associação dos Municípios
da GRANFPOLIS

Consórcios

AGIR

RELAÇÃO MENSAL DE PAGAMENTOS - JULHO/2015

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)
Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgo:01/07/2015 A 31/07/2015

Página 1 de 3
Impresso em: 31/ago/2015
As 11:07:45 Horas

Nr. Empenho	IO.U.	P.A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt. E.	Voto	Dt. Pg	Credor	Ens.	Vir Empenho	Vir Pago	Vir Retenção
009	[0]	[05001]	2012 3390300100000000			1000815	09/01	00/00	15/07	AUTO POSTO BAILLER LTDA	2.500,00	37,45	
009/007	[0]	[05001]	2012 3390300100000000			1000815	02/05	15/07	15/07	AUTO POSTO BAILLER LTDA	37,45	37,45	
010	[0]	[05001]	2012 3390390500000000			1000815	09/01	00/00	*****	AMMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITA	15.600,00	2.600,00	
								Pago	03/07			1.300,00	
									27/07			1.300,00	
010/005	[8]	[05001]	2012 3390390500000000			1000815	15/03	10/07	03/07	AMMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITA	1.300,00	1.300,00	
010/006	[8]	[05001]	2012 3390390500000000			1000815	15/03	17/07	27/07	AMMVI ASSOC DOS MUN DO MEDIO VALE DO ITA	1.300,00	1.300,00	
083	[0]	[05001]	2012 3390390500000000			1000815	20/01	00/00	10/07	ALINE GOMES OLIVEIRA MBI	5.760,00	480,00	
083/006	[8]	[05001]	2012 3390390500000000			1000815	02/05	10/07	10/07	ALINE GOMES OLIVEIRA MBI	480,00	480,00	
087	[0]	[05001]	2012 3390391900000000			1000815	05/02	03/07	06/07	RIVEL VEICULOS LTDA	397,00	397,00	
154	[0]	[05001]	2012 3390303900000000			1000815	06/02	03/07	06/07	RIVEL VEICULOS LTDA	693,87	693,87	
182	[0]	[05001]	2012 3390396500000000			1000815	20/02	03/07	14/07	RECOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	50,00	50,00	
227	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	VITOR ZANELLA JUNIOR	3.572,17	3.572,17	542,94
228	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	VITOR ZANELLA JUNIOR	298,58	298,58	
229	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT	7.286,81	7.286,81	3.018,32
230	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT	298,58	298,58	
231	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	LUCIANO GABRIEL HENNING	7.286,81	7.286,81	1.506,45
232	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	LUCIANO GABRIEL HENNING	298,58	298,58	
233	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	HEINRICH LUIZ PASOLD	10.407,37	10.407,37	2.364,60
234	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	HEINRICH LUIZ PASOLD	298,58	298,58	
235	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	CAIO BARBOSA DE CARULICE	3.502,12	3.502,12	525,88
236	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	CAIO BARBOSA DE CARULICE	298,58	298,58	
237	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	ANA CLAUDIA HAFEMANN	3.716,48	3.716,48	578,07
238	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	ANA CLAUDIA HAFEMANN	298,58	298,58	
239	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	ADEMIR MANOEL GONCALVES	3.572,17	3.572,17	542,94
240	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	ADEMIR MANOEL GONCALVES	298,58	298,58	
241	[0]	[05001]	2012 3190113300000000			1000815	15/03	01/07	01/07	ANDRE DOMINGOS GORTZINGER	1.050,64	1.050,64	115,57
242	[0]	[05001]	2012 3190110100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	RICARDO HUBNER	7.286,81	7.286,81	1.676,70
243	[0]	[05001]	2012 3190460100000000			1000815	15/03	01/07	01/07	RICARDO HUBNER	298,58	298,58	
244	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	MARIA DE FATIMA MARTINS	270,45	270,45	
245	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	ANISIO FANTINI	270,45	270,45	
246	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	VALDETE K MARQUES	270,45	270,45	
247	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	REVERSON TREKUN	270,45	270,45	
248	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	SANDRA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	270,45	270,45	
249	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	JOSE CARLOS SPREGLER	270,45	270,45	
250	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN	270,45	270,45	
251	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	SANDRO LOPEZVAL CARDOSO	270,45	270,45	
252	[0]	[05001]	2012 3390364500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	RICARDO ALEXANDRE DA SILVA	270,45	270,45	
253	[0]	[05001]	2012 3390392300000000			1000815	15/03	20/07	20/07	PANIFICADORA CONF DELLA NONNA LTDA	173,00	173,00	
254	[0]	[05001]	2012 3190130200000000			1000815	15/03	20/07	20/07	BANCO DO BRASIL S/A.	10.294,05	10.294,05	
255	[0]	[05001]	2012 3190131800000000			1000815	15/03	25/07	24/07	BANCO DO BRASIL S/A.	490,19	490,19	
256	[0]	[05001]	2012 3190130200000000			1000815	15/03	01/07	20/07	BANCO DO BRASIL S/A.	210,13	210,13	
257	[0]	[05001]	2012 3390362700000000			1000815	15/03	03/06	03/07	TAMIREZ VALDA ESPINDOLA	950,00	950,00	104,50
258	[0]	[05001]	2012 3190114400000000			1000815	15/03	03/07	03/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT	2.428,94	2.428,94	64,77
259	[0]	[05001]	2012 3190114500000000			1000815	15/03	03/07	03/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT	809,65	809,65	
260	[0]	[05001]	2012 3390141400000000			1000815	15/03	06/07	06/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT	660,00	660,00	
264	[8]	[05001]	2012 3390300100000000			1000815	02/05	00/00	15/07	AUTO POSTO BAILLER LTDA	2.500,00	267,13	
264/001	[8]	[05001]	2012 3390300100000000			1000815	02/05	15/07	15/07	AUTO POSTO BAILLER LTDA	267,13	267,13	
268	[0]	[05001]	2012 3390396300000000			1000815	02/05	23/07	20/07	FACIL COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	86,40	86,40	
269	[0]	[05001]	2012 3390396300000000			1000815	02/05	14/07	14/07	HANNIGAR PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA -	2.200,00	2.200,00	
270	[0]	[05001]	2012 3190114300000000			1000815	02/05	15/07	15/07	ADEMIR MANOEL GONCALVES	1.935,38	1.935,38	
271	[0]	[05001]	2012 3190114300000000			1000815	02/05	15/07	15/07	ANA CLAUDIA HAFEMANN	2.007,53	2.007,53	
272	[0]	[05001]	2012 3190114300000000			1000815	02/05	15/07	15/07	CAIO BARBOSA DE CARULICE	1.900,35	1.900,35	
273	[0]	[05001]	2012 3190114300000000			1000815	02/05	15/07	15/07	HEINRICH LUIZ PASOLD	5.352,98	5.352,98	

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIOVALE DO ITAJAI - AGIR
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)
Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Ppto:01/07/2015 A 31/07/2015

Página 2 de 3
Impresso em: 31/ago/2015
As 11:07:45 Horas

Nr. Empenho	E	O.U.	P.A.	Elm/Cta	It	Vinc	DT.E.	Voto	Dt. Pg	Credor	Ens.	Vir Empenho	Vir Pago	Vir Retenção
274	[0]	05001	2012	3190114300000000		1000815	02/05	15/07	15/07	LUCIANO GABRIEL HENNING		3.792,70	3.792,70	
275	[0]	05001	2012	3190114300000000		1000815	02/05	15/07	15/07	RICARDO HUBNER		3.792,70	3.792,70	
276	[0]	05001	2012	3190114300000000		1000815	02/05	15/07	15/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT		3.792,70	3.792,70	
277	[0]	05001	2012	3190114300000000		1000815	02/05	15/07	15/07	VITOR ZANELLA JUNIOR		1.935,38	1.935,38	
278	[0]	05001	2012	3390396500000000		1000815	02/05	17/07	14/07	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL		250,00	250,00	
281	[0]	05001	2012	3390399500000000		1000815	03/06	16/07	20/07	JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR ME		170,00	170,00	
284	[0]	05001	2012	4490523500000000		1000815	01/07	20/07	24/07	INGRAM MICRO BRASIL LTDA		4.970,30	4.970,30	
285	[0]	05001	2012	3390302600000000		1000815	01/07	23/07	24/07	INGRAM MICRO BRASIL LTDA		152,00	152,00	
286	[0]	05001	2012	4490304700000000		1000815	01/07	23/07	24/07	INGRAM MICRO BRASIL LTDA		1.030,56	1.030,56	
287	[0]	05001	2012	3190924900000000		1000815	01/07	31/07	27/07	RAFAEL SANTOS MACHADO		34,00	34,00	
288	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	14/07	31/07	31/07	VITOR ZANELLA JUNIOR		3.572,17	3.572,17	542,94
289	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	14/07	31/07	31/07	VITOR ZANELLA JUNIOR		298,58	298,58	
290	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	14/07	31/07	31/07	ADEMIR MANOEL GONCALVES		3.572,17	3.572,17	542,94
291	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	14/07	31/07	31/07	ADEMIR MANOEL GONCALVES		298,58	298,58	
292	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	15/07	31/07	31/07	ANA CLAUDIA HAFEMANN		3.716,48	3.716,48	578,07
293	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	15/07	31/07	31/07	ANA CLAUDIA HAFEMANN		298,58	298,58	
294	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	15/07	31/07	31/07	CAIO BARBOSA DE CARULICE		3.502,12	3.502,12	525,88
295	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	15/07	31/07	****	HEINRICH LUIZ PASOLD		10.407,37	10.407,37	2.364,60
									Pago 27/07				2.364,60	
									Pago 31/07				8.042,77	
296	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	15/07	31/07	31/07	CAIO BARBOSA DE CARULICE		298,58	298,58	
297	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	15/07	31/07	31/07	HEINRICH LUIZ PASOLD		298,58	298,58	
298	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	LUCIANO GABRIEL HENNING		7.286,81	7.286,81	1.506,45
299	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	LUCIANO GABRIEL HENNING		298,58	298,58	
300	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	RICARDO HUBNER		7.286,81	7.286,81	1.506,45
301	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	RICARDO HUBNER		298,58	298,58	
302	[0]	05001	2012	3190110100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT		7.286,81	7.286,81	3.176,20
303	[0]	05001	2012	3190460100000000		1000815	20/07	31/07	31/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT		298,58	298,58	
304	[0]	05001	2012	3390141400000000		1000815	27/07	28/07	27/07	ANDRE DOMINGOS GORTZINGER		405,00	405,00	
305	[0]	05001	2012	3390141400000000		1000815	27/07	28/07	27/07	VANESSA FERNANDA SCHMITT		495,00	495,00	
306	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	MARIA DE FATIMA MARTINS		270,45	270,45	
307	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	ANILIO FANTINI		270,45	270,45	
308	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	VALDETE K MARQUES		270,45	270,45	
309	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	HEVERSON THEUN		270,45	270,45	
310	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	SANDRA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA		270,45	270,45	
311	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	JOSE CARLOS SPENGLER		270,45	270,45	
312	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	GUSTAVO DUNCHATT ZETTERMANN		270,45	270,45	
313	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	SANDRO LOURIVAL CARDOSO		270,45	270,45	
314	[0]	05001	2012	3390364500000000		1000815	27/07	27/07	27/07	RICARDO ALEXANDER DA SILVA		270,45	270,45	
317	[0]	05001	2012	3190113300000000		1000815	27/07	31/07	31/07	ANDRE DOMINGOS GORTZINGER		1.050,64	1.050,64	115,57
320	[0]	05001	2012	3390360700000000		1000815	27/07	31/07	31/07	RAFAEL SANTOS MACHADO		65,94	65,94	
321	[0]	05001	2012	3190924900000000		1000815	27/07	31/07	31/07	RAFAEL SANTOS MACHADO		142,80	142,80	
322	[0]	05001	2012	3390141400000000		1000815	27/07	31/07	31/07	HEINRICH LUIZ PASOLD		1.250,00	1.250,00	
324	[0]	05001	2012	3390398100000000		1000815	31/07	31/07	31/07	BANCO DO BRASIL S/A.		310,80	310,80	
Total Ordinário													158.237,49	
Total Sub-Empenho													3.384,58	
Total Global													3.384,58	
Total Retenção													21.899,84	
Total Empenhos													161.622,07	

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Contabilidade Usuário: -

CP403301

Página 3 de 3
Impresso em: 31/ago/2015
As 11:07:46 Horas

VALDETE K MARQUES
CRC/SC 027935/01 - CONTADORA

RELAÇÃO MENSAL DE PAGAMENTOS - JUNHO/2015

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)
Emis:00/00/0000 A 99/99/9999 Ppto:01/06/2015 A 30/06/2015

Página 1 de 2
Impresso em: 31/ago/2015
As 11:04:13 Horas

Nr. Empenho	E	O. U.	P. A.	Elem/Cta	It	Vinc	Dt. E.	Vcto	Dt. Pg	Credor	Ens.	Vir Empenho	Vir Pago	Vir Retenção
009	[E]	05001	2012	3390300100000000		1000815	09/01	09/00	15/06	AUTO POSTO BAILER LTDA		2.500,00	690,54	
009/005	[S]	05001	2012	3390300100000000		1000815	06/02	15/06	15/06	AUTO POSTO BAILER LTDA		690,54	690,54	
083	[O]	05001	2012	3390390500000000		1000815	20/01	00/00	10/06	ALINE GOMES OLIVEIRA MBI		5.760,00	480,00	
083/005	[S]	05001	2012	3390390500000000		1000815	06/02	10/06	10/06	ALINE GOMES OLIVEIRA MBI		480,00	480,00	
084	[O]	05001	2012	3390396500000000		1000815	20/01	01/06	03/06	ESAD CONSULTORIA SS LTDA - EPP		1.580,00	1.580,00	
085	[O]	05001	2012	3390392300000000		1000815	20/01	27/05	01/06	PADARIA E CONFEITARIA ROYALE LTDA EPP		148,15	148,15	
088	[O]	05001	2012	3390392300000000		1000815	05/02	15/06	15/06	PANIFICADORA CONF DELLA NONNA LTDA		173,00	173,00	
089	[O]	05001	2012	3390301600000000		1000815	05/02	09/06	09/06	PAPELARIA CLASSIC LTDA		450,00	450,00	
094	[O]	05001	2012	3390364500000000		1000815	05/02	27/05	01/06	HEVERSON THEUN		270,45	270,45	
131	[O]	05001	2012	3190113100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	ANDRE DOMINGOS GORTZINGER		1.050,64	1.050,64	115,57
132	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	VITOR ZANELLA JUNIOR		3.572,17	3.572,17	542,94
133	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	VITOR ZANELLA JUNIOR		298,58	298,58	
134	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	RICARDO HUBNER		7.286,81	7.286,81	1.506,45
135	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	RICARDO HUBNER		298,58	298,58	
136	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	LUCIANO GABRIEL HENNING		7.286,81	7.286,81	1.506,45
137	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	LUCIANO GABRIEL HENNING		298,58	298,58	
138	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	HEINRICH LUIZ PASOLD		10.407,37	10.407,37	2.364,60
139	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	HEINRICH LUIZ PASOLD		298,58	298,58	
140	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	CAIO BARBOSA DE CARULICE		3.502,12	3.502,12	525,88
141	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	CAIO BARBOSA DE CARULICE		298,58	298,58	
142	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	ANA CLAUDIA HAFEMANN		3.716,48	3.716,48	578,07
143	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	ANA CLAUDIA HAFEMANN		298,58	298,58	
144	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	ADEMIR MANOEL GONCALVES		3.572,17	3.572,17	542,94
145	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	ADEMIR MANOEL GONCALVES		298,58	298,58	
146	[O]	05001	2012	3190110100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	VANESSA FERNANDA SCHMITT		7.286,81	7.286,81	3.018,32
147	[O]	05001	2012	3190460100000000		1000815	06/02	01/06	01/06	VANESSA FERNANDA SCHMITT		298,58	298,58	
148	[O]	05001	2012	3390929900000000		1000815	06/02	10/06	10/06	FUNDACAO GETULIO VARGAS		14.945,20	14.945,20	
150	[O]	05001	2012	3190130200000000		1000815	06/02	19/06	19/06	BANCO DO BRASIL S/A.		10.294,05	10.294,05	
151	[O]	05001	2012	3190131800000000		1000815	06/02	25/06	25/06	BANCO DO BRASIL S/A.		490,19	490,19	
152	[O]	05001	2012	3190130200000000		1000815	06/02	19/06	19/06	BANCO DO BRASIL S/A.		210,13	210,13	
153	[O]	05001	2012	3390141400000000		1000815	06/02	16/06	17/06	HEINRICH LUIZ PASOLD		660,00	660,00	
155	[O]	05001	2012	3390301700000000		1000815	06/02	12/06	12/06	JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR ME		1.259,50	1.259,50	
156	[O]	05001	2012	4490523500000000		1000815	06/02	12/06	12/06	JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR ME		406,50	406,50	
172	[O]	05001	2012	3390397500000000		1000815	13/02	22/06	22/06	PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR		102,15	102,15	
173	[O]	05001	2012	3390397500000000		1000815	13/02	29/06	29/06	PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR		68,10	68,10	
174	[O]	05001	2012	3390141400000000		1000815	13/02	19/06	22/06	RICARDO HUBNER		1.950,00	1.950,00	
181	[O]	05001	2012	3390471000000000		1000815	20/02	00/00	****	DINAMICA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LT		210,00	90,00	
									Pago 22/06				30,00	
									Pago 23/06				30,00	
									Pago 29/06				30,00	
181/003	[S]	05001	2012	3390471000000000		1000815	20/02	22/06	22/06	DINAMICA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LT		30,00	30,00	
181/004	[S]	05001	2012	3390471000000000		1000815	20/02	23/06	23/06	DINAMICA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LT		30,00	30,00	
181/005	[S]	05001	2012	3390471000000000		1000815	20/02	29/06	29/06	DINAMICA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LT		30,00	30,00	
183	[O]	05001	2012	3390141400000000		1000815	25/02	22/06	****	HEINRICH LUIZ PASOLD				1.000,00
183	[O]	05001	2012	3390141400000000		1000815	25/02	Estor	****	HEINRICH LUIZ PASOLD				-1.000,00
									Pago 22/06				1.000,00	
									Pago 30/06				-1.000,00	
226	[O]	05001	2012	3390399900000000		1000815	02/03	30/06	30/06	DINAMICA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LT		529,13	529,13	
283	[O]	05001	2012	3390398100000000		1000815	30/06	30/06	30/06	BANCO DO BRASIL S/A.		138,00	138,00	
Total Ordinário													83.744,57	
Total Sub-Empenho													1.260,54	

AGEN. INTERM. REG. CONTR. FISC. SERV. MUN. MEDIO VALE DO ITAJAI - AGIR
Relatório de Empenhos/Notas Extras(Pago)
Emiss:00/00/0000 A 99/99/9999 Pgto:01/06/2015 A 30/06/2015

Página 2 de 2
Impresso em: 31/ago/2015
As 11:04:13 Horas

Nr. Empenho	E O.U.	P.A.	Elem/Cta	It Vinc	Dt. E. Voto Dt. Pg Credor	Ens.	Vir Empenho	Vir Pago	Vir Retenção
Total Global								1.260,54	
Total Retenção								10.701,22	
Total Empenhos								85.005,11	

FERNANDO TOMASELLI
PRESIDENTE

VALDETE K MARQUES
CRC/SC 027935/01 - CONTADORA

CIMCATARINA**AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº TA.AT15CIMCATARINA025**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT15CIMCATARINA025

AT14CIMCATARINA3186

Fornecedor: TIM CELULAR S/A

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP). Resolvem adequar o preço ao praticado pelo mercado, em conformidade com o item, 10.1.1, do edital, reduzindo o valor do ITEM 30. Data: 17.09.2014. Validade: 17.09.2014 a 16.09.2015. PAL nº: 0027/2014 - Pregão Presencial nº: 0006A. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2015 - PNEUS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de pneus e correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Itá, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, durante o período de 01 de outubro de 2015 à 31 de março de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 01/09/2015 até às 09:00 horas do dia 14/09/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 14/09/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 14/09/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bl.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0018_2015 - TIM

TERMO ADITIVO N.º 0018/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TIM CELULARES S.A
CONTRATO:	CONTRATO 0011/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	20.05.2015 A 19.05.2017
DATA:	20.05.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A/2014.
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na cláusula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
30	Serviço de caixa-postal	Caixa Postal	0,10	0,09

Art. 2º - Fica alterado na cláusula terceira o valor mensal para R\$ 947,79 (novecentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação para R\$ 22.746,96 (vinte e dois mil setecentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.

Consórcio Interm. Catarinense-CIMCATARINA Elói Rønnau Diretor Executivo			
TIM Celulares S.A Luiz Carlos Alves Vieira Contratada	TIM Celulares S.A Sandro Marques Barbosa Coutinho Contratada	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	Contratada

Testemunhas:

1ª –
2ª –

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0019_2015 - TIM

TERMO ADITIVO N.º 0019/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TIM CELULARES S.A
CONTRATO:	CONTRATO 0019/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	27.07.2015 A 26.07.2017
DATA:	27.07.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A/2014.
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na clausula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATA- DO-R\$	VALOR ALTERA- DO-R\$
30	Serviço de caixa-postal	Caixa Postal	0,10	0,09

Art. 2º - Fica alterado na clausula terceira o valor mensal para R\$ 1.324,50 (Hum mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação para R\$31.788,00 (Trinta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.

Consórcio Interm. Catarinense-CIMCATARINA Elói Rønnau Diretor Executivo			
TIM Celulares S.A Luiz Carlos Alves Vieira Contratada	TIM Celulares S.A Sandro Marques Barbosa Coutinho Contratada	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	Contratada

Testemunhas:

1ª –
2ª –

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0020_2015 - TIM

TERMO ADITIVO N.º 0020/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TIM CELULARES S.A
CONTRATO:	CONTRATO 0020/2015
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP)
VALIDADE:	27.07.2015 A 26.07.2017
DATA:	27.07.2017
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A/2014.
REGISTRO DE PREÇOS:	0023/2014

Art. 1º - Fica alterado o valor dos itens presente na clausula primeira do contrato em epígrafe, conforme relacionado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	VALOR CONTRATADO-R\$	VALOR ALTERADO-R\$
30	Serviço de caixa-postal	Caixa Postal	0,10	0,09

Art. 2º - Fica alterado na clausula terceira o valor mensal para R\$ 597,97 (Quinhentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação para R\$ 14.351,28 (quatorze mil trezentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 31 de agosto de 2015.

Consórcio Interm. Catarinense-CIMCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo			
TIM Celulares S.A Luiz Carlos Alves Vieira Contratada	TIM Celulares S.A Sandro Marques Barbosa Coutinho Contratada	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	Contratada

Testemunhas:

1ª –
2ª –

CONSÓRCIO CISAMA**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 15 2014**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2014.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 11.173.405/0001-48, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, CEP 88.501.050, neste ato representada por seu presidente, Sr. EDISON JOSÉ DE SOUZA, portador do CPF nº 610.553.529-53, RG nº 1.823.208, Prefeito Municipal de Campo Belo do Sul.

CONTRATADA: RPL ENGENHARIA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 05.267.742/0001-00, com sede na Estrada Ribeirão do Ouro, s/n Bairro Ribeirão do Ouro, Blumenau/SC, CEP 88.370-000, neste ato representado por seu proprietário ROGÉRIO PEREIRA LOPES, Engenheiro de Minas, residente e domiciliado em Blumenau/SC.

Têm justo e acertado, entre si o presente aditivo do Contrato de Prestação de Serviço – Pessoa Jurídica/Pessoa Jurídica, de acordo com as condições mencionadas seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

Fica acrescido o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), correspondente a mais 96 horas de serviço, representando 15% de acréscimo na cláusula quarta do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por 60 dias o prazo de vigência constante na cláusula quinta do contrato original, passado a vigorar até o dia 08 de setembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

O presente aditivo tem fundamentação legal no item 5.2 da cláusula quinta do contrato original e na Lei 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages/SC, 07 de julho de 2015.

Edilson José de Souza
Presidente do CISAMA
CONTRATANTE

Rogério Pereira Lopes
RPL Engenharia
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Neide Rodrigues da Silva
CPF: 021.223.189-88

Nome: Selênio Sartori
CPF: 712.938.849-87

CPIMMOC**EXTRATO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 REGISTRO DE
PREÇOS Nº 002/2015**

EXTRATO DO EDITAL PARA PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CPIMMOC - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO
JOAÇABA – SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 004/2015
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 004/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito de Ouro – SC, Presidente do CPIMMOC, no uso de suas atribuições e na forma da lei, torna público a realização de Licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial, visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE KIT 's DE TECNOLOGIA EMBARCA-DA, para operacionalização do aplicativo PMSC Mobile em Viaturas do 26º BPM/SC, dos Municípios de abrangência do CPIMMOC e que

manifestaram a Intenção de Registrar Preços.

Municípios Participantes: 1) Água Doce; 2) Capinzal; 3) Catanduvas; 4) Erval Velho; 5) Joaçaba; 6) Luzerna; 7) Ouro; 8) Treze Tílias. Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 14. de Setembro 2015 às 09 horas na sede da AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, Informações: Relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17hrs, junto ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado- CPIMMOC, sito a Rua Roberto Trompowsky, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joaçaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails: marize@cpimmoc.sc.gov.br ; e andreia@cpimmoc.sc.gov.br .

Joaçaba, 31 de Agosto de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN
Presidente do CPIMMOC